

SETÚBAL NO CENTRO DO MUNDO



165 ANOS DO JORNAL
O SETUBALENSE

Ficha Técnica

Título: **Setúbal no centro do mundo** - 165 anos do jornal ***O Setubalense***

Coordenação: Albérico Afonso Costa

Capa: Sónia Matos

Fotografia da capa: Alex Gaspar

Fotocomposição: Sandra Buscardine

impressão e acabamento:

Tipografia Rápida de Setúbal, Lt.da

Travessa Gaspar Agostinho, N.º 1 – 2.º, 2900-389 Setúbal

Tel.: 265 539 690 | e-mail: geral@tipografiarapida.pt

© Primeira Hora – Editora e Comunicação, Lt.da

Travessa Gaspar Agostinho, N.º 1 – 1.º, 2900-389 Setúbal

1.ª Edição: julho de 2020

ISBN (International Standard Book Number): 978_989_33_0465_5

Depósito Legal: 470608/20

ÍNDICE



Introdução

Francisco Alves Rito (Diretor do jornal).....	9
---	---

Saudação

Marcelo Rebelo de Sousa (Presidente da República).....	13
--	----

Prefácio

Viriato Soromenho-Marques.....	15
--------------------------------	----

I Capítulo (papel e história do jornal)

<i>O Setubalense</i> , espaço de memória e cultura – Albérico Afonso Costa.....	21
---	----

<i>O Setubalense</i> : toda a vida de um grande título – Carlos Mouro e Horácio Pena.....	27
---	----

II – Capítulo (temas locais)

Associativismo mutualista (1855) – Carlos Mouro.....	35
--	----

Atentado ao diretor d' <i>O Setubalense</i> (1855) – Albérico Afonso Costa e Carlos Mouro.....	37
--	----

Club Setubalense (1855) – Carlos Mouro e Horácio Pena.....	40
--	----

Liceu de Bocage n' <i>O Setubalense</i> (1857-1978) – Manuel Henrique Figueira.....	42
---	----

Sociedade Musical Capricho Setubalense (1867) – Ana Alcântara.....	44
--	----

Escola Industrial e Comercial n' <i>O Setubalense</i> (1888-1978) – Manuel Henrique Figueira	46
--	----

Primeiro automóvel em Setúbal (1895) – João Reis Ribeiro.....	49
---	----

Vitória Futebol Clube (1910) – Ana Alcântara.....	51
---	----

Setúbal na I Guerra Mundial (1914-1918) – Diogo Ferreira.....	53
---	----

Greve Geral da Indústria Conserveira (1916-1917) – Ana Alcântara.....	56
---	----

Resistência à Guerra em Setúbal (1917) – Albérico Afonso Costa.....	59
---	----

Club Naval Setubalense (1920) – António Quaresma Rosa.....	62
--	----

Greve Geral da Indústria Conserveira (1922) – Albérico Afonso Costa.....	64
--	----

Linha do Sado transpõe o rio em Alcácer do Sal (1925) – João Madeira.....	68
---	----

Criado o distrito de Setúbal: elites locais contra o concelho de Palmela (1926)

– Albérico Afonso Costa.....	71
------------------------------	----

Golpe do 28 de maio de 1926 em Setúbal – Albérico Afonso Costa	74
--	----

Revolta de fevereiro de 1927 e a suspensão d' <i>O Setubalense</i> – Albérico Afonso Costa	76
--	----

Reconstrução dos Paços do Concelho (1928-1939) – Diogo Ferreira.....	80
Grande Exposição Regional (1930) – Albérico Afonso Costa e António Cunha Bento	83
Inauguração da iluminação elétrica (1930) – Carlos Mouro e Horácio Pena.....	87
Inauguração do Porto de Setúbal (1930) – Albérico Afonso Costa e António Cunha Bento.....	90
Novo edifício do Mercado do Livramento (1930) – Ana Alcântara.....	93
Greve dos Marítimos de 1931 – Albérico Afonso Costa.....	95
Monumento aos Mortos da Grande Guerra (1931) – Diogo Ferreira.....	99
Greve Geral de 1934 em Setúbal – Albérico Afonso Costa.....	103
Setúbal comemora o duplo centenário (1140 e 1940) – Diogo Ferreira.....	108
Grande ciclone de fevereiro em Setúbal (1941) – Diogo Ferreira.....	111
Partida do Batalhão do R. I. 11 para Cabo Verde (1941) – Diogo Ferreira.....	113
Censura suspende o suplemento <i>Rumo</i> , do jornal <i>O Setubalense</i> (1944) – Diogo Ferreira.....	115
Clube de Campismo de Setúbal (1947) – Carlos Mouro.....	117
Carmona visita Setúbal (1948) – Diogo Ferreira e João Santos	119
Comemorações do VII centenário de Setúbal (1949) – Diogo Ferreira e João Santos..	121
Salazar, Carmona e Cerejeira em Setúbal (1949) – Carlos Mouro.....	123
Inauguração da CGD de Setúbal (1955) – João Santos	125
Criação da LASA (1955) – António Cunha Bento.....	127
Fundação do Cineclube de Setúbal (1956) – Carlos Mouro e Horácio Pena.....	129
Início da TV em Setúbal (1956) – Carlos Mouro.....	131
Rainha de Inglaterra em Setúbal (1957) – Alice Brito.....	134
Centenário da elevação de Setúbal a cidade (1960) – António Cunha Bento.....	137
Inauguração do Museu da Cidade (1961) – Francisco Borba.....	140
Inauguração da fábrica Barreiros de Motores (1962) – João Santos.....	142
Manifestações subversivas no 1.º de maio (1962) – Ana Sofia Matos.....	144
Bicentenário Bocagiano (1965) – Carlos Mouro.....	147
Américo Thomaz em Setúbal (1968) – João Santos.....	150
Círculo Cultural de Setúbal (1969) – Albérico Afonso Costa.....	152
José Maria Pedroto chega ao Vitória F. C. (1969) – Diogo Ferreira.....	155
Sessão da Oposição Democrática em Setúbal (1969) – Albérico Afonso Costa.....	157
Movimento Democrático de Setúbal (1973) – João Madeira.....	161
Quando Setúbal acordou em Abril (1974) – Albérico Afonso Costa.....	166

Setenave: Setúbal inaugura o maior estaleiro da Europa (1974) – João Santos.....	169
Setúbal torna-se Diocese (1975) – João Reis Ribeiro.....	171
Suspensão d'O <i>Setubalense</i> e último dia do PREC (1975) – Albérico Afonso Costa.....	173
A génese do ativismo ambiental em Setúbal (1978) – Viriato Soromenho-Marques.....	177
Ecologia e Ambientalismo n'O <i>Setubalense</i> (1981) – Francisco Abreu.....	180
Início da Rádio em Setúbal (1985) – Horácio Pena.....	183

III Capítulo (biografias de figuras históricas setubalenses)

Adelino Augusto do Caes Esteves – Diogo Ferreira.....	189
(Frei) Agostinho da Cruz – João Reis Ribeiro.....	190
Agripino Maia – Carlos Mouro.....	192
Almeida Carvalho – Albérico Afonso Costa e Carlos Mouro.....	193
Américo Ribeiro – Ana Alcântara.....	195
Ana de Castro Osório – Fátima Ribeiro de Medeiros.....	196
António Januário Carreira da Cunha – Carlos Mouro e António Cunha Bento.....	198
António Joaquim de Melo – Diogo Ferreira.....	199
António José Baptista – Carlos Mouro.....	201
António Manuel Gamito – Manuel Henrique Figueira.....	202
António Maria de Campos Rodrigues – Manuel Henrique Figueira.....	204
António Maria Eusébio, o «Calafate» – João Reis Ribeiro.....	205
António Rodrigues Manitto – Carlos Mouro.....	207
Armando de Medeiros – Manuel Henrique Figueira.....	208
Arronches Junqueiro – Carlos Mouro.....	210
Bocage – Carlos Mouro.....	212
Carlos Botelho Moniz – Albérico Afonso Costa.....	213
Cipriano Mendes Dordio – Manuel Henrique Figueira.....	215
Feio Terenas – Carlos Mouro.....	216
Fran Paxeco – António Cunha Bento.....	218
Francisco de Paula Borba – Francisco Borba.....	220
Francisco Pinto Vidigal – Diogo Ferreira.....	222
Jacinto João, o «JJ» – Ana Alcântara.....	223
Jaime Graça, o «Magriço» – Manuel Henrique Figueira.....	225
Jaime Rebelo – Albérico Afonso Costa.....	227

João Vaz – Manuel Henrique Figueira.....	228
Joaquim Brandão – Carlos Mouro.....	230
José Afonso – Albérico Afonso Costa.....	232
José Augusto Coelho – Carlos Mouro.....	233
José Bernardo, o «José dos cabritos» – Diogo Ferreira.....	235
José Manuel Alves dos Reis – Diogo Ferreira.....	236
José Maria da Rosa Albino – Pedro Fernandes.....	238
Leonardo Duarte Júnior – Carlos Mouro.....	239
Lima de Freitas – João Reis Ribeiro.....	241
Luciano dos Santos – Manuel Henrique Figueira.....	242
Luís Faria Trindade – Carlos Mouro.....	244
Luísa Todi – Ana Alcântara.....	246
Manuel Livério – Carlos Mouro.....	247
Manuel Maria Portela – Carlos Mouro.....	249
Manuel Medeiros – Manuel Henrique Figueira.....	251
Manuel Neves Nunes de Almeida – Manuel Henrique Figueira.....	252
Maria Adelaide Rosado Pinto – António Laertes.....	255
Maria Emília Barradas – Anita Vilar.....	257
Mariana Angélica de Andrade – Anita Vilar.....	258
Miguel de Castro – Fátima Ribeiro de Medeiros.....	260
Oceana Zarco – Ana Alcântara.....	261
Olga Morais Sarmento – Ana Alcântara.....	263
Óscar Paxeco – Albérico Afonso Costa.....	264
Paulino de Oliveira – António Cunha Bento.....	266
Rogério Peres Claro – João Reis Ribeiro.....	268
Sebastião da Gama – João Reis Ribeiro.....	270
Vasco Mouzinho de Quevedo e Castelo Branco – António Cunha Bento.....	272

IV Capítulo (páginas culturais)

Arcádia da Fonte do Anjo (1954) – Horácio Pena.....	277
«Cinema», página cultural do Cineclube de Setúbal n' <i>O Setubalense</i> (1956)	
– Carlos Mouro.....	279
Página cultural «Universo» e a tertúlia «Cultura, Ciência e Saber» (1961)	
– Carlos Mouro.....	281

Arca do Verbo (1988) – João Reis Ribeiro.....	284
«Página Cultural» do Centro de Estudos Bocageanos (1999) – João Reis Ribeiro.....	288

V Capítulo (temas nacionais e internacionais)

Revolução Russa (1917) – Albérico Afonso Costa.....	293
Subida de Hitler ao poder (1933) – João Santos.....	296
Guerra Civil de Espanha (1936-1939) – Albérico Afonso Costa.....	298
Atentado a Salazar (1937) – João Madeira.....	300
Guerra Mundial (1939-1945) – Diogo Ferreira.....	303
Exposição do Mundo Português (1940) – Ana Alcântara.....	305
Revolução Chinesa (1949) – João Santos.....	307
Invasão soviética da Hungria (1956) – João Madeira.....	309
Eleições presidenciais: Humberto Delgado contra Américo Thomaz (1958)	
– Ana Sofia Matos.....	312
Início da Guerra Colonial (1961) – João Madeira.....	315
Início do Benfica europeu (1961) – Diogo Ferreira.....	318
Ascensão de Marcello Caetano (1968) – João Madeira.....	320
Primavera de Praga (1968) – João Santos.....	323
Independência de Angola (1975) – Ana Sofia Matos.....	325
Nacionalização da Banca (1975) – João Santos.....	328
João Paulo II em Portugal (1982) – João Reis Ribeiro.....	330
Cavaco Silva vence as eleições (1985) – João Santos.....	332
Julgamento de Otelo Saraiva de Carvalho (1985) – Ana Sofia Matos.....	334
Adesão à CEE (1986) – João Santos.....	337
Timor-Leste: o massacre de Santa Cruz (1991) – Ana Sofia Matos.....	339
Expo 98 (1998) – João Santos.....	342
Saramago, Nobel da Literatura (1998) – João Reis Ribeiro.....	344
O 11 de setembro (2001) – Ana Sofia Matos.....	347

VI – Capítulo (vivências do quotidiano - por décadas)

Introdução – João Reis Ribeiro.....	353
1850-1859 – Carlos Mouro	355
1910-1919 – Carlos Mouro.....	356
1920-1929 – Carlos Mouro.....	357

1930-1939 – Albérico Afonso Costa.....	358
1940-1949 – Diogo Ferreira.....	359
1950-1959 – Manuel Henrique Figueira.....	360
1960-1969 – António Cunha Bento.....	361
1970-1979 – João Reis Ribeiro e António Cunha Bento.....	362
1980-1989 – João Santos.....	363
1990-1999 – João Santos.....	364
Posfácio	
Maria das Dores Meira (Presidente da Câmara Municipal de Setúbal).....	365
Referências bibliográficas	367
Índice remissivo	373
Autores:	
– Sínteses biográficas	389
– Nomes e [letras iniciais].....	404

INTRODUÇÃO

Setúbal no centro do mundo, ao contrário do que possa parecer e no contexto em que se insere, é um título objetivo para o livro, sem exagero ou pretensiosismo. Partindo de uma perspetiva do jornal, o critério da proximidade justifica, plenamente, esta visão sadina do mundo.

O que nos interessa, como órgão de comunicação social local e regional, é o que acontece na cidade e na região de Setúbal ou que tenha impacto relevante e específico nesta pequena parcela do planeta. Como se ensina no Jornalismo a propósito da proximidade, para um órgão local, no caso, *O Setubalense*, é mais importante a notícia de um morto em Setúbal do que de cem na China. A proximidade é, inevitavelmente, o mais importante critério de distinção da imprensa local e regional relativamente à nacional e, por acréscimo de razão, à estrangeira. Outros critérios, como o da atualidade e do interesse público, etc., são comuns a todos os órgãos de comunicação social, pelo que pouco ou nada os diferenciam.

Se para os setubalenses a sua cidade está, naturalmente, no centro das suas vidas, para *O Setubalense* essa razão acresce por dever e vocação. Foi sempre assim, desde que, no dia 1 de julho de 1855, João Carlos de Almeida Carvalho leu, certamente, ainda com intenso cheiro a tinta, o primeiro número do jornal que fundou. Terá feito essa primeira leitura logo na oficina de impressão, mas, provavelmente, depois terá levado para sua casa (na que é hoje a av. Luísa Todi, onde nasceu e morreu) esse primeiro exemplar do jornal com o carinho de quem recolhe um filho recém-nascido.

Passaram 165 anos, mais do que qualquer humano pode viver, mas o fascínio de ver na estampa o fervilhar da vida no nosso mundo, através da gestação da caneta, continuou sempre a emocionar muitos dos que participaram neste processo continuado. O arquivo da soma dos dias, que a memória não permite e a longevidade humana não alcança, afirmou-se como uma das principais funções do jornal. Com o seu imenso número de volumes de folhas amarelecidas e português arcaico, antigo, *O Setubalense* constituiu-se na melhor testemunha

dos acontecimentos que transformaram a cidade e a região.

Do alto deste jornal, quase dois séculos de história nos contemplam. É essa sua função como fonte historiográfica que pretendemos homenagear com este livro, e não poderíamos ter tido mais sorte no ensejo. Queríamos ter os melhores autores. Não apenas os que sabem de História, mas os que respiram a cidade e a região, tanto no mais livre e fresco ar do Sado e da Arrábida como no mais fechado e isolado ambiente dos jornais antigos nos arquivos.

Tivemos a sorte de a paixão pela História e o gosto pelo cheiro único que os arquivos nos dão juntarem um grupo extraordinário e diversificado de autores. Duas dezenas de investigadores, alguns do Instituto de História Contemporânea (FCSH - Universidade Nova de Lisboa), outros da Escola Superior de Educação (Instituto Politécnico de Setúbal), assim como professores noutras instituições, uns muito experientes, outros mais novos, mas nem por isso menos sabedores e entusiastas, na maioria homens, mas também algumas mulheres, mas todos e todas amantes de Setúbal.

A esse extraordinário conjunto de amigos o jornal agradece, penhoradamente. São credores do nosso reconhecimento e admiração, pela capacidade técnica, enorme empenho e farta generosidade. Deram muito à comunidade, em conhecimento aos do presente, justiça aos do passado e esperança de memória aos do futuro.

A notável qualidade do trabalho da equipa, superiormente coordenada por Albérico Afonso Costa, está à vista de todos neste volume. São mais de 400 páginas divididas em seis capítulos e centena e meia de entradas, episódios e acontecimentos locais, nacionais e internacionais, com factos e protagonistas que moldaram o curso da História. Entre as figuras que mereceram a honra de estar no livro, destacamos as biografias de 52 setubalenses, num conjunto de nomes que vai muito além dos óbvios, como Luísa Todi, Bocage ou Sebastião da Gama, pois recupera alguns, injustamente, esquecidos. São disso exemplos: José Manuel Alves dos Reis, o marceneiro sadino que perdeu a vida no Tarrafal, Manuel Nunes de Almeida, o reitor que afirmou o Liceu de Setúbal no plano nacional, ou Maria Emília Barradas, a mãe que fundou o asilo Acácio Barradas em homenagem ao filho, prematuramente, vitimado pela tuberculose. Quem se lembra ou já ouviu falar de Mariana Angélica de Andrade, «A poetisa do Sado»? Ou de Vasco Mousinho de Quebedo, o poeta épico que conquistou um

lugar no «Tríptico» do pintor Luciano dos Santos, no Salão Nobre do município, e na base da estátua a Luís de Camões (em Lisboa, no largo do mesmo nome), juntamente com outros sete notáveis portugueses da cultura e das letras, mas que Setúbal já havia esquecido (até o popular topónimo praça do Quebedo está hoje dissociado da pessoa). Estes são alguns dos vultos cuja história espera os leitores nas páginas do livro.

Além do agradecimento a toda a equipa, que inclui os gráficos Sandra Buscardine e Sónia Matos, e o aturado trabalho de revisão de Manuel Henrique Figueira, queremos, também, expressar pública gratidão a muitas outras pessoas e entidades. Agradecemos a Sua Excelência, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, pela atenção para com a Imprensa, cuja defesa assumiu como uma causa pessoal, e pelo texto que teve a amabilidade de escrever para o livro. Não podemos, igualmente, esquecer o inestimável contributo do professor Viriato Soromenho-Marques, que, com o seu respeitado estatuto e através dos textos que escreveu, entre os quais o prefácio, muito ajudou à elevação da qualidade desta obra. Mas sem os apoios da empresa The Navigator Company, que doou todo o papel para a impressão, da Câmara Municipal de Setúbal, da AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal, do Instituto Politécnico de Setúbal, da APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, da SECIL, da Junta de Freguesia de São Sebastião e da União das Freguesias de Setúbal que compraram, antecipadamente, exemplares, este livro poderia, eventualmente, ver na mesma a luz do dia, mas não teria o mesmo brilho.

Como diz Viriato Soromenho-Marques, é nos jornais que os leitores aprendem a tornar-se cidadãos, e é com o sentido dessa responsabilidade, atual e histórica, que publicamos *Setúbal no centro do mundo: 165 anos do jornal O Setubalense*.

Francisco Alves Rito

Diretor d'O *Setubalense*

Setúbal, 20 de maio de 2020

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Não é por acaso que um jornal regional consegue, com sucesso, atravessar os tempos, ultrapassar as dificuldades do quotidiano e sobreviver, dinâmico e interventivo, até aos dias de hoje.

Não é por acaso que tem mantido as características progressistas e de vanguarda, inscritas por vontade do seu fundador, e isto apesar dos vários dissabores, políticos e económicos, que, necessariamente, o afetaram ao longo de tão antiga História.

O mais antigo periódico do Continente, o único diário em papel da região sadina, celebra, agora, 165 anos de existência; em tempos tão difíceis para a Comunicação Social portuguesa, por maioria de razão penosos para a Imprensa Regional, *O Setubalense* tem sabido adaptar-se aos desafios da modernidade, está também presente na internet e nas redes sociais e está, acima de tudo, no coração dos que são a sua razão de existir — os seus leitores — prosseguindo a missão agregadora e de defesa dos interesses da região e das suas gentes.

Tenho referido bastas vezes a minha preocupação perante as perspetivas de futuro, financeiramente críticas, do Jornalismo nacional.

Tenho repetido que sem Jornalismo se quebra um dos pilares fundamentais da nossa Democracia, porque um Povo informado é um Povo mais capaz e mais livre, mais consciente das suas escolhas.

Estou, por isso, unido nesta data a todos os que, a cada dia e a cada hora, fazem *O Setubalense*, mas também aos que o compram e leem, enviando a todos os mais calorosos parabéns e votos de, pelo menos, mais 165 anos de êxitos e conquistas.

Marcelo Rebelo de Sousa

Presidente da República

Podemos interrogar-nos sobre o que terá motivado João Carlos de Almeida Carvalho a não se poupar em todos os esforços, que nesse distante dia 1 de julho de 1855 foram premiados pela publicação do primeiro número desse jornal que tinha como nome uma espécie de homenagem aos habitantes da então vila, banhada pelo estuário do Sado, ao serviço dos quais se entregava incondicionalmente.

Setúbal contaria nessa data cerca de 15 000 almas, e encontrava-se a tentar sair de uma longa e turbulenta apatia, iniciada em 1755 pelo grande terramoto que ficou com o nome da capital portuguesa, embora tenha também arruinado a cidade natal de Luísa Todi, Cádiz, e muitas outras povoações no Algarve e em Marrocos. A destruição, inaugurada pelas forças telúricas de uma Natureza indiferente ao destino dos homens, seria continuada pelos erros e ambições destes, traduzidos nos sangrentos conflitos das invasões napoleónicas e das guerras civis, que não a pouparam, como a batalha do Viso (1847) – à qual o fundador de *O Setubalense* dedicaria estudo e escrita – bem o ilustra. Em 1855 existia a fundada esperança de as armas se terem calado, substituídas pelas promessas de progresso, essa palavra ampla e vaga que pelo Ocidente inteiro se transformara numa espécie de nova religião laica, validada pelos constantes milagres da expansão da cultura material e tecnológica. E a verdade é que, nesse mesmo ano de 1855, outros cidadãos ilustres da vila fundariam o Club Setubalense. Em 1860, o malogrado e notável D. Pedro V elevaria Setúbal ao estatuto de cidade. Em 1861 seria inaugurada a estação de caminhos de ferro da novel cidade. Em 1863, a iluminação a gás traria mais luz às noites sadinas, num passo marcado pelo crescimento, mesmo que gradual, da economia e da população.

Que razões poderão explicar a aposta num jornal? Em que medidas poderão esses motivos perseguidos em 1855 permanecerem válidos, mesmo com variações significativas de cambiante, em 2020? Penso que a resposta à segunda pergunta é positiva, e que a resposta à primeira se desdobra em duas direções,

diferentes sem deixarem de ser complementares. O primeiro objetivo terá sido o de fazer de *O Setubalense* um poderoso instrumento comunicacional de partilha de informação, capaz de acelerar o processo de construção de uma moderna identidade urbana. Tal desiderato implicava o aumento das capacidades de literacia e argumentação, habilitações requeridas por uma sociedade cada vez mais ligada ao trabalho semântico, seja no conhecimento das normas jurídicas, na interpretação das regras de funcionamento do comércio e das operações financeiras a ele ligadas, no cumprimento dos deveres cívicos, ou no próprio manejo da nova maquinaria nascida da Revolução Industrial em processo de expansão. Desde o século XVIII que o aumento exponencial da produção e leitura de jornais fazia parte da viragem educativa que marcou o período das Luzes. Da Prússia aos EUA, era nos jornais que os leitores aprendiam a tornar-se cidadãos. Os jornais eram sinfonias de palavras nuas, quase despidos de ilustrações. O que excitava os leitores eram miscelâneas, notícias longínquas ou de proximidade, ou polémicas sobre temas de atualidade. Em 1784, na imprensa berlinense, o filósofo Kant exortava os seus leitores a ousarem pensar pela sua cabeça. Em 1787 e 1788 a preparação dos eleitores para a votação, Estado a Estado, da nova Constituição dos EUA, elaborada em Filadélfia, foi realizada quase exclusivamente através de empolgados e ilustrados artigos de imprensa, que ainda hoje constituem material de estudo nas Faculdades de todo o mundo. Em 1807, depois do encerramento da Universidade de Jena, aquando da derrota prussiana perante Napoleão Bonaparte, o filósofo Hegel torna-se chefe de redação do *Bamberger Zeitung*, o jornal de uma cidade bávara. Nos seus apontamentos pessoais, Hegel escreve algo que pode ser traduzido da seguinte forma: «A leitura dos jornais é a oração matinal do homem atento à realidade». Não havia contradição entre construir um complexo sistema filosófico e olhar criticamente o quotidiano de uma cidade, pelas lentes de um editor. Pelo menos para quem como Hegel pensava que o universal não paira acima do mundo, mas está intimamente enraizado no corpo das coisas mais singelas e dos detalhes aparentemente mais conjunturais. O mesmo se poderia aplicar aos líderes da Revolução Liberal do Porto, em 1820, de onde emergiu, dois anos depois, a primeira Constituição Portuguesa. Manuel Fernandes Tomás, que faleceu escassas semanas após a aprovação da Lei Fundamental de que tinha sido o principal obreiro, foi também um mestre formidável tanto da

palavra dita na oratória parlamentar, como da palavra escrita nas gazetas de uma imprensa nascente.

A segunda razão, ainda hoje inteiramente válida, que terá levado João Carlos de Almeida Carvalho a fundar *O Setubalense*, bem como animado os primeiros articulistas que nas suas páginas se distinguiram, como António Rodrigues Manito e José Groot Pombo, consiste no facto de que a imprensa não se limita a promover o conhecimento e a difusão da cultura, ela constitui também uma referência estruturante de uma esfera de ideias, sem a qual não existe propriamente opinião pública, essa força motora, plural e plasticamente perspectivista, indispensável para um funcionamento razoável das democracias. Como Alexis de Tocqueville bem notou na sua obra clássica, *A Democracia na América* (1835), a imprensa é, simultaneamente, tanto um fator de instrução como uma condição espiritual e anímica decisiva para a organização e a mobilização cívica de cidadãos informados em torno de causas de interesse comum, de geografia variável, que vão do plano local ao global. A prova disso está patente no imprescindível lugar ocupado pelo espólio documental de *O Setubalense* para quem queira enveredar pelo caminho de conhecer e escrever sobre a aventura histórica dos setubalenses ao longo destes 165 anos. Para quem saiba escutar o que vibra no silêncio dos arquivos, as páginas amareladas deste jornal guardam e libertam o imenso rumor e fervilhar de tempos, marcados pela tragédia e grandeza, pelo sofrimento e esperança. Lutas e anseios de mulheres e homens, crianças e velhos que, partindo do azul do Sado, desaguam nesse grande oceano de lutas e anseios da humanidade inteira a que chamamos história universal.

Com sentido de ponderada oportunidade convidou Francisco Rito, o atual diretor de *O Setubalense*, o historiador Albérico Afonso Costa para a árdua e complexa empresa, cujo sucesso, por ele conduzido, este livro concretiza. Neste ano de 2020, quando se comemoram 165 anos de existência de *O Setubalense*, parece que a incerteza essencial da existência, que tantas vezes nos negamos a reconhecer em plenitude, quis concorrer para tornar mais vivas do que nunca as razões que guiaram à fundação deste jornal em 1855. Quando sobre o planeta inteiro se abateu uma pandemia que exibiu e manifesta as profundas fragilidades do nosso modelo de civilização global, e que promete trazer na sua volumosa enxurrada desafios económicos, sociais e políticos que

irão abalar os fundamentos das instituições, das doutrinas e dos valores, mais do que nunca teremos de ter os pés firmes na nossa terra, e o coração junto às nossas raízes. Será em Setúbal que teremos de nos reinventar como cidadãos de Portugal, da Europa e do Planeta. Serão tempos dolorosos e exigentes que colocarão o carácter dos indivíduos e dos povos a uma prova extrema e, talvez sem paralelo, na profundidade e na escala do que estará em causa. De tudo isso, as páginas futuras de *O Setubalense* darão fiel e empenhado testemunho.

Viriato Soromenho-Marques

Setúbal, 5 de maio de 2020

CAPÍTULO I



O PAPEL E A HISTÓRIA DO JORNAL



***O Setubalense*, espaço de memória e cultura**

«Quando a imprensa não fala, quem não fala é o povo. Não se cala a imprensa. Cala-se o povo»

William Blake, (1757-1827), poeta e pintor inglês

O Setubalense foi fundado em 1855. Estamos perante um dos jornais mais antigos do mundo.

No início do século XIX, William Blake referia-se à importância da imprensa da forma que acima se transcreveu, identificando a sua voz com a voz do povo.

Napoleão Bonaparte apontará, de forma semelhante, o valor dos jornais: «Jornais hostis são mais temíveis que cem mil baionetas».

Michel Foucault classificará a imprensa como «a invenção fundamental do século XIX».

O século XIX surgiria, assim, como o momento em que a indústria dos jornais vê a luz do dia, com a utilização de tecnologias que permitiram a produção e comercialização das edições. O ideário deste jornalismo inicial não é muito diferente daquele que ainda hoje os jornais afirmam seguir: a informação deve chegar ao público de forma rápida, verdadeira e independente.

Ao longo do tempo, os jornais impuseram-se. De forma determinada seguiram o seu caminho. Produtores e produto de uma era que aspirava chegar à modernidade, foram-se comprometendo com o seu tempo.

E alguns comprometeram-se não só com o seu tempo, mas também com a cidade que os tinha visto nascer. É o caso de *O Setubalense*.

Os jornais, desde o seu aparecimento até ao momento presente, venceram dificuldades, proibições, obstáculos, armadilhas que o poder, quando os não tinha como aliados, lhes foi pondo.

Foram «baionetas» e ombro amigo; viveram e narraram tragédias e deslumbramentos; lutaram pela notícia e levaram a notícia até ao seu público que

os aguardava, impaciente; publicaram factos e assuntos pouco importantes (os chamados *faits divers*) e os grandes acontecimentos que foram mudando o mundo; foram História e fizeram História.

Neles se pode encontrar as formas de viver que os povos foram conhecendo. Neles se pode recuperar a vida quotidiana, a mentalidade de cada época, o preconceito e a libertação do estereótipo. Por vezes, de forma frontal, outras vezes, nas entrelinhas, é possível vislumbrar, aquilatar o peso do tempo em cada página que se consulta.

Daí que a historiografia contemporânea atribua cada vez mais importância à imprensa enquanto fonte histórica de inigualável riqueza.

Inicialmente considerados como documentos de pouca valia por historiadores de sobrolho carregado, que apenas tinham em conta documentação «objetiva», «neutral», dita fidedigna, distanciada do próprio tempo a que dizia respeito, os jornais foram-se, sucessivamente, revelando como fonte e objeto da História.

A partir de meados do século XX, a nova historiografia tenta romper o coleto de forças que aquela conceção de análise de fontes lhe impunha. São propostas novas abordagens de análise crítica e novos objetos de estudo surgem na mesa do historiador. Os jornais ganharam relevância.

E, se é verdade que sobre os jornais nacionais a História passou a ter um outro olhar, também é verdade que com o reconhecimento crescente da História Local, até há tão pouco tempo ignorada ou desvalorizada pela Academia, os jornais locais viram a sua importância crescer enquanto «mina» de onde se extraem os «metais preciosos» da informação histórica.

A nova historiografia afirma hoje que retirar à História a perspetiva local é amputar a realidade, é empobrecer o conhecimento histórico.

Utilizando um exemplo, para que melhor se entenda a importância da História Local para o conhecimento global de determinado acontecimento ou era histórica, o estudo da implantação da República ficaria incompleto se não se soubesse que, em Setúbal, a República foi proclamada ainda no dia 4 de outubro.

Há descrições daquela data que nos fazem entender como o sentimento republicano estava arreigado na população setubalense.

Sabemos hoje, porque a História Local nos permite ter esse conhecimento, que naquele longínquo dia 4 de outubro de 1910, à porta do Centro Republicano, na rua das Esteiras, aguardava já uma multidão. Uma massa compacta de

gente pressionava a saída dos dirigentes republicanos locais. A sala do Centro Republicano ter-se-á esvaziado e os seus ocupantes, em conjunto com a multidão, terão saído para as ruas da cidade dando vivas à revolução e à República.

Ao chegar à Praça de Bocage, a multidão teria um único alvo: a esquadra da polícia que funcionava na Câmara Municipal. De dentro da esquadra são disparados tiros de revólver.

A esquadra é invadida e incendiada. Os polícias fogem.

Em pouco tempo, esta espécie de Bastilha setubalense deixava de existir. A cidade não esperou pelo telégrafo para lhe dar a notícia: a monarquia, em Setúbal, chegava ao fim. A cidade fazia a sua Revolução.

Será impossível não ver, negar, ou minorizar o peso da História Local no todo histórico do Portugal daqueles dias.

E, à medida que esse peso vai pesando, também a imprensa local aumenta a sua importância.

No que diz respeito ao jornal *O Setubalense*, podemos dizer que acompanhou, desde a sua formação, todo o devir histórico da cidade.

Mais do que um acompanhamento de circunstância, este jornal fez e foi a própria caminhada. Meteu as mãos na massa e fez o pão da notícia.

O seu aparecimento está desde logo ligado à disputa política no seio do rotativismo oligárquico. É o próprio fundador, João Carlos de Almeida Carvalho, que explica as circunstâncias em que ocorreu a sua génese. «Como me achava envolvido na política militante do partido denominado Regenerador, eu e alguns amigos resolvemos criar em Setúbal um periódico de que fui o principal redator e responsável. Comprámos uma tipografia, e o primeiro número de *O Setubalense* saiu em 1 de julho de 1855».

No período republicano, entusiasmou-se de novo com a Revolução, tomando partido nas disputas sociais e políticas; distanciou-se da I Grande Guerra e acabou desiludido com a intensa litigância política. Viu o advento da Ditadura Militar com benevolente expectativa, reprovou a censura e foi das primeiras vítimas da mão censória da Ditadura. Viu-se suspenso e o seu diretor foi preso.

Durante o longo período do Estado Novo, rendeu-se ao nacionalismo e foi, por vezes, defensor dos valores corporativistas e mesmo do fascismo militante.

Na Revolução de abril de 1974, desde os primeiros dias vibrou com a mudança política e, progressivamente, empunhou a narrativa da esquerda radical.

Em 25 de novembro de 1975 é ocupado pelos militares e, mais uma vez, viu suspensa a sua atividade. Regressou em 1981, teimoso, como que a provar e a tornar pública a sua já conhecida resiliência.

Em breve síntese, foi monárquico e republicano, esteve com o Estado Novo e saltou para a Revolução em abril, abraçando-a, incondicional e solidário. Abriu as páginas a protagonismos e foi ele próprio protagonista, tomando partido, comprometendo-se.

Desde a sua fundação, fechou e abriu as portas diversas vezes; foi ativo e febril, e foi suspenso e proibido; denunciou poderes e podres e acolitou situa-
cionismos; narrou vidas e mortes, abriu os olhos quando a ordem era fechá-los, arriscou e perdeu, e também se calou para sobreviver. Foi espaço de cultura, tendo para o efeito páginas dedicadas à criação artística e à publicidade a en-
contros levados a cabo na cidade e na região.

Mais do que um mero jornal de Setúbal, *O Setubalense* foi, muitas vezes, a própria voz da cidade. Estreitou-lhe os laços e deu-lhe identidade.

Nas inúmeras vicissitudes, circunstâncias e ocasiões há, porém, um traço que lhe define o percurso: a defesa intransigente dos interesses da cidade.

Ao longo de décadas, mais de um século e meio, *O Setubalense* afirmou-se sempre como força ativa dentro da comunidade sadina. Foi tido como «o seu jornal» por sucessivas gerações de gente que nasceu e viveu dentro deste espaço. Não é coisa pouca!

Neste tempo em que se pretende docilizar e amestrar a memória, ou seja, se pretende remetê-la à categoria de um fóssil para ser ostentado numa vitrina de museu, mais do que nunca compete à História recuperar o conhecimento do que fomos como forma de sabermos para onde pretendemos ir.

À História Local compete, assim, investir nessa procura, num combate permanente contra o silêncio pesado que desceu sobre o tempo que já foi, silêncio instalado à custa de um permanente bombardeamento sobre o presente que se vive, o presente a que o historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012) chamou de «presente contínuo», instantâneo, superficial, efémero, a durar o tempo de um clique feito na tecla de um computador ou telemóvel.

Saber de onde viemos é, pois, uma tarefa de cidadania.

Daí que se saude, com especial carinho, a iniciativa de lavrar em livro esta memória em torno da comemoração dos 165 anos d'*O Setubalense*.

O livro responde a um desafio lançado pelo seu Diretor, Francisco Alves Rito.

Para cumprirmos o desafio, recorremos ao apoio de um conjunto de investigadores do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que têm dedicado parte do seu labor à investigação da História Local. Pudemos, ainda, contar com a participação de vários outros investigadores que se têm especializado em estudar a História da cidade de Setúbal nos séculos XIX e XX, responsáveis por uma produção historiográfica de grande mérito.

A todos os 20 autores que tornaram possível este livro, agradecemos a participação, o empenho e, sobretudo, a qualidade do seu trabalho.

Ainda uma palavra de agradecimento para a participação de Viriato Soro-menho-Marques e de Francisco Abreu pelos seus testemunhos.

O Manuel Henrique Figueira desempenhou, ainda, um papel fundamental na atenta, exigente e ingrata tarefa da revisão dos textos (porque as gralhas, às vezes, persistem inexplicavelmente): na uniformização dos critérios de edição, na simplificação de um ou outro pormenor dos textos com vista à fluência da leitura, na caça às gralhas. O Carlos Mouro e o João Reis Ribeiro deram sugestões muito úteis e muito além da habitual revisão que os autores fazem aos seus textos depois de serem paginados.

Um agradecimento final à direção d'*O Setubalense* e, em especial, ao seu diretor, Francisco Alves Rito, pela forma como impulsionou, apoiou e acarinhou este projeto editorial.

Esta obra coletiva que agora se dá à estampa integra seis capítulos:

- No primeiro, problematiza-se a importância de *O Setubalense* como espaço de memória e cultura; sublinha-se a importância que tem enquanto recurso histórico; finalmente, o capítulo conta com uma breve história do jornal.

- No segundo, dedicado aos temas locais, seleccionámos mais de cinco dezenas de temas que, desde a fundação do jornal, foram tratados nas suas páginas, seguindo uma ordem cronológica. Os autores, partindo da informação d'*O Setubalense* e de outras fontes relevantes, enquadraram e sintetizaram esses acontecimentos.

- No terceiro capítulo, arriscámos a difícil tarefa de seleccionar, igualmente, mais de cinco dezenas de figuras históricas setubalenses que se destacaram nas várias áreas de intervenção humana (na história da cidade, algumas no

próprio *O Setubalense*): enfim, que contribuíram para a identidade de Setúbal. Esta seleção, como qualquer seleção, deixa sempre de fora muitas outras figuras que também poderiam aqui ter tido lugar. Mas esse é o eterno dilema das seleções: incluir e excluir. Pedindo-lhes, desde já, desculpa, aos excluídos, mas também aos leitores, sempre se dirá que uma obra deste tipo tem limitações.

– No quarto capítulo, selecionámos algumas das principais páginas culturais que *O Setubalense* albergou ao longo da sua existência.

– No capítulo seguinte, escolhemos um conjunto alargado de temas nacionais e internacionais que foram objeto de análise no jornal.

Por fim, no capítulo sobre as vivências do quotidiano, os autores do livro foram desafiados a escolher n' *O Setubalense* pequenos factos e assuntos pouco importantes (os chamados *faits divers*), notícias que, pela sua originalidade, estranheza ou curiosidade que despertam no leitor fizesse sentido serem divulgadas. Porque essas notícias, muitas vezes, contêm em si muito mais importância que que aparentam, pois podem dar-nos verdadeiros retratos sociais de cada época: dos valores predominantes; das relações interpessoais; dos hábitos e costumes mais comuns, etc.

Ainda que dividido nestes seis capítulos, o livro propôs-se ser uma obra de abordagem global e de síntese da vida do mais antigo jornal da cidade.

Não se pretende, contudo, que fique por aí. Mais do que homenagear o jornal, entende-se que este livro deverá chegar às escolas, servindo como suporte pedagógico, como um recurso a utilizar pelos alunos por forma a que possam problematizar a cidade em que vivem, não apenas nas aulas de História, mas também nas várias disciplinas de Ciências Sociais.

Acabo a fazer, de novo, enquanto historiador, uma jura de amor à História Local. Porque ela integra a parte fundamental do património cultural de um povo. Tem um papel decisivo na promoção de valores e saberes que recebemos das gerações anteriores e que devemos transmitir às gerações futuras.

E nessa História de Setúbal que todos os dias vamos construindo, *O Setubalense* está lá, por direito próprio, enquanto fonte inesgotável de informação.

Albérico Afonso Costa

Setúbal, fevereiro de 2020

O Setubalense

Toda a vida de um grande título

Pôr por escrito a história de um título periódico como *O Setubalense*, com mais de século e meio de existência, é tarefa árdua e morosa. O mesmo se aplica, aliás, a outras congêneres publicações. As coleções dificilmente se encontram completas nas hemerotecas. As biografias dos proprietários, dos diretores, dos redatores ou dos colaboradores estão, na maioria, por alinhar. Desconhecem-se os locais das redações, das oficinas que os imprimiam, dos postos de venda ou os respectivos circuitos de distribuição. Quem escrevia e o que escrevia nessas folhas? Que princípios norteavam o seu labor? Quem lia essas páginas, ou como ouvia lê-las, e onde?

No caso concreto d'*O Setubalense*, são parcelares e incompletas as indicações – ainda assim preciosas, a muitos títulos – de Fran Paxeco (PAXECO, 1930: 343-353), Henriques de Jesus (JESUS, 1955) ou do trabalho coordenado por Idília Martins (MARTINS, 1984) e em outros, esparsos, que aqueles seguiram. Há muita investigação por fazer. Demorada, de dedicação beneditina. Não podemos sequer tentá-la e, mesmo que o fizéssemos, dificilmente os resultados se acomodariam à economia do presente texto. Limitar-nos-emos a sintetizar e a melhorar as indicações fornecidas na bibliografia citada; a esclarecer, quando possível, as peripécias da existência de tão importante título.

***O Setubalense* pioneiro**

O período Almeida Carvalho (1855-1857)

1. Em 1 de julho de 1855 o semanário *O Setubalense* apresentou-se aos leitores, tendo como redator principal a marcante figura sadina que foi João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897). O próprio referiu-se a esse momento, em apontamentos memorialísticos: «...como me achava envolvido na política militante do partido denominado Regenerador, eu e alguns amigos resolvemos

fundar em Setúbal um periódico, de que fui principal redator e responsável. Estabeleceu-se a tipografia, que comprámos, e saiu o primeiro número do periódico *O Setubalense* no 1.º de julho de 1855». (ADSTB/PSS/APAC/10/1, f. 188). A tipografia em causa funcionava na então Rua do Buraco d'Água (após 1890 denominada Rua Tenente Valadim). Nas proximidades funcionava a redação (na Rua do Romeu, 27 e 28). Segundo informa Fran Paxeco, «colaboraram no *Setubalense* o dr. António Rodrigues Manitto, José de Groot Pombo, o dr. José Sérgio de Capeto Barradas» (PAXECO, 1930: 5). A longa apresentação do novo título (não assinada, mas na qual se reconhece a pena do redator) é um vibrante manifesto em defesa do jornalismo. Ainda hoje! Citemos o primeiro parágrafo: «A Imprensa moderna é uma condição necessária do progresso dos homens, é a vida das instituições políticas da sociedade em que vivemos; sem liberdade de imprensa o mundo moral cairia no caos do obscurantismo, e a humanidade sempre oprimida e vencida pelos embates da tirania afundar-se-ia no abismo da escravidão, porque lhe faltaria o timão da inteligência desoprimida, cuja luz só a imprensa livre sabe transmitir de geração em geração» (*O SETUBALENSE*, 1855, 1 de julho). Nas páginas do seu periódico, numa polémica «de estimação» com outro título coevo – *O Independente de Setúbal* (de 14/10/1856 a 28/11/1857), do qual não se conhece uma única coleção –, Almeida Carvalho combateria os desmandos da administração local. Por pouco, lhe não custou a vida. No dia 27 de dezembro de 1857 (com 131 números publicados) o título despediu-se dos leitores: «Defensores sinceros e fervorosos do progresso do nosso país, e dos interesses da nossa terra, arcámos muitas vezes com o abuso e com o arbítrio, censurámos a sonolência para que afinal não caíssemos em torpor e, assim, tivemos de passar por dissabores que preferimos tragar, a traírmos os deveres sagrados que entendíamos haver contraído» (*Ibidem*, 1857, 27 de dezembro).

***O Setubalense* renascido**

O período Luís Faria Trindade (1916-1944)

1. Em 1916, apesar dos entraves colocados pelo contexto da I Grande Guerra, a imprensa sadina era pujante. Os leitores já folheavam *O Elmano* (desde 5/3/1893); *O República*, (desde 2/1/1910); *O Trabalho* (desde 9/12/1900); *A Mocidade* (desde 15/1/1905). Surgiram, naquele ano, *A Propaganda* e *O Correio do Sado*. Publicou-se,

ainda, o número único de *O Chapéu Sadino*, brincadeira carnavalesca suportada pela casa comercial Manique & Irmão.

O Setubalense, ressuscitado título, saiu dos prelos em 10 de agosto, como independente e defensor dos interesses locais. Era bissemanário, sendo redator João Regala. Administrava-o Guilherme Faria. Em 14 de setembro Luís Faria Trindade assume a direção.

Em 15 de novembro de 1917, a redação passa a ser secretariada por Manuel Reymão (1894-1964), o muito conhecido Boris Wlamen.

No dia 10 de junho de 1918, o jornal altera a periodicidade e cognomina-se «diário da noite». Em 15 de agosto daquele mesmo ano passa a ter como editor Augusto [António] Neves (1891-1945), republicano incondicional e com outras ligações ao periodismo.

Um ano após (14/8/1919), o título aparece nas bancas como trissemanário e passa a subintitular-se «Folha da noite».

Entre 10 de junho e 22 de agosto de 1921 não aparece no cabeçalho a indicação do corpo redatorial.

Anos depois (1/12/1925) há nova alteração no elenco de colaboradores do periódico: saem César Nogueira e Lúcio Moreno, que são substituídos por Óscar Paxeco e Edmundo Motrena. No ano imediato, na edição de 10 de agosto, outro nome histórico, Manuel Luís de Figueiredo, deixa de ser redator principal e, pouco depois, *O Setubalense* é suspenso por imposição governamental, em 5 de fevereiro de 1927, a dois dias de se intensificar a luta republicana contra a Ditadura instituída em 28 de maio do ano anterior. Então, um outro título surge no espaço jornalístico local: o diário da noite *Distrito de Setúbal*, como «republicano independente, defensor dos interesses da Região do Sul do Tejo».

Em 26 de agosto de 1927, o vetusto *O Setubalense* voltou aos pregões dos ardinhas, agora com o subtítulo de «Diário Republicano da Noite», o qual viria a ser abandonado em 1938 quando, em 27 de outubro, entra para editor Domingos Tavares Roque.

Em 1931 a Rua de S. Julião (antiga Travessa do mesmo nome) passou a designar-se por Rua do Diário 'O Setubalense'. Era o reconhecimento pelos 15 anos de existência do título (na segunda fase de publicação) que então se reorganizara, renovando-se também, significativamente, o respetivo parque de máquinas, acompanhando a «fé regionalista» que então se vivia, reconhecendo-se, desse

modo, ser a imprensa «essa alavanca do progresso, de que nós apenas somos uma parte minúscula» (*Ibidem*, 1931, 7 de agosto).

A remodelação

O período Bordallo-Pinheiro (1944-1974)

1. No contexto da II Grande Guerra – cujas peripécias eram acompanhadas a par e passo – imprimiu-se-lhe, em 1944, um outro subtítulo: «Última Hora». Escreveu-se no primeiro número desta nova fase: «Remodelando inteiramente os seus serviços redatoriais e os seus processos de expansão, *O Setubalense* inicia, de facto, uma nova fase na sua marcha de jornal provinciano com prestígio bem ganho em 28 anos de esforço regionalista» (*Ibidem*, 1944, 1 de julho). No mesmo ano conheceria ainda dois subtítulos: «Diário de informação da noite» (em 13 de julho) e «Informação do Sul» (em 1 de novembro). Nesta última data operara-se já uma alteração de vulto. No cabeçalho passara a figurar o nome de Diniz Bordallo-Pinheiro como diretor e proprietário, como se esclarece em *Edito-rial*: «De hoje em diante passa a figurar na cabeça deste jornal, como seu Diretor, o nome do sr. Diniz Bordallo-Pinheiro, que há já alguns meses vem exercendo efetivamente essa função. Diversas circunstâncias demoraram, nesse período, a menção pública do facto; e ao sr. Luís Faria Trindade, fundador de *O Setubalense* e seu prestigioso Diretor durante cerca de 29 anos, se deve mais este serviço e gentileza de manter o seu nome como diretor de um órgão da Imprensa que de facto já não dirigia». No ano seguinte houve ainda lugar à alteração do próprio título do diário sadino: «De amanhã em diante este jornal deixa o seu velho título de *O Setubalense* (...) e passa a intitular-se *Vitória*. É ainda [na] própria cidade de Setúbal que nasce este novo título *Vitória*. Os interesses desportivos, que tão grande lugar ocupam no espírito popular, deram à palavra, para os setubalenses e para os que lhe estão mais próximos, uma significação especial e sugestiva. *Vitória* é um "grito" setubalense, na verdade (...). *Vitória* será sempre *O Setubalense*, mas não encenado nos limites da bela e progressiva cidade do Sado» (*Ibidem*, 1945, 31 de março). Foi já divulgada a ideia de que o novo título se deve à vitória aliada sobre as forças hitlerianas, ao fim da II Guerra Mundial. Nada se encontra no citado texto que nos permita confirmar esta ideia. Mais: o novo título foi anunciado em 31 de março de 1945 e seja qual for a data que se adotar como

sendo a do termo daquela sangrenta conflagração (não há unanimidade sobre tal assunto) será sempre uma data posterior.

2. Em 2 de janeiro de 1945, no cabeçalho do agora trissemanário, o nome de Diniz Bordallo-Pinheiro passa a figurar como diretor, sendo Domingos Tavares Roque o editor. Com pontuais alterações ditadas pela conjuntura, a situação manteve-se até 1971, o ano do falecimento daquele diretor. Então, Carlos Bordallo-Pinheiro, seu filho, assume a herança e o cargo. Em 20 de outubro de 1975, pela primeira vez, surge no cabeçalho como diretor e proprietário.

3. Em 1974, quando do golpe militar libertador de 25 de Abril, *O Setubalense* era dirigido por Carlos Bordallo-Pinheiro. No contexto revolucionário subsequente, o então trissemanário conheceria profundas mudanças, acompanhando a transformação política e social do novo Portugal e acompanhando o modo frenético como a cidade a vivia (COSTA, 2017: 183-188). Em 20 de outubro do ano seguinte o nome do diretor é pela última vez assinalado e, dois dias depois, passa a constar ali a indicação editorial: «Esta edição é da responsabilidade dos trabalhadores». Assim se manteve até 26 de novembro do mesmo ano, quando no cabeçalho se imprimiu: «Esta edição é da responsabilidade dos seguintes trabalhadores», elencando-os. Foi o último número publicado nesses anos de revolução. O velho periódico sadino acompanharia tão intensos tempos, fazendo-se eco das tensões criadas. Como lembrou Albérico Afonso Costa: «*O Setubalense* será encerrado após o golpe militar do 25 de novembro. Não acatara o estado de sítio, tendo saído com uma edição no dia 26 com a manchete na primeira página: "Armas ao povo, já". As instalações serão ocupadas pelo Exército. Alguns dos seus trabalhadores serão presos e interrogados a fim de avaliar o seu grau de comprometimento na saída do jornal durante o estado de sítio. *O Setubalense* fica, deste modo, associado ao último dia do PREC na cidade de Setúbal». Passará a editar-se, após janeiro de 1976, o título *Nova Vida*, sob a direção de Joaquim Casimiro Madeira. Assim se manterá até 29 de julho de 1983...

O retorno (1981-2013)

O velho título regressaria ao convívio dos leitores, três vezes por semana, em 16 de fevereiro de 1981, dirigido, uma vez mais, por Carlos Bordallo-Pinheiro.

Assim se publicou até 1995, quando José de Sousa Fidalgo assumiu a direção do periódico, agora propriedade da Plurijornal. Com a morte daquele, sucedeu-lhe o filho, João Carlos Fidalgo, que se manteve no lugar até ao falecimento, ocorrido a 18 de junho de 2011. Sucederam-lhe a viúva e o filho. Depois, um sobrinho de Fidalgo assumiria a administração do título. Era, então (em 2013) publicado duas vezes por semana. Esta fase terminaria com a suspensão da atividade, em 10 de maio de 2013, por falência da empresa Plurijornal.

***O Setubalense* como diário da região (2018)**

Em 22 de fevereiro de 2014, *O Setubalense* havia voltado ao convívio dos leitores, agora dirigido por João Abreu, e assim se manteve até à fusão com o firmado título – *Diário da Região* – dando origem a *O Setubalense* como diário da região. O jornal ganhou, deste modo, dimensão regional e passou de trissemanário a diário. A manutenção do nome do segundo jornal, como uma espécie de subtítulo informal (não registado na ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, por impossibilidade de os periódicos terem subtítulo), visou manter a ligação aos leitores do antigo *Diário da Região*. O n.º 1 de *O Setubalense* desta nova fase saiu em 27 de agosto de 2018, sob a direção de Francisco Alves Rito, que nesse número escreveu: «Hoje iniciamos uma nova era, em que pretendemos honrar a história de 163 anos d'*O Setubalense* ao serviço de Setúbal, e consagrar o papel de vanguarda do *Diário da Região*». **[CM/HP]**

CAPÍTULO II



TEMAS LOCAIS



Associativismo Mutualista (1855)

Setúbal despertou para o mutualismo em 1855, com a criação da Associação Setubalense das Classes Laboriosas, pela mão de Almeida Carvalho.

Localmente, 1855 foi um ano de novidades. Destaquemos três: publicou-se o primeiro periódico, *O Setubalense*; nasceu o Club Setubalense, associação ainda existente; entrou em laboração a primeira unidade conserveira moderna (AFONSO & MOURO, 1990: 17-44).

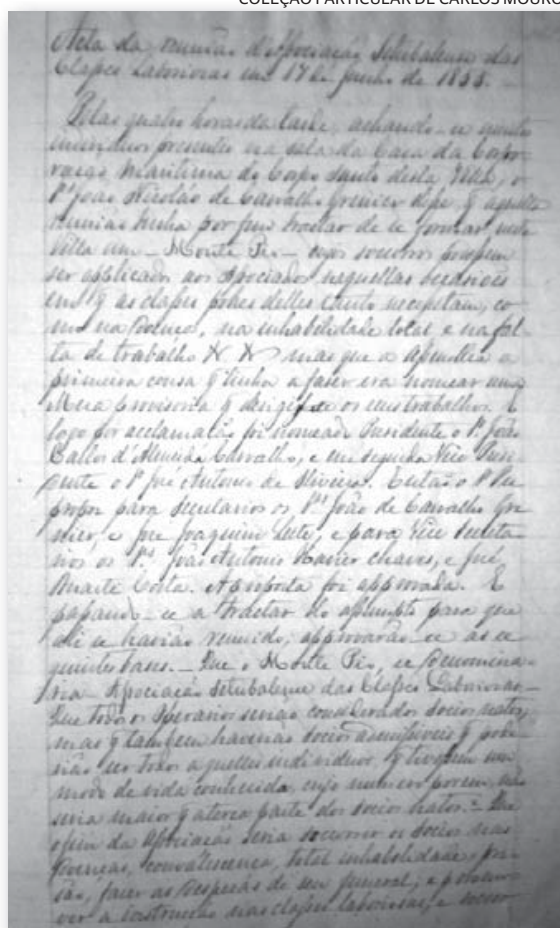
Logo no primeiro número d'*O Setubalense*, A. Carvalho deixou o relato daquele esforço pioneiro, no qual tanto se empenhara: «A exemplo do que já então se fizera em Lisboa e Porto, lembrara eu a conveniência de se organizar aquela associação em Setúbal. E, de facto, auxiliado por algumas pessoas, que viram a ideia geralmente abraçada pelos operários, fundámos a referida associação, que foi inaugurada em 17 de junho daquele ano», tendo como preocupações fundamentais «levar a independência às classes laboriosas pelo estabelecimento de caixas de socorros mútuos e nobilitá-las pelo derramamento entre elas da instrução» (*O SETUBALENSE*, 1855, 1 de julho).

Então, inscreveram-se 449 sócios – 419 homens (93,3%) e 30 mulheres (6,7%). Conhecemos as profissões de 419 daqueles associados. Se considerarmos, apenas, as profissões mais frequentadas (dois dígitos), passaremos a considerar 236 indivíduos (56,3%). As profissões ligadas ao mar (marítimos, carpinteiros navais, marroteiros – trabalhadores das salinas) surgem destacadas, a atestar o carácter da vila sadina, ligado às atividades do rio e do mar. Seguem-se os representantes do «artesanato» (sapateiros, carpinteiros, pedreiros, barbeiros). Foi esta a base social de apoio do primeiro mutualismo local. É significativa, ainda, a presença de negociantes e de proprietários. Conheceram-se, depois, outras experiências: Associação Fraternal dos Operários de Setúbal (1856); Corporação Marítima dos Pescadores de Anzol (1862); Sociedade de Pescaria Franciscana (1871); Associação Operária de Socorros

Mútuos Setubalense (1888) – grupo ainda ativo, sem a incómoda designação de «operária», suprimida em 1959; Associação Instrutiva de Beneficência Familiar (1910); Associação de Socorros Mútuos 1.º de fevereiro de 1910 (1913) e Caixa Auxiliar 1.º de Maio (fundada em data não apurada, após 1910).

A Associação Setubalense das Classes Laboriosas subsistiu até 1923, ano em que se operou um processo de integração na Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense. **[CM]**

COLEÇÃO PARTICULAR DE CARLOS MOURO



Primeira folha da Ata fundacional da Associação Setubalense das Classes Laboriosas

Associação Setubalense das Classes Laboriosas

(Principais profissões dos fundadores)

PROFISSÕES	TOTAL %	
Marítimos	58	13,8
Sapateiros	34	8,1
Carpinteiros	32	7,6
Pedreiros	28	6,7
Negociantes	17	4,1
Caixeiros	16	3,8
Proprietários	15	3,6
Carpinteiros navais	14	3,3
Barbeiros	11	2,6
Marroteiros	11	2,6
TOTAIS	236	56,3

AUTOR: CARLOS MOURO

O atentado ao diretor d'*O Setubalense* (1855)

João Carlos de Almeida Carvalho, diretor do recém-criado jornal *O Setubalense*, foi vítima de um atentado na noite de 31 de agosto de 1855.

É o próprio que conta o sucedido: «... pelas nove e meia horas da noite de 31 de agosto de 1855, na Rua da Praia, entre os edifícios do Hospital e da Alfândega, e próximo da guarda militar desta casa fiscal, quando eu passava pacificamente e sem cuidados, recolhendo da imprensa para minha casa, fui aleivosa e cobardemente agredido por dois assassinos, um dos quais me cravou o punhal no peito».

A agressão seria noticiada no jornal, numa brevíssima nota perdida no canto inferior direito da última página: «Srs. redatores de todos os periódicos! Pelas 9 horas e meia da noite de 31 de agosto foi cobardemente acometido o nosso colega e responsável por dois homens de jaqueta, os quais lhe deram uma facada, de que se acha gravemente enfermo!!!» (*O SETUBALENSE*, 1855, 2 de setembro).

A gravidade do caso levou à publicação de um «Suplemento ao n.º 10» d'*O Setubalense*, datado de 3 de setembro, onde se dá novos pormenores do crime contra Almeida Carvalho: «O atentado tivera lugar "... na praia, no lugar mais frequentado desta vila..."; fora praticado por "...dois homens que o precediam (...) desde o Largo do Sapal, fingindo-se um deles embriagado..."; "...acudiram várias pessoas, mas nem um soldado da Alfândega, nem um agente de segurança pública..."; "... a Autoridade Administrativa e o Regedor só tiveram conhecimento do facto na manhã seguinte...". Enfim: o ferido encontrava-se em perigo de vida!» (COSTA & MOURA, 2018: 202).

O atentado foi amplamente comentado na imprensa, de norte a sul do país. Não houve periódico que não noticiasse e lamentasse aquele ato, acompanhando os desenvolvimentos do caso, e que não verberasse os responsáveis do mesmo. A condenação foi unânime e a maioria das mais importantes folhas



O Setubalense, (suplemento ao n.º 10), 3/9/1855

da época interpretaria o crime de Setúbal como uma tentativa de condicionar a liberdade de imprensa, cortando-lhe a voz com a «lei do punhal».

Os jornais da oposição sustentarão, com maior veemência, a tese de que o atentado a Almeida Carvalho fora um crime de natureza política! Vão, assim, politizar ao máximo o sucedido, utilizando-o como uma arma de arremesso contra o Governo Regenerador. O ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca, foi apresentado como cúmplice dos criminosos, pela má condução do processo de identificação, captura e castigo dos autores materiais do despropósito.

O representante do ministério em Setúbal – Severiano Silvestre Lapa – seria também acusado de proteger os criminosos. Lapa é identificado como antigo miguelista e apoiante de Costa Cabral e denunciado como responsável pela repressão violenta de manifestações populares, quando ocupara igual cargo no concelho de Torres Novas. Para *O Setubalense*, e para a imprensa oposicionista, este currículo legitimava as acusações feitas: em Setúbal, aquele responsável apenas continuava as suas velhas práticas, servindo-se dos mesmos métodos. Lapa era, ainda, conivente com os desmandos cometidos na administração municipal local, dominada pela figura influente de Agostinho Maria Albino.

Enfim, ao cabo de dias e dias retido no leito, Almeida Carvalho recuperou. Logo assinou n' *O Setubalense* um longo artigo no qual, «com a mão ainda trémula», agradeceu as «esmeradas considerações» que de todos recebera, nomeadamente da parte da imprensa que apelida de «baluarte inexpugnável da liberdade». Acrescenta: «À imprensa periódica de todas as cores e de todos os partidos, a quem reitero o meu reconhecimento, suplico que não desampare a

defesa da minha causa que é a de toda a imprensa; e ao Governo peço garantias, que não temos, às nossas vidas; segurança, que não vemos, às nossas pessoas; e que nos livre de autoridades faciosas nossas encarniçadas inimigas, que pelos seus vergonhosos factos e vociferações contra nós, são um seguro apoio aos perversos que nos ameaçam e aos celerados que nos ferem, confiando já na impunidade do seu crime» (*O SETUBALENSE*, 1855, 14 de outubro).

Na sequência da pressão exercida pela imprensa a nível nacional, denunciando o envolvimento dos poderes locais no crime perpetrado na pessoa de Almeida Carvalho, ocorrerão localmente significativas mudanças políticas. A pressão junto do Governo não fora em vão.

O tão criticado Administrador do Concelho seria arredado do cargo que exercia. Para o seu lugar entraria Pedro Joyce, transferido de S. Tiago do Cacém, onde exercera igual função (*Ibidem*, 12 de dezembro).

Outras medidas administrativas tomadas pelo poder regenerador viriam confirmar a necessidade de mudança ao nível local. De facto, a breve trecho seriam os territórios dos concelhos de Azeitão e de Palmela integrados no de Setúbal, pelo Decreto de 24 de outubro. Inevitavelmente, logo «foram dissolvidas as Câmaras dos antigos Concelhos (...) e nomeada uma Comissão para o novo Concelho de Setúbal, que foi composta de quatro vereadores da dissolvida Câmara de Setúbal, dos Presidentes das extintas de Palmela e de Azeitão, e do Sr. Manuel José Vieira Novais, proprietário e residente nesta vila» (*Ibidem*, 19 de dezembro). O elenco municipal foi, assim, mudado. **[AAC/CM]**

COSTA & MOURO, 2018: 206



O Bracarense, 14/9/1855, p. 1

COSTA & MOURO, 2018: 204



Imprensa e Lei, 12/9/1855, p. 1

Club Setubalense (1855)

Em Setúbal, 1855 foi um ano charneira. Manuel José Neto e Feliciano António da Rocha introduziram no viver local as primeiras unidades conserveiras modernas, renunciando aquela que viria a ser, por décadas, a atividade axial da economia sadina; em 17 de junho fundou-se, pela mão de Almeida Carvalho, a Associação Setubalense das Classes Laboriosas, primeira agremiação mutualista do burgo; ainda por iniciativa daquele, em 1 de julho, passou a circular o primeiro periódico local: *O Setubalense*. Reabrirá portas, muito renovado, o velho Teatro Bocage (25 de abril) e, a fechar o ano, fundou-se o Club Setubalense (12 de novembro).

Instalado no velho Paço do Duque, encetaria as atividades em 1 de janeiro do ano seguinte. Entre os fundadores contam-se alguns dos mais sonantes nomes da então vila. Em 1877, o Club ainda ali se mantinha. É quanto se depreende, do testemunho de Alberto Pimentel, na sua *Memória...*, nesse ano editada. Por essa mesma altura, o Club estava «aberto todas as noites» e, «durante a temporada dos banhos», realizavam-se «*soirées* semanais».

Na sequência do *Ultimatum* (1890) passou a designar-se Grémio Setubalense, espelhando a anglofobia imperante. Oito anos depois retomou a primitiva designação, que ainda mantém. em 30 de janeiro de 1926, *O Setubalense* podia anunciar, para esse dia, a inauguração da nova sede (a atual): «... Setúbal fica tendo uma agremiação que bem se pode confrontar com as melhores que existem por todo o país, ficando assim preenchida uma lacuna que muito se sentia».

Agora instalado num dos mais belos edifícios da Avenida, o Club Setubalense terá ganhado um novo alento que, certamente, ditou a aprovação de novos estatutos, em 13 de março de 1928. Então, reinterpretando o espírito fundacional, passou a prosseguir mais alargados fins, assim formalizados: «... dar incremento à civilização por meio da convivência, da leitura e das reuniões familiares e ainda por qualquer outro conducente ao mesmo fim».

Um novo ciclo teve início na vida do Club Setubalense, na transição de 1999 para 2000, com a assunção de novos corpos dirigentes, tendo, como presidentes da direção, sucessivamente, Jorge Moreira Raposo (1999-2000), António Lopes Ferreira (2001-2002) e Maria Helena Fragoso de Mattos (cujo primeiro mandato teve início no ano de 2003). Sob esta direção foi alterado o período de duração de mandato, de um para três anos. Reeleita em 2004, manteve-se à frente do Club Setubalense até 2009. Entre 2010 e 2018 sucedeu-lhe Alberto Carlos de Sousa Prata. Em 2019 assume a responsabilidade pela direção do Clube Setubalense, Marie Hermínia Raposo Carmona. **[CM/HP]**



Aspeto atual das instalações do Club Setubalense

Quadro I Sócios do *Club Setubalense* (1876-1935) (Distribuição Profissional)

	1.ª Lista (1925)		2.ª Lista (1929)		3.ª Lista (1930)		4.ª Lista (1931)		5.ª Lista (1935)		6.ª Lista (1935)	
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%
PROFISSÕES												
Comerciantes	63	23	50	24.4	51	24.2	50	22.9	48	18.6	35	19
Industriais	38	13.9	16	7.8	18	8.5	24	11	30	11.6	22	12
Func. Públicos/Municipais	24	8.8	20	9.8	18	8.5	17	7.8	24	9.3	20	10.9
Militares	32	11.7	17	8.3	15	7.1	18	8.3	18	7	8	4.3
Médicos	12	4.4	14	6.8	13	6.2	15	6.9	19	7.4	18	9.8
Proprietários	19	7	14	6.8	13	6.2	18	8.3	15	5.8	10	5.4
Empregados no comércio	17	6.2	16	7.8	14	6.6	15	6.9	14	5.4	9	4.9
Empregados de escritório	13	4.7	14	6.8	11	5.2	7	3.2	12	4.7	11	6
Professores	8	2.9	9	4.4	9	4.3	8	3.7	9	3.5	5	2.7
Engenheiros	4	1.5	4	2	5	2.4	9	4.1	12	4.7	10	5.4
Advogados	6	2.2	5	2.4	4	1.9	5	2.3	9	3.5	9	4.9
Bancários	4	1.5	3	1.5	5	2.4	7	3.2	9	3.5	5	2.7
Farmacêuticos	7	2.6	6	2.9	5	2.4	5	2.3	7	2.7	2	1.1
Funcionários judiciais	10	3.6	4	2	4	1.9	4	1.8	6	2.4	4	2.2
Empregados na indústria	3	1.1	1	0.5	3	1.4	4	1.8	5	1.9	3	1.6
Notários	1	0.4	1	0.5	2	0.9	3	1.4	3	1.2	0	0
Outros	6	2.2	2	1	9	4.3	8	3.7	13	5	8	4.3
Desconhecida	7	2.6	9	4.4	12	5.7	1	0.5	5	1.9	5	2.7
TOTAIS	274		205		211		218		258		184	

MOURO & PENNA 2011: 74

O Liceu de Bocage nas páginas d'*O Setubalense* (1857-1978)

Em 11/10/1857, o então Liceu Setubalense é falado n'*O Setubalense*, num texto-anúncio com a data da inauguração, currículo, horários e local de funcionamento, e onde se diz que o Regulamento, entregue no município, será, em breve, publicado. Nada mais, apesar de ser a primeira instituição escolar da cidade criada pelas reformas liberais do ensino.

O mais interessante do anúncio é a ideia do fundador e diretor, António Maria de Campos Rodrigues, sobre a educação feminina, muito moderna numa época em que as meninas não iam à escola: «Não convém só educar um dos sexos, mas sim ambos, para que crescendo com a mesma força de espírito não vão encontrar-se, na idade futura, em inteira contradição». Tal como é interessante o que pensa sobre a relação entre educação e desenvolvimento dos seres humanos e da sociedade: «a instrução é o meio que mais pode melhorar a condição material e moral do homem; (...). A civilização aumenta pela instrução.» (*O SETUBALENSE*, 1857, 11 de outubro: 3).

Como *O Setubalense* foi suspenso de 27/12/1857 até 10/8/1916 (dois anos após a criação, em 1/7/1855), nesse «tempo em branco» recorri a outros jornais locais. Um ano depois, *O Curioso de Setúbal* traz outro anúncio semelhante do Liceu Municipal de Setúbal, criado em 3/11/1858 pelo município no mesmo local do liceu anterior (o Convento dos Grilos), dirigido por António José Batista Hentze. (*O CURIOSO DE SETÚBAL*, 1858. 6 de novembro: 3-4). A seguir, neste jornal, sai o novo currículo (mais completo) do Liceu Setubalense: a concorrência a isso obriga. (*Ibidem*, 13 de novembro: 3).

Em 1863, os dois fundem-se no Liceu Municipal Setubalense, que passa, em 1884, a Escola Municipal Secundária de Setúbal e é a base do futuro liceu nacional (*GAZETA SETUBALENSE*, 1881, 24 de julho: 1; *Ibidem*, 31 de julho: 1). Mas agora esta escola estava integrada na nova rede liceal (de 1880), com três categorias: liceus nacionais centrais (cursos geral e complementar); nacionais

(só o curso geral); escolas municipais secundárias (só os dois primeiros anos do curso geral). O desejo do liceu nacional concretiza-se em 1903 (por decreto) e em 1906 (na prática, quando tem o 5.º ano do curso geral): surge o Liceu de Bocage. Em 1921 e 1925 é nacional central por dois curtos períodos de tempo. A partir de 1928 volta a nacional, em 1936 é provincial (equivalente ao anterior nacional) e, de 1947 até 1978 é nacional (agora com 2.º e o 3.º ciclo, mas este só desde 1956), com o nome Liceu Nacional de Setúbal. Estas datas importantes merecem apenas curtas referências n' *O Setubalense*, tal como efemérides menores: sessões solenes de abertura do ano letivo; festas escolares de fim de ano; viagens de finalistas; etc.

A inauguração do 2.º edifício (o atual), entre 30 de abril e 2 de maio de 1949, com um longo programa festivo de âmbito local, é a referência mais extensa (*O SETUBALENSE*, 1949, 2 de maio: 1-2). E, a morte inesperada do reitor António Manuel Gamito, em 1950, que ocupa mais de meia página, a três colunas (*Ibidem*, 1950, 5 de agosto: 1-2). Este reitor, na posse, em 1929, propõe-se reforçar o papel educativo do liceu, apresentando «uma série de cursos noturnos, destinados especialmente à nossa população operária, alargando-se assim a ação educativa às massas populares, para o que contava já com a colaboração dos seus colegas, indo eu próprio reger uma das cadeiras». Os jornais não escrutinam a execução nem os resultados deste propósito, apesar das implicações na comunidade setubalense. **[MHF]**

SIMÕES, 2008: 60



Liceu de Bocage, edifício de 1908

ARQUIVO DA DIRECÇÃO-GERAL DAS
CONSTRUÇÕES ESCOLARES



Liceu de Bocage, projeto do edifício de 1949

Sociedade Musical Capricho Setubalense (1867)

«Nossos ócios da vida d'obreiros»

Entre o final do século XIX e início do século XX, a prática musical amadora em Portugal alarga-se socialmente pela mão das sociedades filarmónicas. O exercício musical voluntário fora dos ambientes eruditos era visto, naquela época, como motor de sociabilidade e instrução das comunidades e torna-se, de facto, numa atividade mobilizadora e participada por diversos estratos socioeconómicos da população.

A fundação da Sociedade Musical Capricho Setubalense enquadra-se nesse momento de forte crescimento do associativismo civil ligado à Música, tornando-se num importante polo cultural de divulgação e ensino desta disciplina artística na cidade sadina. Da união de elementos de grupos filarmónicos pré-existentes resultou a fundação desta instituição, que terá tido a primeira atuação em 22 de novembro de 1867, enquadrada nos festejos em honra de Santa Cecília, padroeira da Música. Esta data é ainda hoje comemorada como a do aniversário da Sociedade Musical Capricho Setubalense.

Com a sua primeira sede na rua dos Correeiros, a coletividade é reformada em 5 outubro de 1875, e, a esse propósito, é criado o «Hymno da Reforma da Sociedade Capricho», por Manuel Maria Portela e Domingos Caldeira, cuja primeira estrofe serve de subtítulo a este texto. Em 1894, a Capricho muda-se para o edifício do Teatro Bocage, na rua Nova da Conceição (atual avenida 5 de outubro) e, em 1899, instala-se, definitivamente, no largo da Misericórdia, onde ainda tem a sua sede.

A Sociedade Musical Capricho Setubalense foi presença incontornável nos momentos marcantes da vida de Setúbal, como são exemplo a atuação da sua banda filarmónica na inauguração da estátua de Bocage, em 1871, ou a sua fanfarra que, pelas ruas da cidade, em 4 de outubro de 1910, musicou a procla-

mação da República cuja implantação se declara em Lisboa apenas no dia seguinte. Simultaneamente, marca a vida cultural da cidade com atuações musicais e teatrais, atividade iniciada pela coletividade em 1904, em festas religiosas, profanas, de beneficência, bailes e récitas. A banda desta sociedade realizava, também, concertos no coreto municipal, situado na avenida Luísa Todi, tocava nas touradas que se realizavam na praça de touros Carlos Relvas e atuava, anualmente, nas comemorações do 1.º de Maio. Apesar de na primeira década do século XX ter vivido um período de menor atividade, nos anos 20 torna-se o principal espaço de sociabilidade da classe média sadina. Desta dinâmica resultam os três números do jornal *A Capricho*, que a sociedade publica entre 1924 e 1926.

Desde a sua fundação até à atualidade, a Sociedade Musical Capricho Setubalense tem contribuindo para a promoção da criação e da fruição cultural e artística das gentes setubalenses. A partir do coração do centro histórico de Setúbal, tem desenvolvido a sua atividade associativa em estreita relação com este território e com os agentes que sobre ele intervêm. **[AA]**



Notícia sobre o centésimo aniversário da fundação da Sociedade Musical Capricho Setubalense, *O Setubalense*, 22/11/1967

ARQUIVO DA SOCIEDADE MUSICAL CAPRICHOS SETUBALENSE



Banda da Sociedade Musical Capricho Setubalense, 1899

A Escola Industrial e Comercial de Setúbal nas páginas d'*O Setubalense* (1888-1978)

Criada pelo decreto dos ministros da Fazenda, Mariano de Carvalho, e das Obras Públicas, Emídio Navarro, de 13/6/1888, teve o nome de Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia atribuído, anteriormente, pela Portaria de 23/4/1888.

Fez parte do vasto grupo de escolas industriais (que ministravam «noções úteis aos operários e comuns a todas as artes e ofícios» – Decreto de 3/1/1884) e de desenho industrial (que ensinavam «desenho com aplicação à indústria ou indústrias predominantes na localidade» – Decreto de 13/6/1888). Criadas nas décadas de 1880 e 1890, forneciam «os conhecimentos práticos e de aplicação, tão necessários para o progresso da agricultura e para o desenvolvimento de todas as artes e ofícios», garantiam «ao tecido industrial português uma rede de formação capaz de habilitar os seus operários» (ALVES, 2005: 95-101) e aproximavam o país dos outros mais desenvolvidos na Europa.

Emídio Navarro e António Augusto de Aguiar visaram alterar a formação dos operários porque a sua «cultura intelectual (...) corre parênteses com o desvalimento físico e moral, e os menores (...). A quase totalidade não sabe ler nem escrever (...)» (*INQUÉRITO INDUSTRIAL*, 1881, Lisboa, III Parte: 16).

Em 1884 anunciam-se nove escolas (Covilhã, Caldas da Rainha, Coimbra, três em Lisboa e três no Porto), mas só as industriais da Covilhã (1884) e Caldas da Rainha (1887) e a não incluída Escola de Desenho Industrial de Peniche (1887) veem a luz do dia até 1888. Neste ano criam-se as industriais de Faria Guimarães-Porto e Marquês de Pombal-Lisboa e as de desenho industrial de Bragança, Faro, F. da Foz, Leiria, V. do Castelo e V. Real, a par da Princesa D. Amélia-Setúbal. Em 1889, mais quatro industriais e, na década de 1890, mais cinco industriais e três de desenho industrial, incluindo os Açores e a Madeira (ALVES, *ibidem*).



EIC de Setúbal - Hemanagem a João Vaz, 1949

O lento e difícil percurso da escola tem duas marcas:

1.^a – várias designações até que o Decreto-lei n.º 80/1978 unifica liceus e escolas técnicas na designação de escolas secundárias. Teve oito: Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia, 1888/89; de Desenho Industrial Rainha D. Amélia, 1890-1911; de Desenho Industrial de Gil Vicente, 1912/19; Comercial de Setúbal (escola paralela, só com o Ensino Comercial Elementar), 1914/25; de Artes e Ofícios de Gil Vicente, 1919/25; Industrial e Comercial de Gil Vicente (da fusão das duas anteriores), 1925/31; Industrial e Comercial de João Vaz, 1931/48; Industrial e Comercial de Setúbal, 1948/78 (SIMÕES, 2008:31-118).

2.^a – instalações provisórias até 1955 (inauguração do edifício atual). Teve dez: 1888, prédio na rua da Praia (av. Luísa Todi), esquina com a rua das Farinhas (rua Pereira Cão); 1907, Palácio Salema, (Praça de Bocage); 1909, prédio na rua do Poço do Concelho (rua Antão Girão); 1912, Palácio da família Quebedo; 1914, parte do antigo edifício do liceu, a secção comercial; oficinas na av. 5 de Outubro, a secção industrial; 1932, Sociedade Musical Recreativa União Setubalense, a secção industrial; 1937, prédio do Montepio (Praça de Bocage), a secção comercial; 1940, Quinta da Saboaria, a secção comercial; 1955, atual edifício da Secundária Sebastião da Gama, no sítio do 1.º edifício do liceu. Tudo isto foi relatado na imprensa local, em pequenas notícias cuja ideia de fundo foi o desejo de um ensino técnico digno (*Ibidem*).

Mas houve três notícias com grande destaque:

1.^a – a festa de homenagem a João Vaz, em 1949, promovida pelo município. Foi inaugurado o busto no largo do Carmo, do escultor José Pereira,

(1884-1966) seu colega na Escola de Desenho Industrial Afonso Domingues. O busto reproduz o que o escultor fez em 1926 para o átrio dessa escola, onde João Vaz foi professor e seu diretor entre 1884 e 1925 (PERDIGÃO, 1949: 1; O SETUBALENSE, 1949, 19 de setembro: 1);

2.^a – a escolha do Parque do Bonfim para o novo edifício (o atual), baseou-se em quatro interessantes justificações: «materiais» (no centro da cidade havia todos os serviços); «pedagógicas» (no centro da cidade trabalham os alunos e havia as atividades comerciais e industriais); «urbanísticas» (enriquecia e valorizava o eixo central da cidade); «políticas» (projetava as obras do Estado Novo à vista de todos). Enquanto a Quinta de Aranguês ficava num recanto e o antigo Parque das Escolas fora do centro da cidade (*Ibidem*, 1951, 3 de fevereiro: 1-2; *Ibidem* 7 de fevereiro: 2);

3.^a – a inauguração da nova «casa» da escola, em 8 de maio de 1955 – o concurso público é do início de 1952 (*Ibidem*, 1952, 26 de janeiro: 2) – teve rica descrição prévia do edifício (*Ibidem*, 1955, 7 de maio: 12-14). O diversificado e festivo programa, que foi até 10 de Junho, contou com os ministros das Obras Públicas e da Educação e entidades regionais e locais (*Ibidem*, 9 de maio: 1-3; *Ibidem*, 11 de maio: 1 e 4), que justificaram as modernas instalações com o 4.^o lugar da escola a nível nacional, com 1135 alunos (SIMÕES: 116). **[MHF]**



EIC de Setúbal - Cartaz da inauguração do edifício, 1955

O primeiro automóvel passou em Setúbal (1895)

No jornal *O Setubalense* de 7 de novembro de 2019, podia ler-se o seguinte título: «Monumento perpetua chegada do primeiro automóvel a Portugal». A peça escultórica, da autoria de António Caetano, inaugurada em Santiago do Cacém em 26 de outubro, pretendeu assinalar a entrada do primeiro automóvel em Portugal, ocorrida em 1895 por iniciativa de D. Jorge de Avillez (1869-1901), que naquela cidade alentejana tinha residência.

A viagem entre Cacilhas e Santiago do Cacém durou três dias, com passagem por Setúbal, que não pôde ser noticiada pelo jornal *O Setubalense*, pois a sua publicação estava suspensa desde 1857 e só em 1916 seria retomada. Há, contudo, referências jornalísticas da época que relatam a sensação da passagem da nova máquina pela cidade do Sado.

Em outubro de 1895, o 4.º Conde de Avillez recebeu em Lisboa o seu automóvel encaixotado, vindo de França acompanhado por um mecânico. Grande proprietário no Alentejo, com funções na Casa Real, nutria a paixão pelo desporto e o seu Panhard-Levasser, a trabalhar a gasolina depois de acender dois maçaricos e de rodar a manivela, iria tornar-se objeto de espanto e de atração entre as pessoas que o viam passar.

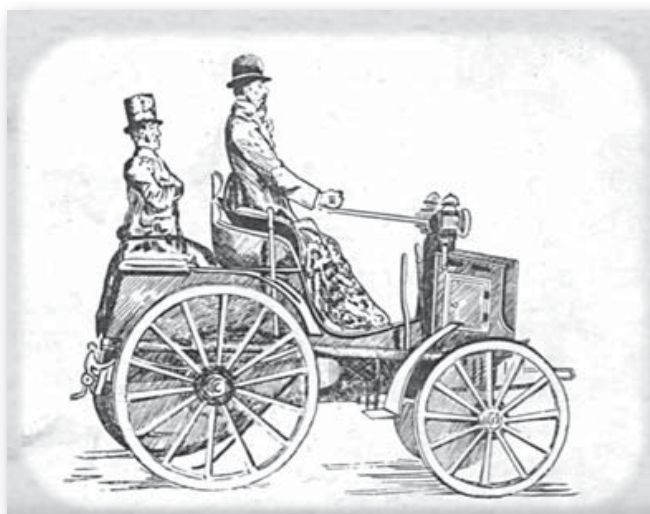
No dia 14 desse mês, o carro chegou a Setúbal ao anoitecer, tendo partido no dia seguinte para Santiago de Cacém. O repórter do jornal *O Elmano*, de 16 de outubro, contava: «o trem caminha perfeitamente e dá as voltas muito bem» e, «na Praça de Bocage, juntaram-se mais de mil e quinhentas pessoas para assistir à partida do senhor Conde». A notícia era curta de pormenores, talvez porque tivesse ainda decorrido pouco tempo entre o acontecimento e a redação; mas o semanário *O Districto*, que se publicou no domingo seguinte, 20 de outubro, contava mais pormenores, dizendo que o Conde de Avillez, antes de partir, percorreu «algumas ruas da cidade, concorrendo muito povo a admirar este novo phaeton, primeiro em Portugal», relatando mesmo a viagem que o

carro fizera desde o Barreiro até Setúbal: «Esteve na terça-feira nesta cidade o novo trem movido a petróleo. Vinham no referido trem o seu proprietário, sr. Conde de Avillez e um engenheiro francês, segundo nos consta. Veio numa hora do Barreiro a Setúbal por Palmela, onde foi enganado no trajeto a seguir, tendo de descer a calçada de Palmela, que é muito íngreme. O trem, ao chegar ao fim da calçada, involuntariamente atropelou um burro, molestando-o levemente». Tinha acontecido o primeiro acidente de automóvel em Portugal.

O que sucedeu depois deste primeiro acidente é ainda contado no jornal *O Districto*: «diversos sujeitos fizeram com que o sr. conde de Avillez depositasse quarenta mil réis, aliás não o deixariam seguir. Resolveu aquele cavalheiro depositar o referido dinheiro com a condição de trazerem o burro no dia seguinte à cidade para ser inspecionado, o que se fez, sendo o prejuízo avaliado apenas em dois mil réis, devolvendo o dono do burro o resto do dinheiro».

O Panhard-Levasser do Conde Avillez pertence à Secção Regional do Norte do Automóvel Clube de Portugal, no Porto, não podendo sair desta cidade para nenhum outro ponto, por disposição testamentária do seu último proprietário. Trata-se de um carro com motor Daimler de gasolina, com potência de 2 cavalos, podendo atingir uma velocidade máxima de 20 quilómetros por hora. A iluminação do carro é feita por dois cotos de vela protegidos dentro de duas lanternas, uma de cada lado do veículo. A marca do carro deve-se aos apelidos dos seus construtores, René Panhard e Émile Levasser, ambos franceses, que se associaram na construção automóvel, tendo iniciado os motores a gasolina em 1891, à custa da patente negociada com a Daimler. **[JRR]**

ARQUIVO MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM
HTTPS://ISSUU.COM/MUNISANTIAGOCACÉM/DOCS/ARQUIVO-
LHA_26_DEFINITIVO_EXPERIENCI



Conde Avillez conduz o Panhard-Levasser em Lisboa.
DURO, 1955: 14. Fotografia de
Alfredo Cândido, 1900

Vitória Futebol Clube (1910)

«Não é grande, é enorme!»

O nascimento do Vitória Futebol Clube está profundamente relacionado com a prosperidade económica de Setúbal do início do século XX. O desenvolvimento da indústria conserveira, associado ao processo de democratização dos desportos, particularmente o Futebol, que são marcas deste período, vão conduzir ao surgimento de uma série de clubes e associações desportivas na cidade, dos quais o Vitória cedo se tornará o mais participado.

Terá sido em 20 de novembro de 1910 que, após muitas divergências, dissidências, zangas e uniões, personalidades ligadas à indústria conserveira e à administração local, mas também ao operariado sadino, fundaram o Vitória Futebol Clube, com outras modalidades além do Futebol, como o Ciclismo, o Atletismo ou a Natação.

É a equipa do Sport Lisboa e Benfica que, em 15 de setembro de 1913, feriado municipal, se junta ao Vitória na inauguração do Campo dos Arcos. Este campo, demolido em 1971, foi casa do futebol vitoriano até à abertura do Estádio do Bonfim.

Este foi inaugurado em 16 de setembro de 1962, projetado por Palma de Melo e erguido ao longo de nove anos, e é prova e consequência do crescimento do clube e do envolvimento da população na sua construção. O esforço desta edificação junta todas as camadas da sociedade setubalense de então: operariado; patrões e industriais. Daqui resulta um somatório de infindáveis contribuições, desde mão de obra voluntária, transporte de materiais em bicicletas, motas, carros, camiões ou carroças até às coletas nos potes-mealheiros «pró estádio do Vitória», que se encontravam em vários pontos da cidade.

As décadas de 1960 e 1970 são um período de força para o clube, marcado pela assiduidade no topo do futebol português e europeu. Para além da inau-

guração de um estádio moderno e de grande lotação, cuja iluminação noturna será estreada em 22 de agosto de 1970, foi uma era marcada pela conquista de duas Taças de Portugal, em 1965 e 1967. A final de 1967, contra a Académica de Coimbra, é um jogo histórico do futebol português – a mais longa final da Taça jogada num só jogo. Termina com a vitória dos sadinos por 3-2, tendo o último golo sido marcado, aos 144 minutos, por Jacinto João, grande figura do clube. O declínio industrial e económico de Setúbal e as novas regras de contratação de jogadores, que emergiram no pós-25 de abril de 1974, vão redundar no fim desta «época dourada» da equipa sadina.

É já no século XXI que o futebol do Vitória Futebol Clube volta às grandes conquistas nacionais, com a vitória na Taça de Portugal de 2005, derrotando, na final, o Sport Lisboa e Benfica. Em 2008, a equipa sadina ganha a primeira edição Taça da Liga, sendo o Sporting Club de Portugal o finalista vencido. **[AA]**



Cerimónia de inauguração do estádio do Bonfim
O Setubalense, 17/9/1962



Notícia da chegada da equipa do Vitória Futebol Clube a Setúbal, após a conquista da Taça de Portugal
O Setubalense, 10/7/1967, p. 1

Setúbal e os impactos da Grande Guerra (1914-1918)

O período da I Guerra Mundial foi um dos mais dramáticos do século XX, provocando milhões de mortos e feridos e destruindo aldeias, vilas e cidades. Nenhum país fugiu às suas nefastas consequências económico-sociais. Também a cidade do Sado não foi a mesma depois destes longos e duros anos.

A evolução política do município foi marcada pelo início da decadência do Partido Republicano Português (PRP) por diferentes razões, nomeadamente, pela incapacidade de responder aos problemas motivados pela «economia de guerra», pelos efeitos das ditaduras de Pimenta de Castro (1915) e Sidónio Pais (1917-1918) e, ainda, pelos resultados das eleições autárquicas de 1917. Durante o pimentismo e o sidonismo verificou-se a deposição das comissões executivas municipais eleitas e a sua substituição por equipas nomeadas pelo poder central. O evolucionista Joaquim dos Santos Fernandes e o monárquico Henrique Augusto Pereira, respetivamente, exerceram o poder sem oposição política.

Neste período foi granjeado apoio junto da direita republicana, aspeto que se refletiu nas eleições mencionadas, em que a «lista do concelho» – coligação de evolucionistas, monárquicos e outros conservadores – representou o início dos intensos ataques à influência do PRP. A derrota eleitoral, que entregou o poder local a este grupo, esteve na génese da criação de um bloco conservador que uniu esforços para desgastar a República, um dos sintomas do que seria o 28 de maio. Se os assassinatos da greve de março de 1911 originaram o divórcio entre o operariado e a jovem República, o conflito bélico feriu de morte esta relação.

No âmbito económico, a Grande Guerra afetou, transversalmente, as diferentes áreas de atividade local. No mundo agrário, os seculares laranjais de Setúbal continuaram o seu longo processo de declínio e a empresa José Maria da Fonseca realocizou o seu mercado consumidor no Brasil, devido à redução abrupta da importação britânica e francesa. A indústria de conservas de peixe

e a pesca viveram um período considerado de *boom*, em virtude das profundas necessidades externas proporcionadas pelo facto de a conserva ser um dos principais alimentos das tropas em combate. Passando-se de pouco mais de 40 estabelecimentos (1914) para cerca de 130 (1920), o crescimento do setor foi extraordinário. Do porto de Lisboa embarcaram as conservas setubalenses para os mercados aliados, enquanto que o porto local perdia dinâmica e apresava o navio alemão Triton II. Todavia, a «loucura» conserveira durante a guerra representou um período de riqueza temporária uma vez que, com o seu fim, se deu início a uma decadência de muitos anos.

Socialmente, a divisão da imprensa local face à questão do intervencionismo militar e o antiguerrismo ilustra a evidente fratura na comunidade num debate que marcou aquela época. Se o PRP e os evolucionistas eram favoráveis à participação militar portuguesa, a esquerda radical, um restrito grupo monárquico e o grosso da população eram, acerrimamente, contra.

A crise de abastecimentos e o aumento brutal do custo de vida foram os motivos que provocaram a erupção do «vulcão operário» que era Setúbal. A deterioração das condições de vida da comunidade sadina foi evidente devido à ineficaz centralização dos métodos de distribuição

dos géneros de primeira necessidade, ao açambarcamento, ao contrabando e à especulação, que originaram enriquecimentos ilícitos. As medidas municipais de fiscalização sobre esta questão foram praticamente infrutíferas, não travando a escalada de preços. Os diversos períodos de fome, principalmente nos anos de 1917 e 1918, deram um novo impulso ao movimento operário, exteriorizado no espaço público através de várias greves, assaltos coletivos e manifestações contra o conflito bélico. O sentimento antiguerrista da maioria

ARQUIVO FOTOGRÁFICO AMÉRICO RIBEIRO. SMBM/DCED/CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Comboio na Av. Luísa Todi durante a Grande Guerra (c. 1917)

dos setubalenses foi incrementado pelas dezenas de deserções militares e amplamente retratado em panfletos «subversivos».

Finalmente, o armistício de 11 de novembro não foi devidamente celebrado numa cidade que passava pelo pico da Gripe Espanhola (ou Pneumónica) e que mobilizara 210 setubalenses e azeitonenses para o Corpo Expedicionário Português. As deficientes infraestruturas hospitalares, a falta de médicos, de enfermeiros e de medicamentos, a inflação e o elevado grau de insalubridade justificam, em grande medida, as 672 vítimas da gripe contabilizadas nos últimos meses de 1918. **[DF]**

COLEÇÃO PARTICULAR DE ANTÓNIO CUNHA BENTO



Postal n.º 11, Av. Luísa Todi e o Grande Hotel Esperança (c. 1918), de Mendes-Estafeta

ANTT-ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO, MINISTÉRIO DO INTERIOR.
DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E CIVIL, CAIXA 38, MAÇO 68



Panfleto antiguerrista distribuído em 25 de março de 1916, em Setúbal, após a entrada oficial de Portugal na Grande Guerra

A Greve Geral da Indústria Conserveira (1916-1917)

«A greve em Setúbal é, por assim dizer, uma situação normal»

A greve geral da indústria conserveira, de 1916-1917, vai beber à experiência organizativa que o operariado sadino acumulou no final do século XIX e no período inicial da I República; nomeadamente, ao «ano de todas as greves» – 1911, que teve o dia 13 de março como o momento mais trágico, com o assassinato dos operários conserveiros Mariana Torres e António Mendes pela recém-criada GNR.

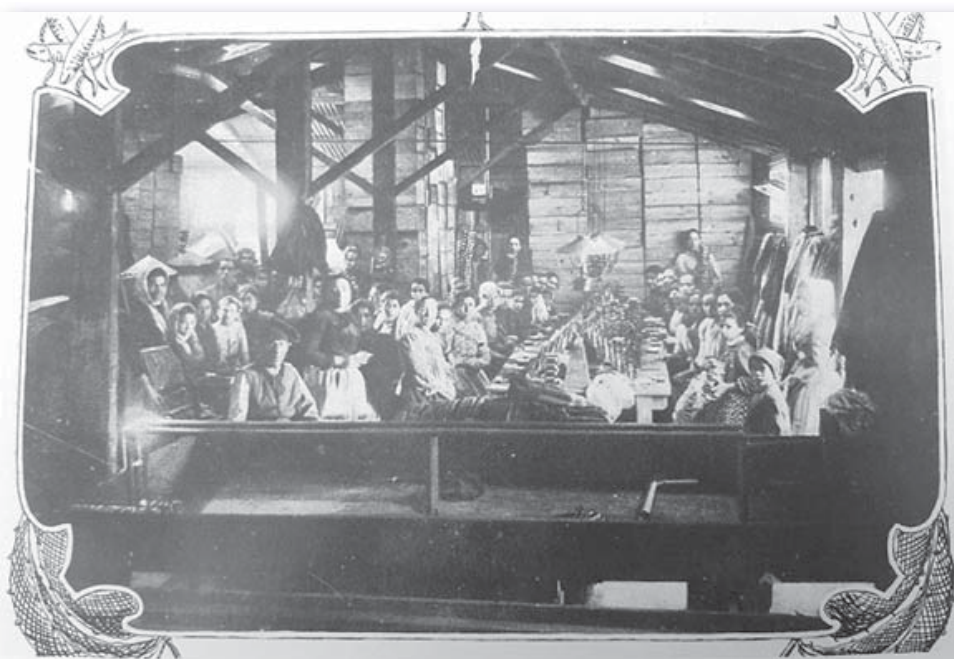
A intensificação das lutas operárias e o divórcio entre o operariado e o poder republicano em Setúbal, a partir de 1916, advém, também, da entrada de Portugal no cenário europeu da I Guerra Mundial, que marcou, profundamente, o panorama político, económico e social. Se, por um lado, a «economia de guerra» fez crescer o número de fábricas conserveiras, por outro, a fome e a carestia de vida conduziram à radicalização dos conflitos sociais. A militância operária, de cariz eminentemente anarcossindicalista, estava por trás de greves e sabotagens às fábricas, com a destruição de máquinas e de carregamentos de folha de Flandres, matéria utilizada no fabrico das latas de conserva. Mas o tumulto social passava, também, por assaltos coletivos a padarias, carvoarias e armazéns, por atentados à bomba, por ataques à cadeia e pela sabotagem aos comboios de mercadorias e à linha ferroviária.

O ano de 1916, logo em 28 de janeiro, inicia-se com uma greve das operárias conserveiras reivindicando melhores salários. Em 7 de abril, a Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conserva declara uma greve geral que se prolongará, com intermitências, até 29 de junho. Em 10 de setembro de 1916 volta a ser declarada greve nalgumas fábricas conserveiras, contabilizando-se 3000 grevistas. Nova greve geral conserveira acontece entre os dias 6 e 19 de julho de 1917, paralisação que se alarga a outros setores operários sadinos,

como os sapateiros e os tipógrafos. Na senda desta solidariedade operária, entre 10 e 13 de setembro ocorre uma greve geral operária e marítima, que abrange todos os setores industriais. Daqui resultam dezenas de prisões de grevistas, acusados de desobediência à autoridade, incitamento à greve e de participação num «comício clandestino».

A este ciclo quase interrupto de greves e reivindicações operárias o patronato ripostou com o *lock-out* das fábricas, incitado pela Associação Industrial de Setúbal, que sugeria o fecho de fábricas e o despedimento como represálias às exigências operárias. A Administração do Concelho, além de ordenar rusgas nas sedes das associações de classe, nas ruas e nas habitações, declara o estado de sítio com o encerramento do comércio e a proibição de circulação entre as 21:30 e as 05:00 da manhã. Na «Barcelona portuguesa», às greves o regime republicano respondia com intimidação e repressão. [AA]

HEMEROTECA MUNICIPAL DE LISBOA



Operárias numa fábrica de conservas de Setúbal, *Ilustração Portuguesa*, 11/7/1910



Segundo a Estatística Industrial de 1917, o proletariado conserveiro representava perto de 90% das «classes laboriosas» sadinas. Esta proporção do tecido social setubalense confere especial protagonismo ao operariado conserveiro no cenário de forte confrontação social e nas greves de Setúbal em 1916 e 1917.

Como a grande maioria da mão de obra das fábricas conserveiras – dividida entre moços, mulheres, operários e soldados – era feminina, percebe-se que muita da importância social, organizativa e capacidade reivindicativa do operariado conserveiro setubalense adviesse destas mulheres. Operárias para quem a jornada de trabalho chegava às 20 horas, a falta de direitos e de descanso semanal e a proibição de conversar ou de ir à casa-de-banho enquanto houvesse peixe na bancada de trabalho, se transformavam em força e raiva de que as greves são memória irrevogável. [AA]

A Setúbal da I Grande Guerra foi também uma Setúbal em guerra (1917)

A cidade de Setúbal sentiu, de uma forma intensa, a entrada de Portugal na I Grande Guerra.

O governo republicano vai impulsionar a participação de Portugal nesta guerra e os opositores vão ter de se bater contra a propaganda nacionalista e militarista erigida como doutrina oficial pela I República.

Se os sindicalistas revolucionários e os anarquistas aproveitam a degradação das condições de vida para aprofundar e responsabilizar a política belicista dos republicanos, estes, por sua vez, aproveitam o alegado antipatriotismo dos dirigentes operários para aprofundar a repressão ao movimento sindical e popular.

Em Setúbal faltam bens essenciais como a farinha e o azeite. O mercado negro prospera. Há dezenas de pedidos e apelos dramáticos para o fornecimento de mais farinha, apontando situações de freguesias rurais em que não se fabrica pão há mais de quinze dias.

Quer os açambarcamentos, quer a alta especulativa de preços, quer a escassez de bens essenciais vão ser alvo de ações diretas por parte da população enfurecida, que assalta armazéns, mercearias, carvoarias e padarias. As greves, por outro lado, continuam a ser o terreno preferencial de luta face à desatualização dos salários, que a inflação ia aprofundando.

Mas a Setúbal da guerra não é só a dos salários inflacionados e a dos bens açambarcados. A Setúbal da guerra é a Setúbal das crescentes deserções e das manifestações que contestam a participação de Portugal no conflito.

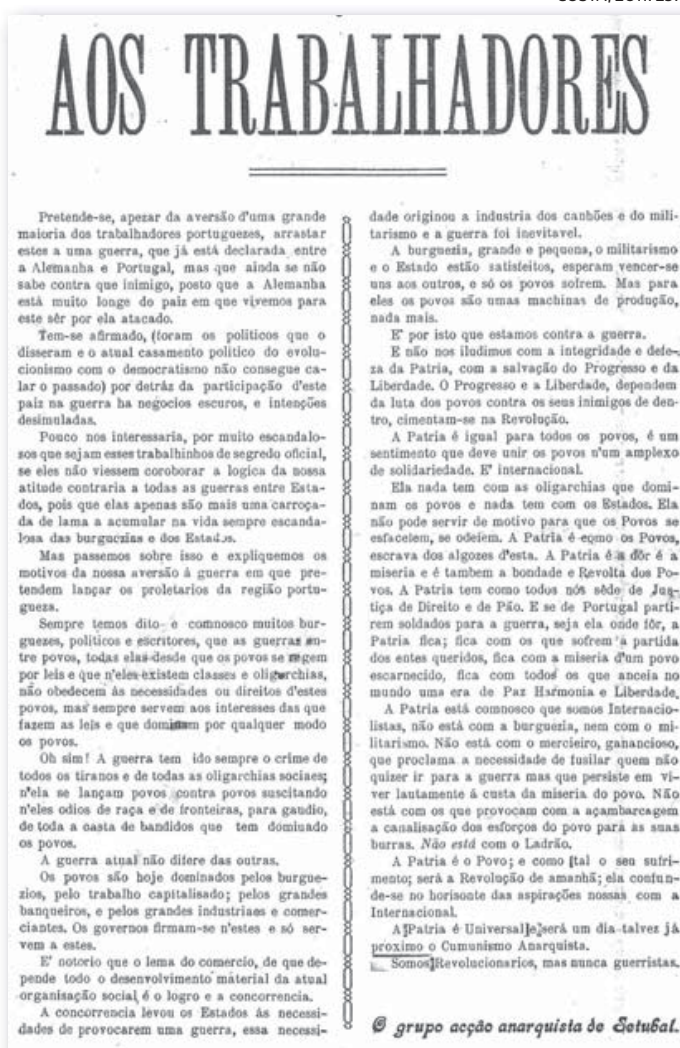
As situações de deserção começam a ser frequentes a partir do mês de maio de 1917, aumentando a partir de agosto desse ano. Entre maio de 1917 e agosto de 1918 são assinaladas, pela correspondência do Administrador do Concelho, mais de 50 situações de deserção, que a intimação para «apresen-

tação imediata» nos quartéis tenta neutralizar. As notificações eram dirigidas às diferentes autoridades policiais das freguesias, assumindo a fórmula de «apresentação imediata no Quartel do 11».

Contudo, a luta contra a participação de Portugal na guerra não se circunscreve às deserções que, dia a dia, aumentam. A cidade manifesta-se, rebelando-se ativamente contra aquela participação, existindo registos de várias ações antibelicistas que apontam para a inutilidade do conflito, apesar da legislação que proíbe a propaganda antiguerra.

O ano de 1916 é aquele em que encontramos uma maior militância contra esta intervenção militar portuguesa. O Administrador do Concelho informa o Governador Civil sobre esta realidade: «Na noite de 21 para 22 de março de 1916, apareceram em Infantaria 11, e noutros pontos da cidade, uns impressos de natureza contrária à intervenção na guerra, pelo que ordenei à polícia a apreensão dos mesmos e uma investigação de forma a apurar, quanto antes, as respetivas responsabilidades».

O ciclo da guerra é marcado por um agravamento dos conflitos sociais. A paisagem social da cidade, neste período, é habitada por greves violentíssimas; por ações de *lock-out*; pelos já referidos assaltos a armazéns, mercearias e padarias; por atos de sabotagem perpetrados contra várias fábricas de conserva; por atentados à bomba; por várias ações com utilização de armas de fogo contra as forças policiais; por assaltos aos transportes de conservas destinadas à exportação, enfim, pela elevada conflituosidade de uma



Panfleto antiguerra do Grupo Anarquista de Setúbal

COSTA, 2011: 257

cidade inquieta, que sofre no seu tecido social os efeitos do conflito.

Por isso, tenho afirmado que a Setúbal da Grande Guerra foi também uma Setúbal em guerra. Uma guerra social de alta intensidade, que marcou, profundamente, o tecido económico e social da cidade sadina. **[AAC]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Quando foi da nossa participação na guerra, dizia-se que d'ahi nos adviriam extraordinarias vantagens, a menor das quaes seria o reconhecimento dos alliados pelos serviços que lhes poderíamos prestar. Sempre tivemos a tal respeito as nossas duvidas, por isso que a Historia nos ensina que a gratidão dos dirigentes politicos dos grandes povos, em face dos auxilios que lhes prestam os pequenos, nunca vai mais longe de uma amavel indiferença. As lições de casa bastam para confirmar o facto. Ainda não acabou a Conferencia da Paz, por isso não sabemos o que nos virá d'alli. Comtudo já recebemos o aviso de que a Hespanha vai ser beneficiada pelos *nossos amigos* com o estabelecimento de uma linha ferrea directa entre Dax, a poucos kilometros da fronteira, no sul da França, e Algeciras, que é o mesmo que se dissessemos... a dois passos de Gibraltar. Esta linha atravessando o paiz vizinho, propõe-se servir o grande caminho de ferro que encurta as distancias entre Londres e o Cabo da Boa Esperança, achando-se quasi concluida. *Vão ajudar-nos. Eaa...* o qual é o de uma linha directissima de Vigo a Hendaya. Neste intervêm os americanos, por igual *nossos amigos* tambem. Propõem-se elles desenvolver o porto de Vigo, construindo docas, armazens, todos os meios necessarios para fazer d'aquella terra hespanhola um grande centro commercial, encurtando a viagem de New-York a Paris 24 horas e dando á America uma entrada commercial na Europa. São dois golpes mortaes na economia portugueza. Bem sabemos que o capital não tem patria nem cultiva amizades: vai para onde o chamam os interesses. Em todo o caso vamos registando estes primeiros fructos... dos sacrificios que fizemos pela causa da Liberdade, da Civilização e mais cantatas...

Editorial d'O Setubalense contra a guerra, 13/3/1919

Club Naval Setubalense (1920)

O Club Naval Setubalense (CNS) é fundado a 6 de maio de 1920. Esta data é atestada pela «Carta» do Governo Civil do Distrito de Lisboa, ao qual Setúbal, então, pertencia. Naquela época, o nome ainda se escrevia à inglesa (club), como ainda consta no símbolo. Hoje já se escreve à portuguesa.

Um grupo de amigos, dos quais sobressaem Henrique Rosa, Afonso O'Neill e o Capitão Almeida Cassar resolvem, por carência de algo idêntico em Setúbal, fundar uma associação que se dedicasse aos «desportos da água», proporcionando atividades náuticas no aproveitamento de um espaço privilegiado: o rio Sado.

Associação que viria a adquirir um ecletismo surpreendente, com atividades que iam do Bilhar (!) à Ginástica, da Esgrima à Natação, passando pelo Remo e Vela, mais tarde o Judo, o Andebol e o Basquete, sem esquecer a Secção de Caça e Mergulho Aquático e a colaborante Pesca Recreativa.

A relação com a imprensa local sempre se pautou por um noticiário «pós», limitando-se à informação sobre os novos corpos gerentes ou às atividades sobre as quais o Serviço de Secretaria (do Sr. Caló) enviava noticiário. Atitude por vezes alterada em função dos «press release» distribuídos em conferências de imprensa. Daqui destacamos o Cruzeiro Cultural a Marrocos, a bordo do UAM Creoula, no verão de 1987, em colaboração com a Página Juvenil do *Diário de Notícias* e o Centro Nacional de Cultura (Lisboa).

Quando, em 1989 e nos anos seguintes, o CNS organizou, em colaboração com o Consulado Francês em Setúbal, a Câmara Municipal e a Região de Turismo, as Regatas Oceânicas Nantes (França) – Setúbal (Portugal) para veleiros de cruzeiro, mereceu da imprensa local, nomeadamente do jornal *O Setubalense*, cobertura condigna.

O Judo obteve, também, por parte de *O Setubalense*, grande divulgação, não só pela qualidade do Mestre, bem como pela presença de alguns judocas

de onde destacamos José Afonso, na altura indicado como Manuel Cerqueira. Existirá no Arquivo do CNS vasta coleção de recortes dos jornais locais que os seccionistas iam disponibilizando para a história do Club. **[AQR]**



Club Naval Setubalense

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



O Setubalense, 28/10/1967

A Greve Geral da Indústria Conserveira (1922)

O período republicano na cidade de Setúbal é marcado por uma participação popular intensa e por um elevado grau de litigância social. As perspectivas ideológicas politicamente mais radicais, com destaque para as das correntes do sindicalismo revolucionário e do anarquismo, hegemonizavam as direções das principais associações operárias na cidade. Setúbal vai ser palco de uma guerra social permanente (ou quase permanente) que se prolonga ao longo dos 16 anos do regime republicano.

A greve geral da indústria conserveira de 1922 é uma das mais duras e mais longas, prolongando-se durante quase três meses. A Associação de Classe dos Soldadores decide iniciar a greve em 18 de setembro de 1922, exigindo um aumento salarial de 40%, uma comparticipação no custo do cobre e cessação das penalizações por lata rota. No dia seguinte, as mulheres convocam plenários em várias fábricas, para discutir a sua situação e decidem aderir à greve, reivindicando aumento de salários. Os «moços», os trabalhadores das fábricas e os carregadores de peixe tomam igual decisão. No dia 20 de setembro, a greve generaliza-se a todas as fábricas de conserva da cidade.

O Administrador do Concelho pede reforços policiais e militares para poder assegurar a ordem pública. Em 23 de setembro, a Associação dos Soldadores distribui um manifesto à população em que explica o sentido das suas reivindicações. Os industriais de conserva respondem impondo o *lock-out*. Em 24 de setembro, a Guarda Nacional Republicana recebe reforços de Cavalaria e a cidade passa a ser patrulhada por estes novos elementos. Nos dias seguintes, chegarão novos reforços do Exército.

O Administrador do Concelho e o diretor do jornal *O Setubalense*, Luís Faria Trindade, por iniciativa própria, tentam mediar o conflito, promovendo uma reunião em Lisboa, na Associação Industrial Portuguesa, com os representantes dos conserveiros que, entretanto, tinham abandonado Setúbal, por considerarem

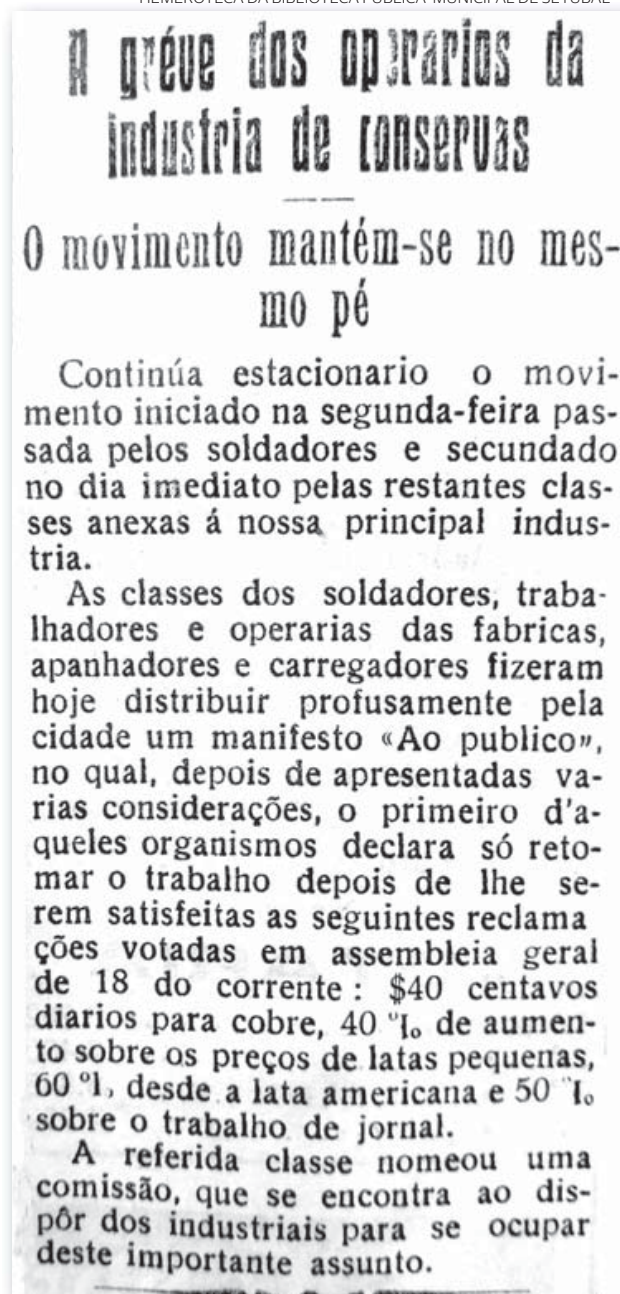
não terem condições de segurança para aqui viverem. No decurso destes esforços é apresentada, em 6 de outubro, a um plenário de todos os trabalhadores em greve, a proposta dos conserveiros. Era uma proposta bem diversa da que integrava o núcleo duro das reivindicações operárias. Concedia um aumento de 25% aos soldados, 20% aos trabalhadores e carregadores de peixe e 40 centavos por hora às operárias.

As redes de solidariedade são acionadas com frequência. De destacar o apoio em dinheiro feito por diversas coletas, quer em Setúbal, quer noutros pontos do país, para apoiar os grevistas. Os comerciantes locais também vão participar nesta onda de solidariedade, fornecendo dezenas de quilos de alimentos.

Em 1 de novembro é realizada uma nova assembleia-geral dos grevistas. Aí é reafirmada a vontade de prosseguir a luta até serem satisfeitas as reivindicações. Apesar

de a greve ter já uma duração de quase mês e meio, continuam a não existir negociações diretas entre os antagonistas. A luta radicaliza-se, com recurso a atentados bombistas, ataques à polícia e sabotagens em algumas fábricas. A greve termina, finalmente, em 1 de dezembro de 1922, depois de 75 dias de luta extenuante e ininterrupta. Os grevistas acabam por aceitar o aumento de 25% para os soldados e de 20% para os restantes trabalhadores. As restantes reivindicações não foram satisfeitas.

As consequências desta greve vão sentir-se de forma clara em toda a cidade.



Greve da Indústria Conserveira.
O Setubalense, 22/9/1922

A primeira grande consequência vai ser a inversão da relação de forças a favor dos patrões conserveiros. O fim da obrigação da contratação exclusiva de trabalhadores inscritos em associações de classe foi uma das vitórias fundamentais do patronato. Outra, foi a perda acentuada da importância dos soldadores, que eram uma espécie de aristocracia operária no mundo conserveiro.

No fim do conflito, a cidade ficou esgotada, com as redes de solidariedade, que tinham sustentado esta greve cada vez mais enfraquecidas e descrentes: estamos perante uma cidade operária que lutou até cair de exaustão, numa luta em que apostou tudo quanto tinha e perdeu parte substancial da sua força anímica. **[AAC]**



A Barcelona Portuguesa

«A greve em Setúbal é por assim dizer uma situação normal, quase sempre feita com prejuízo para os patrões e dirigida por forma mais ou menos violenta, visto os seus mentores serem sempre homens recrutados, notando-se que apesar da maioria do operariado não ser anarquista, é rara a associação de classe que na sua direção não comporte pelo menos alguns daqueles elementos. Uma greve geral aqui é de fácil execução, impondo-se mesmo pela forma de organização operária (...). Nas fábricas cada classe tem uma comissão de vigilância, que não deixa trabalhar quem não possuir bilhete da associação. E os patrões sujeitam-se, sob pena de greve na fábrica e a sua paralisação completa. As greves impondo aumento de salários são sempre declaradas quando as fábricas atestam de peixe e os patrões anuem desde logo aos aumentos»

(RELATÓRIO DO ADMINISTRADOR, 1917, 20 de abril).

A agonia da greve

«Deve estar prestes a cair o pano sobre o último ato da peça emocionante que vai para onze semanas se vem representando nesta cidade. A agonia de uma greve tem alguma coisa de grande e de sensível, aspetos assim de uma pesada e dolorosa catástrofe, envolvendo na mortalha da ruína milhares de famílias atingidas. De princípio escuta-se como um gemido débil do amor-próprio que se julga ameaçado. Mas a seguir a orquestração sobe de pavor à medida que o desenlace se aproxima, soando então gritos de ódio, uivos de cólera, rugidos de vingança, promessas de desforra que pouco a pouco se esbatem na lassidão resignada das coisas que não se podem evitar. Depois, por um largo período, o silêncio dos pavorosos sinistros, pesando como chumbo, abatendo as energias e aniquilando esperanças, até que num belo dia desfralda-se ao sol o estandarte da révanche e os humilhados se levantam, entusiasmados e feros, a reconquistar o prestígio perdido num momento em que o terreno foi mal escolhido por pouco apropriado para a batalha a travar» (O SETUBALENSE, 1922, 29 de novembro).

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Greve da Indústria Conserveira.
O Setubalense, 29/11/1922

A linha ferroviária do Vale do Sado transpõe o rio em Alcácer do Sal (1925)

Foi com mais de cinquenta anos de atraso em relação à Grã-Bretanha que o caminho de ferro se começou a desenvolver em Portugal. Ainda assim, foi no quadro de uma política de fomento ferroviário que o comboio chegou a Setúbal. Em 21 de fevereiro de 1861 abriam à exploração os quase 13 quilómetros que ligavam Pinhal Novo à cidade do Sado, já esta localidade havia sido elevada a esta categoria.

Se o serviço de transporte de passageiros ficava assegurado, já o de mercadorias levantava um conjunto de problemas, porque, para que a ferrovia servisse o desenvolvimento regional era fundamental o escoamento do peixe, das conservas e de outros produtos que circulavam por via marítima e fluvial. Essa seria a função do ramal até ao rio, cuja construção se arrastaria entre polémicas em torno do seu traçado, incúria dos concessionários, subfinanciamento, problemas relacionados com a transposição do esteiro da Marateca ou a construção de infraestruturas na margem – uma nova estação e obras para embarque e desembarque de mercadorias.

Só em 1903 é que ficariam concluídos os estudos para esse ramal que atravessaria a cidade, implicando a construção de um túnel entre o Quebedo e as Fontainhas, para, mais adiante, cruzar a avenida Luísa Todí até alcançar a margem do rio. E, ao prosseguir para sul, tornava Setúbal o ponto de arranque da linha do Vale do Sado, que serviria um conjunto de localidades nas bacias hidrográficas do Médio e Alto Sado e dos seus afluentes, entrevedo-se a articulação com o porto de Sines através de um ramal próprio. Por aí circularia cortiça, pomícolas, carvão de azinho, vinhos, madeiras, arroz, sal, minério.

As elites burguesas, os interesses económicos locais e regionais e os correspondentes lóbis impacientavam-se e reclamavam-no, refletindo-se numa preocupação transversal aos principais partidos republicanos, entre as vereaa-

ções municipais, nas representações ao governo e à Câmara dos Deputados ou na imprensa regional, como era o caso do jornal *O Setubalense*, que, embora se reclamasse independente dos partidos, se subintitulava *Diário Republicano da Noite*.

Porém, na pressão pela construção da linha do Vale do Sado conflituavam em torno do seu traçado José Maria dos Santos, proprietário dos 17 mil hectares da Herdade de Palma, e Edmond Bartissol, engenheiro francês, proprietário dos cinco mil da Herdade do Pinheiro, como se faziam ouvir os interesses da firma Burnay & C.a, detentora das lavras mineiras de Canal Caveira e Lousal, entre outros.

Quando, em 1911, corre a notícia de que haveria a intenção de retirar a linha da cidade, desviando-a a partir de Pinhal Novo, sobressaltam-se as elites sadinas e multiplicam-se as reuniões públicas e as representações aos órgãos de poder, assegurando a sua pretensão. As obras iniciam-se no ano seguinte.

Porém, a construção efetiva da linha do Vale do Sado avançaria, primeiro, de sul para norte, a partir de Garvão, um pequeno apeadeiro configurando uma bifurcação provisória entre a linha do Sul, que se iniciava no Barreiro e estabelecia a ligação a Beja, e a linha do Vale do Sado: bifurcação que se viria a consolidar na importante estação da Funcheira, inaugurada em 1919. Desenhava-se assim, ao mesmo tempo, uma alternativa ao traçado da linha do Sul, cujo acesso a Beja era longo, permitindo diminuir a duração da viagem entre o Algarve e o Alentejo e a ligação fluvial a Lisboa, no Barreiro.

Desde Garvão, a linha alcançaria Alvalade-Sado em 1914, o Lousal no ano seguinte, Canal Caveira e Grândola em 1916 e Alcácer do Sal dois anos depois, quedando-se o comboio, outros tantos anos, na margem sul do rio, pois o troço de 40 quilómetros de norte para sul, desde Setúbal até Alcácer do Sal, só seria inaugurado em 1920.

Mesmo assim, os dois troços da linha do Sado estavam separados pelas escassas dezenas de metros do leito do rio. A ligação inicial, uma ponte provisória, condicionava fortemente a circulação e seria necessário esperar mais cinco anos para que a ponte definitiva fosse inaugurada em 1 de junho de 1925, cujo tabuleiro metálico foi fornecido pela Alemanha, como parte das indemnizações alemãs aos países aliados, como Portugal, em consequência da I Guerra Mundial.

Entre as centenas de pessoas que participaram, entusiasticamente, na

viagem inaugural desse troço, que incluía a travessia do Sado, havia muitas individualidades e muitos populares de Alcácer do Sal, mas havia também dezenas de personalidades que vieram de Setúbal, de Pinhal Novo e até do Barreiro, contando com a presença do Ministro do Comércio, num ambiente de festa, em que participaram as três bandas de música e a associação local de bombeiros.

Unia-os, a todos, afinal, a importância da ferrovia para o desenvolvimento dos seus próprios interesses. A centralidade regional de Setúbal reforçava-se neste abraço entre as duas margens do Sado. **[JM]**

[HTTPS://OSALDAHISTORIA.BLOGS.SAPO.PT/QUANDO-O-COMBOIO-UNIU-AS-MARGENS-DO-30689](https://osaldahistoria.blogs.sapo.pt/quando-o-comboio-uniu-as-margens-do-30689)



Chegada do comboio à estação de Alcácer

[HTTPS://OSALDAHISTORIA.BLOGS.SAPO.PT/QUANDO-O-COMBOIO-UNIU-AS-MARGENS-DO-30689](https://osaldahistoria.blogs.sapo.pt/quando-o-comboio-uniu-as-margens-do-30689)



O comboio atravessa o Sado em Alcácer do Sal

A criação do distrito de Setúbal: elites locais contra a restauração do concelho de Palmela (1926)

O Setubalense, em 2 de novembro de 1926, publica uma carta aberta ao ministro do Interior contra a restauração do concelho de Palmela, considerando esta medida como «um roubo a Setúbal». Considera que o concelho de Palmela poderia ser criado depois de Setúbal passar a capital de distrito. Avisa, por fim, o ministro: «O que se praticou, foi gerar um conflito que poderá ser muito grave entre os dois povos vizinhos. Porque Setúbal, pode disso ficar V. Ex.^a certo, e não há em nós o menor tom de ameaça, mas apenas lhe falamos a linguagem clara da verdade, nunca se resignará, custe o que custar, à subalternidade a que a querem subjugar».

Botelho Moniz, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, interrogado sobre o assunto, responde: «Que se praticaria para com Setúbal um crime, se fosse verdade o que dizem os jornais».

As elites locais vão aproveitar a restauração do concelho de Palmela para pressionar o Governo Central a apressar o processo de criação do distrito de Setúbal.

Botelho Moniz explica a estratégia para concretizar este projeto: «A realização de uma grande reunião entre a Câmara Municipal, comando Militar, Administrador do Concelho» para tomar medidas sobre esta magna questão. Em tom de ameaça, considera que se não forem «dadas compensações a Setúbal» pode-se chegar até ao «pedido coletivo de demissão».

Por sua vez, o tenente Augusto de Carvalho, Administrador do Concelho, enviou ao Governador Civil de Lisboa um telegrama com o seguinte conteúdo: «Notícias de jornais relatam ir ser criado Concelho Palmela. Lavra enormíssimo descontentamento cidade. Tanto mais que não foi ouvida a Câmara conforme solicitaram Exm.^{os} Srs. Presidente do Ministério e Ministro Interior. Parte amanhã grande comissão, com o fim de expor razões tal descontentamento.



Editorial d'O Setubalense contra a restauração do concelho de Palmela, 3/11/1926.

Acompanho-a, solicitando V.Ex.^a se digne apresentar-nos».

A ameaça era clara. Todos os representantes do poder central na cidade se organizaram para levar por diante esta reivindicação. É posta a possibilidade de todos os governantes locais se demitirem em bloco. É um aviso que não pode deixar de ser tomado a sério pelo poder de Lisboa. O apoio dos leais nacionalistas setubalenses era muito importante para o Governo. Na conjuntura de grande instabilidade que se vivia, com tão grande contestação por parte dos republicanos, não se podia prescindir dos que haviam sido aliados desde a primeira hora.

Passados apenas quatro meses após a sagração do general Óscar Carmo-
na, como o primeiro líder relativamente estável da «revolução nacionalista», Botelho Moniz, ladeado pelas principais «forças vivas» da cidade, pedirá uma audiência ao novo chefe do Ministério.

A comitiva, cuidadosamente organizada, era composta por nomes com grande influência política e social na cidade, integrando oficiais do Exército, Administrador do Concelho, representante da associação patronal, represen-
tantes das quatro juntas de freguesia e ainda Óscar Paxeco, jovem jornalista d'O Setubalense, um dos primeiros apoiantes da Ditadura Militar. Na constituição

da referida Comissão houve ainda o cuidado de representar desde os setores do republicanismo conservador, até aos setores nacionalistas e monárquicos.

Depois dessa reunião com Óscar Carmona, os representantes setubalenses ficaram convictos de que as portas para a criação do novo distrito haviam ficado completamente abertas. Pouco mais de um mês passado sobre este encontro, o Diário do Governo, de 22 de dezembro de 1926, publica o «Decreto n.º 12.870». Era criado o distrito de Setúbal.

O diploma, que justifica a escolha de Setúbal para sede das estruturas administrativas do novo distrito, encontra razões de vária ordem: «Considerando que a cidade de Setúbal pela sua importância comercial e industrial, pela densidade da sua população, que é hoje das primeiras cidades do país, pelas suas ligações de caminho de ferro, fluviais e de via ordinária, pelo seu excelente porto está naturalmente indicada para sede dessa grande circunscrição administrativa que a própria natureza traçou e a que as condições de vida económica deram uma configuração harmónica e perfeita».

A pressão das elites locais, lealistas desde a primeira hora, dava os seus frutos. O distrito de Setúbal estava criado.

Um projeto pensado e ensaiado várias vezes pelos dirigentes republicanos setubalenses viria, deste modo, a ser concretizado pelo Governo da Ditadura Militar. **[AAC]**



Primeira página d'O Setubalense contra a restauração do concelho de Palmela, 10/11/1926

O 28 de maio de 1926 em Setúbal

A notícia das operações militares iniciadas em Braga, dirigidas pelo general Gomes da Costa, chegam a Setúbal ainda no dia 28 de maio. A novidade não terá grande impacto na cidade, não perturbando uma vulgar sexta-feira de trabalho para os setubalenses. Também o sábado será um dia normal de laboração nas fábricas, no comércio e em todos os outros locais da atividade produtiva.

Não nos podemos admirar perante esta aparente apatia face às notícias da revolta militar. Só no ano de 1925 tinham ocorrido três sublevações dos militares contra os governos liderados pelo Partido Democrático. Uma, em 5 de março, outra, em 18 de abril e, ainda outra, em 19 de julho. Estas revoltas expressavam o protagonismo crescente de setores monárquicos e nacionalistas, que simpatizavam com soluções autoritárias inspirados na Itália, de Mussolini, ou na Espanha, de Primo de Rivera.

A indiferença perante os atos revoltosos não foi extensiva aos militares aquartelados em Setúbal, que ainda no dia 28 serão chamados a intervir no quadro das movimentações de tropas que ocorrem pelo país.

O Regimento de Infantaria 11 de Setúbal não está na lista dos quartéis solidários com os revoltosos de Braga. No próprio dia 28 de maio cumprirá ordens do Governo liderado por António Maria da Silva. Estes militares integrarão um destacamento conjunto com o Regimento de Vendas Novas.

Este destacamento conjunto tinha como objetivo intercetar e impedir o avanço para Lisboa de tropas revoltosas provenientes do Regimento de Infantaria 33, aquartelado em Lagos, sob o comando do capitão Amado da Cunha. Os revoltosos pretendiam juntar-se às forças leais ao general Gomes da Costa. Na noite de 28 de maio as forças governamentais partem de Setúbal num comboio especial em direção a Alcácer do Sal, para impedir a progressão da referida coluna militar proveniente do Algarve, que até aí não tinha tido nenhum obstáculo à sua marcha para Lisboa. No entanto, não chega a haver qualquer confronto entre militares. Após algumas conversações entre os oficiais «leais»

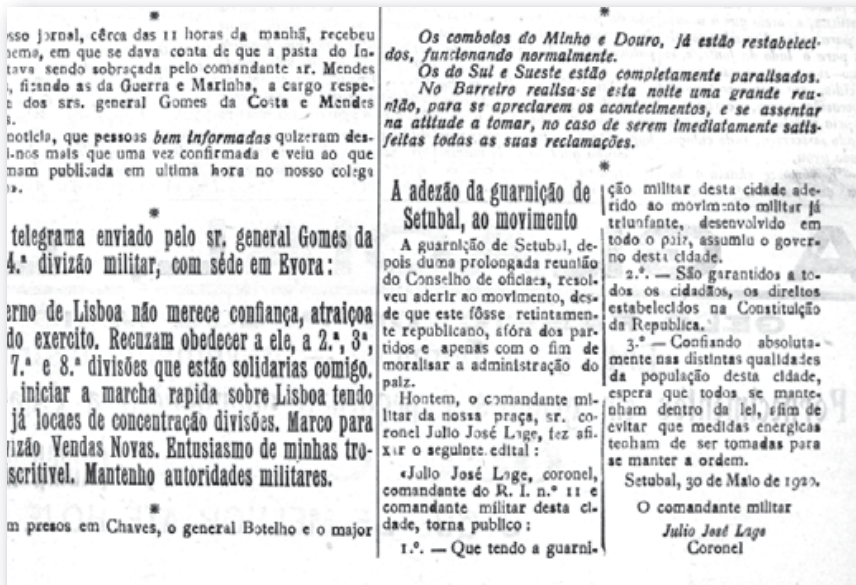
ao Governo de Lisboa e as tropas «revolucionárias», os sublevados decidem voltar para o Algarve, para se juntarem ao Regimento de Infantaria 4, de Faro, e aí aguardar a evolução dos acontecimentos. Por sua vez, a coluna militar lealista regressa a Setúbal aguardando, igualmente, a evolução da situação político-militar no país. A espera não será longa.

No dia 29 de maio, a guarnição militar de Setúbal, depois de uma prolongada reunião do conselho de oficiais, decide aderir ao movimento revolucionário.

[AAC]



Primeira página d'O Setubalense, 31/5/1926



Comunicado do Comandante Militar de Setúbal, O Setubalense, 31/5/1926

A Revolta de fevereiro de 1927 e a suspensão d'O Setubalense

Os primeiros grandes confrontos com a Ditadura Militar ocorrem no Porto e em Lisboa, nos primeiros dias de fevereiro de 1927. Milhares de pessoas nestas cidades enfrentaram o Exército e a polícia de armas na mão.

Setúbal participou neste movimento de forma mais discreta, mas não deixou de se solidarizar com estes acontecimentos.

Podemos destacar três momentos de ação solidária com os insurretos do Porto e de Lisboa.

O primeiro, passou por uma concentração em frente do Regimento de Infantaria N.º 11, para pressionar os militares a aderir ao movimento. A concentração obteve pouco apoio popular. Compareceram apenas elementos da elite republicana, próximos do Partido Democrático, e alguns dirigentes e ativistas das associações de classe.

O segundo, consistiu numa simulação de posse de um novo Governador Civil. Afonso de Macedo e Castro, que fora o último Administrador do Concelho: foi «nomeado» para ocupar o cargo de Governador. Tratou-se de um ato simbólico, dado que ainda não tinha havido nomeação para o cargo administrativo-político do recém-criado distrito de Setúbal por parte do Governo. Tentava-se, assim, aproveitar o vazio político criado com o atraso na nomeação. Este ato não teve quaisquer consequências práticas.

Por fim, e ainda no quadro do apoio aos revoltosos de Lisboa, houve uma ação concertada de alguns dirigentes operários com os ferroviários do Barreiro para provocar a paralisação dos comboios.

O conjunto destes atos não conseguiu obter apoio popular significativo e não logrou causar danos no novo poder político local.

A comunicação feita pela autoridade concelhia ao ministro do Interior, datada de 12 desse mês, dá conta da abertura de inquéritos policiais a diversas personalidades, que vão desde o chefe da Estação dos Correios e Telégrafos ao

diretor d'*O Setubalense*, passando por «conhecidos agitadores sindicalistas». Os inquéritos incidiram sobre a existência de «factos passivos» que teriam acontecido frente ao quartel do 11, e que teriam contado com a «cumplicidade de alguns elementos da GNR». Teria ainda havido «um simulacro da posse do ex-administrador Afonso de Macedo e Castro, nas funções de Governador Civil interino».

Como consequência desta solidariedade, há a registar o encerramento d'*O Setubalense*, o afastamento do comandante da GNR e, ainda, várias prisões.

O Setubalense viu o golpe militar de 28 de maio «como uma oportunidade de resolver os problemas políticos do país fora da confusão dos partidos». No entanto, a partir de meados de junho, a linha editorial do jornal vai sofrendo pequenas alterações, manifestando-se, em 16 de junho, contra a possibilidade de se instaurar uma ditadura em Portugal.

No dia 22 de junho, os jornais de Lisboa recebem da Polícia Cívica de Lisboa um ofício que impunha, «Por ordem superior», o estabelecimento da «censura à Imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal sem que 4 exemplares do mesmo não sejam presentes ao Comando Geral da GNR, para aquele fim». A medida será, depois, estendida ao resto do país.

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Primeiro número d'*O Distrito de Setúbal*, 16 de fevereiro de 1927, que substituiu *O Setubalense* durante o período da suspensão

Em 23 de junho, *O Setubalense* insurge-se contra a censura prévia à imprensa, sublinhando: «Como todos os jornalistas que se prezam, repugna à nossa pena livre de profissionais semelhante medida, com a qual os governos que a empregam nunca têm nada a lucrar».

Não sabemos o grau de envolvimento que terá tido o diretor d'*O Setubalense*, Luís Faria Trindade, na Revolta de 3 a 7 fevereiro de 1927. O que é conhecido é que até esta data o jornal tinha tido uma linha editorial que nunca hostilizou o Comandante Militar de Setúbal, nem o Administrador do Concelho (COSTA, 2014: 47 e segs.)

O Setubalense vai acabar por ser a primeira vítima da ação repressiva do Governo da Ditadura Militar, a propósito dos acontecimentos ocorridos em fevereiro de 1927.

O seu diretor será acusado de ter sido um dos apoiantes da Revolução de fevereiro, acusação que, de resto, nunca admitirá. Tal facto não vai evitar a sua prisão e a suspensão do jornal por seis meses.

Durante este período de suspensão, será substituído por um título com a designação de *O Distrito de Setúbal*, subintitulando-se «Diário da Noite», tendo como diretor Lameiras de Figueiredo e, como redator-principal, Óscar Paxeco. [AAC]



Notícia d'*O Setubalense* sobre a Revolta em Lisboa, 4/2/1927



Ofício enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil

«Como já expus pelo telefone, o sr. comandante militar ordenou os seguintes inquéritos que já foram iniciados:

- a) À atitude do chefe e outros empregados da estação de correios e telégrafos.
- b) A atitude do diretor do jornal O Setubalense.
- c) Aos factos passivos em frente do quartel de infantaria 11 com a cumplicidade de alguns elementos da GNR
- d) Ao simulacro da posse do ex-administrador Afonso de Macedo e Castro, nas funções de Governador Civil interino.
- e) A ação de certos guardas da polícia e de reconhecidos agitadores sindicalistas.

Como o sr. Comandante militar vai fazer de tudo o que se passou, um minucioso relatório a fim de ser apreciado pelo Governo, suponho que se torna desnecessário que eu faça, nesse sentido, alguma coisa.

Todavia aguardo a opinião de VE sobre este meu modo de ver.

Saúde e Fraternidade

Setúbal 12 de fevereiro de 1927

Administrador do Concelho»

(COSTA, 2014: 108)

A reconstrução dos Paços do Concelho (1928-1939)

Os confrontos entre os manifestantes revolucionários e a polícia monárquica, entre o final do dia 4 e o início do dia 5 de outubro de 1910, resultaram num incêndio que transformou em ruínas o edifício dos Paços do Concelho. Este acontecimento simboliza o expoente máximo da implantação da República em Setúbal, tendo caracterizado a paisagem urbana da Praça de Bocage durante cerca de 29 anos. As diversas discussões políticas sobre a necessidade de reconstruir aquele edifício perduraram até à institucionalização do Estado Novo, obrigando a que os serviços municipais e as repartições públicas que ali funcionavam fossem transferidas para o primeiro edifício do Liceu de Bocage (demolido onde hoje se encontra a Escola Secundária Sebastião da Gama) e que ali permanecessem quase três décadas, com grave prejuízo para o seu funcionamento.

Sob a égide da primeira comissão administrativa da Câmara Municipal nomeada pela Ditadura Militar, o edil Carlos Osório Botelho Moniz foi o responsável pela obtenção de um elevado empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos (5 milhões de escudos) em 8 de julho de 1927. Esta quantia tinha como objetivos o pagamento integral do passivo do município, a ampliação do mercado do Livramento, o investimento na distribuição de água e eletricidade e a reconstrução do edifício dos Paços do Concelho. (*CÓPIA DE ACTA DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA*, 1928, 21 de junho). Em junho de 1928, o arq.º Raúl Lino – já conhecido na região pelo Palácio da Comenda – tornou-se o responsável pelo projeto de reedificação.

Não obstante, os constrangimentos financeiros municipais, que se fizeram sentir durante o final dos anos 20 e durante toda a década de 1930, foram o motivo principal para que as obras fossem adiadas e para que, posteriormente, em junho de 1932, o então presidente da C. M. de Setúbal, António Joaquim de Melo, tenha posto a hipótese de o Estado se encarregar da concretização da



Liceu de Bocage, onde funcionou a Câmara Municipal desde o incêndio, em 1910, até 1939

reconstrução. Nesse sentido, em 29 de março de 1933 foi publicado o Decreto-lei n.º 22.378, cujo preâmbulo sublinhava as impossibilidades económicas do município e a tutela das obras por parte do Estado. Como contrapartida, o município abdicava do antigo edifício do Liceu de Bocage em favor do Estado. As obras arrancaram pouco depois, tendo apenas ficado concluídas no final de 1938.

Em 4 de maio de 1939, a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais realizou a entrega oficial dos novos Paços do Concelho ao município, fazendo-se representar através do arq.º Francisco dos Santos e do eng.º Mário Pires Ventura (*A INDÚSTRIA*, 1939, 8 de maio: 1). Após este ato foi solicitado o adiamento da inauguração do edifício, uma vez que este não se encontrava devidamente mobilado e pelo custo que uma sessão solene, com as altas figuras do Governo, representava. A transferência dos equipamentos e mobílias pertencentes aos diferentes departamentos camarários e repartições do Estado foi efetuada de forma gradual, abrindo portas ao público apenas no primeiro dia de agosto (*Ibidem*, 4 de agosto: 1).

A primeira reunião executiva teve lugar no dia 10 do mesmo mês e foi marcada pelo longo discurso do então presidente, Alfredo Perestrelo da Conceição. Além de ter lamentando o extenso período em que as ruínas permaneceram no principal largo da cidade, sublinhou que aquela era mais uma obra do Estado Novo para o processo de transformação e modernização de Setúbal. Agradeceu o papel decisivo do ministro Duarte Pacheco na execução da obra, as

alterações promovidas pelo eng.º Manitto Torres e a ação do falecido capitão António Nunes Correia, antigo edil e ex-chefe dos serviços de obras do município (*Ibidem*, 12 de agosto: 1-3).

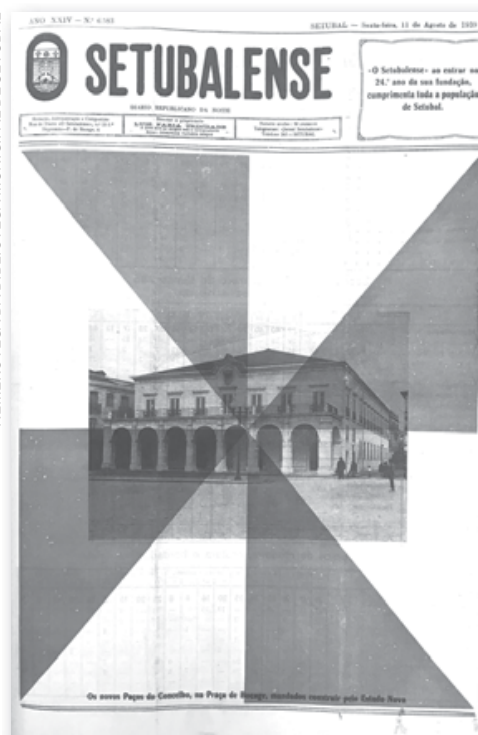
Ainda que não tenha ocorrido nenhuma cerimónia de inauguração do novo edifício, a doação promovida por Olga de Moraes Sarmiento de um vasto conjunto de obras e quadros da sua coleção particular, para decoração de três salas do edifício, foi pretexto para um primeiro ato público. Em 4 de novembro, as salas passaram a ter o nome da escritora setubalense e estiverem presentes na ocasião, além da própria, o general Amílcar Mota, Celestino da Costa (presidente do Instituto para a Alta Cultura) e o setubalense Mário Caes Esteves, secretário-geral do Ministério do Interior (*Ibidem*, 11 de novembro: 2). **[DF]**

ANTT-ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO:
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0020/0972F



Ruínas dos antigos Paços do Concelho,
O Século, 24/8/1931

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE SETÚBAL



O Setubalense (edição especial),
11/8/1939, p. 1

A Grande Exposição Regional de Setúbal (1930)

A Exposição Regional de Setúbal de 1930 será apresentada pelos eus promotores como um momento de viragem em direção ao progresso e prosperidade da cidade e da região, potenciando os recursos endógenos nas suas dimensões industrial e agrícola.

O presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Carlos Botelho Moniz, aparece como o seu grande mentor.

A Exposição constitui uma tentativa de dar resposta ao desemprego e às dificuldades económicas vividas na cidade e no distrito, e será, simultaneamente, uma grande operação propagandística da nova ordem social e política anunciada pelo novo regime. Inspira-se, ao mesmo tempo, nas exposições industriais e comerciais promovidas pelas grandes cidades europeias e no emergente modernismo fascista.

Botelho Moniz, na sua preparação, irá mobilizar inúmeros recursos materiais e humanos da cidade e da região. Todas as figuras mais destacadas e institucionais vão responder ao apelo e apoiar, de forma militante, o acontecimento. Governador Civil, presidentes das outras Câmaras do distrito, Junta Geral do Distrito, Comissão de Iniciativa, Juntas de Freguesia, delegados dos clubes desportivos e de recreio, imprensa local e, ainda, representantes do Comércio, da Indústria e da Agricultura serão convocados a participar e a dar o seu melhor para o êxito deste empreendimento.

O Século e o *Diário de Notícias* terão um papel central na promoção, divulgação e enaltecimento da iniciativa a nível nacional.

A Comissão nomeada irá, pois, elaborar um ambicioso programa de ação. O Catálogo Oficial, anuncia a exposição como um «Acontecimento capaz de rasgar decisivamente o futuro de Setúbal», e marcar o «início de uma nova era» para a cidade.

A Exposição compunha-se de três secções: industrial, agrícola e artística.

«O SETUBALENSE»

«A ressurreição vai dar-se. Setúbal, organizando a sua Exposição Regional, prestes a abrir, quiz revelar-se tal qual é. Pretendeu impôr-se, não por palavras, mas por obras... Setúbal sentiu a necessidade de clamar que vivia.»

O Setubalense (edição especial), 11/8/1939, p. 1

Na industrial, encontramos 17 grupos de atividade: pesca; conservas de peixe; outras conservas e indústrias alimentares e de consumo; indústrias de cortiça; sal; produtos químicos, em geral; indústrias mineiras, de cantarias etc.; produtos e materiais para construção; indústrias de madeira; indústrias têxteis; indústrias metalúrgicas e metalomecânicas; engenharia; indústrias de confeção e vestuário; artes industriais; utilidades domésticas; indústrias de mobiliário e indústrias diversas.

Por sua vez, a secção agrícola integrava nove grupos: hortícola; jardinagem; pomícola; arvícola (plantas e sementeiras, produtos tecnológicos e material de cultura); adubos; inseticidas e fungicidas; vitivinícola; oleícola e florestal. Na secção de pecuária, os expositores podiam inscrever-se nos seguintes grupos: gados; materiais; lacticínios; outros produtos; avícola; apícola; sericícola e cães.

Finalmente, da secção artística constavam: produções escultóricas e relevos decorativos em mármore, bronze, gesso e madeira; arquitetura; pintura e gravura; cerâmica, porcelanas, *biscuit*, faianças, esmaltes, etc.; serralharia artística em ferro, bronze e outros metais; desenho e caricatura; rendas e bordados.

Decorrerão, paralelamente ao decurso da Exposição, diversas atividades culturais. Várias conferências serão proferidas ao longo dos dias do acontecimento, tentando contemplar as dimensões «populares» e «eruditas».

A parte artística contemplava, ainda, produções de características mais «populares»: bordados e rendas; fotografias; pintura a óleo e pastel; desenho; arte aplicada; flores artificiais; mármore; bordados à máquina e relevos decorativos.

Foi também concebida uma exposição bíblico-iconográfica, visando a criação de um futuro Museu Regional.

A inauguração da Exposição foi, desde logo, um grande acontecimento mediático, com repercussão regional e nacional. Contou com a presença do presidente da República, presidente do Ministério, vários membros do Governo

e arcebispo de Évora. Toda a imprensa nacional, de Lisboa ao Porto, a referiu e elogiou. *O Século*, antes da inauguração, vaticina que «vai ser o maior e mais grandioso acontecimento regionalista de quantos se realizaram em Portugal».

Passada a euforia, o jornal *O Setubalense* constatará que «A nossa cidade continua atravessando uma enorme crise, crise medonha que parece não querer debelar-se. O número de operários sem trabalho é verdadeiramente assustador. De todos os lados ouvimos murmúrios e lamentos. Setúbal, cidade que, indubitavelmente, carece de grandes melhoramentos, continua vivendo quase artificialmente, ao sabor de grandes dificuldades. A população setubalense vê fugir-lhe todas as esperanças de engrandecimento. As projetadas obras a realizar ainda não tiveram o seu devido início».

Após a efusiva festa, a realidade do desemprego e das dificuldades económicas continua a impor-se na cidade.

Depois da Exposição, Botelho Moniz deixará a edilidade setubalense.

[AAC/ACB]

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Cartaz da Exposição de 1930

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



O general Carmona condecora um operário



Chegada do general Carmona ao Liceu de Bocage, onde funcionava a CMS



Entrada principal da Exposição de 1930

Fiat lux!

A inauguração da iluminação elétrica (1930)

Faça-se luz! ou *Que a luz exista!* Na versão teológica do universo relatada no Génesis 1,3, este teria sido o comando divino para substituir a inteira treva do mundo inaugural – *um mar profundo coberto de escuridão* – pela luz diurna. *E Deus chamou à luz dia e à escuridão noite*. Caberia ao homem desvendar o segredo da aurora e, deste modo, completar a criação, dando luz até à própria noite. Iluminando os passos da sua Humanidade, a criatura foi inventando diversos sistemas de iluminação, evoluindo até à luz elétrica, o sol noturno, o qual como que possibilita o dia permanente. «Será esta a última noite em que os simpáticos ardinas percorrerão de lés-a-lés, em seu apregoar tão característico, as ruas da nossa cidade, vendo suas figuras de miséria esbatidas na sombra frouxa deste gás pobre, paupérrimo, bem mais miserável do que eles» (*O SETUBALENSE*, 1930, 26 de julho). Os redatores daquele «diário republicano da noite» regozijavam-se, exultaram os leitores, rejubilava a cidade: finalmente a eletricidade!

Setúbal conhecia, então, uma «tentativa de projeção regional» (FARIA, 1981: 45-49), num particular momento de «fé regionalista» (ALDEIA, 1996). A iluminação pública local remontava ao já longínquo ano de 1834 quando, por iniciativa municipal e junto aos Paços do Concelho, foram colocados os pioneiros lampiões de azeite. A iniciativa agradou e multiplicaram-se os lampadários a alumiar, trémulos, as noites sadinas. Em 1863 surgiram os primeiros candeeiros a gás, os quais deixariam de se acender, para contrariedade de todos, em 5 de janeiro de 1865. Tornou-se ao azeite e fizeram-se experiências com o petróleo. Em setembro de 1870 retomou-se o uso do gás, o qual se manteria até 1930.

Os benefícios da incandescência, experimentados já desde finais das décadas de 1880-1890 por muitas capitais de distrito (ver Quadro I), de há muito que eram desejados e de há muito que se conheciam propostas para os introduzir. Em 1898, por exemplo, alguns industriais conserveiros pediram o privilégio,

por 99 anos, para a instalação de uma unidade de produção elétrica, enquanto que outros iluminavam as respetivas instalações com recurso a dínamos. Dos mesmos aparatos se serviam os bombeiros locais, nos seus exercícios (em 1889, por exemplo), e algumas casas de espetáculos, nomeadamente os animatógrafos, então novidade de pasmar. Porém, só em 1927 a Comissão Administrativa da Câmara Municipal empreenderia os primeiros estudos para a distribuição de eletricidade em Setúbal. No ano seguinte, em 8 de maio, seria assinada a «escritura de contrato de fornecimento de energia elétrica entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Societé de Mines de Borralha». Esta obrigava-se a «fornecer à Câmara Municipal de Setúbal a energia elétrica para alimentar a sua rede de distribuição pelo prazo de 30 anos» (MOURO e PENA, 1997: 119). Em 27 de julho de 1930 foi, finalmente, acionado o novo sistema de iluminação da cidade. Logo depois, a inesperada avaria de uma peça «que põe em movimento a grelha da caldeira da central» provocou a falta de luz, na noite de 28, o que motivaria esclarecimentos pelo presidente da edilidade, Carlos Botelho Moniz (*O SETUBALENSE*, 1930, 29 de julho).

Inaugurara-se a Grande Exposição Regional do Distrito de Setúbal, um vasto programa integrou aquele ato, bem como a cerimónia do lançamento da primeira pedra das obras do porto, outro velho anseio local. O Estado Novo ensaiava os primeiros passos: «Comparável em tantos aspetos ao Fontismo oitocentista [...], levou a efeito um amplo programa de obras públicas. Para além de todos os aspetos propagandísticos – constantemente proclamados dentro e fora de Portugal – esta política visava desenvolver e melhorar as infraestruturas consideradas fundamentais no surto da economia nacional. [...]. Melhorou-se o apetrechamento portuário [...]. Outro tipo de iniciativas respeitou à irrigação e à eletrificação do País» (MARQUES, 1976: 315-316). Poucos anos decorridos, aquela primeira concessionária cedeu a unidade da Cachofarra à Sociedade de Eletrificação Urbana e Rural, SEUR, à qual foi outorgada a distribuição de energia elétrica no concelho (1932) e no distrito (1936). A produção e distribuição de energia seria, mais tarde, transferida para a União Elétrica Portuguesa, UEP (1941).

Uma questão pode levantar-se: que razões poderão ter causado uma tão tardia introdução da eletricidade em Setúbal? Na década de 1930 «a região sul do País e o interior norte eram as que mais dificuldades apresentavam quanto ao estabelecimento, regularidade e desenvolvimento da sua rede elétrica». João

Figueira, que seguimos, notou que o interior e o norte do País «enfrentavam os mesmos problemas, que resultavam da dispersão do povoamento pelo território e de serem, grosso modo, áreas pouco industrializadas, ou seja, pouco atrativas para os investimentos [...]». A cidade de Setúbal era um dos casos de difícil solução quanto ao abastecimento de energia elétrica» (FIGUEIRA, 2012: 393). O caso sadino seria definitivamente resolvido quando a SEUR garantiu o contrato de fornecimento de energia a todo o distrito, incluindo os atrativos concelhos ribeirinhos do Tejo (Almada, Seixal, Barreiro), fortemente industrializados. Sublinhe-se que em Setúbal a indústria predominante era a conserveira. A montante e a jusante desta haviam ganhado força outras atividades: pesca, construção e reparação naval, litografia, caixotaria e mecânica ligeira. Todas estas, para laborarem, não careciam de abastecimento elétrico. Para isso lá estava o velho e fiável vapor que tanto cozia o peixe, como esterilizava a lata, como (tornado energia cinética) acionava os indispensáveis mecanismos. Para se iluminarem havia o gás. Assim, na tão específica industrialização da cidade radica, a nosso ver, a demora na inauguração daquele benefício. **[CM/HP]**

Quadro I
Inauguração da energia elétrica nas
capitais de distrito

FIGUEIRA, 2012: 191 (ADAPTADO)

Sede de Distrito	Data de inauguração		
	Ano	Mês	Dia
Porto	1888		
Lisboa	1889	06	01
Braga	1893	06	23
Vila Real	1894	03	31
Guarda	1899	01	01
Portalegre	1901	09	12
Castelos Branco	1905	01	05
Viseu	1907	07	01
Évora	1909	02	21
Leiria	1910	08	27
Faro	1911	04	01
Viana do Castelo	1915	07	11
Aveiro	1921	09	25
Bragança	1921	10	30
Coimbra	1923	12	17
Santarém	1924	01	31
Beja	1926	07	18
Setúbal	1930	08	27

COLEÇÃO PARTICULAR DE LEONOR SOARES



O «Caga-lume», ou acendedor de candeeiros, foi uma figura típica portuguesa de finais de oitocentos e inícios da centúria seguinte. Era quem, de rua em rua, acendia os lampiões que alumiam as noites dos audazes passeantes. Escultura em chapa, de José de Almeida Gregório, «Zeca» (1933-1997)

Obras do porto de Setúbal: lançamento da primeira pedra (1930)

O Estuário do Sado possui excecionais características naturais: tem fraca intensidade das correntes (das marés e fluviais); é abrigado dos ventos do quadrante norte pela serra da Arrábida; é protegido dos temporais do sul e sueste pela península de Troia. Estas características, associadas a uma boa localização geográfica – a proximidade do Alentejo, o que facilita o escoamento dos minérios e da cortiça –, permitiram que na sua margem direita se fosse desenvolvendo um aglomerado urbano com o seu porto.

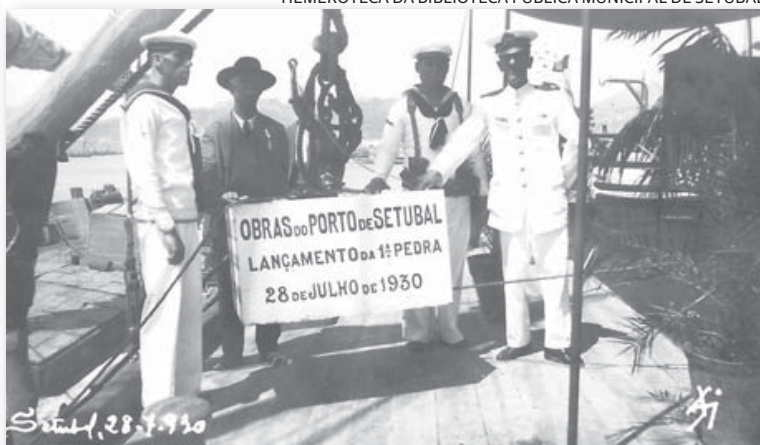
O crescimento da atividade portuária, que colocou o porto em terceiro lugar a seguir a Lisboa e Leixões, deveu-se às atividades antigas, mas também a outras mais recentes. Entre as antigas, podemos enumerar as seguintes: exportação de sal; pesca (em crescimento); indústria de conservas de peixe e de cortiça. Entre as mais recentes, podemos referir as seguintes: produção de adubos na SAPEC; produção de cimentos na SECIL; pirites alentejanas (de Aljustrel e Lousal); fábrica de carbureto de cálcio das Minas da Borralha; importações de folha de Flandres, estanho, chumbo, carvão e azeite.

Como o valor das exportações superava o das importações, as autoridades locais encararam a necessidade de investir na melhoria das condições de modo a satisfazer a procura dos exportadores e importadores locais e regionais. Assim, no início do século XX, são efetuados estudos e respetivos projetos de ampliação e inovação das instalações portuárias, que sofrem alguns avanços e recuos.

Em 1925, com as presidências da Comissão Executiva da Junta Autónoma do Porto e da Comissão Administrativa da Câmara Municipal a recair na mesma pessoa, o Dr. Carlos Botelho Moniz, verificou-se, finalmente, um impulso que conduziu à elaboração de um projeto da autoria de Afonso de Mello Cid Perestrelo, engenheiro Diretor das Obras do Porto de Setúbal, cuja aprovação ocorreu em 1927.



Carmona a içar a primeira pedra



Lançamento da primeira pedra

Tratando-se de um empreendimento de grande vulto, foi decidido que as obras se iniciassem em 1930, integrando-se a cerimónia de início das mesmas no programa da Exposição Regional, tal como aconteceu com a inauguração do fornecimento de energia elétrica à cidade, como se pode verificar pelo registo seguinte: «Aproveitando-se a visita a Setúbal de Sua Ex.^a o sr. Presidente da República e de alguns membros do Govêrno da Ditadura (Interior, Marinha, Comércio e Agricultura), por ocasião da Exposição Regional do Distrito e da inauguração da luz elétrica da cidade (fornecida pela central situada em Vila Maria, propriedade das Minas da Boralha), foi resolvido fazer-se também nessa ocasião o lançamento da primeira pedra para as obras do porto, o qual se realizou com a maior solenidade no dia 28 de julho de 1930». Pouco depois da cerimónia inaugural, davam os empreiteiros começo aos trabalhos preliminares, segundo o relato do acontecimento em *O Porto de Setúbal*, 1934, do eng.^o A. de M. Cid Perestrello.

As obras, a cargo da firma dinamarquesa de Copenhaga, Hojjard & Schultz, prolongaram-se por cerca de quatro anos e consistiram, fundamentalmente, em sete melhoramentos:

1.^o - regularização das margens em cerca de quatro quilómetros (desde a Toca do Pai Lopes, atual Parque Urbano de Albarquel, até Vila Maria), com conquista de terrenos ao rio através de uma terraplenagem de cerca de um milhão e meio de metros cúbicos (recorrendo a areias provenientes das dragagens e a pedra vinda da pedreira da Figueirinha), de que resultou um crescimento da

cidade devido ao acréscimo de uma nova área com aproximadamente 600 000 m²;

2.º - aproveitamento das reentrâncias naturais para construção de três docas (Doca Comercial, com 44 000 m²; Doca de Pesca, com 30 000m²; Doca de Recreio, com 5000 m²);

3.º - dragagens no Baixo do Campanário e aprofundamento do Canal da Barra;

4.º - construção de seis estacadas (três destinadas à atracação de navios de maior porte, uma destinada a vapores de pesca e duas no interior da Doca do Comércio);

5.º - canalização de esgotos e cobertura do troço final do Ribeiro do Livramento;

6.º - construção de um plano inclinado no topo poente da Doca de Pesca;

7.º - construção de 2100 metros de muros-cais e 26 000 m² de taludes empedrados.

As obras ocuparam uma média diária de 600 trabalhadores que, por disposição contratual, correspondiam ao mínimo de 75% de mão de obra nacional. O contrato da empreitada das obras fixava um custo de 27 milhões de escudos, mas o montante final foi de 32 milhões, cujo valor foi suportado por um empréstimo que foi sendo amortizado ao longo das quatro décadas seguintes.

[AAC/ACB]

COLEÇÃO PARTICULAR DE ANTÓNIO CUNHA BENTO



Vista geral do Porto de Setúbal

Inauguração do novo edifício do Mercado do Livramento (1930)

«Um espaço inevitável da vida popular sadina»

O atual edifício estilo Art Déco do Mercado do Livramento, situado na avenida Luísa Todi e inaugurado em 10 de julho de 1930, é um dos espaços emblemáticos da cidade sadina. Este não é, no entanto, o primeiro Mercado do Livramento, já que resulta das obras de reedificação do primordial mercado municipal construído em Setúbal.

Por Decreto de 26 de julho de 1860, a Câmara Municipal, no âmbito do plano de melhoramentos urbanos decorrentes do período da Regeneração (1851-1868), levou a cabo a construção de um mercado coberto na esplanada do antigo baluarte de Nossa Senhora do Livramento, junto à ribeira com o mesmo nome. Aberto ao público em 31 de julho de 1876, veio substituir os mercados ao ar livre que aconteciam na praça do Sapal (atual praça de Bocage), onde se vendiam os produtos hortícolas, e no largo da Ribeira Velha, onde se comerciava o pescado.

O estabelecimento do Mercado do Livramento trouxe mais vigilância e controlo sobre o comércio de peixe, fruta e hortaliças, que deixou de ser permitido fora deste, e a melhoria das condições higiénicas em que a venda pública era feita, passando «a venda de peixe a retalho [a ser feita] em vinte seis mesas de pedra, munidas de escoadouros.» (PIMENTEL, 1879: 274). Simultaneamente, significou a concentração da venda alimentar num só espaço, que «fica a igual distância dos dois bairros extremos da cidade, o de Troino, a oeste, o de Palhais, a leste» (*Ibidem*).

O desenvolvimento e o crescimento da cidade ditaram que, em 1927, se procedesse à demolição desse primeiro edifício e ao início da construção de um novo, no mesmo local.

É este edifício o atual Mercado do Livramento, com amplo interior composto por colunas em ferro fundido e painéis de azulejos, onde estão representadas cenas etnográficas e da vida económica característica da Setúbal do início do século XX: Descarga das Redes; Transporte do Sal; Reparação das Redes; Recolha do Sal; Descarga da Sardinha; Salga do Peixe; Setúbal - Vista Geral; Colheita da Azeitona, todos de 1929. A Vindima; O Antigo Mercado; Rega do Pomar; Lavra e Sementeira, todos de 1930. Os painéis têm a autoria de Pedro Jorge Pinto (1900-1983). No dia da inauguração, *O Setubalense* apelidou o mercado como «uma bôa obra (...) [onde, desde então, acontece] a venda do peixe apanhado na noite ou pela madrugada (...) [e que, quotidianamente, acolhe uma] avalanche de criaturas, num vae-vem extraordinário» (*O SETUBALENSE*, 1930, 10 de julho: 4). **[AA]**

ESPÓLIO FOTOGRÁFICO DE AMÉRICO RIBEIRO, ARQUIVO FOTOGRÁFICO AMÉRICO RIBEIRO



Interior do Mercado do Livramento, 1957

Notícia da abertura do novo edifício do Mercado do Livramento, *O Setubalense*, 10/7/1930, p. 4

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA
MUNICIPAL DE SETÚBAL

NOTA DO DIA

Mercado do Livramento. . .

Com a mudança, hoje feita, da venda do Mercado Agrícola para o do Livramento, registou-se um movimento desusado.

Inumeras pessoas ali fôram colher o que necessitavam.

No amplíssimo Mercado patra-ram a alegria e a satisfação de todos os setubalenses; foi dia de festa para os que de ha muito al-mejavam este beneficio; dia de regozijo para os que edificaram, duma vez para sempre, uma obra digna, que bem serve a nossa ci-dade; dia de desilusão para os que, embrenhados nos caminhos da mentira e da malquerença, nunca souberam acreditar no tra-balho dos outros.

Mas, todos, vencedores e desi-ludidos, visitaram o Mercado; uns a vêrem a finalidade do tra-balho a que tinham metido om-bros, outros a procurarem vesti-gios de algum defeito.

As obras jtcam. . .

O Mercado é uma bôa obra. Lá ao fundo, a venda do peixe apanhado na noite ou pela ma-drugada. E, numa maior área, a parte correspondente ao Mercado Agrícola.

Durante o dia, uma avalanche de criaturas, andou num vae-vem extraordinario dentro do Mer-cado.

Em toda a nossa cidade se co-mentou o facto da abertura; to-dos, muito contentes pelo melho-ramento, ali acorreram afim de presenciarem o movlmento ex-traordinario.

A greve dos marítimos (1931)

No mês de janeiro de 1931, *O Setubalense* declina, em vários tons, a enorme crise económica que a cidade vive: «Nunca como neste momento foi tão grave a situação económica dos trabalhadores (...). Os operários de Setúbal, principalmente os que vivem da indústria conserveira, estão na maior das misérias e encontram-se sob peso de enormes dificuldades».

Os trabalhadores marítimos serão os que vão ter mais capacidade de reagir à degradação das condições de vida e trabalho.

Em 2 abril de 1931, os pescadores iniciam uma greve em que reivindicam aumentos de salários, descanso quinzenal de 48 horas, simplificação do contrato de matrícula, uma percentagem de 35% sobre o produto bruto da pesca e uma diária de 4\$00.

À paralisação aderiram, também, os maquinistas e os fogueiros. A greve afeta toda a atividade económica da cidade.

Os marítimos não se limitam a não ir para o mar. Manifestam-se junto à Capitania e, depois, junto ao edifício do Governo Civil. Pressionam, através desta manifestação, os armadores e o Governo. Como resposta, as forças policiais prendem alguns dos ativistas mais conhecidos, como Xico Cagarrão e Jaime Rebelo, no sentido de quebrar a combatividade dos grevistas.

A greve terá o apoio da CGT (anarcossindicalista), que colabora na sua organização, tendo alguns dos seus dirigentes chegado a participar nas negociações com a Capitania e o Governo Civil. A greve será também apoiada pelo Comité Local do PCP.

Em 16 abril, *O Setubalense* dá o conflito como resolvido: «Prosseguem as negociações entre pescadores e armadores dos cercos estando a questão quase solucionada (...)».

É ainda *O Setubalense* que, em 21 de abril, traz novas informações sobre a greve: «não tem sido possível chegar a um acordo, em virtude de as propostas



Greve dos marítimos de 1931.
O Setubalense 4/5/1931



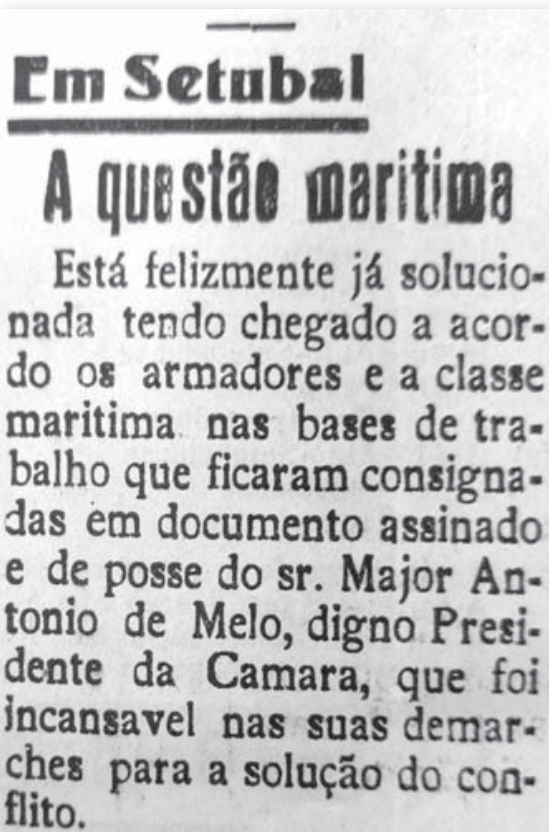
Greve dos marítimos de 1931. O Setubalense, de 9 de maio de 1931 assume compreensão para com as reivindicações dos grevistas

feitas pelos armadores, manterem pontos de vista absolutamente opostos aos dos marítimos e verifica-se pelo seu estudo que representam sempre piores condições umas do que as outras.»

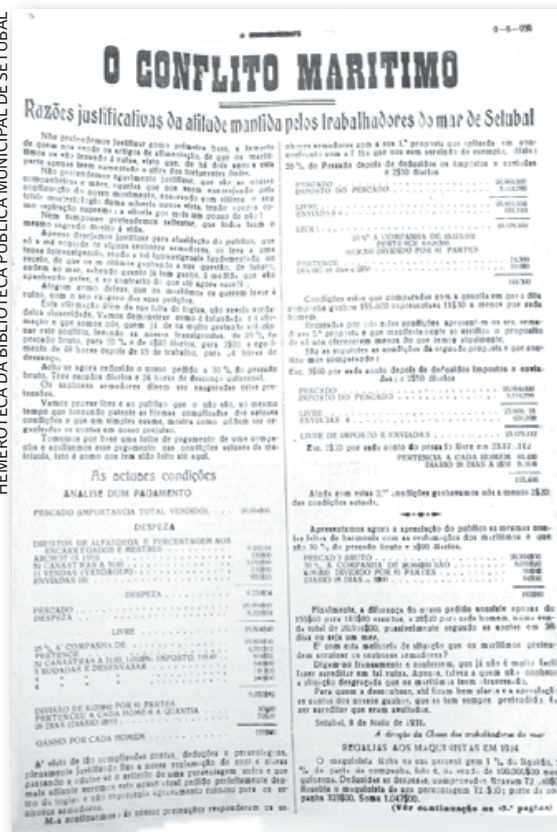
A paralisação tinha-se prolongado por três semanas, terminando com um acordo com os armadores que incluía a libertação dos trabalhadores presos. Grande número de trabalhadores vai mesmo para o mar. No entanto, os patrões acabam por não cumprir o acordado e os marítimos abandonam a faina e voltam à luta, apesar da precariedade em que se encontram. A fome rondava-lhes a casa e a família.

Inesperadamente, a luta dos marítimos vai ter um segundo fôlego em condições mais duras e difíceis. Só o enorme desespero e o sentimento de traição ao que já tinha sido acordado permitem encontrar novas forças para iniciar mais um processo de luta, que não se sabia como iria terminar.

O conflito vai durar ainda mais dois meses, prolongando-se até ao fim de junho. No dia 4 de maio podemos constatar o prosseguimento da luta pelo



Greve dos marítimos de 1931. O *Setubalense*, de 19 de junho de 1931, anuncia o fim do conflito



Greve dos marítimos de 1931. *O Setubalense*, de 18 de abril de 1931, denuncia a interferência do PCP na greve

título d'*O Setubalense* – «O conflito marítimo» – que responsabiliza os patrões pelo fracasso das negociações – «Por mais se espera a resolução do conflito que se arrasta entre as classes marítimas e os armadores (...) falta espírito de transigência e boa vontade se manifeste do lado dos senhores armadores (...)».

No final do mês de junho, passamos a ter indícios de que o conflito está próximo de ser solucionado. Neste período há, praticamente, reuniões diárias, intermediadas pelo presidente da Câmara, Major António Melo.

Para o *Diário Republicano da Noite* «tudo parece encaminhar-se para uma rápida resolução do conflito marítimo». Em 30 de junho chega a anunciar o fim da greve. Na sua perspetiva, foi encontrada a solução em que não houve vencidos nem vencedores.

Ao fim de mais de três meses de conflito, o acordo alcançado consagrava um salário fixo e uma percentagem fixa de 2\$50 por dia. No entanto, estes valores continuavam a ser muito inferiores ao que era considerado mínimo para uma subsistência digna.

A Capitania do Porto de Setúbal, em agosto de 1931, aproveitando o fim da greve, manda prender o que considera o «soviete» dos marítimos.

Os armadores, com o apoio explícito do Capitão do Porto de Setúbal, e também do Governador Civil, aproveitam a oportunidade para ajustar contas com aqueles que mais se tinham destacado durante este confronto.

A Associação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal emite um comunicado ameaçando reatar a luta. Alguns cercos chegam a paralisar a atividade, mas não haverá ânimo para prosseguir esta luta.

Estamos perante um movimento operário quase destroçado e incapaz de novas mobilizações.

É verdade que na greve dos marítimos encontramos ainda uma grande determinação, coragem e vontade de lutar contra todas as adversidades, e é verdade que encontramos padrões de ação que aproximam esta luta dos combates sociais violentíssimos do pós-guerra e do início da década de vinte; mas é também verdade que, em vez da negociação autónoma, estes trabalhadores procuram e recorrem cada vez mais aos representantes do poder (presidente da Câmara Municipal e Governador Civil) para intermediar a conflitualidade com o patronato ou mesmo «implorar» junto das autoridades soluções para resolver a crise. **[AAC]**

Da construção à inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra (1931)

Fundada em março de 1924, a delegação local da Liga dos Combatentes da Grande Guerra foi uma instituição que, apesar de se concentrar na componente social, rapidamente obteve um relevante prestígio político, principalmente depois do golpe militar de 28 de maio de 1926. Nos seus primeiros anos de existência procurou afirmar-se institucionalmente na comunidade através do aumento do número de sócios e das atividades assistenciais. Organizou festas para obter fundos que permitissem atribuir pensões mensais a inválidos de guerra, viúvas e órfãos da região e efetuou pedidos para a obtenção de emprego para os seus associados. Desta forma, superava as meras tradicionais romagens aos cemitérios por ocasião do 9 de abril e do 11 de novembro de cada ano.

A ascensão do capitão Luís Vila Verde a presidente da delegação representou um evidente passo em frente, nomeadamente, através da organização de festivais e touradas para angariação de fundos, da mudança de instalações para a Casa do Corpo Santo ou das consagrações militares na toponímia. Mais importante foi o simbolismo do lançamento, em 1927, de um poste no parque do Bonfim, onde iria ser construído o monumento que homenageava os militares que tinham perdido a vida no conflito, ação que fez parte da estratégia que esteve presente desde a génese do organismo: «O primeiro estádio (...) foi o sarau realizado no Salão Recreio do Povo (...) o segundo estádio (...) foi o concurso hípico realizado no campo do Vitória (...) a comissão organizadora das festas vai entrar ativamente no terceiro: a subscrição pública» (COSTA, 1924: 1).

Nos bastidores, o tenente Luís de Portugal Fonseca e Melo foi uma das personalidades que contribuíram para o progresso do organismo e auxiliou na coordenação da comissão pró-monumento. Lado a lado com Vila Verde, o reflexo deste protagonismo e intervenção comunitária valeu-lhes a nomeação como vereadores na comissão administrativa da Câmara Municipal de Setúbal,



Inauguração do Monumento aos Mortos da Grande Guerra, Setúbal, 22/11/1931

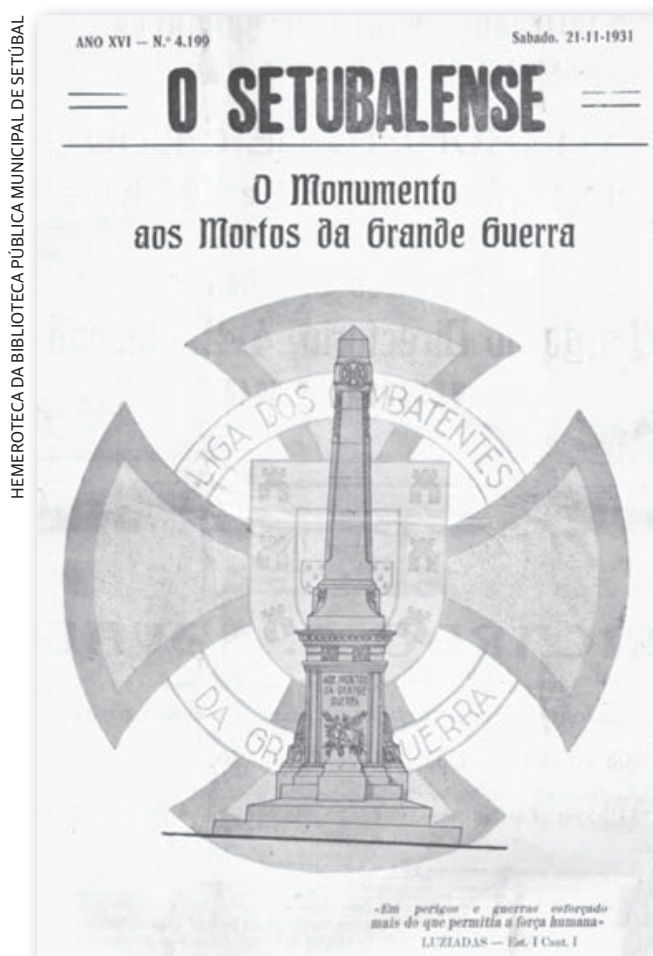
liderada pelo major António Joaquim de Melo, nos anos de 1931 e 1932.

Contando com a colaboração da Junta Patriótica do Norte e da Comissão dos Padrões da Grande Guerra, a possibilidade de dirigir os destinos municipais foram decisivos para que a construção do monumento se concretizasse. De facto, existiam algumas queixas em relação a um projeto que parecia estar guardado na gaveta desde 1927. Dominada a esfera pública por militares, inclusive o Governo Civil (fora dirigido pelo capitão Antonino Pereira entre 1929 e 1931 e, posteriormente, pelo coronel Alexandre Vanzeller até ao final de 1931), também a imprensa local teve um papel relevante para esta realização. O diário local *O Setubalense* deu, desde o início, um forte destaque à necessidade de concluir a homenagem de Setúbal aos mortos no conflito, promovendo a subscrição pública para a construção do monumento e dando muito espaço a crónicas sobre a execução do mesmo.

A angariação de donativos ganhou robustez a partir do início de dezembro de 1930, tendo para ela contribuído mais de cinco dezenas de organismos coletivos, entre sociedades culturais, grupos desportivos, associações de classe, estabelecimentos comerciais e industriais ou repartições públicas. Entre touradas na praça Carlos Relvas, espetáculos no teatro local e concertos no coreto, o esforço de todos possibilitou chegar aos 41 179\$45 orçamentados. O projeto e a construção do monumento são da autoria, respetivamente, de

Bonfilho Faria e da firma Abílio V. G. Salreu, artistas cujo reconhecimento lhes valeu novo convite, desta feita para a glorieta a Luísa Todi (1933). A sobriedade deste monumento representa a face económica de Setúbal na época, marcada pela decadência do setor conserveiro e pela crise internacional económica e financeira resultante do *crash* da Bolsa de Nova York, de 1929.

A cerimónia de inauguração, em 22 de novembro de 1931, decorreu em simultâneo com o II Congresso Nacional dos Bombeiros, que também teve lugar na cidade. Com a presença de centenas de alunos do ensino primário, alguns milhares de setubalenses, e diversas autoridades locais e centrais, a tarde foi marcada por discursos de propaganda política, paradas militares, um concerto da Sociedade Musical Capricho Setubalense e pelo sobrevoo do espaço por alguns aviões. À noite, no teatro Luísa Todi, Hernâni Cidade proferiu uma palestra e atuaram a banda do R. I. 11, um sexteto e uma companhia de teatro. **[DF]**



O Setubalense (edição especial), 21/11/1931



«Amanhã, a linda cidade do Sado terá pago o devido tributo aos seus soldados que nos campos de batalha da Flandres e das nossas colónias, baquearam no cumprimento do sagrados dever de honrarem a Pátria, erguendo à sua memória um monumento modesto sim, mas cuja nobre intenção é digna do maior respeito, e ficará perdurando pelos anos fora, tanto pela recordação íntima de saudade, pelos que ao solo de Portugal, não regressaram, como de protesto contra os horrores e carnificinas da Guerra. Honra-se e orgulha “O Setubalense” de ter sido com a sua persistência e propaganda intensa, o propulsor da iniciativa. Fazendo sucessivamente reconhecer a necessidade da nossa terra cumprir o seu dever; a ideia seguiu o seu curso, entrou no ânimo popular, que concorreu e contribuiu na medida das suas posses para que ela fosse um facto.» (*O SETUBALENSE*, 1931, 21 de novembro: 1).

O 18 de janeiro de 1934 em Setúbal

Neste dia é desencadeada uma greve geral revolucionária. Foi dirigida por três organizações operárias: a CGT (Confederação Geral do Trabalho), de influência anarcossindicalista; a CIS ou COMSIND (Comissão Intersindical), influenciada pelo PCP; a FAO (Federação das Associações Operárias), de orientação socialista. Esta frente unida tentará reverter a legislação fascista relativa aos sindicatos.

Os organizadores do movimento tinham previsto desencadear greves em diversas cidades e vilas do país. Estavam também previstas ações violentas, com destaque para os cortes de linhas telefónicas, sabotagens de comunicações rodoviárias, atentados à bomba contra edifícios públicos relevantes e centrais elétricas.

A greve será seguida em algumas cidades, particularmente no sul do Tejo (Almada, Barreiro, Sines, Silves) mas esteve longe de ter tido uma adesão massiva.

Será na vila da Marinha Grande que se levará mais longe o guião revolucionário. Os insurretos paralisaram toda a atividade económica, bloquearam estradas, ocuparam a estação do Telégrafo-Postal, atacaram o quartel da GNR, desarmando os seus elementos. Surgia, assim, um efémero «soviète» que foi rapidamente esmagado pelas forças militares que reocuparam a vila vidreira.

A greve geral não logrou causar danos ao regime e vai redundar num fracasso. Na cidade de Setúbal, os sindicalistas revolucionários, os anarcossindicalistas e os comunistas haviam preparado esta greve com grande intensidade e também com grande antecedência.

As principais forças políticas criarão, em novembro de 1933, o Comité Revolucionário Local (CRL), para dirigir todo o processo de participação de Setúbal nesta insurreição contra o Governo e o processo de fascização dos sindicatos.

No âmbito da sua preparação, foi dada uma atenção especial às tarefas de agitação e propaganda, que começaram a ser planificadas nos primeiros dias do ano de 1934.

A GREVE GERAL

A cidade apareceu hoje na sua pacatez normal tendo funcionado todo o ramo da industria e do commercio. A policia, e a G. N. R., bem como a guarnição militar estiveram atentas toda a noite, emquanto por toda a cidade patrulhas dobradas exerciam uma aturada vigilancia.

A' hora de começar o trabalho nas grandes oficinas todos os seus operarios compareceram, o mesmo se dando no commercio e escritórios.

A Marinha cessou o seu estado de prevenção ás 16,30.

*

Greve Geral Insurrecional, *O Setubalense* 19/1/1934

Porém, a preparação da greve não se esgotava nas ações de agitação e propaganda. Para realizar os ataques aos edifícios públicos, igrejas e redes de comunicação, foram adquiridas 60 bombas. A quantidade de bombas e outro material bélico a ser utilizado em Setúbal indicia as grandes expectativas que existiriam em relação à participação da cidade na greve geral insurrecional em preparação.

Em 7 de janeiro, Jorge Silva, José Bernardo, Jorge Raposo e Jaime Rebelo transportam uma bomba para os arredores da cidade. Queriam fazer um ensaio. A experiência bombista ocorreu nas Praias do Sado, no sítio do Moinho Novo.

Os conspiradores revolucionários não contavam com o enorme alarme que a explosão provocaria na cidade, obrigando à fuga imediata dos autores desta experiência bombista. Face ao alarde provocado, a polícia irá iniciar uma intensa perseguição e, em 15 de janeiro, logrará encontrar o arsenal bélico que iria ser utilizado: 59 bombas, uma pistola e diversas facas: serão presos vários operários acusados de pertencerem ao comité grevista.

A prisão dos principais dirigentes do Comité Revolucionário de Setúbal,

a fuga de vários militantes operários, as descobertas das bombas pela polícia determinarão o fracasso da greve geral na cidade.

O diário, *O Setubalense*, de 19 de janeiro de 1934, reporta-se aos acontecimentos em Setúbal explicando que «A cidade apareceu hoje na sua pacatez normal, tendo funcionado todo o ramo da indústria e do comércio (...) à hora de começar o trabalho nas grandes oficinas todos os seus operários compareceram, o mesmo se dando no comércio e escritórios».

Nos dias a seguir ao 18 de janeiro a polícia prosseguirá a tarefa de perseguir os ativistas operários que ainda não tinha sido presos. Jaime Rebelo, que andava fugido desde a sua participação no ensaio do lançamento da bomba, na zona do Moinho Novo, é preso por uma patrulha da GNR na serra da Arrábida, no dia 1 de fevereiro.

Serão julgados em Conselho de Guerra pelo tribunal Militar de Lisboa todos os implicados na insurreição.

De facto, a oposição ao regime em Setúbal, à semelhança do resto do país, tinha feito uma forte aposta na insurreição de janeiro. A pesada derrota sofrida, para além de significar o epílogo do sindicalismo autónomo, representa, igualmente, um enorme desaire para as forças oposicionistas.

Embora não significando que a oposição ao regime tenha desaparecido completamente, os anos que se seguem ao 18 de janeiro serão marcados por grandes dificuldades. São dificuldades económicas, com uma crise brutal na indústria conserveira, o desemprego, a fome e a miséria a rondar milhares de famílias setubalenses; mas são também dificuldades políticas e organizativas, aprofundadas pela intensa repressão policial ao que restava das oposições revolucionárias à Ditadura. **[AAC]**



Ofício do comando da PSP de Setúbal para o diretor da PVDE sobre a prisão de Jaime Rebelo

«Faço apresentar a V. Ex.^a, devidamente escoltado, o preso Jaime Rebelo, que ontem foi detido por uma patrulha da GNR, na Serra da Arrábida, deste Distrito. Este indivíduo, andava fugido à ação da polícia por ser um dos principais elementos revolucionários desta cidade, assistindo por vezes, às reuniões do Comité Revolucionário Local. Foi, com outros, o organizador de todos os elementos revolucionários e estava em contacto, segundo consta, com elementos políticos.

Protestou não responder a coisa alguma do que lhe foi perguntado sobre os recentes acontecimentos revolucionários e, quando já se encontrava próxima a sua inquirição, iludiu a vigilância da sentinela e pode adquirir uma lâmina de máquina de barbear, com que golpeou a língua em sentido vertical. Conduzido ao Hospital da Misericórdia desta cidade, recebeu o respetivo curativo, sendo esse ferimento suturado com oito agrafes» (*PROCESSO 115/34*, 1934, 25 de abril).



Versão do interrogatório de Jaime Rebelo sobre a sua participação na insurreição do 18 de janeiro segundo o Auto de Declarações

«Em meados de dezembro do ano findo, constou-lhe como era geralmente do domínio público, que se preparava uma Greve Geral Revolucionária contra os Decretos de sindicalização das associações de classe, emanados do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social e como ele declarante entendia dever comparticipar na ação que ao seu alcance estivesse, procurou um indivíduo de nome Jorge Silva, trabalhador numa fábrica de Conservas, em Setúbal, próxima da Saboaria, por saber que este indivíduo era um dos elementos que constituíam o Comité Local e pôs-se à disposição do mesmo para qualquer assunto concernente à projetada Greve. Que se passaram dias sem que mais nada consigo fosse tratado até que em princípios de janeiro do corrente ano, o citado Silva procurou o declarante e convidou-o a comparecer a uma reunião clandestina a fim de serem tratados assuntos que com a marcha da Greve Geral se prendiam. Efetivamente o declarante compareceu no local

designado, no campo, num sítio denominado Olhos de Água e aqui encontrou o Silva, um indivíduo de nome Jorge Raposo, ferroviário, Augusto conhecido por "Augusto Grelherio", faziam parte do Comité Local da Confederação Geral do Trabalho. Nesta reunião apreciaram-se uns três manifestos clandestinos incluindo a proclamação da Greve Geral, todos ainda manuscritos, com os quais os presentes concordaram. Que anteriormente àquela reunião, o "Augusto Grelheiro" dissera confidencialmente ao declarante que tinha a seu cargo diverso material explosivo para ser empregado na devida altura. Que no dia da reunião a que se referiu e em que foram apreciados os manifestos clandestinos, o declarante, finda ela, separou-se dos seus companheiros, regressando só a sua casa e no dia seguinte constou-lhe que tinha rebentado no local onde a reunião se dera, Olhos de Água, uma bomba. Mais lhe constou que fora o Augusto que rebentara a bomba, dizendo-se também que ele, declarante tinha sido visto no local, sendo por consequência acusado do mesmo facto. Em vista disto, e por o ter impressionado sobremaneira a explosão, resolveu não comparticipar mais de qualquer trabalho concernente à Greve Geral, não tendo saído de casa no dia em que esta eclodiu, pois de nada fora avisado talvez por saberem da atitude que tomara. Dias depois resolveu fugir e acabou por ser detido na Serra da Arrábida» (*Ibidem*).

As Comemorações Centenárias de 1940 em Setúbal

No quadro do paradigma cultural imposto pelo Secretariado de Propaganda Nacional de António Ferro – a «política do espírito» –, o Estado Novo encarou o ano de 1940 como uma oportunidade única para, por um lado, evocar e mitificar a fundação do reino de Portugal (1140) e a restauração da independência (1640) e, por outro, difundir um vasto programa ideológico. Nesse sentido, entre 4 de junho e 2 de dezembro foram promovidas inúmeras festividades por todo o país, devidamente adaptadas aos contextos locais, tendo a Exposição do Mundo Português, em Belém-Lisboa, representado o ponto mais alto do duplo centenário.

A Comissão Distrital de Setúbal das comemorações foi coordenada pelo eng. Carlos Manitto Torres, figura de proa da elite político-intelectual setubalense, e amparada pelo major Ricardo Durão, presidente da Comissão Distrital da União Nacional, enquanto que a Comissão Concelhia foi encabeçada pelo edil. Na cidade, as principais atividades das comemorações ocorreram aquando da abertura e do encerramento, pontuando outros acontecimentos com menor relevância. Entre momentos religiosos, literários, musicais, teatrais ou de palestras, o peso nacionalista e de exaltação do passado glorioso seguiu as diretrizes doutrinárias definidas pelo regime, reconstruindo a memória coletiva. Para isso contou com a constante divulgação dos acontecimentos n'*O Setubalense*, sendo de salientar as crónicas, cujo tom se encontrava em absoluta consonância com os desejos do Governo. Além da representação permanente das autoridades político-administrativas, organismos corporativos e outras instituições, é de salientar que boa parte dos discursos e palestras foram proferidos por antigos presidentes do município ou ex-governadores civis.

A abertura das comemorações, em 2 de junho, decorreu na Igreja de Sta. Maria da Graça com uma missa *Te Deum*, tendo o pároco enaltecido as «virtudes da Raça, o orgulho de ser português, os feitos dos nossos guerreiros e santos» (*O SETUBALENSE*, 1940, 3 de junho: 5). Nos Paços do Concelho, Carlos Botelho

Moniz aproveitou a cerimónia para exaltar a obra do Estado Novo. Declarado feriado nacional, o 4 de junho foi marcado pelas incontáveis «bandeiras da fundação» (cruz de D. Afonso Henriques) nas janelas de edifícios, nas mãos dos setubalenses, pelo lançamento de foguetes e pelas idas a Palmela no decorrer da noite: «E pôde certificar-se do entusiasmo popular que ia por essa terra inteira, facto digno de nota» (*Ibidem*, 5 de junho: 3).

Na semana seguinte, no dia de Camões, o Liceu de Bocage e a Comissão dos Centenários organizaram uma sessão literária, que contou com poesia, música da Mocidade Portuguesa e duas conferências. A que foi proferida por António Manuel Gamito, reitor do Liceu e antigo Governador Civil, realçou que Setúbal apoiou o Prior do Crato (1580) e as tropas portuguesas no combate pelo forte do Outão (1640) (*Ibidem*, 11 de junho: 4). Este estabelecimento de ensino planeou, ainda, algumas visitas de estudo no quadro das comemorações.

No âmbito de visitas à Exposição do Mundo Português, é de destacar que o Grémio dos Industriais de Conservas pagou, em duas ocasiões, mais de 2500 viagens-bilhetes aos operários do setor, com evidentes propósitos políticos. (*Ibidem*, 31 de agosto: 1-2).

O encerramento das comemorações, entre o feriado e o dia 2 de dezembro, contou com uma missa *Te Deum* na igreja de S. Julião, atuações musicais, uma matiné dos alunos do ensino primário, a distribuição do bodo, uma exposição de trabalhos artísticos, uma parada escolar no Campo dos Arcos, o hastear da bandeira pela Mocidade Portuguesa e, ainda, com um baile de gala na sala Ferreira de Souza. Pelo meio, várias foram as palestras nacionalistas, destacando-se as de Luís Teixeira de Macedo e Castro, Adelino Mendes, António Pires ou do coronel Alberto Cardoso dos Santos. (*Ibidem*, 30 de novembro: 2). O discurso de encerramento, pelo eng.º Carlos Manitto Torres, resumiu as atividades e foi publicado numa separata d'*O Setubalense*. **[DF]**



As comemorações em Setúbal, O Setubalense, 3/6/1940, p. 5



O encerramento das comemorações centenárias no distrito de Setúbal, O Setubalense, 3/12/1940, p. 1

«Quanto ao espírito, assentemos desde já que a simplicidade, a modéstia, a ausência de festas materiais e ruidosas, que caracterizaram as comemorações do distrito, dando-lhes o aspeto limitado e espiritual que assumiram, não foram, de nenhum modo, obra do acaso, mas provieram, ao contrário, duma orientação prévia, perfeitamente definida, e baseada em duas razões que atuavam no nosso caso e não permitiam outra coisa [dificuldades financeiras de Setúbal e a orientação rigorosa da comissão nacional]» (TORRES, 1940: 6-7).

Os efeitos do ciclone de fevereiro de 1941 em Setúbal

Em 15 de fevereiro de 1941, um devastador ciclone afetou diversas regiões do país, provocando um elevado número de mortos, feridos e desaparecidos. *O Setubalense*, na sua edição de 17 de fevereiro, traz uma extensa e detalhada reportagem sobre as consequências destrutivas no concelho, realizada pelo repórter na sua visita a várias zonas da periferia, onde assistiu às lágrimas de dezenas de famílias.

Segundo se pode ler no periódico, os danos materiais foram incomensuráveis. O ciclone arruinou estradas, ligações telegráficas e telefónicas, cabos da energia eléctrica, arrancou centenas de árvores, arrastou o balastro da linha ferroviária para Alcácer do Sal, destelhou casas e destruiu chaminés de inúmeras habitações ou edifícios industriais. Dos Paços do Concelho, passando pelo tribunal, SAPEC ou Clube Naval, até diversas fábricas de conservas, praticamente nada nem ninguém ficou incólume. As cheias espalharam-se por toda a baixa da cidade, inundando inúmeras casas. A força do vento torceu candelabros, deixando a cidade às escuras.

Os horrores vividos pela comunidade setubalense naquelas longas horas foram descritos no jornal da seguinte forma: «O ciclone vergastou impiedosamente toda a Cidade. Bateu vigorosamente os arvoredos, arrancou grandes coberturas de zinco, destelhou muitíssimos prédios, fez abater numerosas empenas, também destruiu grandes canos das fábricas, levou a desolação a muitos milhares de famílias e ainda cavou mais funda a situação de fome que a Cidade atravessava. Um pavor (...). Mulheres, homens e crianças que, desprevenidos, andavam pelas ruas, eram projetadas ao chão, outras contra as paredes. Parecia – como alguém julgou – o dia do Juízo» (*O SETUBALENSE*, 1941, 17 de fevereiro: 1).

Alguns milhares de setubalenses viram o seu ganha-pão desaparecer com a destruição de centenas de embarcações, como a Senhora da Conceição, e o afundamento de outras que estavam no estuário. Era a agudização da de-

pressão económica que marcava Setúbal naquela época. O ciclone provocou, pelo menos, uma dezena e meia de mortos no meio urbano. Diversos cadáveres foram dando à costa nas semanas seguintes, muitos completamente irreconhecíveis. Cerca de uma centena de pessoas procuraram tratamento no Hospital da Misericórdia.

Os casos mais dramáticos sucederam perto de Troia. O rebocador da firma Porto Lobo & Freitas, com cerca de uma dezena de tripulantes, virou-se dada a força do vento, afundando-se sem sobreviventes. O batelão Rio de Lima II, que se desprendera do rebocador, obrigou os quatro tripulantes a atirarem-se às ondas violentas do rio. Apesar da ajuda vinda de terra, não se salvaram. Em situação de emergência, um bombardeiro quadrimotor britânico da Royal Air Force, o Short Sunderland I, amarrado naquela península. A imprensa, talvez devido à censura, não noticiou pormenorizadamente o caso. O Sado foi um autêntico «teatro de desgraças inenarráveis» (*Ibidem*), levando, também, ao afundamento do lugre Atlante, este sem vítimas mortais.

Nos dias seguintes, por respeito às vítimas, o Governador Civil proibiu bailes e festas, assim como a comemoração do Carnaval, que se celebrava na semana posterior à tragédia. [DF]



Primeira página
d'O Setubalense,
17/2/1941, p. 1

A partida dos batalhões expedicionários do R. I. N.º 11 para Cabo Verde (1941)

No contexto da II Guerra Mundial, o arquipélago de Cabo Verde – pela sua posição geoestratégica – foi alvo da cobiça alemã e da pressão britânica e norte-americana. Na tentativa de conservar o império colonial, o governo salazarista mobilizou um total de 4500 homens, provenientes do Regimento de Infantaria N.º 15 (Tomar), do R. I. N.º 5 (Caldas da Rainha), do R. I. N.º 7 (Leiria) e do R. I. N.º 11 (Setúbal).

Ao longo de 1941, *O Setubalense* foi intransigente na defesa da colónia, apoiando o envio de batalhões e assegurando que não se ia para guerra, mas antes se ia preservar o património dos portugueses. O primeiro contingente setubalense partiu em 15 de junho, mas o periódico, praticamente, não mencionou o acontecimento. Na edição do dia 16, foi dado destaque às palavras do alferes Fernando Azedo Duarte, que, na véspera da partida, discursou no juramento da bandeira dos recrutas, no Campo dos Arcos. Reforçou a necessidade de honrar a Pátria, as suas descobertas e, principalmente, «conservar a todo o custo, contra tudo e contra todos, a herança gloriosa que recebemos dos nossos avós» (*O SETUBALENSE*, 1941, 16 de junho: 1).

O pouco destaque dado pelo jornal poderá estar intimamente relacionado com a polémica militar que decorreu na marcha das tropas do R. I. N.º 11 na capital. Segundo o capitão José Rebelo, este percurso foi marcado por alguns «excessos» dos militares na despedida dos familiares e por outros a terem rompido, agarrando-se aos estribos dos elétricos devido ao cansaço e ao peso da bagagem. Do mesmo modo, um dos graduados – alegadamente – não prestou continência a um superior antes de entrar no navio. Poucos dias depois, uma portaria proibiu o regimento de Setúbal de ostentar a bandeira e castigou os soldados com mais tempo de serviço (REBELO, 1983: s.p.)

Aquando da partida do 2.º contingente local, em novembro, *O Setubalense*

teve uma postura diferente. Deu destaque à cerimónia, que decorreu na igreja de S. Julião, em que se batizou um soldado, se distribuíram crucifixos, e o reverendo Mário de Carvalho discursou com um evidente tom de propaganda política, mantendo a lógica da extensão territorial do país fora da metrópole e a necessidade do sacrifício pela Pátria. Posteriormente, em frente ao Monumento aos Mortos da Grande Guerra, o edil, Pires de Lima despediu-se dos militares «dizendo-lhes que Portugal não é só onde se vive, pois também além-mar é a continuação da Pátria» (*O SETUBALENSE*, 1941, 26 de novembro: 2). O jornal apelou, ainda, para que, na partida, os sadinos promovessem uma manifestação pública de afeto, lembrando que todos voltariam sãos e salvos (*Ibidem*, 28 de novembro: 2). Desta vez, as tropas partiram para Lisboa em 28 de novembro, acompanhadas por uma multidão, desde o Monumento aos Mortos, passando pela av. 5 de Outubro até à estação de caminho de ferro. A Legião Portuguesa executou *A Portuguesa*, enquanto o comboio iniciou, lentamente, a sua marcha (*Ibidem*, 29 de novembro: 2). [DF]

Notícia sobre a partida das tropas para Cabo Verde, *O Setubalense*, 29/11/1941, p. 2



A suspensão do suplemento literário *Rumo* pela censura (1944)

No início de 1944, *O Setubalense* anunciava na sua capa o lançamento de um suplemento literário intitulado *Rumo*, que seria «um órgão da juventude; uma porta aberta à revelação dos novos valores, a que não sobejam oportunidades para se darem a conhecer» (*O SETUBALENSE*, 1944, 7 de janeiro: 1). Os responsáveis pela sua edição pertenciam a uma jovem elite intelectual e «aristocrática» local, que assumidamente desejava criar um novo espaço de cultura onde se pudesse afirmar. Na equipa de redação surgiam nomes como Mário Simonetti, J. Noronha Gamito, Cristóvão Silva e António Botelho Moniz, sendo dirigido por Rogério Peres Claro (futuro deputado na Assembleia Nacional) e Jorge Botelho Moniz (futuro presidente da Câmara Municipal de Setúbal).

Em 20 de janeiro, o diário comunicou a venda, em separado, do suplemento com oito páginas. Este era composto por uma crónica sobre cinema, uma crítica à obra de Cabral do Nascimento, uma «pastoral», poesia católica e um conto. A publicação, que não apresenta menção à censura prévia, possui um carácter religioso evidente e o seu texto de abertura realça o passado glorioso do país e o papel dos jovens no futuro. Apelavam aos seus conterrâneos para que se unissem no caminho traçado para atingir a «finalidade de uma Raça» (*RUMO*, 1944, 20 de janeiro: 1), seguindo a filosofia desenhada pelo Estado Novo.

No dia 28 seguinte, o subdiretor dos serviços de censura, capitão Aníbal Nozes, solicitou informações sobre esta publicação ao delegado da censura em Setúbal, uma vez que a não autorizou e por não ter tomado conhecimento da mesma (*CORRESPONDÊNCIA*, 1944, 28 janeiro). Em nova troca de correspondência entre ambos, está implícito que o diretor d'*O Setubalense*, Luís Faria Trindade, se defendeu, argumentando que outros jornais também possuíam suplementos. Não obstante, acabou mesmo suspenso pelos seguintes motivos: «Tal como foi editado, com formato diferente, venda avulso e numeração pró-

pria, 'Rumo' é um verdadeiro jornal, embora seja propriedade de *O Setubalense*, e como tal, não pode ser autorizado por estarem suspensas as autorizações para novas publicações.» (*Ibidem*, 15 de fevereiro).

F. Henrique de Jesus, por ocasião do centenário do jornalismo setubalense, considerou-o um periódico independente que terá sido editado quatro vezes. (JESUS, 1955: 36). [DF]

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Capa do suplemento literário *Rumo*, d'*O Setubalense*.

Nota: A Biblioteca Municipal possui apenas uma fotocópia do n.º 1, desconhecendo-se o paradeiro dos restantes três

Clube de Campismo de Setúbal (1947)

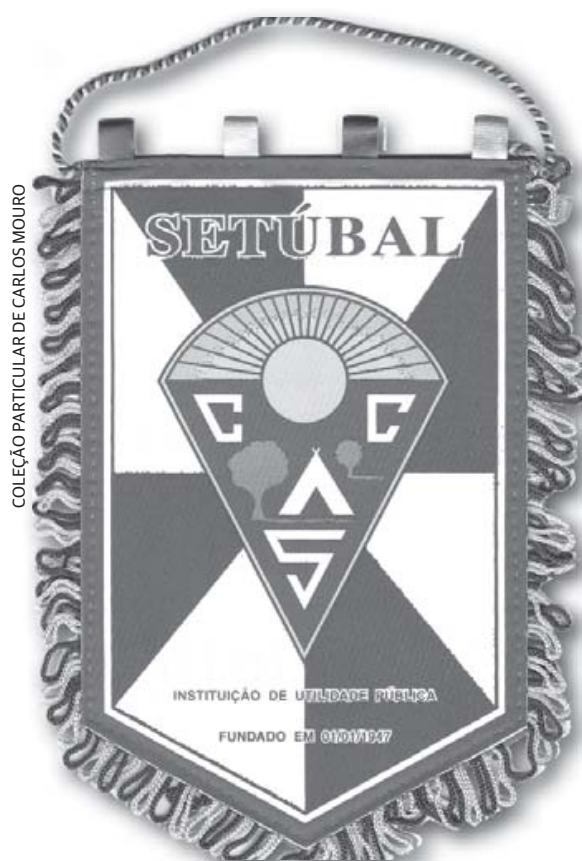
Os anos 40 foram marcados pela Guerra e respetivas consequências. Nessa década nasceu, em 1 de janeiro de 1947, o Clube de Campismo de Setúbal (CCS), pela fusão de grupos congéneres já organizados: Aves Migradoras; Vasco da Gama; Estrelas do Sado e Troianos.

Então, os grupos campistas – ou alguns de entre eles – assumiram-se como verdadeiros núcleos de oposição à Ditadura. Esta, por seu turno, reforçava-se: em Setúbal, em 1956, montou uma delegação da PIDE – temida polícia política do Regime – instalada na Rua dos Trabalhadores do Mar e, mais tarde, numa vivenda do Bairro Salgado. Temos nota, não confirmada, da existência de dois outros grupos campistas: os Arrábidos e os Amigos do Sol. Este último andaria ligado ao ideário anarquista. Em 1947, aquando da fusão que deu origem ao CCS, o primeiro grupo foi representado pelo presidente, Armando de Jesus Fernandes Arranja, e pelo tesoureiro, José Marcelino Chora. O Aves Migradoras e o Estrelas do Sado representaram-se por Álvaro Augusto Santos Dias e por Zeferino Alves Carrêlo. Por fim, pelos Troianos, esteve o vogal António Manuel de Campos.

Logo após a legalização, o CCS instalou-se na rua José Carlos da Maia, n.º 148. Depois, teria sede própria na rua Frei Agostinho da Cruz, n.º 55-1.º, onde decorreu a eleição dos primeiros corpos gerentes e onde Augusto Correia apresentou o futuro emblema do Clube. Mais tarde, transitou para a rua António Maria Eusébio, n.º 79-1.º e daqui mudou, em 1956, para as emblemáticas instalações da rua do diário *O Setubalense*, n.º 21-2.º. Neste novo espaço, mais desafogado, pôde o CCS ampliar as atividades recreativas, culturais e cívicas que lhe eram genéticas. Mantiveram-se em funcionamento, inauguraram-se ou ampliaram-se os núcleos de Poesia, Literatura, Teatro, Cinema... Manteve e desenvolveu uma Biblioteca (com mais de 5000 volumes), que remontava ao ano fundacional e que, depois, (1967) seria denominada de «Sebastião da

Gama», como homenagem ao inolvidável poeta de quem, aliás, haviam sido alunos alguns dos sócios campistas. Foi, ainda, desenvolvendo um conjunto de colóquios e conferências da mais variada temática, com as presenças de, entre outros: Piteira Santos, José Gomes Ferreira, Bernardo Santareno, Romeu Correia, José Saramago, Natália Correia, Joel Serrão, Luís de Sttau Monteiro, José Afonso ou Salgueiro Maia.

Após um processo cujos pormenores não cabem neste texto, o CCS tem hoje sede própria na avenida da República Guiné Bissau, a partir de onde continua, «teimosamente», a desenvolver atividade. É, desde maio de 1992, «pessoa coletiva de utilidade pública». **[CM]**



Galhardete do Clube de Campismo de Setúbal

FOTOGRAFIA DO AUTOR DO TEXTO, 2020



Clube de Campismo, primeira sede

Visita do presidente Óscar Carmona a Setúbal (1948)

Com o fim da II Guerra Mundial, Portugal parecia voltar ao imobilismo e estagnação que haviam marcado as décadas anteriores. Contudo, o pós-guerra revelou-se um período de «mudanças invisíveis» (ROSAS *et. al*; 1994: 419) que forçaram o Estado Novo a promover uma modernização que possibilitasse a manutenção do regime autoritário.

É nesse âmbito que se dá a visita do presidente Óscar Carmona a Setúbal, em 6 de junho de 1948, para inaugurar um bairro com o seu nome. Na tentativa de dar resposta aos problemas criados pelo êxodo rural e pela ausência de infraestruturas nas cidades, o Estado Novo criou um programa de construção de casas económicas para famílias pobres. No caso de Setúbal, entre a década de 40 e 50, foram promovidas três construções deste tipo: Bairro Carmona (1948), Bairro da Conceição (1949) e Bairro dos Pescadores (1952).

Tendo contado com ampla divulgação nas páginas de *O Setubalense*, a visita foi acompanhada ao detalhe. Sob o título «A visita Presidencial a Setúbal», são descritos os diferentes momentos do dia, ocupando nove colunas, em clara propaganda política, e em que se destaca o grande elenco de figuras do regime presentes na cidade: «Sua Excelência o Venerando Chefe de Estado foi recebido em Setúbal num ambiente de verdadeira apoteose, como prova do muito amor, carinho e respeito, com que o seu nome é tido por todos os setubalenses» (*O SETUBALENSE*, 1948, 7 de junho: 1).

Em plena Praça de Bocage, milhares de setubalenses aplaudiram a chegada de Carmona, acompanhando os clarins da banda do R.I. N.º 11, até ao momento em que este passou revista à guarda de honra e se dirigiu ao salão nobre (*Ibidem*). Carmona, em breves palavras, ressaltou a importância de todos os portugueses no processo de «reconstrução nacional».

Já em pleno bairro, o então chefe de Estado descerrou um padrão com o seu nome, enquanto a Sociedade Musical Capricho Setubalense tocava *A*

Portuguesa, entregou a chave de uma casa a uma família e visitou o interior de uma das habitações. O cortejo, de 250 convidados, dirigiu-se ao forte de S. Filipe para terminar a visita oficial, onde decorreu um concerto de um sexteto e bailado de Amélia Amil Matta (*Ibidem*); o lanche foi servido pela Sociedade Hoteleira do Sado e pela Confeitaria Triunfo de Setúbal (*Ibidem*, 1949, 9 de junho: 2). **[DF/JS]**

ARO3171806 | COLEÇÃO AMÉRICO RIBEIRO | ARQUIVO FOTOGRÁFICO AMÉRICO RIBEIRO. SMBM | DCED |
CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL



O presidente Carmona na Praça de Bocage, 6/6/1948

As comemorações do VII centenário do foral de Setúbal (1249-1949)

Em 27 de março de 1249, D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, foi o principal responsável pela atribuição do foral a Setúbal. O documento conferiu o estatuto de concelho, atribuiu maior autonomia administrativa e estabeleceu privilégios e deveres da então vila. Sob liderança do presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Miguel Rodrigues Bastos, o município – apesar das evidentes condicionantes financeiras e dificuldades económicas regionais – não deixou passar a evocação dos setecentos anos em claro. No início de março de 1949, *O Setubalense*, peça central da arquitetura propagandística destas comemorações, iniciou um longo processo de divulgação dos diferentes acontecimentos e apelou, intensamente, à participação, produzindo crónicas de cariz histórico (e.g. textos de Fernando Falcão Machado) ou de exaltação barrista e nacionalista.

A abertura das comemorações do VII centenário decorreu no dia 27 de março, através da colocação de bandeiras da cidade nos edifícios públicos, de uma parada musical, de um concerto no coreto e da iluminação dos monumentos locais. Numa sessão noturna nos Paços do Concelho, as mais importantes figuras políticas de todo o distrito receberam o ministro da Marinha, Américo Thomaz, representante do Governo. Nas instalações foi descerrada uma placa comemorativa e o historiador João Ameal proferiu uma conferência que resultou numa publicação: *Setúbal – Sete Séculos de História* (1950). (*O SETUBALENSE*, 1949, 28 de março).

Numa edição especial d'*O Setubalense* dedicada às comemorações consta uma reprodução do foral, um panegírico a Carmona, ao edil e ao governador civil e o programa completo das celebrações. Previstos até outubro, os principais acontecimentos deste ano foram aqui enquadrados. Entre uma série de conferências artístico-literárias no Grande Salão Recreio do Povo, bailes, recitais

de poesia, batalhas de flores, teatro, exposições, encontros desportivos, marchas populares ou sessões de cinema, tudo serviu para evocar o centenário.

Os pontos altos foram a conferência de João Couto, diretor do Museu de Arte Antiga, a exposição dos pintores primitivos do Convento de Jesus, as inaugurações do novo edifício do Liceu de Setúbal, do parque infantil do Bonfim e do novo matadouro municipal. No dia de Bocage foi homenageado João Vaz, com a inauguração de um busto e com a exposição de obras suas (*Ibidem*, 2 de abril: 7). Por fim, e devido ao atraso nas obras, foi inaugurado o Bairro de Casas Económicas de Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro.

O encerramento das festas centenárias teve lugar no dia 16 de outubro, tendo sido encabeçado pelo cardeal patriarca de Lisboa, Manuel Gonçalves Cerejeira, que dirigiu uma missa e *Te Deum* na igreja matriz. Neste espaço, o reverendo Gustavo de Almeida realizou um sermão carregado de história setubalense. Nos Paços do Concelho, o reitor do Liceu, António Manuel Gamito, encerrou definitivamente as comemorações (*Ibidem*, 1949, 17 de outubro).

[DF/JS]

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Edição especial d'O Setubalense, 2/4/1949, p. 1

Salazar, Carmona e Cerejeira em Setúbal (1949)

Em 1949 Setúbal comemorou o 27 de março de há setecentos anos, quando o Mestre da Ordem de Santiago lhe concedeu a Carta de Foral regulando «as práticas do viver político-administrativo e social local [...] estabelecendo [...] os direitos do senhorio, nomeadamente os fiscais e jurisdicionais, sobre a localidade, e registando também os privilégios e isenções do concelho e dos seus moradores face à tributação aplicada» (COSTA, 2015: 12).

O longo programa – de 27 de março a 2 de outubro – está numa edição especial d'*O Setubalense*, de 2 de abril: concertos, batalhas de flores, bailes, conferências, exposições, provas desportivas... No contexto do pós-guerra, quando se esperava alterações no Estado Novo, este procurou afirmar-se, interna e externamente. Foi dissolvida a Assembleia Nacional e convocaram-se eleições «livres»: 1945 (AN) e 1949 (Presidência). Esperanças goradas. Endureceu a repressão, prendeu-se, consolidou-se e reforçou-se a imagem: em 1949 Portugal está na fundação da OTAN (4 de abril) e subscreve a Declaração Universal dos Direitos do Homem (dezembro)!

O regime vencera uma crise séria e a estabilidade manter-se-ia até ao «abalo Delgado» (1958). Salazar e Carmona tinham de mostrar obra feita. Daquele aludido programa constavam algumas inaugurações de «importantes melhoramentos»: novo edifício do Liceu (30/4 a 2/5); um Bairro de Casas Económicas (Bairro Carmona), com 220 moradias (28/5); novo Matadouro Municipal e um «magnífico Parque Infantil, no Campo do Bonfim» (6/8). No já citado *O Setubalense*, louvaram-se os «dois verdadeiros cabouqueiros do Império» e salientou-se «a extraordinária ação desenvolvida pelo Governo saído do 28 de maio, no que diz respeito à nossa Cidade», pela qual aqueles passariam, logo a 29 de maio, para a inauguração da barragem de Pego do Altar – «a maior obra hidráulica agrícola até hoje construída no nosso País».

O então presidente da Câmara, Rodrigues Bastos, convidou a «população

de Setúbal» a concentrar-se «para, carinhosamente saudar os Chefes da Revolução Nacional» (*O SETUBALENSE*, 1949, 28 de maio: 1). A Igreja – um dos pés da tripeça que sustentava o Regime – não faltou. Representou-a Manuel Gonçalves Cerejeira – cardeal patriarca de Lisboa – que no largo de Jesus, em 29, coroou uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, em cerimónia que foi antecipada e reportada como «revestida de grande imponência» (*Ibidem*).

Do programa então realizado devemos salientar ainda as seguintes cerimónias: uma conferência por João Ameal (seria publicada, no ano imediato, sob o título *Setúbal. Sete séculos de história*); a inauguração, nos Paços do Concelho, da exposição do retábulo do Mosteiro de Jesus (com conferência por João Couto, do MNAA) e a inauguração do monumento ao pintor setubalense João Vaz, no local onde ainda se encontra (o largo do Carmo). **[CM]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



«Um dia grande para Setúbal», reportagem alusiva às cerimónias, *O Setubalense*, 30/5/1949, p. 1

MARQUES, 1995: 59. FOTOGRAFIA DE AMÉRICO RIBEIRO



O cardeal Cerejeira coroa a imagem de Nossa Senhora de Fátima em frente ao portal da igreja do Mosteiro de Jesus. Fotografia de Américo Ribeiro. (MARQUES, 1995: 59)

Inauguração da CGD de Setúbal (1955)

Com atividade em Setúbal desde 1896, a Caixa Geral de Depósitos conheceu várias fases na cidade sadina, passando de delegação a agência – já no início do século XX – e culminando na sua reconfiguração em filial, em 1 de setembro de 1927. Contudo, foi apenas em 28 de maio de 1955 que se instalou no edifício situado na avenida Luísa Todi, onde mantém a sua sede até aos dias de hoje.

A inauguração deste novo edifício deu-se como momento das comemorações do 29.º aniversário da sublevação militar de 1926, que instaurou a Ditadura Militar. Desta feita, a cerimónia de inauguração do edifício não foi relevante apenas do ponto de vista económico – dada a consolidação da CGD na cidade de Setúbal – mas, igualmente, do ponto de vista político, tentando atribuir a imagem de dinamismo e crescimento económico ao regime.

A cerimónia foi presidida pelo Governador Civil, Miguel Rodrigues Bastos, e contou com a presença do administrador da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, Norton de Matos; do Inspetor Chefe, Fontes Pereira de Melo; do Agente da Filial, Tavares de Carvalho, entre outras figuras locais. Cortada a fita, «verificou-se a entrada oficial e solene neste valioso imóvel que, sem dúvida, veio valorizar o aspeto urbanístico da formosa Avenida» (*O SETUBALENSE*, 1955, 30 de maio: 1).

Contudo, após a cerimónia de inauguração da nova sede, realizou-se uma outra sessão – onde sobressai o cariz político – «a que presidiu o chefe do Distrito, que tinha o seu lado o presidente da Câmara, sr. Dr. Jorge Botelho Moniz, o Comandante Militar, Coronel Augusto de Carvalho, o Administrador da Caixa, Dr. Alexandre Norton de Matos e o Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro» (*Ibidem*).

O tom dos discursos foi – naturalmente – de cariz elogioso em relação ao regime e ao papel de Salazar na recuperação da economia portuguesa, algo notório na intervenção de Norton de Matos, quando referiu a reforma da Caixa

em 1939 que, segundo o mesmo, «deu uma nova estrutura, permitindo-lhe o desafo e recrudesimento de que hoje beneficia» (*Ibidem*).

Contudo, o principal foco desta segunda sessão prendeu-se, sobretudo, com as comemorações relativas à sublevação militar de 1926, aproveitando a oportunidade para promover o que, nas palavras do presidente da Comissão Distrital da União Nacional, seria o «despertar e orientar da consciência nacional» (*Ibidem*, 2). **[JS]**



O edifício da filial de Setúbal de 1955, que se mantém hoje

LASA - Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão (1955)

Como surgiu a ideia de fundar a associação

No final de 1949, o Grémio do Comércio de Setúbal organizou um ciclo de conferências em que foram abordados temas relacionados com a pesca, conservas, sal, laranjais e arroz. Coube ao Eng.º Carlos Manitto Torres o encerramento daquele encontro, proferindo a conferência «O futuro de Setúbal e os pontos cardeais da sua prosperidade», referindo, como «pontos cardeais da salvação: Indústria defendida, Turismo viável, Comunicações perfeitas e Cultura apropriada».

A concluir a sua interessante conferência, deixou um desafio: «Quem sabe se os que estamos reunidos hoje nesta Sala Nobre da Nossa Casa Consistorial, não seremos, à vista simbólica destes mármore que recordam uma das joias mais preciosas do nosso património, os fundadores duma nova sociedade de amigos de Setúbal...».

Na sequência desta iniciativa, apareceram os defensores da criação do tal Grupo de Amigos, apontando os exemplos de Lisboa – Grupo Amigos de Lisboa – e de Évora – Grupo Pró-Évora – e os que entendiam caber aos vereadores defender o que fosse do interesse comum, não havendo, por isso, necessidade de existir qualquer associação para intermediar.

Em 13 de março de 1952, um grupo de setubalenses organizou um jantar de homenagem a Luciano dos Santos, a que a imprensa local se referiu acrescentando: «o jantar de homenagem a Luciano dos Santos reuniu 19 pessoas, mas, por isso mesmo, constituiu um momento especial na vida setubalense, diremos mesmo mais um importante passo numa atividade que necessita apenas de um homem para se desenvolver. E teremos então o Grupo dos Amigos de Setúbal».

Em 26 de janeiro do ano seguinte, uma pequena notícia anunciava o que

seria o primeiro passo para a prolongada gestação (dois anos): «Sabemos estar em organização a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, graças ao espírito empreendedor do Sr. Dr. Corrêa Figueira, que já conseguiu a adesão das principais entidades do Concelho. A quota, de dez escudos mensais é acessível à maioria das bolsas e a ideia bem merece o apoio de todos quantos prezam a região em que vivem».

Apesar de constituída em 1955, os primeiros corpos sociais só viriam a ser eleitos em maio de 1958. A LASA, no período que se seguiu à sua fundação, desenvolveu intensa atividade, quer integrando a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia e a Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida, quer envolvida diretamente na criação e gestão do Museu de Setúbal. Após alguns anos de inatividade, entre meados da década de setenta e o início da seguinte, tem vindo a intervir, segundo os seus estatutos, nas áreas de defesa do património local (no seu mais vasto sentido) e de preservação do ambiente, tendo sido considerada Associação de Utilidade Pública e ONGA - Organização não Governamental de Ambiente. **[ACB]**



Símbolo da LASA obtido no Sítio da Associação na Internet

O Cineclube de Setúbal (1956)

O primeiro cineclube português data de 1945. Em breve seria sublinhada a importância do movimento: «A criação dos cineclubes foi, decerto, um passo em frente no desenvolvimento da cultura geral [...] um verdadeiro progresso da inteligência, da imaginação e da sensibilidade» (RÉGIO, 1958: 3). Interessante é notar, igualmente, a profusão de títulos editados pelos cineclubes que se fundam um pouco por todo o país. Alves Costa, também ele um cineclubista, precisa: «Os cineclubes eram também focos de resistência contra uma política de “neutralização”, desinformação, embrutecimento, despolitização, em que o regime se empenhava para que tudo, tranquila e conformadamente, fosse aceite segundo as determinações férreas de um homem só». (COSTA, 1978: 98). Os cineclubes foram, ainda, escola para muitos críticos, historiadores do cinema e, mesmo, para alguns realizadores.

Em Setúbal a ideia remonta a 1955, quando José António defendeu a criação de um cineclube local (*GAZETA SETUBALENSE*, 1955, 22 de dezembro). Este nasceria em 21 de janeiro de 1956. *O Setubalense* acompanhou interessadamente os preparativos. Na edição de 11 de janeiro noticiava que uma delegação da comissão organizadora do projetado Cineclube se avistara, dois dias antes, com o Governador Civil, Miguel Bastos, para lhe apresentar o projeto de estatutos. Adiantava que se havia iniciado uma campanha de angariação de sócios. Em março era já largo o número de aderentes. Em 16 deste mês, pelas 21:30 horas, na sede do Clube de Campismo de Setúbal, reuniu-se a Assembleia Geral do Cineclube de Setúbal que aprovou os respetivos estatutos.

A sessão inaugural realizou-se em 25, no Grande Salão Recreio do Povo, «literalmente cheio» onde, pelas 11:00 horas, os setubalenses amantes do cinema puderam apreciar o filme *Ladrão de Bicicletas*, de Vittorio De Sica, com comentários do jornalista e crítico José Ernesto de Sousa. O Cineclube de Setúbal contava, então, com cerca de quatrocentos associados. Em 16 de junho 1957

este estrearia, n'O Setubalense, uma página especializada em cinema. No ano seguinte, promoveria onze sessões (ditas normais), cinco sessões infantis e cinco de cinema mudo, levadas a efeito na sede do Clube de Campismo; três sessões em «formato reduzido» (16 mm), na sede da Sociedade Musical Recreativa União Setubalense e, ainda, uma sessão no Cineteatro São João, em Palmela.

O Cineclube de Setúbal, à semelhança de outras agremiações suscetíveis de se tornarem núcleos de resistência ao autoritarismo do regime político imposto, conheceu um final abrupto, ditado, «a bem da Nação», por um ofício, de 26 de outubro de 1962, emanado do SNI - Secretariado Nacional da Informação. Os corpos gerentes do grupo cinéfilo local, «perante tão surpreendente quão inusitada decisão», reagiram de imediato, remetendo para o SNI um telegrama de repúdio por aquela medida administrativa que a todos colhera de surpresa, entre a revolta e a estupefação. Da situação foram os consócios informados por uma «circular», datada de 27, na qual se transcrevem ambos os documentos e, resignados, os corpos gerentes reiteram uma certeza: «Mais não podemos fazer, só nos restando lamentar, lamentar profundamente, uma decisão que nos fere e sensibiliza». **[CM/HP]**

COLEÇÃO PARTICULAR DE CARLOS MOURO



Logótipo do Cineclube de Setúbal

COLEÇÃO PARTICULAR DE CARLOS MOURO



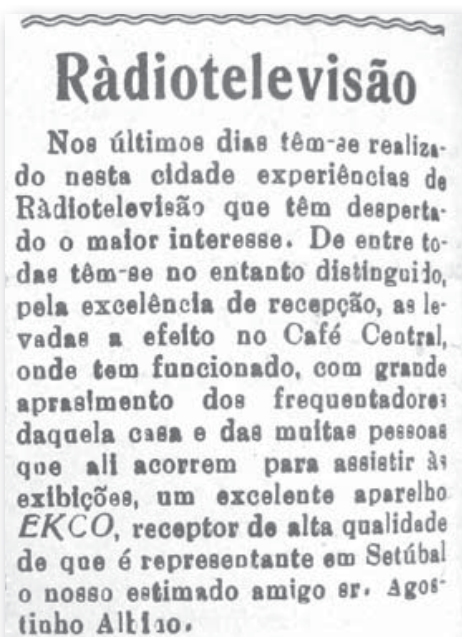
«Circular» de 27 de outubro de 1962, na qual se dá conta da nomeação de uma Comissão Administrativa para o Cineclube de Setúbal

O início da televisão em Setúbal (1956)

Foi em 4 de setembro de 1956, na Feira Popular, em Lisboa, que a televisão portuguesa, RTP, levou a cabo as primeiras emissões, com carácter experimental. Em 7 de março do ano seguinte, às 21h30, passou a emitir regularmente. Então, Portugal vivia em pleno Estado Novo, pelo que a primeira televisão nacional foi controlada pela censura, que era imposta a todos os meios de comunicação social escrita e falada, ao teatro, ao cinema... A importância que o «pequeno écran» veio a assumir no quotidiano dos portugueses fez-nos interrogar: de que forma os sadinos viveram o acontecimento?

Muito particularmente, de que forma foi tratado tão importante momento nas páginas d'*O Setubalense*? Pela leitura que fizemos das já amarelecidas páginas daquele «Órgão informativo e defensor dos interesses do Distrito de Setúbal» – então dirigido pelo proprietário Diniz Bordallo-Pinheiro, tendo como diretor-adjunto Guilherme Faria e como editor Domingos Tavares Roque – podemos dizer que as emissões experimentais não conheceram eco nas margens do Sado. Era coisa distante, passada em Lisboa, e não se adivinhava que naquela noite nascesse tão importante veículo de comunicação.

Só em 18 de março de 1957 encontramos uma breve nota – «Radiotelevisão» – na qual se lê: «Nos últimos dias têm-se realizado nesta cidade experiências de Radiotelevisão que têm despertado o maior interesse. De entre todas têm-se, no entanto, distinguido, pela excelência de receção, as levadas a efeito no Café Central, onde tem funcionado, com grande apazimento dos frequentadores daquela casa e das muitas pessoas que ali acorrem para assistir às exibições, um excelente aparelho EKCO, receptor de qualidade de que é representante em Setúbal o nosso estimado amigo sr. Agostinho Albino» (*O SETUBALENSE*, 1957, 18 de março: 2). Lugar habitual de encontro e de tertúlia, o Café Central soube acompanhar, de imediato, a novidade, satisfazendo fregueses e atraindo novos frequentadores.



A Televisão chega a Setúbal, ao Café Central, *O Setubalense*, 18/3/1957

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



A Televisão. Novos negócios em perspectiva, *O Setubalense*, 18/3/1957

Pouco depois, em 1 de abril, num pequeno anúncio estampado no canto superior direito da terceira página, já se confirma o sucesso. A novidade impunha-se: «A Televisão. Já se vê bem em Setúbal, através do "RCA" que já fez a sua 1.^a experiência ontem e que funcionará toda esta semana na Agência Exclusiva para este distrito: Rádio Sado, Lt.da Rua Antão Girão, 74» (*Ibidem*, 1 de abril: 3). Entretanto, já desde 25 de março que *O Setubalense* incluía, numa secção de informações úteis, a programação televisiva. Tinha abertura às nove e meia da noite e encerramento às vinte e três. Pelo meio ficavam rubricas como «A Juventude no Mundo», produção do Serviço Internacional de Atualidades para Crianças, ou o noticiário de atualidades nacionais e internacionais; ficavam, ainda, as secções «Vida Feminina» (Magazine de Paris e Falam as raparigas) e «A Ciência ao Alcance de Todos» (Átomos para a saúde). Dias passados, em 17 de abril, constava da programação o concurso «Veja se Adivinha!», emitido às dez e vinte e cinco. Como não podia deixar de ser, nestes tempos pioneiros, o prémio era... «um receptor de televisão Nora». Em breve pôde *O Setubalense* anunciar: «Televisão no Vitória. Os sócios do Vitória F. C. poderão apreciar amanhã, a partir das 21,30 horas, na sede do clube, as principais fases do jogo Portugal-Itália, para o Campeonato do Mundo, que se realiza no Estádio Nacio-

nal» (*Ibidem*, 25 de maio: 2). O futebol e a televisão andavam já de mãos dadas.

Aliás, o primeiro artigo que encontrámos sobre televisão nas páginas do nosso trissemanário, assinado por Mário Nascimento, dá conta, precisamente, dessa união: «Gosto de assistir, por vezes, às sessões de televisão, algumas das quais são curiosas e bem-apresentadas. Um dos números que me desperta a atenção é a chamada "Tribuna Desportiva", onde Lança Moreira pontifica fazendo de juiz, acusador, defensor, testemunha, e não sei se também de réu». **[CM]**

Rainha de Inglaterra em Setúbal (1957)

Em 17 de fevereiro de 1957, a rainha de Inglaterra (em bom rigor, do Reino Unido), acompanhada por seu marido, o Duque de Edimburgo, visita Portugal e passa por Setúbal. A confiar nos relatos da imprensa da altura, e no que é referido localmente n'*O Setubalense*, a visita terá sido intensamente vivida na cidade.

Logo no dia 11 de fevereiro, *O Setubalense* demonstra-se apreensivo relativamente ao tempo atmosférico que aguardará a rainha. A possibilidade de aguaceiros e agitação marítima são eventualidades que há a ponderar.

Um artigo d'*O Setubalense*, de 16 de fevereiro, contém um panegírico emocionado à vinda da rainha. Lembra o casamento, o batizado do filho, de como os portugueses seguiram esses acontecimentos, os casamentos realizados no mesmo dia, a cópia do vestido de noiva, do bolo, os pormenores da cerimónia. Os repórteres do jornal não se poupam a esforços na cobertura do acontecimento.

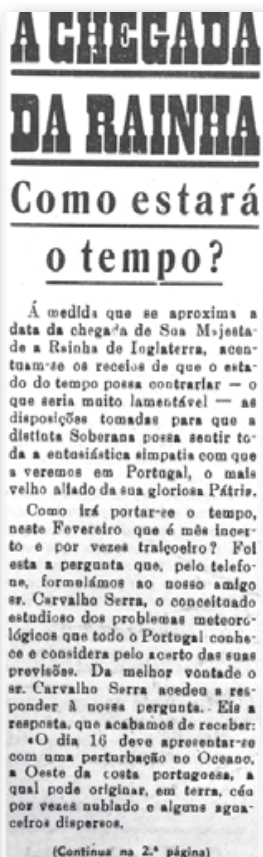
Com esta visita, a cidade iria ser falada em todo o mundo, sendo este o principal pressuposto da relevância dada pelo jornal ao acontecimento. E o jornal dá-nos ainda conta do que a imprensa inglesa publica sobre esta visita e, particularmente, sobre Setúbal. No próprio dia da visita, 17 de fevereiro, o *Observer* descrevia as ruas engalanadas onde «a quase totalidade dos seus 50 000 habitantes se comprimiu para aclamar Isabel II e seu marido, o Duque de Edimburgo, em visita a Portugal.» Por sua vez, o *Sunday Graphic*, referia a surpresa e comoção da rainha com a «quente e espontânea receção da população de Setúbal». O correspondente da Corte Inglesa testemunharia a visita da forma seguinte: «Nunca durante a minha vida, há longos anos dedicada a relatar visitas reais aos vários pontos do país e ao estrangeiro, presenciei um interesse tão vivo por uma chegada particular.»

Ainda que possa haver algum empolamento nas descrições que nos aparecem profusas nestes dias, não será difícil acreditar que esta visita causou

Programa da Visita Real, *O Setubalense*, 26/1/1957

um enorme impacto naquele Portugal que se vivia. Um país baço, censurado na Imprensa, com os dias a caírem pesados uns sobre os outros, não iria ficar indiferente à visita de uma jovem rainha, cheia do *glamour*, que as Atualidades – documentários projetados antes dos filmes nas salas de cinema – propagandeavam.

E se é verdade que Portugal se preparou para a visita, não é menos verdade que Setúbal, uma cidade de província onde pouco ou nada se passava, saiu à rua em peso para ver a Rainha. [AB]



As preocupações antecipadas com o estado do tempo, *O Setubalense*, 26/1/1957



Rainha de Inglaterra em Setúbal, *O Setubalense*, 18/2/1957

«Majesty!

You are incognito between us. But your presence is real because we feel it through the thrill of the people. The ceremony of the flowers. And the pride of the blue sado.

Welcome, Majesty! Setúbal wishes you and your husband.

The Duke, and the Princes, the best blessings of heaven, under the portuguese sky.

Majestade! Estais incógnita entre nós, mas a vossa presença é real, porque nós sentimo-la no alvoroço da gente, na cerimónia das flores e no orgulho do Sado azul.

Benvinda sejais, Majestade! Setúbal deseja-vos e ao vosso marido, o Duque, e aos vossos Príncipes, as melhores bênçãos do Céu, debaixo do céu português»
(O SETUBALENSE, 1957, 16 de fevereiro: 1).



Rainha de Inglaterra em Setúbal.
O Setubalense, 26/1/1957

As festas do centenário da elevação de Setúbal a cidade (1960)

Para a comemoração do 1.º Centenário da elevação de Setúbal a cidade, ocorrido no dia 19 de abril de 1960, decidiu a Câmara Municipal constituir uma vasta Comissão Central composta por um presidente de honra – Dr. Miguel Bastos, governador Civil –, um presidente – Major Magalhães Mexia, presidente da Câmara Municipal – e catorze vogais. Além desta, foram constituídas mais dez comissões, a saber: Comissão da Exposição 100 anos de História; de Pintura; de Arte Sacra; de Numismática; Comissão da Exposição e Cortejo de Atividades Económicas; da Feira de Santiago; da Corrida de Touros; do Concurso Hípico; dos Desportos e Comissão de Propaganda.

Como muito bem referiu o Repórter Zero, pseudónimo usado pelo Dr. Cabral Adão na sua habitual coluna no jornal, a data terá sido praticamente esquecida: «Parabéns Setúbal, neste momento único e solene!

Não fora o número especial de “O Setubalense”, oportuno e flagrante ... e o dia de anos tinha caído num vácuo insondável, porque incompreensível!...» (*O SETUBALENSE*, 1960, 21 de abril).

Deve ter estado na origem da não celebração, na data exata, a vontade das autoridades locais pretenderem dar às comemorações uma dimensão política, que se encontra explicitada na mensagem do presidente da Câmara de Setúbal – Major Magalhães Mexia – publicada no referido número especial d' *O Setubalense*: «Particularmente, desde 1928 para cá, graças à política administrativa, quer do Município quer do Poder Central, muitos e de grande importância, já do ponto de vista funcional já como elementos de valorização estética da cidade, têm sido os melhoramentos realizados... quero expressar o meu optimismo, na convicção de que o segundo [sic] centenário da cidade, que em 23 de julho próximo se inicia, decorrerá mais feliz para os setubalenses» (*Ibidem*, 19 abril: 3).

À vertente política deve ter-se associado a sobrecarga da agenda presidencial devido às Comemorações Henriquinas, de âmbito nacional.

Assim, só a 24 de julho se deu a abertura oficial, presidida por Américo Tomaz, então presidente da República. A sua vinda a Setúbal, que se prolongou por dois dias, obedeceu a um vasto programa a que não faltaram receções, inaugurações, visitas, almoços, jantares de gala e o *Te Deum* na Igreja de Santa Maria da Graça.

A visita oficial incluiu a inauguração, no dia 24, do novo edifício do Teatro Luísa Todi, projeto do Arquiteto Fernando Silva, com lotação de 1160 espectadores, em substituição do que havia sido demolido em 1956. O espetáculo teve uma componente de música, canto e declamação de poesia de Bocage por João Villaret.

«No segundo dia da visita, teve lugar a inauguração de três exposições, no antigo Mosteiro de Jesus, entretanto devoluto com a saída do Hospital para o novo edifício, este inaugurado no ano anterior: Cem Anos de História da Cidade; Artes Plásticas, com obras de artistas setubalenses sobre a região, mas também de outros de fora; Arte Sacra, com realce para as peças de ourivesaria e para os pintores primitivos, que faziam parte do Retábulo da Igreja de Jesus e duas salas: a Sala de Arqueologia e a Sala de Olga Moraes Sarmento».

A inauguração do Museu da Cidade chegou a estar pensada para ter lugar neste ano, mas tal só veio a acontecer no ano seguinte.

Seguiu-se uma visita à Capela do Corpo Santo, após o que teve lugar a inauguração da Feira de Santiago e a Exposição-Feira das Atividades Económicas do Distrito. Ao fim da tarde houve o *Te Deum*, a que se seguiu o banquete oficial, nos Paços do Concelho, e, depois, o encerramento da sessão inaugural dos festejos.

Além do programa oficial, a cidade registou consideráveis melhoramentos urbanísticos: praça de Bocage, praça do Brasil, campo dos Arcos (com a venda do antigo campo de jogos pelo Vitória), avenida Rodrigues Manitto e Boa Morte. De assinalar que o projeto do edifício de 12 pisos (em total dissonância com os edifícios envolventes), na avenida Luísa Todi e largo José Afonso, havia sido aprovado no início daquele ano, para ser construído no lado poente do largo. No fim do mesmo ano passou para o lado nascente e a sua construção, entre avanços e recuos, prolongou-se por mais de uma década. O parque do Bonfim

foi também uma das obras que ficaram deste ano, o que transformou um local semiabandonado num aprazível espaço de lazer.

Numa iniciativa de Álvaro Carvalho Pinto, *O Setubalense* desencadeou uma campanha de angariação de fundos para uma «Prenda à Cidade», que permitiu a construção da Fonte do Centenário, mais conhecida como Fonte Luminosa, que, apesar de inaugurada na época, só viria a ficar com o aspeto atual uma década depois. **[ACB]**

COLEÇÃO PARTICULAR DE ANTÓNIO CUNHA BENTO



A «Prenda à Cidade»: Fonte Luminosa

COLEÇÃO PARTICULAR DE ANTÓNIO CUNHA BENTO



Emissão filatélica

COLEÇÃO PARTICULAR DE ANTÓNIO CUNHA BENTO

Convite para a receção nos Paços do Concelho



Inauguração do Museu de Setúbal (1961)

«Uma realidade sucessivamente adiada»

Domingo, 21 de fevereiro de 1961, ao final da tarde, no Mosteiro de Jesus ressoava a voz de João Botelho Moniz Borba, terminando a sua intervenção na cerimónia de inauguração do Museu de Setúbal «... e poder dizer à terra onde nasci: Aqui está o Museu!»

Cumpria-se, assim, o anseio muito antigo dos setubalenses, gorado na sua realização em várias tentativas. Na realidade, já em 1841 a Sociedade Archeologica Lusitana tinha, entre outros, o objetivo da criação de um museu, que nunca se viria a realizar, tal como mais tarde, em 1901, o grupo liderado por Ana de Castro Osório e, em 1932, uma «Comissão de Iniciativa». É fascinante percorrer os vinte artigos de José da Marques da Costa publicados n'*O Setubalense*, entre 19 de fevereiro de 1958 e 5 de julho de 1961, onde o autor se bate pela criação do Museu da Cidade e nos dá a conhecer as diversas tentativas frustradas, que se prolongaram durante «um século bem contado».

Chegados a maio de 1959, com a inauguração do novo Hospital de S. Bernardo e a transferência da maior parte dos serviços hospitalares do antigo Hospital do Espírito Santo, alojados no Mosteiro de Jesus, foram, finalmente, criadas condições para ali se instalar o Museu da Cidade. Assim, mais tarde, em 7 de outubro do mesmo ano, *O Setubalense*, sob o título «Ação Cultural da Misericórdia», noticiava, em primeira mão, a realização de «alguns trabalhos preliminares» no Mosteiro e dava conta da primeira organização do espaço museológico. Para o efeito, foi deliberado que seria a Comissão de Turismo da Serra da Arrábida a canalizar os fundos necessários para a obras de restauro e adaptação do Convento, pelo que, João Borba, Provedor da Santa Casa da Misericórdia desde janeiro de 1958, passou, em fevereiro de 1959, a acumular o cargo de presidente da Comissão de Turismo. Foi com o apoio entusiástico e

competente de João Couto e de José Marques da Costa que as obras arrancaram e que todo o projeto foi delineado, chegando-se a 1960 com as obras de restauro em adiantado estado de execução, sendo possível, como preâmbulo, realizar ali três exposições integradas nas Comemorações do Centenário da Cidade de Setúbal. Finalmente, em 22 de fevereiro de 1961, *O Setubalense* dava a notícia da inauguração do Museu de Setúbal e, em título, citava João Couto: «Com o famoso quadro da escola flamenga, joia do nascente Museu, os do retábulo de Jesus e a sua opulentíssima coleção de ourivesaria, Setúbal é uma unidade artística de primeira ordem». João Borba, em abril de 1961, pediu a demissão dos cargos que exercia para se dedicar, exclusivamente, ao Museu, para o qual foi então nomeado diretor. **[FB]**

COLEÇÃO PARTICULAR DE FRANCISCO BORBA



Mesa da cerimónia de inauguração do Museu da Cidade, Convento de Jesus, 21/2/1961. Da esquerda para a direita, Dr. João Couto (conferencista, na altura diretor do Museu Nacional de Arte Antiga), padre Fernando Martins, coronel Carvalho (Comandante Militar Distrital), Manuel Magalhães Mexia (presidente da Câmara Municipal de Setúbal), Dr. Luíz Teixeira de Macedo e Castro (da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal) e Eng.º João Borba (diretor do Museu da Cidade)

Inauguração da fábrica Barreiros de Motores (1962)

A década de 60 representou em Setúbal a consolidação de uma profunda mutação económica e social, que abrangeu, de forma geral, toda a região a sul do Tejo – fruto da sua posição privilegiada face a Lisboa e da contínua chegada de mão de obra oriunda, sobretudo, do Alentejo.

É nesse quadro de desenvolvimento e industrialização que se dá a inauguração da fábrica Barreiros de Motores, em 18 de maio de 1962. A chegada desta empresa espanhola representa, não apenas um momento importante de desenvolvimento económico, mas, igualmente, uma das primeiras pedras de um modelo industrial na região, que, no caso de Setúbal, se focará, particularmente, na indústria automóvel (importa salientar os casos de empresas como a Movauto, IMA, Entrepasto Industrial e Renault).

Como relata o jornal *O Setubalense*, a inauguração contou com importantes figuras do regime: «O sr. Almirante Américo Thomaz chegou pelas 16 horas à fábrica da referida firma, na Quinta Nova, ao Bairro Batista, acompanhado dos elementos da sua casa militar e dos srs. Ministros da Economia, Marinha e Exército, embaixador de Espanha, comandante geral da GNR, governador civil e presidente da câmara» (*O Setubalense*, 1962, 19 de maio: 1).

De seguida, deu-se uma visita às instalações da fábrica, onde «assistiram à exibição de um filme, a cores, sobre as organizações Barreiros, em Madrid, o qual, deixando a melhor impressão na assistência deu a medida da importância daquele grande conjunto industrial do país vizinho» (*Ibidem*).

A cerimónia contou com várias intervenções, salientando-se a do então ministro da economia, Ferreira Dias (conhecido pelo seu desejo de industrializar Portugal), que afirmou: «Tratava-se – disse – da inauguração duma pequena unidade da indústria automóvel, valendo não ainda pelo que é, mas pela esperança que representa» (*Ibidem*). Semelhante mensagem encontrou-se presente no discurso de D. Eduardo Barreiros, ao afirmar: «Isto que aqui vedes,

senhor presidente, é somente o começo do que pretendemos que seja, num curto prazo, um importante complexo industrial» (*Ibidem*, 21 de maio: 2). **[JS]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Anúncio da Companhia Portuguesa de Motores e Camiões Barreiros, *O Setubalense* 1/8/1962, p. 4

GALERIA DE IMAGENS DA EMPRESA ANGUERA TRANSPORTS



Modelo do camião Barreiros Halcón, produzido em Espanha, em 1962

Preparam-se para o dia 1.º de maio *manifestações subversivas* **(1962)**

Sábado, 28 de abril de 1962, o jornal *O Setubalense* noticia na primeira página: «Preparam-se para o dia 1.º de maio manifestações subversivas contra as quais o governo anuncia tomar providências». Atribui-as ao Partido Comunista Português, esclarecendo que tinham «por finalidade o estabelecimento de verdadeiro estado de subversão e sublevação dos trabalhadores» (*O SETUBALENSE*, 1962, 28 de abril: 1 e 4).

O ciclo de manifestações contra o regime, que ocorreu no ano de 1962, começou em 31 de janeiro desse ano, com uma manifestação nas ruas do Porto, em que cerca de 50 mil pessoas gritaram: «PORTUGAL SIM! SALAZAR NÃO» (*AVANTE!*, 1962, fevereiro: 1 e 4).

O sucesso desta manifestação fez o Partido Comunista Português decidir organizar outra em Lisboa, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que foi violentamente reprimida. A polícia lançou jatos de água colorida de azul sobre a multidão, por um lado, para a dispersar, por outro, para facilitar a identificação dos manifestantes que fugiam. A violenta carga policial faz vários feridos e algumas prisões (*Ibidem*, março: 1).

Após as manifestações de 31 de janeiro e de 8 de março, em Lisboa e no Porto, o PCP começou a preparar as do 1.º de maio, que deviam ocorrer também um pouco por todo o país, embora com maior incidência em na capital e na Invicta. Ainda em março, num apelo para o 1.º de maio publicado no *Avante!*, afirmava-se que a elevação do nível das lutas populares estava a criar «as condições indispensáveis para o levantamento nacional que derrubará o fascismo» (*Ibidem*). Este otimismo explica por que as comemorações do 1.º de maio eram vistas como as primeiras de um conjunto de ações de rua que o PCP perspectivava para esse mês.

O Governo preparou-se para o dia 1 de maio «firmemente decidido a impedir



O Setubalense, 28/4/1962

qualquer alteração de ordem pública, usando para tanto dos meios que julgue adequados e necessários» (*Ibidem*, fevereiro: 1 e 4). Na Cova da Piedade e em Almada, a GNR apareceu a pé, a cavalo e de jipe, armada com metralhadoras, obrigando a dispersar as pessoas que se tinham juntado para participar na manifestação. Os manifestantes ripostaram com pedras e várias paredes de casas ficaram com marcas das balas disparadas pela polícia.

No Barreiro, os manifestantes que se encontravam no parque foram cercados pela GNR, que dispôs os carros de assalto em volta, atirando para o ar. Os manifestantes conseguiram romper o cerco e dirigiram-se para a Baixa da Banheira, sempre seguidos pelas forças policiais, que aí os atingiu à coronhada, registando-se vários feridos (*Ibidem*, maio: 1).

Além disso, foi montada uma apertada vigilância às estações marítimas e ferroviárias, bem como aos estabelecimentos fabris localizados na periferia da capital, sobretudo na margem Sul do Tejo e na região de Setúbal, procurando evitar greves e manifestações.

Simultaneamente, o PCP tinha começado a preparar uma manifestação

para o dia 8 de maio, data em que se comemorava o 17.º aniversário da vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, e para o dia 28, por coincidir com o 37.º aniversário do golpe de 1926 que instaurou a Ditadura Militar. Apesar da grande repressão policial sobre as manifestações do 1.º de maio, tudo apontava para um crescendo ou, pelo menos, para a manutenção de altos níveis de combatividade popular.

Em Setúbal, a manifestação que ocorreu em 28 de maio foi violentamente reprimida. A PSP reforçou a sua presença, cortou a circulação do trânsito, agrediu à bastonada e disparou sobre os manifestantes que se aglomeravam no Jardim do Bonfim e na Av. Luisa Todi, que responderam apedrejando as forças policiais. Os confrontos prolongaram-se até à meia-noite, com vários feridos e dezenas de prisões (*Ibidem*, junho: 1).

Nos meses seguintes, o movimento foi perdendo fulgor, embora em muitos setores da oposição permanecesse viva a ideia de que era preciso radicalizar a luta, passando, inclusivamente, à luta armada. **[ASM]**

Bicentenário do nascimento de Bocage (1965)

No dia de Bocage glorifica-se... Américo Thomaz

Quando, em 28 de maio de 1926 sobreveio a Ditadura, já se havia rompido com a imagem política e revolucionária de Bocage, definida e utilizada pelos republicanos. O caminho fora aberto pela hermenêutica integralista. Ao Estado Novo viria a colocar-se como desafio lidar com a memória da Literatura, particularmente daquela que veiculava valores suscetíveis de colisão com o conservadorismo ideológico do regime. Buscou-se uma visão adequada às exigências do poder político, combatendo a esquerda e a direita radical que, nesta perspetiva, não compreenderiam o sentido último da obra de «Elmano».

António Ferro (1895-1956) incluiria as comemorações dos nomes grandes das Letras portuguesas na sua «política do espírito»: o regime seria capaz de render homenagens «desideologizadas», ao contrário do que faziam os intelectuais tradicionalistas ou os da oposição.

O bicentenário de 1965 era já falado, 36 anos antes, nas páginas da imprensa local! Dos longos trabalhos preparatórios resultaria a Comissão Central e Executiva das comemorações locais: M. Rodrigues Bastos, Governador Civil; M. J. Constantino de Góis, presidente da Câmara Municipal; Eduardo Albarran, presidente da Junta Distrital; Manuel S. Carqueijeiro, deputado; Rogério Claro, diretor da Escola Industrial e Comercial; Estêvão F. Moreira, reitor do Liceu Nacional de Setúbal; Luís Filipe da Silva Gomes, presidente da Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi; Fernando Santos, pintor; Óscar Paxeco e Guilherme Faria, jornalistas e, por fim, Artur Manuel Pereira da Gama, engenheiro e jornalista.

O programa geral encontrava-se esboçado em janeiro de 1964 (*O SETUBALENSE*, 1964, 18 de janeiro). Em setembro, no «Mosaico – suplemento de Artes e Letras» d'*O Setubalense* – Eduardo Gouveia do Amaral considerava-o «muito



«Setúbal vive hoje uma hora alta do seu já longo historial», *O Setubalense*, 15/9/1965

pouco ambicioso». Sugeriu, mesmo, uma subscrição popular, à semelhança do que acontecera para erigir o monumento, e reclamava para o comemorado uma consagração mais ampla pois, argumentava: «Bocage pertence ao património literário nacional» (*Ibidem*, 19 de setembro). Amaral queria mais: o envolvimento dos grupos setubalenses Academia Luísa Todi e dramático Ribalta. Em 31 de agosto, esteve em Setúbal o arquiteto Fernando Abranches «que em representação do SNI veio iniciar os trabalhos [...] necessários para a decoração» da Praça de Bocage (*Ibidem*, 1965, 1 de setembro).

A Praça do Brasil estava em urbanização desde, pelo menos, meados de 1961. Em 1965 as obras chegavam ao fim (*Ibidem*, 1961, 14 de junho; *Ibidem*, 1965, 22 de fevereiro). Nesta praça, o chefe do Estado receberia, numa apropriada tribuna, os senhores presidentes da Câmara e da Comissão brasileira, que ofereceria à cidade um busto de Olavo Bilac (1865-1918), poeta do país irmão, divulgador e estudioso de Bocage.

Todas as cerimónias giraram em torno da figura de Américo Thomaz, como se depreende de uma análise do programa da visita. *O Setubalense*, em 15 de setembro, dedicou toda a primeira página à visita presidencial, destacando o

presidente da República. Setúbal experimentava, nesse dia, «uma hora alta do seu já longo historial, ao receber a honrosa visita do Chefe do Estado». Este chegou em cortejo automóvel. Junto ao edifício municipal, devidamente engalanado, postava-se uma delegação de veteranos da Grande Guerra, membros locais da Liga dos Combatentes. A guarda de honra, «com bandeira e banda», era composta por «um batalhão de Infantaria 1, mobilizado em Infantaria 11, e que [ia] partir para o Ultramar» (*Ibidem*, 15 de setembro). Depois, houve sessão solene. Goes apresentou os cumprimentos de boas vindas, tendo manifestado a Thomaz «os sentimentos da nossa gratidão por ter acedido a continuar como presidente da gloriosa Nação Portuguesa [...] pondo acima de tudo, a devoção de servir» (*Ibidem*, 18 de setembro). **[CM]**

Américo Thomaz em Setúbal (1968)

O ano de 1968 representa uma data-chave no que toca aos últimos sopros de vida do Estado Novo. Num quadro de transformações internacionais, Portugal assistia a um crescente aumento da radicalização política – como foi o caso da manifestação contra a guerra do Vietname, em fevereiro, ou as greves da Carris, em junho e julho –, e a uma recomposição interna forçada devido à debilitação de Salazar.

Esta situação levou a que coubesse ao então presidente da República, Américo Thomaz, resolver o impasse político, acabando por recair a escolha em Marcello Caetano – o que, para alguns historiadores, representou o único ato de destaque de Américo Thomaz (BARRETO & MÓNICA, 2002: 517-518).

Foi neste contexto que o presidente se deslocou a Setúbal, no dia 20 de julho, para inaugurar a Feira de Sant'Iago e a I Festa Nacional do Mar. As cerimónias contaram, não apenas com a presença institucional e popular, mas, igualmente, com um vasto acompanhamento mediático, como é referido n'*O Setubalense*:

«Alguns, porém, preferiram ficar junto dos seus aparelhos de televisão, pois a RTP difundiu as imagens por todo o país, fazendo-as assim passar pela retina de muitos milhões de portugueses (...) Também muitos jornais da capital fizeram largas reportagens do acontecimento (...)» (*O SETUBALENSE*, 1968, 22 de julho: 2).

Após o toque do hino e das cerimónias militares tradicionais, a presença de Américo Thomaz em Setúbal dividiu-se em dois grandes momentos contando, naturalmente, com toda a pompa e circunstância.

O primeiro momento foi o «grandioso desfile do cortejo do traje e do Costume da Gente do Mar, organização da Junta Central da Casa dos Pescadores» (*Ibidem*, 25 de julho: 1). O cortejo contou coma mobilização e participação de diversas comunidades marítimas e representou uma oportunidade para o re-

gime promover a sua política corporativa e cultural. Como é descrito: «Foi todo o Portugal da beira-mar que tão gentilmente nos visitou e tão agradavelmente impressionou os nossos espíritos. Eis uma jornada gloriosa que Setúbal jamais esquecerá». (*Ibidem*).

A visita culminou com a inauguração da Feira de Sant'Iago onde «o chefe de Estado acompanhado dos membros do Governo e autoridade locais, dirigiu-se para a entrada da Feira, procedendo à respetiva inauguração, cortando a fita simbólica». (*Ibidem*). Após a cerimónia, seguiu uma visita ao recinto «com passagem por vários stands e pavilhões» (*Ibidem*). **[JS]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Américo Thomaz em Setúbal, *O Setubalense*, 25/7/1968, p. 1

O Círculo Cultural de Setúbal (1969)

A génese do Círculo Cultural de Setúbal (CCS) está associada a alterações profundas que ocorrem na cidade de Setúbal nos finais da década de sessenta e inícios dos anos setenta, no quadro do processo de industrialização.

Nesta nova realidade sociológica e política que se vive nestes anos, emerge uma jovem elite estudantil e operária com desejo de dar novas respostas para os problemas sociais e culturais que se vivem na cidade.

A ideia de criar um espaço de intervenção cultural e artístico terá partido do Centro de Estudos Humanísticos (secção cultural do Clube de Campismo de Setúbal), onde pontificava um grupo de jovens que promovia já diversas atividades de intervenção e produção cultural.

A escritura notarial que legalizou o CCS foi celebrada no dia 28 de maio de 1969. Os estatutos serão entregues no Governo Civil em 2 de junho do mesmo ano.

Entre os seus fundadores destacam-se, entre outros, os nomes de Tito Lívio, António Augusto de Jesus, José Afonso, Carlos Tavares da Silva, Dimas Pereira e Maria Emília Pereira e António Quaresma Rosa.

O Círculo Cultural, a partir do início do ano de 1970, ficará sediado no prédio n.º 87 da avenida 5 de outubro, onde promoverá as suas variadas atividades culturais, designadamente, nas áreas do Cinema, Música, Literatura, Pintura, Escultura, Fotografia, etc. Terá ainda uma secção escolar onde serão lecionados cursos até ao então 5.º ano de escolaridade.

Nos últimos anos do consulado marcelista, o CCS assume-se, também, como espaço de intervenção cívica e política de oposição à ditadura. Por lá passarão várias figuras ligadas à cultura portuguesa.

O Círculo funcionará como uma espécie de espaço frentista, onde coabitam estudantes universitários, do liceu e da escola técnica, jovens operários e quadros técnicos influenciados pelas várias correntes políticas oposicionistas:

Curso de Iniciação à Fotografia

Promovido pelo *Círculo Cultural de Setúbal*, prossegue no *Clube de Campismo* um Curso de Iniciação à Fotografia, cuja sessão inaugural teve lugar na última sexta-feira, dia 8. Abriu esta sessão o dr. Fernando Cardoso que, na qualidade de presidente da Assembleia Geral do *Círculo*, aludiu a realizações já efectuadas ou a serem futuramente levadas a efeito, às dificuldades, relacionadas com as características do meio, com que lutam as colectividades que em Setúbal se propõem fomentar a Cultura, ao interesse que há em que se estreite uma colaboração entre essas poucas colectividades com vista a atingirem um objectivo comum: o programa cultural de Setúbal. E em dada altura

afirmou: «O *Círculo* surgiu assim com a consciência clara de que muito há ainda por fazer. Nem o cepticismo contra o qual os fundadores lutaram, nem o argumento de que «em Setúbal quem não rema, já remou» foram suficientes para quebrar uma vontade forte e esclarecida de fazer algo no domínio cultural. E' que se Setúbal e o seu distrito nos domínios comercial e industrial se têm desenvolvido a um ritmo para além de todas as expectativas, no domínio cultural mantêm-se numa estagnação perniciosamente incompreensível. Basta atentar no facto, que me chocou grandemente, de vir encontrar apenas uma livraria e modesta para toda a cidade. Isto é sintomático e mostra-nos quão necessário é a

Os Precusores do Património Cultural Sadino

A criação do *Círculo Cultural de Setúbal*, com a sua designação e com a sua variedade temática de assuntos culturais, de óptima orientação e muito interesse, e mais, com uma equipa de estudiosos versados em suas especialidades, afigura-se-nos representar uma organização de boa categoria e bom gosto literário para a cidade.

A importância da criação deste *Círculo Cultural*, foi para nós notícia muito agradável, porque nos aparece como obra de grande utilidade quanto ao fim para que foi criado e ainda para bom índice, quanto a clima moral da cidade.

Dominado assim, pela satisfação da notícia lida, no principal jornal da nossa terra, precisamos elaborar um pequeno balanço que é uma representação — património da nossa época de algumas décadas — dos organismos criados com idêntica finalidade do actual *Círculo Cultural*, muito comensurados mas pouco conhecidos e por isso de pouca duração.

Parece-nos ser curioso este pequeno balanço — (*Círculo Cultural São João*, no ano de 1907, trabalho do Rev. P.º Afonso An-

«Grupos: Católicas», organizado pelo dr. António Manuel Gamito, Leonardo Pereira, Agripino Maia e outros, no ano de 1918: «Literário e Artístico», dirigido pelo dr. Henrique Rocha Pinto, Henrique Dias, Luís Silveira, com a cooperação de outros elementos estudiosos. «*Literário Lusitano*», fundado por João Maria da Silva, Gui de Raimond, José Chiril, Libório Braga, Manuel Carlos Manito Torres, Leão Ferreira, no ano de 1940, e ainda com o esforço de outros elementos.

Neste balanço não fazemos a movimentação de outros organismos agrupamentos criados em vários Clubes, especialmente artísticos.

Esta nossa terra nunca se pertenceu nem se engrandecia muito quanto ao aspecto cultural. Pouco adiantou em generalidade e mais pela cultura. Aguardamos demais a tradição piscatória, a semelhança de outros centros piscatórios de via reduzida.

Para compreendermos que assim é, consideramos-nos espiritualmente com uma primorosa série artística, muito apreciada, sim, por escassas dezenas de assistentes — nossa cidade de setenta mil habitantes! — promovidos pela *Pro-Acta*, Centro da Cultura

Notícias de duas atividades dinamizadas pelo CCS, *O Setubalense*, 11/8/1969

comunistas, socialistas, católicos progressistas e correntes da esquerda radical emergente.

A polícia política segue com atenção as atividades promovidas pelo CCS e vigiará muitas destas iniciativas culturais. Nos seus relatórios, considerará o *Círculo Cultural* como «um alfofre oposicionista ao regime vigente».

Nos primeiros tempos após a fundação do CCS, as suas atividades culturais serão divulgadas com frequência pelo jornal *O Setubalense*. Por vezes são mesmo destacadas na primeira página.

Nos primeiros dias após o 25 de Abril, será nesta associação cultural que se vão organizar as primeiras manifestações. Será também aqui que funcionará, ainda, a primeira sede do Movimento Democrático de Setúbal (MDS). Será nas suas reuniões que se decidem as ações de desmantelamento das estruturas do Estado corporativo: ocupação da sede da Legião Portuguesa; contacto com os militares do Quartel de Vale de Zebro para ocuparem a sede da polícia política em Setúbal.

O Setubalense relata, desta forma, uma das primeiras reuniões ocorridas depois da Revolução na sede do *Círculo*: «A velha casa quase veio abaixo com a entrada de tantos que queriam escutar, participar. Na rua em frente da Moa-

gem, uma massa de gente, já sem lugar na sala, esperava notícias, enfim, tudo o que se pudesse saber».

Em 1975, os ativistas que animavam o CCS ocuparão um palacete na Rua Detrás da Guarda, onde passarão a promover as atividades de intervenção cultural e ação política. Este imóvel hospeda, nos dias de hoje, a Casa da Cultura da Câmara Municipal de Setúbal. **[AAC]**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO JOSÉ AFONSO

N.º	NOME	QUANTIDADE	POESTIA	ASSINLAC	OPCCAS	DEMOIS
1.	TITULADO AVO DE SOUZA AOVINE	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69	TEATRO	
2.	DR. JOSÉ MARQUES LOPES TAVARES JUNIOR	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69	República	
3.	ANTONIO ADEATO SANTOS DE SOUZA	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
4.	ANTONIO MARQUES LOPES TAVARES JUNIOR	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
5.	FERNANDO CARDOSO	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
6.	MARIA APARECIDA SOUZA TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
7.	MANOEL SOUZA MARQUES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
8.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
9.	MARIA ANTONIA DE SOUZA TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
10.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
11.	ANTONIO MARQUES LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69	TEATRO	
12.	ANTONIO LUIZ DE SOUZA TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
13.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
14.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
15.	MARIA LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
16.	ALBERTO DE SOUZA TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69	TEATRO	
17.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69	SOCIEDADE	
18.	MARIA LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69	MUSICA	
19.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69	FUNDADOR	
20.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
21.	MARIA LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
22.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
23.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
24.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
25.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
26.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
27.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
28.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
29.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		
30.	JOSE LUIZ LOPES TAVARES	FUNDADOR	1 7 69	1 7 69		

Lista dos sócios fundadores do CCC

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL

SETÚBAL, Ano 30.º - N.º 4077 - Preço 1500

Quarta-feira, 12 de Novembro de 1969

O SETUBALENSE

ÓRGÃO INFORMATIVO E DEFENSOR DOS INTERESSES DO DISTRITO DE SETÚBAL

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: DINIZ BORDALLO PINHEIRO — CHEFE DA REDACÇÃO: M. GONÇALVES MARTINS — EDITOR: DOMINGOS TAVARES ROQUE

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: RUA DE LO SETUBALENSE, 21-1.º E PRAÇA DE BOCAGE, 12 E 13 — TELEF. JORNAL SETUBALENSE — TEL. 22365

A «ADOPÇÃO»

HÁ CRISE NA INDÚSTRIA TÊXTIL

Círculo Cultural de Setúbal

Primeiro Acto (Clube de Teatro) presente em Setúbal com *Antígona* de Jean Anouilh

— 11 —

Se a adopção restrita, o impido não adquire a qualidade de filho, mas tão somente a de «protector» e por isso pode ser impida uma criança cujas pais sejam vivos e legítimos e o adoptante de um filho legítimo.

rendimentos dos bens do menor, a quantia que o tribunal fixar a título de alimentos. O adoptante tem, pois, nesta matéria, uma posição análoga à do tutor.

É que no «caso de lei» que a lei concede aos pais, podem estes dispor

O *Boletim da Grécia Nacional das Indústrias Têxteis*, há pouco distribuído, fez largos referenciais a «crise gravíssima» que o sector, crise que se tornou já um problema nacional.

E em dado momento escreve: «A situação actual em que se encontra o sector têxtil português, a perda dos mercados africanos que predominavam na década anterior e a concorrência de novos países exportadores.

E ainda não é tudo. Há, no sector, a falta de

Renovado pelo Círculo Cultural de Setúbal, realizou-se no domingo, dia 16 de Novembro, no salão da F.N.A.T., às 21 horas e 30, uma Noite de Teatro onde teremos oportunidade de presenciar uma das peças mais esplendidas na Capital, na última temporada de Teatro.

A peça que Sófocles escreveu há 2500 anos, conhecida por *Antígona*,

Aproximação Luso-Brasileira

O novo chanceler do Brasil, embaixador Mário Gibson Barbosa, declarou

Notícia da representação de uma peça de teatro, *O Setubalense*, 12/11/1969

A chegada de José Maria Pedroto ao Vitória Futebol Clube (1969)

Considerado o maior treinador português do século XX, o «Zé do Boné» foi, também, um dos mais importantes futebolistas dos anos 50. Apelidado de «mestre», Pedroto iniciou a sua carreira de técnico nos juniores do FC Porto, tendo passado pelos seniores do mesmo clube, pelo Leixões SC e pela Académica de Coimbra antes de chegar a Setúbal. Vencedor da Taça de Portugal em 1968, foi demitido das Antas em 11 de abril de 1969, na sequência da perda do título de campeão nacional. A demissão de Pedroto ficou envolta em polémica após ter exigido uma indemnização e, numa assembleia geral do FC Porto, ter ficado decidido que não poderia voltar ao clube.

A direção do Vitória Futebol Clube, com a saída do treinador Fernando Vaz para o Sporting CP, contratou-o, rapidamente, por cinco épocas, oferecendo-lhe um elevado prémio de assinatura. A herança era pesada, uma vez que substituíra um técnico bem-sucedido que, desde a época de 1963/64, venceu a Taça de Portugal, em 1965 e 1967, colocou os sadinos no topo das classificações dos campeonatos e prestigiou o clube nas competições internacionais. Tinha também construído um grupo de trabalho talentoso, composto por jogadores como Jacinto João, José Maria, Vítor Batista ou Fernando Tomé. No jantar de despedida, em 30 de maio, Fernando Vaz teceu elogios ao seu substituto: «é um técnico cheio de boas qualidades e um homem de grande caráter» (*SETUBALENSE*, 1969, 2 de junho: 3).

Em 2 de junho de 1969, o «mestre» tomou posse como treinador numa fase de transição da gestão diretiva, tendo Fernando Pedrosa sido substituído, como presidente, por Aníbal Pescadinha. Na sessão de apresentação, repleta de dirigentes e adeptos sadinos, as palavras de Pedroto mereceram destaque no periódico: «O Vitória constitui um grande exemplo de grandeza moral do nosso desporto, pelo que procurarei enquadrar-me neste admirável ambiente»

(*Ibidem*, 4 de junho; 2).

Os dois primeiros jogos oficiais de Pedroto no VFC foram para a extinta Taça Ribeiro dos Reis, contra o Almada AC e o Seixal Clube, vencendo, ambos, por 4-1. O jovem Octávio Machado destacou-se na estreia de Pedroto, em pleno Estádio do Bonfim. (*Ibidem*, 9 de junho: 2; *Ibidem*, 16 de junho: 2).

Nestas semanas, Pedroto assistiu à assinatura do contrato entre o clube e a Phillips, para que o estádio melhorasse a sua iluminação, aspeto que ilustra o dinamismo que o clube vivia (*Ibidem*, 18 de junho: 1). A estreia europeia decorreu no estádio del Vivero, em Badajoz, frente ao poderoso Atlético de Madrid, para o III Troféu Ibérico, tendo perdido por 2-0. A primeira vitória internacional seria no jogo seguinte, frente ao Real Sociedad. (*Ibidem*, 28 de junho: 2). O ciclo do VFC de Pedroto teve resultados impressionantes na Taça das Cidades com Feira / Taça UEFA, no triunfo na Mini Copa do Mundo e o histórico 2.º lugar no campeonato. [DF]



pode bem reconhecer a sua categoria quem o ouve, e pode apreciar a sonoridade do mencionado conjunto orfeónico. O programa foi escolhido com especial conhecimento da psicologia de um público que sabe ouvir e aplaudir.

E só podemos apreciar a preparação do conjunto, pelo resultado.

Já tivemos ocasião de dizer que o Coral «Luís Todi» actua duma maneira que merece os nossos elogios. O Coral continua a manter-se à altura de não desonrar o nome do Orfeão Cetóbriga, que soube conquistar grande reputação, não só no nosso País, como no estrangeiro.

Fez a apresentação do Coral «Luís Todi», o sr. dr. Eduardo da Conceição Fernandes.

Para os intervenientes deste excelente concerto, vão as nossas felicitações.

M. Pestana

«O Vitória constitui um grande exemplo de grandeza moral do nosso desporto, pelo que procurarei enquadrar-me neste admirável ambiente»

—assim falou o técnico PEDROTO

Teve ambiente de acontecimento excepcional a cerimónia da posse de José Maria Pedroto no cargo de técnico de futebol ao serviço do Vitória Futebol Clube, para preenchimento da vaga deixada por Fernando Vaz.

O amplo salão de sessões do clube vitoriano encontrava-se quase cheio, na tarde da última segunda-feira, vendo-se, entre a assistência, muitos sócios dedicados da colectividade e uma substancial representação desse admirável «VIII exército».

O sr. dr. Aníbal Pescadinha, presidente da nova direcção do Vitória, que se encontrava ladeado pelo seu colega Manuel Guerreiro Ataz e por José Maria Pedroto, falou na importância do acto que ia seguir-se, tecendo várias referências elogiosas à personalidade do novo técnico, sem olvidar a sua importante carreira como futebolista de eleição. Disse estar certo do êxito de José Maria Pedroto, por saber o grande desejo que todos têm de lhe prestar a melhor colaboração.

O técnico que foi recebido com prolongada salva de palmas, disse da honra que sentiu quando foi convidado para servir o Vitória, mas desde logo começou a compreender a enorme responsabilidade que tomava, por saber que os vitorianos possuem muitas e legítimas ambições.

Continuando no uso da palavra, José Maria Pedroto afirmou que o Vitória constitui um grande exemplo de grandeza moral do nosso desporto, pelo que

acredita poder enquadrar-se neste admirável ambiente. Referindo-se aos elementos com os quais vai trabalhar, espera que estes se revistam da indispensável humildade para melhor poderem cumprir a sua missão, da mesma forma que ele, técnico, vai colocar ao serviço do Vitória toda a honestidade, lealdade e dedicação, visto não trazer trunfos nas mangas do casaco, nem ideias preconcebidas.

A terminar agradeceu a presença dos órgãos da Informação e o relevo que tinham dado à cerimónia que estava decorrendo.

O nosso estimado amigo e colaborador Carlos Ferreira, na qualidade de membro da assembleia geral, saudou José Maria Pedroto em nome da massa associativa do Vitória, garantindo-lhe a colaboração dos vitorianos para a nova tarefa que lhe pesa sobre os ombros.

No gabinete da direcção, o novo técnico foi apresentado aos dirigentes do clube e aos jogadores das duas principais equipas, seguindo-se um «Moscatel de Setúbal».

O novo técnico esteve ontem no Estádio do Bonfim, tomando contacto com a preparação das equipas.

Clube Estrelas do Bairro Olas CONVITE

O Clube Estrelas do Bairro Olas convida a população a assistirem aos Bailes que realiza por altura dos Santos Populares, sob a direcção dos directores Jaime dos Santos Reis e José Ramos. Aproveita para agradecer ao digníssimo gerente da «Bádio Sudo», sr. António Conceição Gomes, o ter posto à disposição do clube, toda a instalação e aparelhagem eléctrica.

«Assim falou o técnico Pedroto»,
O Setubalense, 4/6/1969, p. 2

Sessão da Oposição Democrática em Setúbal (1969)

No ano de 1969 ocorrem as primeiras eleições para a Assembleia Nacional do consulado marcelista. A ascensão de Marcello Caetano à chefia do governo depois do afastamento de Oliveira Salazar, determinado pela sua incapacidade física e intelectual, é vista por vários setores da população portuguesa como um sinal de mudança política.

A retórica reformista do novo inquilino de São Bento e algumas medidas por si tomadas, que introduzem mudanças na legislação laboral e a disponibilidade de revisão da lei de imprensa acalentam, também junto da oposição democrática, a esperança de uma transição política para um regime democrático.

A marcação das eleições suscita um grande debate junto dos diversos setores da oposição. Tanto sobre a ida ou não às urnas como sobre a unidade da oposição na participação no ato eleitoral. Chega a ser criada uma estrutura designada Plataforma de Ação Comum da Oposição Democrática. Serão aceites como pontos consensuais a reivindicação da liberdade, amnistia para os presos e exilados políticos, abertura de um debate sobre a autonomia das colónias portuguesas e várias propostas socioeconómicas de cariz socializante. A disputa da hegemonia deste movimento oposicionista ditará a incapacidade de apresentar listas conjuntas.

No dia 26 de outubro de 1969 apresentar-se à votação a lista da União Nacional e três listas a representar as oposições: Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), liderada pelos socialistas; Comissão Democrática Eleitoral (CDE), liderada pelo PCP e Comissão Eleitoral Monárquica (CEM), liderada por Henrique Barrilaro Ruas (esta apenas pelo Círculo Eleitoral de Lisboa).

A União Nacional elegeu a totalidade dos 130 deputados, com 980 mil votos. As listas oposicionistas obtiveram 133 mil, não logrando eleger nenhum deputado para a Assembleia Nacional.

A CDE obteve o maior número de votos das forças oposicionistas, 114 745

Os candidatos da Oposição de Setúbal e Ponta Delgada serão reembolsados das despesas das listas

Segundo estabelece o artigo 26, da lei eleitoral, após as alterações que lhe foram introduzidas, em Setembro último, «os candidatos que obtiverem, pelo menos, vinte por cento dos sufrágios expressos, terão direito, após o apuramento geral, a obter do Estado o reembolso das despesas feitas com a impressão das listas, em quantidade não superior ao número dos eleitores reconhecidos no círculo».

Eleições: Candidatos de Setúbal reembolsados, *O Setubalense*, 18/10/1969

A Oposição Democrática realizou em Setúbal uma sessão de propaganda

Na passada quarta-feira, a C.D.E. de Setúbal levou a efeito, no Casino Setubalense, uma sessão de propaganda eleitoral.

Presidiu o sr. eng.º Henrique Cabeçadas que era ladeado pelos srs. dr. Costa Júlio, dr. Evaristo Gago, dr. Paulino Gomes, dr. Mário Moura, José Matos Cunha, Cândido Cunha e Manuel Cabanas.

Como representante da autoridade esteve presente o sr. comandante distrital da P.S.P., capitão Arnaldo Diego.

Foram oradores os candidatos a deputados, srs. Alvaro Monteiro, Joaquim Palmeiro, dr. José António Tavares da Cruz e dr. José Malheiro da Silva e ainda os srs. Fernando Manuel Carlos, Daniel N. M. Conceição, Artílio Baptista e Manuel Cabanas.

Abriu a sessão o sr. eng.º Cabeçadas que saudou os democratas do conselho de Setúbal, afirmou ser a lista da oposição a única que oferece garantias de espírito independente e fez um apelo, pedindo a união de todos os democratas.

Os oradores expuseram os seus pontos de vista, mantendo-se fieis às afirmações feitas no manifesto que a Imprensa Diária publicou. Analisaram a vida política nacional, ocuparam-se da situação da administração pública, do problema ultramarino, acabando sempre por afirmar a necessidade de um regresso às instituições de-

mocráticas que permitam ao povo expressar a sua vontade e as suas aspirações. Atacaram frontalmente a censura da imprensa, a existência da polícia política, etc.

Em dado momento foi lido um telegrama a expedir ao sr. Presidente do Conselho, pedindo a libertação dos presos políticos.

Pediu-se um minuto de silêncio pelos democratas caídos na defesa dos seus ideais.

Falando do ensino, apontaram as deficiências da nossa vida escolar.

Quanto ao Ultramar inverteram a tese do Governo, afirmando: a política da U. N. é que leva forçosamente à perda dos nossos territórios ultramarinos e das nossas posições económica e cultural nas terras de além-mar. E em defesa da sua asserção, referiram-se ao que se passou quando De Gaulle deu a independência às colónias francesas, comparando-o com os resultados da invasão do nosso Estado da Índia. Além de que — afirmou-se — a Oposição não apresenta, de momento, qualquer solução para o problema, pois necessita-se de um debate, a nível nacional, debate em que todas as possíveis soluções têm de ser encaradas, incluindo a da U. N.

No princípio e no fim da sessão, a assistência que por completo enchia o Casino Setubalense, cantou, em coro, o Hino Nacional.

Eleições: Comício eleitoral da CDE realizado em 15 de outubro de 1969 no Casino Setubalense, *O Setubalense*, 18/10/1969

(10,9%), a CEUD alcançou 16 863 votos (1,51%) e, por fim, a Comissão Eleitoral Monárquica obteve 1324 votos (0,12%).

No Círculo eleitoral de Setúbal apresentar-se-ão ao escrutínio apenas as listas da UN e da CDE. O partido do regime obteve 15 181 votos (64,7%), elegendo quatro deputados, e a CDE 8128 votos (34,7%), não elegendo qualquer deputado.

A Comissão Democrática Eleitoral fará uma intensa campanha nos principais centros urbanos do distrito. A sede de Setúbal será na Rua Paulino de Oliveira,



Eleições: Observadores estrangeiros expulsos do país, *O Setubalense*, 25/10/1969

n.º 36-1.º andar, na Fonte Nova. A polícia política elabora relatórios regulares a dar conta desta atividade.

O jornal *O Setubalense*, beneficiando de alguma abertura da censura durante o período eleitoral, dará conta de um dos comícios da CDE na cidade. A sessão de propaganda eleitoral será realizada no dia 15 de outubro, no Casino Setubalense. Esta iniciativa será precedida de uma intensa campanha de agitação e mobilização por parte dos seus organizadores e terá uma enorme participação popular, como reconhece o próprio jornal, ao noticiar que «A assistência enchia por completo O Casino Setubalense».

Ainda segundo este periódico, o comício foi presidido pelo «sr. Eng.º Henrique Cabeçadas que era ladeado pelos Srs. dr. Costa Júlio, dr. Evaristo Gago, Dr. Paulino Gomes, Dr. Mário Moura, José Matos Cunha, Cândido Cunha e Manuel Cabanas. Como representante da autoridade esteve presente o sr. comandante distrital da PSP, capitão Arnaldo Diogo. Foram oradores os candidatos a deputados, srs. Álvaro Monteiro, Joaquim Palmeiro, dr. José António Tavares da Cruz e dr. José Malheiro da Silva e ainda os srs. Fernando Manuel Carlos, Daniel N. M. Conceição, Artílio Batista e Manuel Cabanas».

É ainda *O Setubalense* que nos dá conta de que o comício começou e terminou com a assistência a «cantar em coro o hino nacional». **[AAC]**



«Os oradores expuseram os seus pontos de vista, mantendo-se fiéis às afirmações feitas no manifesto que a Imprensa Diária publicou. Analisaram a vida política nacional, ocuparam-se da situação da administração pública, do problema ultramarino, acabando sempre por afirmar a necessidade de um regresso às instituições democráticas que permitiram ao povo expressar a sua vontade e as suas aspirações. Atacaram frontalmente a censura da imprensa, a existência da polícia política, etc.

Em dado momento foi lido um telegrama a expedir ao sr. Presidente do Conselho, pedindo a libertação dos presos políticos.

Pediu-se um minuto de silêncio pelos democratas caídos na defesa dos seus ideais.

Falando do ensino, apontaram as deficiências da nossa vida escolar.

Quanto ao Ultramar inverteram a tese do Governo, afirmando: a política da U.N. é a que leva forçosamente à perda dos nossos territórios ultramarinos e das nossas posições económica e cultural nas terras de além-mar. E em defesa da sua asserção, referiram-me ao que se passou quando De Gaulle deu a independência às colónias francesas, comparando-o com os resultados da invasão do nosso Estado da Índia. Além de que - afirmou-se - a Oposição não apresenta, de momento, qualquer solução para o problema, pois necessitando-se de um debate a nível nacional, debate em que todas as possíveis soluções têm de ser encarar, incluindo a da U.N.» (*O SETUBALENSE*, 1969, 18 de outubro).

O Movimento Democrático de Setúbal (1973)

O Setubalense deu pouca ou nenhuma atenção às eleições para a Assembleia Nacional de 1973. Referiu-se ao IV Plenário Distrital da Ação Nacional Popular (ANP) na edição de 17 de setembro desse ano, transcrevendo o extenso comunicado que daí saiu; e deu a conhecer os candidatos a deputados do partido do regime, de que se destacava Elmano Alves, presidente da Comissão Executiva Nacional, que iniciara a sua carreira política como presidente da Comissão Concelhia de Alcochete da União Nacional, em 1956, e era deputado desde 1965; e também Jorge Carlos Botelho Moniz, que fora presidente da Câmara Municipal de Setúbal entre 1955 e 1957 e desempenhava, na altura, o cargo de presidente da Comissão Distrital da ANP, designação com que Marcello Caetano rebatizara a União Nacional, o único partido que o Governo reconhecia.

Entretanto, em março, havia-se já realizado o Plenário Distrital do Movimento Democrático, iniciando o processo de intervenção nas eleições que iriam ocorrer em 28 de outubro desse ano. O documento «Uma retrospectiva eleitoral» procede a um balanço detalhado da ação da Comissão Democrática Eleitoral de Setúbal nas eleições de 1969, que fora às urnas, obtendo 8128 votos, o que correspondia a uma percentagem de 34,7%, enquanto a lista da ANP obtinha 15 181 votos.

Mesmo considerando ter obtido mais votos do que a lista do partido do Governo nas três secções de voto da Cova da Piedade, em todo o concelho do Barreiro, em Alhos Vedros e na Baixa da Banheira, em Sarilhos Grandes, Pinhal Novo e Amora, os mecanismos de cerceamento da participação eleitoral eram tremendos. Os dados estavam viciados desde o próprio ato de recenseamento, cujas operações eram completamente controladas e condicionadas. Para uma população estimada em 434 mil habitantes, o distrito de Setúbal contava apenas com 50 086 indivíduos recenseados, dos quais votaram menos de metade.

As sessões públicas da CDE tinham sido muito participadas – quatro mil

peessoas em Alhos Vedros, cinco mil na Moita, 4500 em Almada, 10 mil em duas salas na Cova da Piedade, num total superior a 50 mil em todo o distrito, não sendo difícil perceber que a maioria dos que acorriam a esses comícios não estava recenseada.

Assim, o Movimento Democrático do Distrito de Setúbal concluía que, apesar de todos os constrangimentos antidemocráticos e de a campanha se ter concentrado na zona industrializada do distrito – a norte – havia tido um desempenho notável: seguir-se-iam várias ondas repressivas, que fizeram dezenas de prisões. Sem que as condições políticas se alterassem, refluindo inclusivamente nalguns aspetos, a sua reorganização vinha-se, portanto, fazendo lentamente, com base num núcleo restrito de democratas, a que se iam juntando grupos de jovens, designadamente. A presença de 60 representantes dos vários concelhos no plenário de março refletia a forma como, não obstante as muitas dificuldades, a organização se ia estruturando, melhor ou pior, em todo o distrito.

No III Congresso da Oposição Democrática, que se realizou em Aveiro de 4 a 8 de abril, os ativistas de Setúbal, e a sua Comissão Distrital, apresentaram dez comunicações sobre diferentes aspetos da vida política, económica e social do distrito: desde a situação da mulher trabalhadora aos problemas dos jovens operários da construção civil; das questões da habitação e urbanismo às contribuições para uma Reforma Democrática do Ensino; e ainda as perspetivas e meios de ação da Oposição Democrática. O que evidenciava uma dinâmica considerável.

Depois disso, o esforço organizativo incidiu, principalmente, em três grupos sectoriais – trabalhadores, mulheres e jovens. Voltou a realizar-se em agosto novo plenário distrital, em Azeitão, e decorreram reuniões com vista à constituição de grupos locais ou concelhios no Seixal, na Amora e em Grândola.

O Setubalense regista, no próprio dia, com um artigo assinado, o início da campanha eleitoral, que ocorre em 28 de setembro, onde faz uma mera referência à existência de duas listas – a da ANP e a da CDE – para dissertar, extensivamente, sobre a importância do voto, como se o recenseamento fosse expressivo da população do distrito e como se as condições para o seu exercício estivessem democraticamente garantidas. Só se voltará a pronunciar sobre as eleições dias depois e num registo sobretudo opinativo e de carácter geral.

[HTTPS://EPHEMERAJPP.COM/2016/08/25/III-CONGRESSO-DA-OPOSICAO-DEMOCRATICA-AVEIRO-4-8-DE-ABRIL-DE-1973/#JP-CAROUSEL-234050](https://ephemerajpp.com/2016/08/25/III-CONGRESSO-DA-OPOSICAO-DEMOCRATICA-AVEIRO-4-8-DE-ABRIL-DE-1973/#JP-CAROUSEL-234050)



Cartaz do Congresso de Aveiro

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Notícia sobre a campanha eleitoral, *O Setubalense*, 28/9/1973

Aliás, para sabermos hoje da constituição da lista da oposição temos de recorrer ao jornal *República*. Era composta por seis candidatos efetivos e nenhum deles estivera nas listas apresentadas em 1969. Encabeçava-a Herculano Pires, um prestigiado advogado de Almada, de 54 anos, o mais velho da lista, que estivera no Movimento de Unidade Democrática, criado no final da II Guerra; participara nas eleições presidenciais de Norton de Matos e de Humberto Delgado, nos II e III Congressos da Oposição Democrática, e era membro da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, os quais, frequentemente, defendia. Era também muito ativo nas coletividades locais.

Assinala-se a presença de vários elementos mais jovens relacionados com o movimento sindical, que aproveitara a breve descompressão marcelista – Ercília Talhadas, 26 anos, operária têxtil na Moita; José Aurélio dos Santos, 30 anos, metalúrgico no Seixal e Artur Neves de Almeida, 33 anos, bancário em Almada. Juntava-lhes Alfredo de Matos, um pouco mais velho, 39 anos, empregado de

escritório no Barreiro, que vinha dos tempos do MUD Juvenil e sofrera quatro anos de prisão por motivos políticos. Era militante comunista desde 1961, ativista na CDE de Setúbal em 1969, era o dirigente do Movimento da Oposição Democrática que assegurara a articulação nacional depois daquelas eleições, integrando a Comissão Distrital de Recenseamento e a Comissão Organizadora do III Congresso da Oposição Democrática.

Pior sorte tivera Marcos Rolo Antunes, técnico de contas na Cova da Piedade, que estivera também no MUD Juvenil e que, entre várias prisões, estivera detido 6 anos na sequência do seu envolvimento, como militante comunista, na candidatura de Humberto Delgado. Além do tempo de prisão para cumprimento de pena e de medidas de segurança, fora, também, sentenciado com a suspensão de direitos políticos por 15 anos, pelo que viu recusada a sua candidatura em 1973. Foi, por isso, substituído pelo jovem Adilo Costa, 21 anos, empregado de escritório em Setúbal, ativista sindical e colaborador do Círculo Cultural nesta cidade.

O Movimento Democrático do Distrito de Setúbal manteve sedes abertas em Setúbal, Barreiro, Moita, Paio Pires e Cova da Piedade (Almada) e realizou comícios e sessões públicas muito concorridas no Teatro-Cine Barreirense, no Ginásio da Baixa da Banheira, na Filarmónica União Artística Piedense, no Cine Granadeiro, com sala cheia, em Grândola; na Incrível Almadense, com três mil pessoas, e no Cine-Casino Setubalense, com 1500, em 23 de outubro.

Quando Marcos Rolo Antunes foi afastado da lista pelo Governo, os democratas de Setúbal comentaram o acontecimento de modo esclarecedor: «Temos recordações muito tristes da última campanha. Isto embora possa provocar alguma inibição, não é de modo algum razão de força para que a campanha deste ano seja menos viva. O Movimento encontra-se mais radicalizado nas suas posições, o Movimento Democrático intensificou a luta...».

Esta situação não era especificamente de Setúbal. Em todo o país, e ao contrário de 1969, a Oposição apresentava-se unida e as posições anticoloniais eram abertamente assumidas. O regime ia ficando internacionalmente cada vez mais isolado. Crescia a pressão à esquerda, sucediam-se as manifestações e ações estudantis contra a repressão, a guerra e pela independência dos povos das colónias; as Brigadas Revolucionárias insistem em ações violentas contra o regime e o aparelho militar-colonial, em particular, e cresciam as greves e

movimentações operárias. Os militares conspiravam e as suas reivindicações corporativas evoluíam para posições políticas: era o MFA que nascia.

Face a tudo isto e aprendendo as lições de 1969, as listas do Movimento Democrático desistem de ir às urnas nas vésperas das eleições. Foi assim também em Setúbal, naturalmente. Isolado e agonizante, o regime seria derrubado seis meses depois. **[JM]**

[HTTPS://PT.SLIDESHARE.NET/OLIVIA.SOARES/REPRESSO-E-RESISTENCIA](https://pt.slideshare.net/olivia.soares/represso-e-resistencia)



Sessão pública da oposição: CDE-Comissão Democrática Eleitoral

Quando Setúbal acordou em Abril (1974)

Os ecos do golpe militar ocorrido em 25 de Abril de 1974 chegam bem cedo a Setúbal. *O Setubalense* do dia seguinte dá, em primeira mão, os detalhes sobre a forma como foram recebidas as instruções dos capitães amotinados e sublinha o carácter pacífico da Revolução: «podemos considerar inédito na História da humanidade a consumação de uma revolução sem derramamento de sangue».

A primeira grande manifestação de apoio à Revolução ocorrerá no dia 26 de abril. Será preparada e liderada pelos jovens que, então, militavam no Círculo Cultural de Setúbal. Será também aqui que se fazem os primeiros cartazes, que nessa tarde serão empunhados na rua a exigir «O FIM à Guerra» e a reivindicar o fim da polícia política – «O Povo quer o julgamento dos crimes da PIDE».

Entre o dia 25 de Abril e o 1.º de Maio há uma intensa atividade política. Multiplicam-se as reuniões e há, pela primeira vez em meio século, pessoas a manifestar-se nas ruas; surgem por todo o lado diversas formas de agitação e propaganda. No próprio dia 25 já tinham ocorrido algumas manifestações de apoio em vários locais da cidade. E no dia 26 haverá novas manifestações, em que é exigido o fim da guerra colonial e o julgamento da polícia política.

Às primeiras horas de dia 27, as instalações onde funcionavam a PIDE/DGS e a Legião Portuguesa serão ocupadas pelos militares. A ocupação é presenciada e aplaudida por centenas de pessoas e tem a supervisão do Movimento Democrático de Setúbal (MDS). Na delegação da PIDE/DGS os ocupantes encontrarão parte dos arquivos destruídos e documentação queimada. No edifício da Legião foram igualmente apreendidas peças de mobiliário e arquivo, bem como armamento.

Os trabalhadores das empresas de Setúbal organizam os seus cadernos reivindicativos e ensaiam diversas formas de luta. Nas instalações da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) realizar-se-ão vários plenários de trabalhadores de diferentes setores. Paralelamente, reúnem-se diversos grupos



O Setubalense, 3/5/1974



José Afonso no comício do 1.º de Maio de 1974, no Pavilhão do Naval

de trabalhadores no sentido de afastar as direções sindicais coniventes com o anterior regime. São escolhidos novos protagonistas comprometidos com a nova situação política.

O dia 1.º de Maio será o ponto alto das manifestações populares. Haverá uma concentração marcada para as 15 horas, na praça de Bocage, seguida de manifestação. Da varanda da Câmara Municipal de Setúbal (CMS) ecoaram canções de José Afonso. *O Setubalense* de dia 3 traz várias reportagens sobre os festejos do 1.º de Maio. A primeira página tem uma fotografia da Praça de Bocage repleta de manifestantes, com dezenas de cartazes contra o regime deposto. Aí surgem as primeiras reivindicações.

A varanda da Câmara Municipal é o local escolhido para os oradores se dirigirem aos milhares de populares que se concentram na praça. Depois de um longo período de concentração, e de acordo com *O Setubalense*, os manifestantes percorreram a avenida Luísa Todi, as Fontainhas, o largo das Areias, o bairro da Conceição, as avenidas Duarte Pacheco e 5 de Outubro, a Fonte Nova regressando ao ponto de encontro inicial.

O Setubalense, reportando-se à concentração e à manifestação do 1.º de maio, refere: «Nunca tal foi visto, nem durante as grandes manifestações feitas

ao Vitória. Não havia chão sem gente, não havia gente sem flor. Nas árvores, candeeiros, janelas, em todo o lado em que o corpo humano pudesse chegar, havia alguém. (...)». E continuando no mesmo registo colorido refere ainda: «Homens, mulheres, jovens de ambos os sexos, empunhando dísticos e cartazes, onde se liam entre outros, "Ao fim de 48 anos somos livres", "Abaixo o fascismo"; "Vivam as Forças Armadas", "Setúbal está com a Junta de Salvação Nacional", "Viva o Partido Comunista Português", "Álvaro Cunhal no Governo", "os jovens estão com os trabalhadores para um Portugal democrático", "sindicatos livres", e muitos outros referentes à situação que o país atravessa».

O repórter dá também destaque ao facto de, na varanda da CMS, onde os oradores se dirigiram aos manifestantes, ondular uma bandeira do Partido Comunista. Explica que nesse lugar, que fora «palco de manifestações de apoio ao regime fascista (...) nunca a foice e o martelo pensaram alguma vez aparecer ali».

À noite, no pavilhão do Clube Naval Setubalense, realizou-se um comício de apoio ao Movimento das Forças Armadas, com grande número de oradores: Jorge Luz, Carlos Lopes, Teodósio, Carlos Nascimento, Abílio Ferreira, Valdemar de Sá, Adriana Espanca, Fernando Rodrigues e José Afonso. **[AAC]**



ARQUIVO FOTOGRÁFICO AMÉRICO RIBEIRO

Ocupação das instalações da PIDE/DGS pelos militares

O maior estaleiro da Europa é inaugurado em Setúbal (1974)

Em 27 de maio de 1971 é fundada a empresa Setenave, contando com a CUF e a Lisnave como principais acionistas. Iniciados os trabalhos de dragagem no rio Sado, em 1972, projetava-se, assim, um estaleiro de construção naval de grandes dimensões, para responder ao que se previa serem as necessidades do mercado internacional.

Contudo, o estaleiro «entra em funcionamento sob o signo da crise mundial» (FONTES, 2018: 18), marcado pela crise de petróleo de 1973, que faz a Setenave não se limitar apenas à construção de navios, mas tenha também em atenção a sua reparação.

A par desse contexto, o estaleiro tem a particularidade de iniciar o seu funcionamento pouco tempo depois do 25 de Abril, transformando-se num dos grandes palcos de conflitos políticos e sociais – é um dos melhores exemplos da participação dos operários no que ficou conhecido como «greves contra a corrente» e que duraram entre maio e setembro de 1974. Assim, no meio da convulsão social e política que agitava o país, o estaleiro é, simbolicamente, inaugurado em 6 de agosto, como nos é descrito n' *O Setubalense*: «Viveram-se (...) momentos de intensa atividade na zona da Mitrena, por motivo de assentamento da quilha para um petroleiro encomendado pela Soponata à Setenave-Estaleiros Navais de Setúbal» (*O SETUBALENSE*, 1974, 8 de agosto: 6).

Para assistir à cerimónia, deslocaram-se a Setúbal os secretários de Estado do Orçamento e da Indústria e Energia, respetivamente António da Costa Leal e José Torres Campos, estando, naturalmente, presentes José Manuel de Mello, presidente do Conselho de Administração e Álvaro Barreto, diretor da Setenave. Este último ficou encarregado de «expor circunstanciadamente os objetivos da Setenave na sua condição de maior unidade de construção naval da Europa, seu poder económico e suas perspetivas» (*Ibidem*).

Findados os discursos, seguiu-se a cerimónia do assentamento da quilha

do primeiro petroleiro encomendado e «uma visita à plataforma de construções, caldeiraria, oficina de processamento de aço, doca de reparações e cais de descarga, terminando com a oferta de um beberete no refeitório» (*Ibidem*).

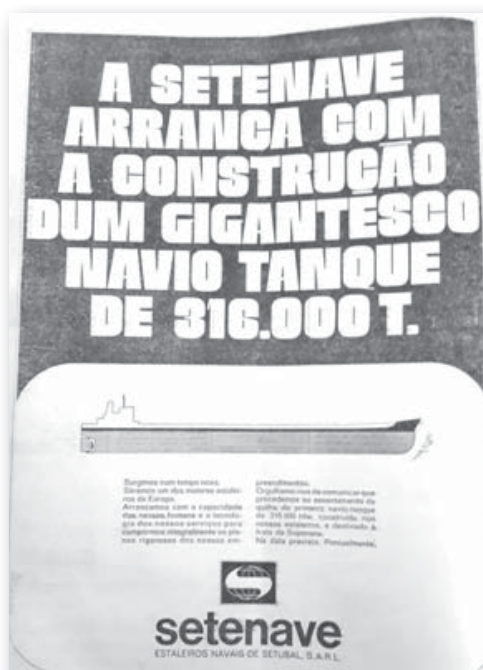
Com esta «cerimónia simples» – como foi caracterizada no número 28 da revista *Informação Setenave* – iniciou-se o trajeto do que naquela época era a maior unidade de construção naval da Europa. E foi nesse mesmo espaço que milhares de trabalhadores e as suas lutas marcaram uma parte importante da história da segunda metade do século XX em Portugal. [JS]

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Anúncio da Setenave
O Setubalense, 7/6/1974

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Anúncio da Setenave em 1975
O Distrito de Setúbal, 14/1/1975

Setúbal torna-se Diocese (1975)

A Diocese de Setúbal nasceu pela bula *Studentes Nos*, do Papa Paulo VI, datada de 16 de julho de 1975. Criada a partir da Diocese de Lisboa, foi constituída pela Região Pastoral de Setúbal (desde 1966) e por paróquias desafetadas das dioceses de Évora e de Beja. No mesmo documento era ainda estabelecida a Igreja de Santa Maria, em Setúbal, como Sé Catedral. Da mesma data foi a nomeação do primeiro prelado para Setúbal: Manuel da Silva Martins (1927-2017), Vigário-Geral da Diocese do Porto naquela data, ordenado em Setúbal em 26 de outubro seguinte, cerimónia em que proferiu uma declaração que o acompanharia por toda a vida e que repetiria várias vezes: «Nasci bispo em Setúbal, agora sou de Setúbal».

A chegada de D. Manuel Martins a Setúbal foi um motivo para manifestação e para palavras de ordem de oposição à Igreja, conforme relatou *O Setubalense*, em 27 de outubro de 1975: «Fora da igreja e durante o decurso das cerimónias, muitos populares se manifestaram contra o Bispo, gritando slogans como "Fora o Bispo" e "Abaixo a Igreja" e outros». O ambiente sentido exigiu a presença das forças de segurança para a manutenção da ordem e um diálogo mediado pelo Cónego João Alves.

A ação de D. Manuel Martins conquistaria Setúbal para as causas em que se envolveu – a assistência social, as condições de vida, a pobreza, a questão de Timor. A sua intervenção nem sempre foi pacífica e foi apelidado de «Bispo vermelho», numa tentativa de instrumentalização para combater o mediatismo de que usufruiu e a permanente exposição pública em causas dos mais desfavorecidos.

O seu bispado durou até 1998, ano em que, em 23 de abril, João Paulo II designou para a diocese sadina D. Gilberto Canavarro dos Reis, à data Bispo-Auxiliar do Porto, que esteve em Setúbal até 2015. A sucessão, decidida pelo Papa Francisco em 24 de agosto desse ano, iniciou-se com a ordenação de D.

José Ornelas de Carvalho (n. 1954) em 26 de outubro, que exercera o cargo de Superior-Geral da Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus (Dehonianos).

As raízes da Diocese de Setúbal remontam ao Cardeal D. Manuel Cerejeira (1888-1977), quando criou a Região Pastoral de Setúbal, em junho de 1966, atribuindo, no mês seguinte, o cargo de Vigário-Episcopal da Região ao Cónego João Alves (1925-2013), Vice-Reitor do Seminário de Almada. Em 1 de fevereiro do ano seguinte, João Cavalheiro defendia n' *O Setubalense* a necessidade de Setúbal «ser sede de um Bispado, com plena autonomia e independência», pelo «desenvolvimento extraordinário» que a região tinha atingido, o que só podia ser acompanhado com «a categoria correspondente da Igreja».

O Cónego João Alves exerceu o cargo vicarial até à criação da Diocese de Setúbal, tendo vigorado a ideia de que seria ele o primeiro bispo da nova diocese. No entanto, em 1975, a decisão papal foi no sentido de o nomear Bispo-Auxiliar de Coimbra. **[JRR]**

MARTINS, 2018. FOTOGRAFIA DA CAPA DO LIVRO



D. Manuel Martins

[HTTPS://WWW.ASETUBALENSE.COM/LOCAL/SETUBAL/2017/04/14/OS-TRES-BISPOS-DE-SETUBAL-EM-MISSA-CRISMAL-NA-SE-DE-SETUBAL/](https://www.asetubalense.com/local/setubal/2017/04/14/os-tres-bispos-de-setubal-em-missa-crismal-na-se-de-setubal/)

Os três Bispos de Setúbal
- D. Manuel, D. José
e D. Gilberto - Missa crismal
em Setúbal, 13/4/2017



A suspensão d'*O Setubalense* e o último dia do PREC (1975)

Quando eclode a Revolução de 25 de Abril, *O Setubalense* era dirigido pelo empresário Carlos Bordallo-Pinheiro. Era o jornal da imprensa local com maior divulgação na cidade.

Entre 25 de Abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, este trissemanário assumirá um grande protagonismo na luta social e política da cidade. São dezanove meses intensamente vividos, nele se espelhando, sem reservas, a grande litigância política que se vivia no país e, particularmente, em Setúbal.

Logo após o 25 de Abril, a sua adesão ao processo revolucionário será inequívoca. Para as suas páginas saltarão, com o entusiasmo arrebatado, que era a marca de água daqueles dias, os principais acontecimentos que ocorrem em Setúbal, conhecida, então, com a cidade vermelha. *O Setubalense* não será titubeante nem esconderá opções. Será o apoio à esquerda radical a ditar o seu encerramento no dia 25 de novembro de 1975.

Contudo, não será pacífica a vida do jornal ao longo daqueles dezanove meses. Um jornal com a história e a recetividade que tinha na população, não podia passar incólume à ambiência revolucionária que a cidade ostentava. Os ganhadores de abril não pretendem prescindir deste espaço que querem fazer seu.

Ainda em maio de 1974, irão ocorrer os primeiros sinais de uma luta interna que não afrouxará até à ocupação pelos trabalhadores, em outubro de 1975, à semelhança do que se passara com o jornal *República* e a Rádio Renascença.

Logo em 24 de maio de 1974, *O Setubalense*, na sua primeira página, denuncia as pressões a que estaria sujeito por parte de um grupo de jovens que integrava o MDS (Movimento Democrático de Setúbal) e que já colaborava com o jornal, sendo responsável por uma página denominada «Movimento Sindical».

O MDS acusaria *O Setubalense* de dar cobertura a fascistas, de ser contra as reivindicações salariais que brotavam um pouco por toda a parte, e ainda



Pichagens a apelar ao boicote ao jornal, *O Setubalense*, 18/5/1974

de promover uma campanha contra a Câmara. No fundo, o jornal era acusado de «fazer o jogo da reação».

A acusação de enfeudamento ao regime anterior baseava-se, ainda, no facto de não ter «noticiado uma reunião democrática realizada no pavilhão do Clube Naval Setubalense».

No dia 18 de maio, aparecem em várias paredes do centro da cidade pichagens anónimas contra *O Setubalense*. O jornal fotografa algumas delas e opta por reproduzi-las: «*O Setubalense* é a CIA», «*O Setubalense* é um jornal antes do 25 de Abril», «Não compres *O Setubalense*».

Manuel Abrantes, redator do jornal, explicará mais tarde que este episódio estaria ligado à tentativa do PCP de controlar *O Setubalense*: «Assim que se deu o 25 de Abril de 1974, *O Setubalense* – que tinha sido um jornal situacionista – colocou-se logo ao lado da Revolução. E vendo os comunistas que no jornal estava gente ligada ao PS e à FSP, uma facção socialista, tentará silenciar-nos escrevendo nas paredes de toda a cidade «Não comprem *O Setubalense*».

Podemos verificar que nesta fase Rogério Severino e Manuel Abrantes, destacados militantes locais do PS (tendência Movimento Socialista Popular – MSP), têm um peso preponderante na linha editorial do jornal, dando um grande realce às iniciativas do PS e, particularmente, do MSP.

O desaparecimento do MSP, no Congresso do PS de dezembro de 1974, e a futura constituição da Frente Socialista Popular (FSP), vão ter um impacto direto no processo de esquerdização da linha editorial do jornal.

A este processo de radicalização política do jornal não é alheio o facto de

Manuel Abrantes e Rogério Severino fazem parte do grupo de socialistas que rompem com o PS e fundam a Frente Socialista Popular.

O Partido Socialista, a partir da fundação da FSP, será claramente secundarizado nas notícias publicadas.

O jornal passa a alinhar, de forma assumida, com as posições das organizações da esquerda radical, dando destaque às principais iniciativas, entrevistando os seus dirigentes e divulgando e apoiando os processos de luta dos trabalhadores e dos moradores nas respetivas comissões.

No chamado «Verão Quente», mais precisamente em setembro de 1975, forma-se em Setúbal o Comité de Luta, uma espécie de estrutura de coordenação dos órgãos de «poder popular»; *O Setubalense* transformar-se-á, nessa altura, numa espécie de porta-voz oficioso desta estrutura.

Em 21 de outubro – os trabalhadores d'*O Setubalense*, com o apoio do já referido Comité de Luta, ocupam o jornal e saneiam o diretor e proprietário, Carlos Bordallo-Pinheiro.

Em 22 de outubro sai o primeiro número do jornal depois do processo de ocupação. No cabeçalho deixa de constar o nome do seu diretor e proprietário, que será substituído por uma nova designação: «Edição da responsabilidade dos trabalhadores».

No editorial é reafirmado que o jornal «está ao serviço das comissões de moradores e trabalhadores». No fundo, esta ocupação configurou apenas o culminar de uma situação que há muito se arrastava, dado que o jornal sofria uma radicalização diária, consonante com a temperatura ambiente, abrasadora e radical.

Os apelos constantes, nas primeiras páginas, para que o povo setubalense procedesse à constituição de um exército popular e ao armamento dos trabalhadores, evidenciam a nova linha editorial.

O Setubalense será encerrado após o golpe militar do 25 de novembro. Não



Entrevista a Mário Soares,
O Setubalense, 18/9/1974

acatara o estado de sítio, tendo saído com uma edição no dia 26 com a manchete na primeira página: «Armas ao povo, já». As instalações serão ocupadas pelo Exército. Alguns dos seus trabalhadores serão presos e interrogados a fim de avaliar o seu grau de comprometimento na saída do jornal durante o estado de sítio. O jornal fica, deste modo, associado ao último dia do PREC na cidade de Setúbal.

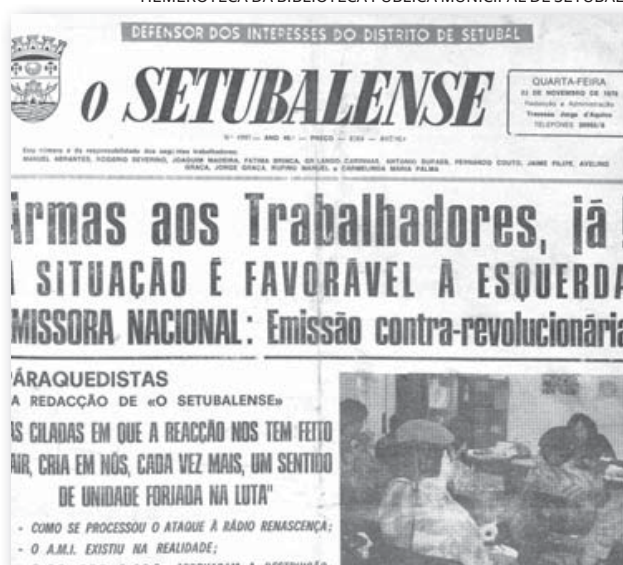
A partir de janeiro de 1976 passará a ser editado o jornal *Nova Vida*, dirigido por Joaquim Casimiro Madeira, que reivindica para si a tradição revolucionária assumida pel'*O Setubalense* nos 19 meses do PREC. Terminará a publicação em 29 de julho de 1983. Por sua vez, *O Setubalense* retomarà a publicação em 16 de fevereiro de 1981, sob a direção do seu antigo proprietário, Carlos Bordallo-Pinheiro. **[AAC]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Capa d' *O Setubalense*, 10/10/1975

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Apelo o armamento dos trabalhadores, *O Setubalense*, 23/11/1975

A génese do ativismo ambiental em Setúbal (1978)

Quem quiser estudar a formação do ideário ambientalista e ecologista em Setúbal, não pode deixar de ler, atentamente, as páginas do trissemanário *O Setubalense*. A consciência ambiental teve (e tem) em todo o mundo um processo de gestação que oscila entre o lento e subtil, por um lado, e o abrupto e vulcânico, por outro. Essa génese revela-se, de modo difuso e transversal, nas manifestações culturais e políticas, nos comentários ao quotidiano, mesmo, muitas vezes, de um modo não intencional.

A moderna génese internacional dos movimentos ecológicos com uma temática mais ampla, não apenas de conservação da natureza, como foi timbre no século XIX, inicia-se nos EUA, no início da década de 60, e espalha-se, rapidamente, pelo Ocidente. No caso português, a criação da Comissão Nacional do Ambiente, em 1971, e o programa de televisão «Há só uma Terra», por ela apoiado, tiveram uma enorme importância. Em 1973 e 1974, encontramos vários artigos n' *O Setubalense* sobre as questões da crise petrolífera ocorrida depois da Guerra do Yom Kippur (outubro de 1973). Outro aspeto marcante foi o da rápida industrialização da península de Setúbal, na década de 60. Por entre a celebração do valor económico e da criação de emprego, também se assinalam os traços de poluição e as perdas de vidas humanas por condições de trabalho que não privilegiavam a prevenção de acidentes laborais. Sobretudo antes do 25 de Abril, o jornal estava muito atento à atualidade internacional, e isso também se traduzia na transmissão das mudanças em curso, até mesmo com os ecos da realização das primeiras grandes conferências internacionais de ambiente, de que se destaca a Conferência de Estocolmo, em junho de 1972, que contou com uma delegação nacional liderada pelo muito competente e saudoso engenheiro José Correia da Cunha.

Nos anos mais intensos do PREC (1974-1975), e no período que se lhe seguiu, a temática ambiental foi algo eclipsada pela cascata de notícias fornecida pela



Artigo a contestar a opção nuclear, *Nova Vida*, 19/9/1977, pp. 6 e 7

Movimento de Acção Ecológica de Setúbal

Em reunião realizada a 24 de Janeiro foi ultimado o Manifesto para a criação do Movimento de Acção Ecológica de Setúbal, que o «Nova Vida» divulgou em primeira mão numa das suas edições anteriores. Apresentamos hoje em exclusivo as partes mais importantes do Manifesto, assim como a lista dos seus subscritores. Fazendo votos para que as iniciativas propostas sejam levadas à frente na nossa cidade, desde já podemos anunciar que na próxima semana, o «Nova Vida» apresentará uma entrevista em exclusivo com os fundadores do Movimento de Acção Ecológica de Setúbal.

Vivemos numa época histórica de crise aberta. Nas próximas décadas a Humanidade será submetida

a uma prova duríssima, a um teste de resistência vital para a sua sobrevivência na face do nosso planeta.

Já não se trata, somente, de uma crise nas relações sociais, que depois de um período de abalos passageiros, poderia ser positivamente ultrapassada tal como aconteceu nos séculos X e XI, XV e XVI, ou XVIII.

Não. Hoje, o desafio com que a humanidade se vê confrontada não se reduz à esfera do meramente político e social. Uma revolução social e política radical que faça passar as alavancas do poder para as classes trabalhadoras é sem dúvida indispensável. Só ela permitirá — sobretudo quando se estender à escala

CONTINUA NA 3.ª PAG.

Anúncio da criação do Movimento de Acção Ecológica de Setúbal, *Nova Vida*, 1/2/1978, pp. 1 e 3

O jornal *Nova Vida* substituiu *O Setubalense* entre janeiro de 1976 e julho de 1983

fervilhante atualidade política, que esteve, por vezes, próxima de derrapar numa deriva descontrolada, como poderia ter sido o caso se a violência do 25 de novembro de 1975 tivesse escalado para um patamar superior de intensidade. A urgência de democratizar o país, ou de o levar, quase sem transição, de uma ordem política ditatorial e conservadora para um regime de socialismo revolucionário, acabou por silenciar ou secundarizar muitos assuntos ambientais relevantes. Contudo, em 1977 é possível encontrar a contestação, em artigos de opinião, da opção nuclear que na altura fazia parte integrante da estratégia energética da nova democracia. Por outro lado, logo no início de 1978, foi publicado um «Manifesto para a criação de um Movimento de Acção Ecológica de Setúbal», que contou com a adesão de várias personalidades da cidade, das quais sobressai o cantor José Afonso. A característica essencial desse «Manifesto...» consiste numa articulação entre o ideário ecologista e

um fundo doutrinário socialista. Trata-se de um raro testemunho nacional de uma orientação ecossocialista, uma corrente que só na década de 80 ganharia alguma relevância em países como a Alemanha e a França.

No contributo de Francisco Abreu para este livro é referido o papel de um jornal e de uma associação ecologistas, *Setúbal Verde*, que trazia no seu nome um projeto de uma cidade futura sustentável. Esse ano de 1981, em que este projeto surgiu, há muito amadurecido no Liceu de Setúbal e na ligação à Liga para a Proteção da Natureza, foi muito marcante. Representou uma convergência de esforços, uma articulação mais amadurecida, teórica e conceptualmente, da essência cultural, cívica, educativa e política do ideário ecologista e ambientalista. Muito em breve, o Projeto *Setúbal Verde*, cuja atuação nunca deixaria de ser refletida nas páginas deste jornal, organizaria duas reuniões nacionais de associações congéneres, num esforço federador que terminaria, em março de 1985, com um Congresso nacional em Troia. A experiência setubalense dos problemas e desequilíbrios de uma rápida industrialização, acompanhada por uma desordenada urbanização, numa região com ecossistemas tão ricos quanto frágeis, como o Sado, a Arrábida, iria marcar, nas décadas seguintes, não só o curso do movimento ambientalista nacional, como, também, influenciar, de modo positivo, as políticas públicas de ambiente da democracia portuguesa.

[VS-M]

Ecologia e Ambientalismo n' *O Setubalense* (1981)

Em 1981, um grupo de jovens setubalenses fundou o *Setúbal Verde*, jornal ecologista regional. Tinha periodicidade trimestral e uma generosa ambição expressamente proclamada no seu Estatuto Editorial: «Divulgar os verdadeiros problemas da região. Apresentar soluções para muitos desses problemas e pressionar os organismos competentes para a sua resolução, tendo em vista a melhoria da Qualidade de Vida das populações e a harmonia das suas atividades com o meio natural que as rodeia e suporta.»

Os fundadores deste jornal tinham dado os primeiros passos neste percurso de posicionamento cívico e de salvaguarda dos valores ambientalistas no Liceu Nacional de Setúbal, onde haviam criado um núcleo da Liga para a Proteção da Natureza.

Ainda em 1981, os promotores e dinamizadores do jornal decidiram ampliar a estrutura organizacional que sustentava as atividades desenvolvidas em paralelo com a publicação do *Setúbal Verde*, criando uma associação ambientalista, o «Projeto Setúbal Verde - Organização Ecologista Regional», que em poucos anos se afirmaria como uma referência incontornável no panorama do movimento ecologista nacional.

As relações entre estes jovens ecologistas e o jornal *O Setubalense* foram marcadas desde a primeira hora por uma estreita cumplicidade.

Desde logo, o jornal *Setúbal Verde* era composto e impresso na tipografia d' *O Setubalense*, naquela rua estreitinha que saía da Arronches Junqueiro ao encontro da igreja de Santa Maria.

Estranhos tempos esses, que numa era de computadores, processadores de texto e correio eletrónico nos fazem sorrir. Os conteúdos do jornal eram entregues em mão ao tipógrafo, manuscritos ou datilografados, para serem transformados em letrinhas de chumbo numa sisuda máquina que inspirava respeito, pelo tamanho e pela intrigante complexidade dos seus componen-



Parte superior da primeira página do jornal *Setúbal Verde* (n.º 4, outono, 1981), composto e impresso nas Oficinas Gráficas do jornal *O Setubalense*

tes mecânicos. Esses pedacinhos de chumbo eram depois laboriosamente alinhados e travados numa prancha metálica, que correspondia, no fundo, a uma página do jornal.

Muitas foram as horas passadas ao lado daqueles exímios profissionais, da composição e da impressão, revendo e corrigindo, tomando decisões acerca da arrumação desta ou daquela página, porque afinal nem tudo o que se tinha escrito ali cabia, dando indicações sobre a melhor forma de preencher pequenos e inesperados espaços em branco, e acima de tudo aprendendo, porque os tipógrafos d'*O Setubalense* não se limitavam a produzir – aconselhavam e ensinavam, com gosto!

Mas ao mesmo tempo, graças à competente disponibilidade de todos os que ali trabalhavam, e em especial à desinteressada amizade de Carlos Bordallo-Pinheiro, o ilustre diretor e proprietário, o trissemanário *O Setubalense* acompanhou sempre com particular interesse as ideias, propostas e iniciativas que emanavam do «Projeto Setúbal Verde».

Foram várias as «campanhas» que os ecologistas setubalenses protagonizaram, com sucesso e com o intuito de «mudar o que está mal e melhorar o que está quase bom»: o encerramento ao trânsito e a requalificação da Praça

de Bocage, a criação da Reserva Natural do Estuário do Sado, o encerramento das pedreiras da serra de S. Luís, que laboravam, a céu aberto, numa situação de serena ilegalidade, e assim por diante.

A todas estas iniciativas *O Setubalense* deu voz, nalguns casos com amplo destaque e num tom claramente, e talvez justificadamente, elogioso.

Deve aliás registar-se que a apetência d'*O Setubalense* pelas temáticas da ecologia e da sustentabilidade ambiental se manifestou ainda antes de terem surgido o jornal *Setúbal Verde* e a associação «Projeto Setúbal Verde». Com regularidade, na transição da década de 1970 para a de 1980, o trissemanário acolhia artigos e reportagens, assinados por alguns dos membros do Centro Juvenil de Setúbal da Liga para a Proteção da Natureza (o tal núcleo da LPN criado no Liceu), que de forma pioneira procuravam sensibilizar e consciencializar os leitores para as questões candentes, e nessa altura para muitos ainda obscuras, da conservação e valorização do património, da gestão racional dos recursos naturais, do respeito pela Natureza e pelo equilíbrio dos ecossistemas, entre outras.

Por estas razões, quem em Setúbal liderou e acarinhou o fôlego inaugural do desígnio ambientalista deve prestar homenagem aos que conduziram os destinos d'*O Setubalense* desses tempos. [FA]



Notícia do surgimento do «Projeto Setúbal Verde» (PSV). Neste número, *O Setubalense* dedicou ao PSV as suas páginas centrais, 14/12/1981

Notícia relativa à «Campanha para o encerramento ao trânsito na Praça de Bocage», *O Setubalense*, 4/1/1982



***O Setubalense* na memória da rádio local (1985)**

A história das emissões de rádio a partir da cidade de Setúbal tem para contar episódios interessantes que, todavia, apenas os amantes da rádio, como nós somos, desde há mais de meio século, consideramos histórias mesmo muito interessantes.

Nesta ocasião cumpre falar da ligação de *O Setubalense* ao nascimento da rádio local, ainda num período em que as emissões eram consideradas «piratas» e, por via disso, alvo da perseguição e de apreensão dos emissores – entre outras consequências pessoais – por parte dos Serviços Radioelétricos oficiais de então e cuja missão era, entre outras, controlar as radiocomunicações nacionais. Isto passava-se na década de oitenta do último século.

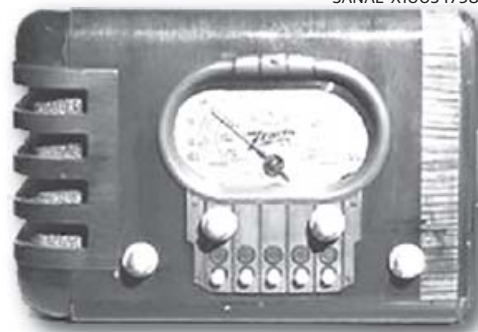
Recuemos, porém, ao pioneirismo da radiodifusão em Setúbal, levado a cabo por uma importante figura da nossa terra: Virgílio Guilherme de Sant’Anna, com o Rádio Setúbal Regional, posto emissor por ele montado, nos primeiros anos de 1930, num cómodo da sede do Club Setubalense, na Avenida Luísa Todi. As emissões, em alguns momentos com concertos em direto, chegaram a ser escutadas em povoações bem distantes no distrito de Setúbal. No primeiro desses concertos transmitido «ao vivo», domingo, dia 25 de fevereiro de 1934, participaria um Quarteto constituído por músicos locais: o pianista Rodrigo Ruas Gomes, o violinista Armando Gomes, o violoncelista Zófimo Luz e o contrabaixista Guilherme da Circuncisão.

Década de 30 do século XX: começavam, verdadeiramente, os anos loucos da rádio em Portugal, excetuadas as experiências de Abílio Nunes dos Santos, e, depois, de Américo dos Santos, nos anos 20, com a criação do posto que veio a denominar-se Rádio Graça, e a criação, em 1923, da Sociedade Portuguesa de Amadores de Telefonia sem Fio.

Na verdade, pouco depois, em 1930, viria a ser publicado o primeiro diploma legal sobre telegrafia sem fios (TSF). A partir de 1931 surgem, por todo o país,



Logótipo da Rádio Azul



Modelo de recetor de rádio

inúmeras estações de rádio a emitirem praticamente na restrita radiação do bairro em que se localizavam os seus rudimentares estúdios, ainda assim, com emissões em direto. No ano seguinte, por iniciativa do diário nacional *O Século*, teve lugar o I Congresso Nacional de Radiotelefonia.

Inicialmente, a proibição oficial de que tais estações emitissem anúncios publicitários determinou o encerramento de muitas delas, que foram dando lugar a outras com emissores de maior alcance, algumas já de expansão nacional.

1931 é o ano da criação do Rádio Clube Português. Duarte José Pacheco (S. Clemente, Loulé, 1900 – Setúbal, 1943), Ministro das Obras Públicas e Comunicações, decreta, em 1933, a constituição da Emissora Nacional, cujas emissões inaugurais ocorreriam somente em 1935, e a Igreja Católica cria a Rádio Renascença, em 1937.

Até à Revolução de 25 de Abril de 1974, o panorama radiofónico, quanto a emissoras de âmbito nacional, reduzir-se-ia às três estações emissoras referidas.

A partir da capital chegava a vastas zonas do centro e sul de Portugal, reunida nos designados Emissores Associados de Lisboa, a programação popular emitida pela Rádio Graça, pelo Clube Radiofónico de Portugal, pela Rádio Peninsular e pela Rádio Voz de Lisboa, cada uma delas em blocos horários diários alternados, através das ondas de um emissor comum.

Entretanto, a partir de 1977, e de modo clandestino, verificavam-se experiências de emissão radiofónica de pequena expansão um pouco por toda a parte. Experiências essas que perdurariam até aos anos oitenta do século XX.

Chegamos a 1985, ano em que se intensificam as emissões, ainda proibidas, da Rádio Azul, logo nos primeiros dias de julho daquele ano, o mesmo da oficia-

lização da firma cooperativa da estação, a primeira emissora de abrangência e interesse locais em todo o concelho de Setúbal. A Rádio Azul viria a ser legalizada, a partir da publicação da Lei da Rádio (1989), com frequência modulada regular atribuída e consignada para a posição 98.9 do espectro radiofónico.

Naquele primeiro dia de funcionamento da «rádio de todos os sons», feita pelos setubalenses, para os setubalenses, o jornal *O Setubalense* esteve lá, bem cedo, para contar aos ouvintes da Rádio Azul a história dos, então, 130 anos de vida deste glorioso título periódico.

Receosos, como o sol que ainda mal raiava, entrámos na casa da Quinta Tomé Dias, no caminho de Palmela, eu e o grande jornalista – da escola moçambicana de jornalismo – Valdemar Bonacho, na altura Chefe de Redação deste jornal. Teríamos de ser rápidos e estar atentos: a qualquer hora poderia chegar a brigada radioelétrica e apreender o emissor. Valdemar Bonacho fazia as perguntas ao jovem que eu era e que havia publicado, no suplemento especial da edição de 3 de julho de 1985 de *O Setubalense*, tudo quanto aprendera até então, no manuseio de antigos números, sobre a vida de um dos mais antigos jornais nacionais fundado, precisamente, em 1 de julho de 1855.

O Setubalense sempre presente para trazer a notícia, esteve também naquela hora de aventura pioneira da rádio local. Para fazer História e ser, uma vez mais, como desde há já cento e sessenta e cinco anos, uma importante reserva da nossa Memória. **[HP]**

HTTP://MORSAJANS.COM/AUTHOR/MORSADMIN/PAGE/8/



Modelo de recetor de rádio

CAPÍTULO III



**BIOGRAFIAS DE FIGURAS HISTÓRICAS
SETUBALENSES**





Adelino Augusto do Caes Esteves

(Setúbal, 31/01/1895 - Setúbal?, 07/04/1976)

Da Grande Guerra ao poder local

Filho de Galiano Augusto Esteves e de Mariana Rosa do Caes Esteves. Concluiu o Curso Secundário de Comércio no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e, apesar de não ter terminado a sua formação superior, está presente na lista dos primeiros 100 alunos matriculados no Instituto Superior Técnico. Funcionário da firma Crédit Franco-Portugais, na capital, foi mobilizado para ingressar no CEP-Corpo Expedicionário Português, em maio de 1916, incorporando o 1.º grupo de companhias da Administração Militar, por via do Regimento de Infantaria n.º 2.

Embarcou para França em Lisboa, em 27 de junho de 1917, como alferes, tendo exercido várias funções durante os dois anos em que prestou serviço no CEP: adjunto-chefe do Serviço de Administração da 2.ª Brigada de Infantaria; provisor no Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 24; provisor no Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 14; provisor da 4.ª Companhia de Pioneiros. Foi louvado pela «forma inteligente, honesta e ativa como desempenhou o cargo de provisor no Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 24» (cf. Ficha de Matrícula) e recebeu a prestigiada Military Cross, da Grã-Bretanha. Após o armistício e o regresso a Portugal, optou por voltar a domiciliar-se em Setúbal, no início de 1920, onde abriu um estabelecimento comercial de óleos e gasolina, mantendo-se a prestar serviço no 1.º grupo da Administração Militar até 1927 e na 3.ª Companhia da Administração Militar até 1932, atingindo o posto de tenente.

Esta figura setubalense, pelo prestígio militar obtido durante a Grande

Guerra, beneficiou com os regimes da Ditadura Militar e do Estado Novo, afirmando-se, gradualmente, na política local. Além de ter integrado a Comissão da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal (1930), foi um dos primeiros membros da Comissão Concelhia da União Nacional. Nos anos 30, foi um dos vereadores da Câmara Municipal que mais tempo esteve em exercício, tendo sido membro das duas comissões administrativas lideradas por Luís Teixeira de Macedo e Castro (1932 e 1935-1937) e tendo integrado uma das chefiadas por Alfredo Perestrello da Conceição (1934-1935). O irmão, Mário Caes Esteves (1898-1944), foi Governador Civil do Distrito de Setúbal (1933-1934) e, posteriormente, secretário-geral do Ministério do Interior. Adelino Caes Esteves tem o seu nome no campo de futebol do Grupo Desportivo de Lagameças. **[DF]**



FONTE: PAINEL DE AZULEJOS, CONVENTO DA ARRÁBIDA



Frei Agostinho da Cruz

(Ponte da Barca, 03/05/1540 – Setúbal, 14/03/1619)

O poeta arrábido

A parede do n.º 14 da praça Teófilo Braga, em Setúbal, contém uma lápide em que se lê: «Era aqui a enfermaria dos frades arrábidos onde, em 14 de março de 1619, adormeceu no Senhor o mavioso poeta místico Frei Agostinho da Cruz / No ano do quarto centenário do seu nascimento, a Câmara Municipal de Setúbal consagrou esta lápide à sua memória - 14.III.1940».

Embora nascido em Ponte da Barca, Frei Agostinho da Cruz tem surgido associado ao rol de poetas sadinos, pois pela sua poesia perpassam os valores destilados de uma vida de afastamento e de eremitério que, durante 14 anos (os últimos da sua vida), foi passada na serra da Arrábida, vista por

si como espaço privilegiado e dotado de espiritualidade.

A ideia de, em 1940, ter sido celebrado, na cidade do Sado, o nome de Frei Agostinho da Cruz ficou a dever-se ao setubalense Óscar Paxeco, que, na edição de *O Setubalense*, de 4 de dezembro de 1939, recordou a necessidade de a cidade se associar às comemorações alusivas ao quarto centenário do nascimento do poeta, texto que determinou o programa das comemorações sadinas (nome na toponímia, lápide no sítio de falecimento, reconstrução da cela). Entre março de 2019 e maio de 2020, Setúbal voltou a divulgar Frei Agostinho, conjugando os 400 anos da morte e os 480 do nascimento.

Nascido em 1540, tinha o nome de Agostinho Pimenta, era filho de Catarina Bernardes Pimenta e de João Rodrigues de Araújo, e foi um dos dez irmãos de Diogo Bernardes, também poeta. Criado na casa do infante D. Duarte a partir dos 14 anos, era reconhecido pela «delicadeza do seu trato, conversação, viveza e graça», fatores que, associados à capacidade de poetar, o tornavam presença desejada.

Apesar de uma vida promissora na corte, Agostinho Pimenta decidiu entrar na Ordem de S. Francisco, indo para o Convento de Santa Cruz de Sintra, onde viveu 45 anos sem querer títulos. Em 1605, depois de muita insistência, retirou-se para a Arrábida. Uma das suas amizades privilegiadas foi D. Álvaro Lencastre (1540-1626), terceiro Duque de Aveiro, com residência em Azeitão, responsável pela construção da cela que o abrigou na serra, onde viveu até 1619, ano do seu falecimento. Conforme seu desejo, foi sepultado na Arrábida, em funeral que teve grande adesão popular.

Frei Agostinho da Cruz viu muito pouca da sua obra publicada: em 1596, teve um poema como abertura do livro *O Lima*, de Diogo Bernardes, seu irmão; em 1597, em *Rimas Várias*, do mesmo Diogo Bernardes, saiu uma elegia de Frei Agostinho alusiva à morte do irmão; em 1618, no *Tratado dos Passos*, Frei Rodrigo de Deus inseriu-lhe dois sonetos e um epigrama. A divulgação da obra será feita postumamente pelo mesmo Frei Rodrigo de Deus (em 1620), por Frei António da Piedade (em 1728), por José Caetano de Mesquita (em 1771), por Mendes dos Remédios (em 1918), por Augusto Pires de Lima (em 1941), por José Régio (em 1963), por António Gil Rafael (em 1994), por Dalila Pereira da Costa (em 2010) e por Ruy Ventura (em 2019). **[JRR]**



Agripino Maia

(Alcáçovas, 16/12/1881 - Lisboa, 21/07/1930)

De polidor de móveis a artista autodidata

Em 21 de julho de 1930, *O Setubalense* inseriu um comunicado no qual a Sociedade Musical Capricho Setubalense dava conta da morte de Maia, ocorrida nessa madrugada, na ponte de embarque em Lisboa. A notícia gelou todos quantos conheciam, estimavam e admiravam aquele modesto polidor de móveis que, pelo esforço próprio, se fizera notar como desenhador nato e como músico amador apreciável.

Estava para breve a abertura da Grande Exposição Regional do Distrito, que integrava uma mostra de Arte, no antigo edifício do Liceu de Bocage (onde hoje está a Escola Secundária Sebastião da Gama). Ali, entre nomes firmados, como Veloso Salgado (1864-1945) e João Vaz (1859-1931), expunham-se alguns dos trabalhos de Maia: Agripino da Silva Maia, de seu nome completo. Era o primeiro dos quatro filhos do casal Honorato Augusto (1847-1891) e Ana Augusta (1852-?).

Em Alcáçovas seria batizado, em 12 de janeiro do ano imediato ao do nascimento, com o nome completo de Agripino da Silva Maia, e naquela localidade nasceriam os seus irmãos: Doménico Maia (1883-?), Armando Maia (1886-1959) e Maria Madalena (1891-1915). Sabemos que o pai era carpinteiro e que a mãe, quase sempre identificada como «governante de casa», fora também costureira. Após a morte prematura de Honorato (7/10/1891), a viúva e os quatro jovens órfãos rumaram a Setúbal. Era um regresso às raízes familiares, pois a mãe (Maria José) e os avós maternos de Honorato (Marcos José e Gertrudes

Magna) eram naturais das freguesias de Santa Maria e de S. Julião, em Setúbal. Agripino caminhava para os dez anos. Logo se empregou como aprendiz de polidor de móveis. Seguiu a tradição familiar: também carpinteiros haviam sido o pai, Honorato, e o avô paterno, Tomé Joaquim.

Apenas com o exame da instrução primária, Maia lograra assenhorear-se de uma invulgar cultura literária. Como artista desenhador nato e exímio que era, rumou a Lisboa e empregou-se na oficina litográfica da Companhia Nacional Editora (1899), dirigida por Roque Gameiro (1864-1935). Ali se manteve até finais de 1903. De novo em Setúbal, dotado de um espírito crítico de rara acuidade, tornou-se colaborador assíduo de uma boa dúzia de periódicos locais. Ilustrou, abundantemente, *O Sul*, «*Semanário Democrático*», e fez parte do grupo fundador do *Germinal*, hebdomadário anarquista. Para Ana de Castro Osório (1870-1935) ilustraria *Os Animais*, série de contos «Para as crianças» (1903). Na Capricho Setubalense fundou e dirigiu, na década de 1920, o respetivo sexteto de saxofones. **[CM]**



FONTE: CARVALHO, 1968: S.P.



Almeida Carvalho

(Setúbal, 05/03/1817 – Setúbal, 30/03/1897)

O fundador d'*O Setubalense*

João Carlos de Almeida Carvalho figura, muito justamente, neste volume comemorativo do 165.º aniversário d'*O Setubalense*. Se outras justificações não existissem, bastaria ter sido ele o promotor da edição, em 1 de julho de 1855, deste pioneiro título da imprensa local – *O Setubalense* – arrojada iniciativa que por pouco lhe não custou a vida.

Filho de António Coelho de Carvalho e de Ana Rita de Almeida e Silva Carvalho, João Carlos nasceu no prédio com o número 224 da antiga rua da Praia (hoje avenida Luísa Todi). Após o aproveitamento nas primeiras letras, na terra natal, viu-se nomeado ajudante de escrivão no cartório paterno, quando apenas contava 16 anos de idade. Passou, então, a conviver com o mundo forense. Mais tarde, ver-se-ia envolvido nas lutas liberais, ao acompanhar seu pai – que capitaneava um batalhão de voluntários das forças realistas – na retirada para Alcácer do Sal. Aqui, contactou com o ideário liberal e, a contragosto paterno, converteu-se-lhe. A tensão criada – por razões ideológicas – entre Almeida Carvalho e os progenitores viria a acompanhá-lo toda a vida. Quis seguir uma carreira na Marinha e quis frequentar o curso de Direito. O pai não lho permitiu. Estudando sempre, num esforço pessoal indizível, seria nomeado taquígrafo da Câmara dos Pares (1839), por intervenção do presidente desta – Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), 1.º Duque de Palmela. Manteve-se na carreira e nela se aposentou (1881). Casou (1844), em Lisboa, com Mariana Inácia Pinto de Carvalho (1820-1884), sua prima, de cuja união nasceriam duas filhas e um filho. Foi-lhe autorizado advogar nos auditórios das comarcas de Setúbal, Almada, Aldeia Galega (Montijo) e Alcácer do Sal (1855). Almeida Carvalho foi, ainda, iniciador e membro ativo da Sociedade Arqueológica Lusitana (1849), a primeira associação científica do género em Portugal, e o principal motor da fundação da Associação Setubalense das Classes Laboriosas (1855), pioneira associação mutualista local.

Deixou publicados inúmeros artigos e opúsculos. Notabilizou-se como incansável investigador e compilador da história local, devendo-se-lhe, nomeadamente, um precioso conjunto de informações colhidas no Arquivo Municipal (desaparecido no incêndio dos Paços do Concelho, em 1910). Os manuscritos guardam-se, hoje, no Arquivo Distrital de Setúbal, estando parcialmente publicados pela Junta Distrital de Setúbal, sob o título *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*. Faleceu, com oitenta anos, na casa que lhe fora berço. **[AAC/CM]**

**Américo Ribeiro**

(Setúbal, 14/01/1906 – Setúbal, 10/07/1992)

Através do olhar, capturou as memórias do quotidiano setubalense

Nasceu no segundo andar do n.º 19 da rua Antão Girão, freguesia da Santa Maria da Graça. Filho de Manuel Pereira Ribeiro e de Virgínia Amélia Ribeiro, foi registado com o nome completo de Américo Augusto Ribeiro.

Antes de começar a capturar os acontecimentos, os espaços e as gentes da sua cidade, ainda frequentou a Escola Comercial de Setúbal (1914-1925). Esta foi uma das duas escolas que se fundiram em 1925; a outra foi a Escola de Artes e Ofícios de Gil Vicente (1919-1925): as duas deram origem à Escola Industrial e Comercial de Gil Vicente (1925-1931). Esta passou a chamar-se Escola Industrial e Comercial de João Vaz (1931-1948) e, depois, Escola Industrial e Comercial de Setúbal (1948-1978), nome que se manteve até à extinção dos ensinos técnico e liceal, que passou a designar os liceus e as escolas industriais e comerciais com o nome de escolas secundárias. Foi ajudante de carpinteiro na Câmara Municipal de Setúbal e empregado de balcão numa papelaria na praça de Bocage. Inicia-se no ofício de fotógrafo em 1922, expondo as suas obras na montra do estabelecimento de Alberto Sartóris, na rua Antão Girão.

Passados cinco anos, em 1927, sai a sua primeira fotografia n' *O Setubalense*. Aqui se inaugura uma colaboração de cerca de sessenta e cinco anos. A prática de repórter fotográfico de Américo Ribeiro rapidamente galga as fronteiras da cidade do Sado. Em 1929 era fotojornalista correspondente do *Diário de Notícias* e seguem-se colaborações com outros periódicos nacionais, tais como:

O Século, O Século Ilustrado, A Bola, Record, Correio da Manhã, Diário Popular e Diário de Lisboa. Nesta qualidade, fotografou grande parte dos momentos, espaços e figuras fundamentais da história política, social, cultural e desportiva de Setúbal, entre os anos 20 e 90 do século XX.

A par desta profícua atividade de fotojornalista, em 8 de dezembro de 1936 inaugura o seu estúdio fotográfico em Setúbal, a Foto Cetóbriga (1936-1984), na esquina do largo da Conceição com a rua Major Afonso Palla. Abrirá, mais tarde, um outro estabelecimento fotográfico em Sesimbra, a Foto Améri (1960-1979). Esta sua faceta de fotógrafo local fez várias gerações de setubalenses terem os seus casamentos, batizados e outros acontecimentos pessoais e familiares registados pela lente de Américo Ribeiro.

Sendo um entusiasta e amante da fotografia, fez dela não só ofício, como, também, passatempo, registando, diariamente, através da sua lente, o quotidiano setubalense.

Deixou-nos, como herança coletiva, cerca de 16 mil fotorreportagens e mais de 140 mil espécimes fotográficos, reunidos no Arquivo Fotográfico Municipal Américo Ribeiro. **[AA]**



FONTE: ESPÓLIO DE MARIA VELEDA, BIBLIOTECA
MUSEU REPÚBLICA E RESISTÊNCIA



Ana de Castro Osório

(Mangualde, 16/06/1872 – Lisboa, 23/03/1935)

Escritora, editora, pedagoga, feminista e republicana

Filha de Mariana Adelaide Osório de Castro Cabral de Albuquerque Moor Quintins e de João Batista de Castro. Escritora, pedagoga, editora, conferencista, republicana e feminista, assume um feminismo humanista fundado na

educação e na independência económica da mulher, cuja ação se corporiza em livros, opúsculos, artigos na imprensa, traduções, conferências, comícios.

Em 1888 enceta uma atividade profissional remunerada. Em 1893 muda-se com os pais para Setúbal. Em 10 de março de 1898 casa, na Igreja de Nossa Senhora da Anunciada, com Paulino de Oliveira. Em 17 de janeiro de 1899 e em 27 de agosto de 1900, nascem, em Setúbal, os filhos João de Castro Osório de Oliveira e José Osório de Castro de Oliveira.

Estreia-se literariamente no jornal *Mala da Europa* com «Tristeza de Fim de Dia», em 9 de setembro de 1895. Em 1897 inicia a publicação de contos infantis na Livraria Editora «Para as Crianças», em Setúbal (na praça de Bocage, n.º 114). Publica-os em 18 séries de 6 fascículos cada, com várias reedições. Incluem ficção de sua autoria, traduções, textos de teatro, rescritas de narrativas orais cuja recolha iniciara em 1887. As duas últimas séries saem durante a sua estada em São Paulo, onde vive de 1911 a 1914, acompanhando o marido, aí colocado como Cônsul de Portugal.

Com Paulino organiza diversas publicações, como *Folha de Saudação aos 82 Anos de António Maria Eusébio Calafate*, 1902, e *A Nossa Homenagem ao Insigne Poeta Setubalense Bocage*, 1905. Assina centenas de textos em dezenas de publicações, assumindo a direção de algumas. A partir de 1901 publica em folheto certas palestras, como *A Festa da Árvore* e a *Cantina Infantil* (1909), vendido a favor da Associação de Alunos da Escola Liberal de Setúbal.

É iniciada como *maçon* na Loja Humanidade, em 13 de maio de 1907. É oradora no X Congresso Republicano, em 25 de Abril de 1909, realizado em Setúbal, representando a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, que dirige. Participa na génese de: Grupo Português de Estudos Feministas, 1907, Associação de Propaganda Feminista, 1911, Comissão Feminina Pela Pátria, 1914, Cruzada das Mulheres Portuguesas, 1916.

Em 26 de outubro de 1910 entrega a Afonso Costa uma «Representação» com reivindicações das feministas, como a questão do divórcio. Em 1911 confia a Teófilo Braga a petição a favor do direito de voto para a mulher economicamente independente.

Após enviuar (1914) instala-se em Lisboa. Em 1916 é nomeada subinspetora dos trabalhos técnicos femininos. Em 1920, na Lusitânia, a sua segunda editora, sai *Clepsidra*, de Camilo Pessanha, poesia que o escritor confiara «por escrito

ou verbalmente» a seu filho João. Volta ao Brasil em 1922, onde profere várias conferências. Morre em Lisboa de broncopneumonia. **[FRM]**



FONTE: ARQUIVO PARTICULAR DE ANTÓNIO CUNHA BENTO FOTOGRAFIA DE MANUEL ALDEGALLEGA (1878-1940). EM 1909



António Januário Carreira da Cunha
(Setúbal, 19/09/1882 – Lisboa, 30/03/1940)

Um farmacêutico entre a política e a investigação bacteriológica

Filho de Bárbara Joaquina Valente Cunha e de Alfredo Martiniano Carreira da Cunha (1848-1920), por muitos anos estabelecido com depósitos de tabaco, em Setúbal. Em Coimbra formou-se em Farmácia, e em Química Industrial, na Escola Brotero. De 1907 até 1923 foi proprietário, em Setúbal, da Farmácia Cunha, na rua Serpa Pinto (na parte que hoje corresponde à rua Dr. Paula Borba), onde hoje funciona a Lisboa Farma.

Em 1909 é referido como «hábil farmacêutico» que, nas horas vagas, se dedicava também à fotografia (*O INDEPENDENTE*, 1909, 22 de fevereiro). Tentou-o a efervescência política desses tempos, arrimando-se às hostes republicanas. Em 1913 militava já nas fileiras evolucionistas, o partido criado por António José de Almeida (1866-1929). A ligação de Carreira da Cunha aos republicanos locais é atestada, de novo, em 1915, por uma notícia local d'*A Folha de Setúbal* que, uma vez mais, se lhe refere como «...prezado amigo e prestimoso colega da redação».

Ainda no mesmo ano, em 8 de junho, assinou uma carta de apoio à lista evolucionista que se apresentava às eleições legislativas desse ano (*A FOLHA DE SETÚBAL*, 1915, 13 de junho). Do elenco de candidatos fazia parte o nome de António Casimiro Arronches Junqueiro. Ao lado deste emérito setubalense,

Carreira da Cunha colaboraria com o médico Fernando Garcia (1871-1931) em pesquisas que permitiriam identificar o agente bacteriológico das febres e Setúbal. Aquelas investigações foram tema para dois artigos publicados por aquele médico na revista *A Medicina Moderna*. Neles é atestada a importância da colaboração de ambos, como escreveu aquele clínico: «... dois trabalhadores infatigáveis, os Srs. Arronches Junqueiro, naturalista e colecionador da região setubalense e António Cunha antigo aluno da escola Brotero e discípulo do Prof. Lepierre, quiseram tomar à sua conta o realizar, sob a minha direção, para a parte médica, uma série de trabalhos microscópicos e bacteriológicos no sentido de descobrir o *spirocheta ictero-hemorrágico* que se julgava então ser a causa da epidemia reinante na cidade. [...]. Com um absoluto desinteresse e uma provada dedicação deitaram mãos à obra [...]. O que eu venho apresentar é o resultado dos seus trabalhos» (GARCIA, 1916 e 1919).

Em 16 de janeiro de 1918 o aplaudido homem de ciência entrou para o elitista Club Setubalense – associação ainda existente – pela mão de César de Bastos Romano Batista, dono de uma farmácia, mas, também, de cercos de pesca.

António Januário Carreira da Cunha casou com Sara Aldegundes Faria Piçã. **[CM/ACB]**



FONTE: O SÉCULO, 1931. ANTT/EPJS/
SF/00100100200976F

António Joaquim de Melo
(Cuba, 29/08/1870 – Setúbal, 17/12/1949)

Militar e presidente da Câmara de Setúbal na transição da Ditadura Militar para o Estado Novo

Era filho de Luís António de Melo e de Joana Augusta de Melo. Assentou

como praça no Regimento de Cavalaria n.º 5, em abril de 1887, com a instrução primária concluída. Durante o seu percurso militar na arma de Cavalaria, subiu, gradualmente, nos diferentes postos até entrar na classe dos oficiais, como alferes, em 1905: era 2.º cabo em 1887; 1.º cabo em 1888; 2.º sargento em 1888; 1.º sargento em 1892. Com o curso da Escola Central de Sargentos terminado, passou a ser responsável pela instrução de recrutas, merecendo louvores pela sua competência nesta matéria. Em 1891 casou com Eugénia d'Assunção Pereira Forjaz.

Este militar integrou diversos regimentos de Cavalaria no território português, nomeadamente, o Regimento de Cavalaria n.º 3, do Rei Eduardo VII de Inglaterra, ou o Regimento de Cavalaria n.º 1, dos «Lanceiros» de Victor Manuel I. Tenente desde 1909, com o desenrolar da Grande Guerra foi promovido a capitão (1915), tendo-se mantido nestes anos no Regimento de Cavalaria n.º 10. Além de ter sido chefe do serviço de recrutamento de animais e veículos da 4.ª Divisão do Exército (1924), foi comandante de grupos no Regimento de Cavalaria n.º 6 e no Regimento de Cavalaria n.º 1. Antes de ir para a reserva, em 1927, atingiu o ponto alto da sua carreira militar, ascendendo ao posto de major, em 1922.

Liderou os destinos do município de Setúbal em duas ocasiões, num período significativamente instável politicamente, uma vez que, entre 1930 e 1933, foram nomeados seis executivos camarários. O primeiro mandato, entre abril de 1931 e janeiro de 1932, ficou marcado, por um lado, pelo controlo absoluto dos poderes locais por parte dos militares e, por outro, pelas sérias consequências do *crash* da bolsa de Wall Street (1929). No segundo mandato, entre junho de 1932 e setembro de 1933, o major António Joaquim de Melo aceitou o cargo quando várias personalidades o rejeitaram, devido à incapacidade de gerir as dívidas dos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos. Os salários em atraso aos funcionários municipais, a pressão dos credores e a crise político-económica, provocada pelo aumento do imposto dos vinhos, dificultaram o âmbito da intervenção deste edil.

António Joaquim de Melo manteve a sua residência em Setúbal até ao final da vida, que terminou em finais de 1949. **[DF]**

**António José Baptista**

(Alvaiázere, ??/??/1854 – Setúbal, 12/07/1912)

Político, cacique, autarca, empreendedor

Cacique incontornável na transição de oitocentos para a centúria imediata, inteligente e de grande iniciativa, cedo granjeou fortuna e estatuto. Segundo Manuel Envia (1871-1963), «tendo firmado com o ministro das Obras Públicas do governo progressista de José Luciano de Castro (1834-1914) um contrato a longo prazo para o fornecimento de material aos caminhos de ferro do Estado [...] tornou-se, pelo contacto com elementos do Governo, um influente eleitoral de envergadura, disputando eleições, batendo o partido Regenerador e derrotando nas urnas os seus adversários» (ENVIA, 1947: 31).

Em 1889, já a imprensa local noticiava estar Baptista a concluir o seu palacete, na Quinta Nova (*O DISTRITO*, 1889, 10 de março), o qual seria residência familiar, palco de manifestações de apoio e onde receberia, sempre com fausto e alarde, figuras gradas da política local e nacional. Foi candidato derrotado a deputado (1892) e presidente do município de Setúbal por dois períodos (1892 a 1899 e 1905 a 1910), tornando-se o derradeiro monárquico à frente da edilidade.

Jogador hábil no tabuleiro do xadrez económico e político, Baptista destacou-se em várias áreas da vida local. Foi, em 1893, o introdutor da indústria litográfica – treze anos após o *take-off* conserveiro de 1880 – quando adquiriu, em Paris, e montou no já designado bairro Baptista, «a máquina Jenes, a mais perfeita para a estampania de lata para sardinha» (*Ibibem*, 1893, 13 de abril). Depois, criaria (1905), associado ao filho, Luís José Baptista, e ao litógrafo, Rafael,

«privilegiado com os créditos de artista perfeito e consumado», a Litografia Aliança, num «edifício feito de seu-pé, construído de excelentes materiais, bem acompanhado de portas e janelas envidraçadas» que lhe conferiam «o aspeto próprio e maravilhoso de uma fábrica inundada da luz do dia». Os periodistas de então e, por certo, quantos conheceram as novas instalações, pasmaram: «À noite, até o aspeto exterior é excelente, porque todo o edifício está iluminado a luz elétrica por um dínamo da força de 2000 velas» (*Ibidem*, 1905, 29 de outubro).

Deve-se-lhe, também, entre outras iniciativas: a construção do primeiro edifício próprio que o Liceu de Bocage teve (começado a construir em 1906, financiado com fundos pessoais e inaugurado, parcialmente, em 1908, ano de eleições autárquicas), demolido por ter colapsado após a abertura das fundações do novo edifício dos CTT do Bonfim, o qual se erguia onde está a Escola Secundária Sebastião da Gama; e a construção do tauródromo local – a praça D. Carlos, hoje Carlos Relvas – para o que cedeu os respetivos terrenos. Foi, ainda, proprietário do antigo Teatro D. Amélia e teve interesses nas pescas locais, nomeadamente, em armações estabelecidas na costa da Galé. **[CM]**



FONTE: ARQUIVO PARTICULAR DE JOSÉ MANUEL NORONHA GAMITO, FILHO



António Manuel Gamito

(Setúbal, 10/12/1894 – Lisboa, 02/08/1950)

O reitor que deu o segundo fôlego ao Liceu de Bocage

Nasce na freguesia da Anunciada, filho de José Manuel Gamito, Chefe dos Pilotos da Barra de Setúbal, e de Maria Isabel Vagueiro Gamito, doméstica. Faz o ensino primário na escola oficial e o secundário no liceu. Aqui é, mais tarde, professor e destaca-se como reitor.

Licencia-se em Filologia Românica (1918) e em Direito (1919) na Universidade de Lisboa e é presidente da Federação Académica. Após o Curso de Ciências Pedagógicas, inicia-se como professor liceal, exercendo, ao mesmo tempo, advocacia.

Passa pelos liceus Passos Manuel (Lisboa) e Rodrigues Lobo (Leiria), onde se efetiva pela primeira vez, e, em 1928, regressa a Setúbal, onde decorre quase toda a vida profissional.

Nomeado reitor do Liceu de Bocage, em agosto de 1929, a sua ação marca a história deste em três planos: 1.º — o das instalações, exige «a entrega do edifício completo ao liceu, urgente e inadiável». O primeiro edifício próprio, de 1908, é ocupado por vários serviços públicos após o incêndio da Câmara, em 1910, e é preciso que esses serviços dele saiam; a partir de 1938 o edifício de 1908 colapsa, devido às obras de perfuração dos alicerces dos CTT do Bonfim, e é preciso construir um novo. O processo decorre entre 1944 e 1949, ano da inauguração do edifício atual, e o reitor tem nele um papel essencial. 2.º — o do papel educativo do liceu, ao organizar «uma série de cursos noturnos, destinados especialmente à nossa população operária, alargando-se assim a ação educativa às massas populares, para o que contava já com a colaboração dos seus colegas, indo eu próprio reger uma das cadeiras». 3.º — o da categoria oficial do liceu para cumprir a «missão de primeiro estabelecimento de ensino do distrito». É a luta pela elevação à categoria de liceu nacional, para ter os três ciclos de ensino (*DISCURSO DE POSSE*, 1929, agosto). Na década de quarenta só os liceus nacionais têm o curso completo, composto pelos três ciclos. A aspiração é antiga e tem concretização entre 1921 e 1924 e entre 1925 e 1928, nessa altura com a categoria de nacional central, a única com os três ciclos, categoria que, entretanto, deixa de existir. Esta é a última batalha em que se envolve e não saboreia a vitória, que só vem em 1956, pois morre após internamento devido a doença fulminante.

À ação marcante no liceu junta-se a importância na comunidade: é juiz da Ordem Terceira do Carmo e presidente da Alliance Française. Como homem do Estado Novo, é presidente da Comissão Distrital da União Nacional, membro do Conselho Municipal e Governador Civil do distrito (1934, 1941 e 1944). Alarga ainda a atividade à produção ensaística de cariz literário. A importância social é-lhe reconhecida na toponímia da cidade, com o nome na rua entre o edifício do liceu e o estádio do Bonfim. **[MHF]**

**António Maria de Campos Rodrigues**

(Lisboa, 20/06/1832 - Setúbal, 08/06/1915)

Figura-chave nos frágeis primeiros anos do liceu

Filho de Gregório Manuel Rodrigues e Francisca Xavier de Campos, nasce em Lisboa numa família da classe média de tradições liberais. O irmão, César Augusto, almirante da Marinha, destaca-se na Hidrografia e na Astronomia: é Diretor do Observatório Astronómico da Ajuda. Ele é publicista, jornalista, professor e diretor de duas escolas que originam o Liceu de Bocage, em 1903.

Em finais dos anos 50 do século XIX fixa-se em Setúbal, terra que fez sua e por que se bate, em especial, na educação. Lê-se na notícia da morte: «foi sempre um dos elementos ativos da vida desta terra (...) era um amigo de Setúbal e um apóstolo do seu progresso, lutando [durante] mais de meio século na imprensa local (...) quase todos os melhoramentos [nesta] cidade [tiveram] o [seu] impulso» (*A FOLHA DE SETÚBAL*, 1915, 20 de junho: 1).

Funda o Liceu Setubalense em 1/10/1857 (de que é professor e diretor até 1863): a Câmara cede-lhe uma sala no Convento da Boa Hora, mobiliário e ajuda pecuniária. É o seu palco natural, pois acha que o desenvolvimento assenta na «instrução [que] é o meio que mais pode melhorar a condição material e moral do homem; tornando-se (...) comum necessidade, e nesta Terra onde ela não está entranhada no espírito do povo, torna-se muito mais» (*O SETUBALENSE*, 1857, 11 de outubro: 3). É redator-principal da *Gazeta Setubalense*, fundador e proprietário de *O Distrito*, e colaborador noutros títulos, entre 1879 e 1908: a imprensa é a tribuna onde espalha as suas ideias.

O Liceu Setubalense é uma instituição débil, tem poucos alunos, embora

Campos Rodrigues tenha criado, também, o «Curso para meninas» (*O CURIOSO DE SETÚBAL*, 1858, 13 de novembro: 3), pois acha que «não convém só educar um dos sexos, mas sim ambos, para que, crescendo com a mesma força de espírito, não vão encontrar-se, na idade futura, em inteira contradição» (*O SETUBALENSE*, *ibidem*). É uma visão pioneira, a maioria dos liceus só terá as primeiras alunas nos anos de 1880, com números residuais até 1900. Em Setúbal, em 1907 havia 20 alunas e 113 alunos.

Em 1862 é convidado pela Câmara a integrar o projeto do Liceu Municipal Setubalense, que, em 1863, resulta da fusão do Liceu Setubalense com o Liceu Municipal de Setúbal (fundado em 3/11/1858 pela Câmara Municipal, sob a direção de António José Batista Hentze, também no Convento da Boa Hora). Na nova instituição é professor até 1870 e diretor até 1884.

Após a reforma educativa de Luciano de Castro (1880) é criada a Escola Municipal Secundária, em 1884: o Liceu Municipal Setubalense é encerrado em 1885, Campos Rodrigues é professor da nova escola e, em 1886, é seu diretor até 1902, nas vésperas da criação do Liceu de Bocage, com a categoria de nacional (1903).

Aposenta-se em 1905 como professor de Desenho e morre dez anos depois. Setúbal atribui-lhe o nome a uma rua menor, num bairro periférico da cidade. **[MHF]**



FONTE: COLEÇÃO PARTICULAR DE ANTÓNIO
CUNHA BENTO. FOTOGRAFIA DE MANUEL
ALDEGALLEGA



António Maria Eusébio

(Setúbal, 15/12/1819 – Setúbal, 22/11/1911)

O calafate que foi o «Cantador de Setúbal»

Em *O Setubalense* de 28 de fevereiro de 1970, J. Santos e Silva manifestava «um natural desejo para uma reedição da obra de António Maria Eusébio».

Contudo, a obra do Calafate teria ainda de esperar uns anos até que, em 1984, a SALPA, pela mão de Arlindo Mota, publicasse uma antologia poética e, em 1985, sob a responsabilidade de Rogério Peres Claro, bisneto do poeta, comesse a ser publicada a totalidade da obra em *Versos do Cantador de Setúbal* (em três volumes, datados de 1985, os dois primeiros, e de 2008, o terceiro).

Nascido na então Rua dos Marmelinhos, António Maria Eusébio ficou conhecido pela profissão de calafate, exercida nos estaleiros dos Mestres António José Taborda e Catalão, assumida aí pelos seus 20 anos, depois de uma vida sofrida e sentida, difícil e trabalhosa, em que teve de se dedicar ao que aparecia para sustento seu e de sua família.

A sua veia criativa nunca foi afetada pelos afazeres profissionais. De memória prodigiosa, fixava os seus versos, que depois ditava para serem escritos. Animava a adega do Paulino cantando seus poemas, acompanhado à viola por Josué Costa Ferreira e à guitarra por Francisco Casimiro de Jesus, conhecido pela alcunha de «Carga de Ossos», seu compadre.

Supõe-se que o primeiro escrito do Calafate publicado tenha surgido no *Jornal de Setúbal*, em 9 e 16 de fevereiro de 1868, ação devida a Henrique das Neves (1841-1915), que, em 1901, fará sair a obra *Versos do Cantador de Setúbal*, volume de 116 páginas que incluía um prefácio de Guerra Junqueiro, e que, a partir dessa data, incentivou António Maria Eusébio para a publicação de folhetos por onde passam factos de Setúbal, comemorações, notícias do mundo, pensamentos e reflexões pessoais. Simultaneamente, foi sendo publicada, entre 1904 e 1910, a série *Recordações da Minha Vida - Décimas pelo Cantador de Setúbal*, sete folhetos com 422 décimas de cunho autobiográfico. O projeto visaria relatar a longa vida do autor, mas a cronologia só vai até 1846, quando tinha 26 anos, relato interrompido pelos acontecimentos de 1911 (falecimento da esposa, em janeiro, e do autor, em novembro).

António Maria Eusébio viu o seu valor reconhecido em vários momentos: em 1902, na homenagem em Setúbal pelos seus 83 anos, em que intervieram Paulino de Oliveira e Ana de Castro Osório, e, em 1908, quando Henrique das Neves publicou a obra *O Cantador de Setúbal António Eusébio - Apreciações críticas da sua personalidade, coligidas da imprensa e de cartas particulares*, recolha de cerca de 160 páginas indispensável para se conhecer o envolvimento que o Calafate atraiu.

Setúbal cultivou a memória do Calafate, dando o seu nome à rua em que nasceu, logo em 1912, e erigindo um monumento no parque do Bonfim, por iniciativa do Rotary Clube de Setúbal, em 29 de dezembro de 1968, com o busto concebido pelo arquiteto Castro Lobo. **[JRR]**



FONTE: MACHADO, 1961: 22



António Rodrigues Manitto

(Coimbra, 19/02/1819 – Setúbal, 18/01/1906)

Médico e autarca: um destacado setubalense de adoção

Formado em Medicina na cidade do Mondego (1844), tornou-se guarda-mor da Repartição de Saúde do porto de Setúbal (15/7/1845). Foi casado com Maria Rita da Assunção Pacheco. O casal teve duas filhas: Palmira Augusta Manitto (1858-1892) e Helena Rosa Manitto, falecida em 1887, com apenas 17 anos. Em 22 de dezembro de 1889 casou com Paulina Rosa Ferreira Torres (1852-1913).

Promoveu e impôs a vacinação e a revacinação antivariólica, contra a atitude refratária da maioria da população local, ao mesmo tempo que mandou aterrar pântanos que comprometiam a higiene e saúde públicas.

Foi também ator amador da Sociedade de Recreio Familiar e combatente na batalha do Alto do Viso, integrando o Exército Constitucional (1/5/1847). Colaboraria, com Almeida Carvalho (1817-1897), n'*O Setubalense*, que este último fundara em 1855. Entre os anos de 1866 e 1868 presidiu, pela primeira vez, à Câmara Municipal local. Voltaria entre 1870 e 1880. Durante a sua presidência a vila foi iluminada a gás, por 150 candeeiros (1870); teve lugar a inauguração do monumento a Bocage, na praça homónima (1871); foram concluídas as obras de ampliação dos Paços do Concelho (1873); iniciou-se o ciclo de «conferên-

cias pedagógicas» (1875), em que interveio Alberto Pimentel (1849-1925); foi inaugurado o Mercado do Livramento (considerado um dos melhores do país no seu tempo); foi emitida licença para venda de água nas ruas (1876); saiu a lume a *Memória sobre a história e administração do município de Setúbal* (1877), da autoria de Alberto Pimentel.

Deve-se-lhe, também, enquanto presidente do município, a construção dos cemitérios de Azeitão, Palmela e Marateca; a preparação de um corpo de polícia e o incentivo à criação da primeira corporação de bombeiros; instituiu formas de patrocinar o funcionamento do Liceu Municipal Setubalense; abriu escolas noturnas para adultos e promoveu o funcionamento de outras do ensino primário. Fundou a Biblioteca Pública Municipal; mandou abrir uma rede viária entre vários pontos do concelho; iniciou o movimento pelo prolongamento do ramal de caminho de ferro do Sado e ordenou a construção da primeira rede de saneamento da cidade.

Fez publicar um *Relatório da gerência da Câmara Municipal de Setúbal desde 2 de janeiro de 1870 até 2 de janeiro de 1880*, impresso em Lisboa, em 1880.

Foi Comendador da Ordem de Cristo. **[CM]**



FONTE: SIMÕES, 2008: 111

Armando Pereira Athayde de Medeiros

(Lagoa – Açores, 23/11/1891 – Setúbal, 20/02/1977)

Um diretor-engenheiro para a Reforma do Ensino Técnico

Filho de Jacinto Manuel de Medeiros e de Maria Alexandrina Pereira, nasce em Lagoa (S. Miguel). Provavelmente, terá feito a escola primária na vila natal e o secundário no Liceu Antero de Quental (Ponta Delgada). Mas sabe-se que

fez Engenharia Química na Universidade de Toulouse (França).

Inicia a carreira como professor provisório do ensino técnico em Setúbal, em 1925/26, na então Escola Industrial e Comercial de Gil Vicente. Nessa categoria se manterá até 1939, na mesma escola, que se passou a chamar, de 1931 a 1948, Escola Industrial e Comercial de João Vaz. De 1939 a 1941 é professor agregado, até 1948 é auxiliar, e, em 1949, torna-se efetivo (*REGISTO BIOGRÁFICO*, 1925-1961).

Em 1945 fora nomeado diretor da Escola Industrial e Comercial de João Vaz, cargo que mantém até 1949. Em 1948, o ministro Fernando Pires de Lima faz entrar em vigor a Reforma do Ensino Técnico e Profissional (que vinha sendo estudada havia sete anos), por necessidade e exigência decorrentes da abertura da economia portuguesa no pós-II Guerra Mundial e da adesão à OCDE e à EFTA. Internamente, constatará-se o atraso educacional do país e a carência de recursos humanos qualificados: «Se observarmos com olhar sereno, sem paixão e sem fantasia, o viver das nossas fontes de produção – agricultura e indústria –, depressa concluímos que ambos se mostram em nível técnico pouco satisfatório, justificando sem mais análise todos os esforços possíveis de melhoria». (*DIÁRIO DAS SESSÕES*, 1946: 62-92). Queria-se também reforçar uma via alternativa credível, que libertasse os liceus da pressão da procura a que começavam a estar sujeitos.

Neste contexto, que melhor do que um engenheiro, conhecedor do ensino técnico e seu professor desde 1925, diretor da escola desde 1945, mas também com experiência profissional fora do ensino, para dirigir a nova Escola Industrial e Comercial de Setúbal? É esta a designação das escolas técnicas após a referida Reforma de Pires de Lima. E, para Setúbal, estava previsto um novo edifício, inaugurado em 8 de maio de 1955 (no local do primeiro edifício do liceu, entretanto demolido): é hoje a Escola Secundária Sebastião da Gama. Armando Medeiros estará à frente da escola até novembro de 1961.

A par do ensino, foi diretor dos Serviços Municipalizados da Câmara de Setúbal e trabalhou como engenheiro na UEP-União Elétrica Portuguesa.

Foi agraciado com os títulos de Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo e de Comendador da Ordem da Instrução Pública (1955) e foi Membro de Honra da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Morre na freguesia de São Julião, Setúbal, aos 85 anos. **[MHF]**



Arronches Junqueiro

Junqueiro (Setúbal, 13/01/1868 – Setúbal, 28/09/1940)

O último humanista setubalense

António Casimiro Arronches Junqueiro, de seu nome completo, filho de Henrique Carlos Junqueiro (1830-1901) e de Guilhermina da Conceição Arronches (1835-1908), dividiu a infância entre uma casa da rua de S. Sebastião (hoje designada pelo seu nome), onde a família se estabelecia no inverno, e a Quinta da Laje, na Estrada das Machadas, onde eram passados os meses de estio.

Concluído o curso dos liceus, abandonou a aprendizagem formal. Beneficiando de um meio familiar intelectualmente estimulante, economicamente desafogado e, para mais, sendo filho único, estudaria guiado pelos progenitores e, depois, por conta própria. Uma incansável curiosidade, indizíveis canseiras e aturada investigação fizeram dele um exímio e reconhecido naturalista; um etnógrafo e um arqueógrafo aceite e aplaudido pelos seus pares (colaborou nas revistas *O Arqueólogo Português* e *A Tradição*, revista etnográfica, publicada em Serpa entre 1899 e 1904); um reconhecido poeta, prosador e dramaturgo; um seguro memorialista; um astrónomo amador inteligente e um artista plástico de mérito.

Foi no retiro da Lage que Junqueiro se lançou ao estudo dos valores naturais e culturais da região em que nascera. Todos os interesses cultivou, com dedicação extrema e com saber invulgar, tornando-se numa espécie de derradeiro «humanista» setubalense. Nessa tão amada tebaida – bastas vezes se referiu a si próprio como sendo um eremita – constituiu um insectário e um herbário regionais; uma coleção geológica, que ofereceria à Escola Liberal de

Setúbal (1908); uma elogiada coleção de história natural que ofereceria ao Liceu de Bocage (1921), nesse ano elevado, pela primeira vez, à categoria de «liceu nacional central» (a segunda seria em 1925). Foi, ainda, bibliotecário municipal de 1913 a 1938.

Foi republicano num tempo em que a República se afigurava, a tantos desiludidos, como a universal panaceia para todos os males e afrontas de que Portugal ia padecendo. Integraria a primeira Comissão Administrativa republicana do município setubalense (6/10/1910) com o «pelouro» da «instrução e jardins». Ocupou, depois, por diversas ocasiões, o lugar de Administrador do Concelho. Em 22 de março de 1914, assumiu a direção do periódico *A Folha de Setúbal*. Com a sua entrada verificaram-se algumas mudanças. No subtítulo do periódico, onde até então se lia *Semanário republicano* passou a ler-se *Semanário republicano evolucionista*.

Republicano por utopia e desiludido da República logo após a instauração do regime, Junqueiro aproximar-se-ia do ideário defendido pela Ditadura e, depois, pelo Estado Novo, espelhando nesta evolução, aliás, a de outros partidários do próprio regime republicano, ele mesmo internamente diverso e contraditório, que não tardaria em revelar as fraturas que comportava no seu seio e que lhe foram fatais.

Junqueiro casou com Maria Georgina de Carvalho (17/10/1888). Não teve descendência. **[CM]**

**Bocage**

(Setúbal, 15/09/1765 - Lisboa, 21/12/1805)

O poeta transgressor

A data de nascimento de Manuel Maria Barbosa du Bocage, universalmente conhecido apenas por Bocage, correu, por muitos anos, equivocada. Muitos davam-no como nascido em 7 de setembro de 1766. O bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876), querendo tirar o caso a limpo, socorreu-se dos conhecimentos de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897) – o fundador, afinal, d'*O Setubalense*, título que este volume celebra.

Filho de um advogado e de uma senhora francesa, Manuel Maria ficou órfão de mãe aos «dois lustros». Terminados os estudos iniciais, assentou praça no Regimento de Setúbal quando contava 16 anos, após o que cursou a Academia de Marinha.

Conheceu, nessa época, a vida boémia da capital, tornando-se conhecido e reconhecido improvisador, nomeadamente, entre os frequentadores do Café Nicola, ao Rossio. Em 1776, como guarda-marinha, partiria para a Índia, onde sonhou ganhar fortuna e o estatuto que lhe permitissem desposar a mulher amada. Em Goa foi promovido a tenente, passando a Damão. Desertaria dois anos depois, regressando a Lisboa em 1790.

Com indizível desilusão e mágoa, terá encontrado a amada «Getrúria» casada com Gil Francisco (1762-1834), seu irmão. Sucedeu-se uma vida de estúrdia e excessos. Viria a pertencer à Nova Arcádia, academia poética fundada, em 1790, por Domingos Caldas Barbosa (1740-1800), onde assumiu o nome de «Elmano Sadino». Desentendimentos pessoais, nomeadamente, com José Agostinho

de Macedo (1761-1831) – a quem dirigiu o implacável poema «Pena de Talião» – levaram-no ao afastamento do grupo e a zurzir os respetivos membros.

Imbuído do espírito coevo, cantaria a Liberdade e o anticlericalismo. Acabaria acusado de herético e dissoluto de costumes, sendo preso por ordem de Pina Manique (1733-1805). Seria «reeducado», em convívio com os frades de S. Bento e os oratorianos do Hospício das Necessidades.

Minado por um aneurisma, morreu com apenas 40 anos de idade e mais de 20 de genebra e noitadas, para parafrasearmos Vitorino Nemésio (1901-1978). Entre o repentismo e a ponderação, sempre irreverente e genial, foi homem do seu tempo, «preso», ainda, a convencionalismos depois superados numa ousadia que o próprio antecipou num sonho de Liberdade ansiada. Bocage foi, conforme assinalou Alexandre Herculano (1810-1877) «precursor da nova literatura feita para a praça pública e não para os salões». Viveu tão intensamente o seu tempo que em volumosíssima obra, como poeta e tradutor, deixou marca indelével nas letras portuguesas. Marca que persiste até aos dias de hoje e que, sendo nós merecedores do seu legado, perdurará. **[CM]**



FONTE: O SETUBALENSE, 26/7/1930
HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
DE SETÚBAL



Carlos Botelho Moniz
(08/05/1896 – 04/05/1952)

O Homem que fez tudo

Na primeira reunião da Câmara Municipal depois do golpe militar de 28 de maio, realizada em 9 de junho, o vereador Carlos Botelho Moniz propôs, e foi aprovado por unanimidade, que se enviasse um telegrama, que ele próprio redigiu, «de saudação ao Presidente do Ministério, fazendo votos que com o

último movimento revolucionário triunfante se inicie uma época de progresso para o nosso país».

Botelho Moniz será, também, o primeiro presidente da Câmara Municipal depois da instauração da Ditadura Militar, tendo sido um dos vereadores que já se tinha destacado na gestão da última Câmara setubalense do republicanismo. Aquando desta eleição, Botelho Moniz fora já, entusiasticamente, apoiado pela Associação Comercial e Industrial, tendo sido apresentado como «um rapaz promissor, apolítico, que será a garantia de uma boa governação».

A profecia cumpriu-se. Botelho Moniz, poucos dias após o golpe militar, pede umas convenientes férias de um mês da Câmara para se poder colocar numa aparente e maior neutralidade. Perfilavam-se já novas funções, numa posição reforçada.

Identificado com os ideais do fascismo crescente, Botelho Moniz vai enaltecer o Governo da Ditadura. Várias figuras gradas, institucionais, visitarão Setúbal, desde ministros, ao presidente do Conselho, passando ainda pelo presidente da República.

O cume da sua presidência é atingido com a Exposição Regional de Setúbal de 1930. A sua governação ficará associada a outros grandes projetos. Aposta no turismo, atividade na qual deposita as maiores esperanças. Incentiva, ainda, o projeto do novo porto de Setúbal. Várias obras públicas serão levadas por diante: introduz a luz elétrica; melhora a rede viária; desenvolve as comunicações telefónicas.

Perceciona o princípio do fim da indústria conserveira. A SAPEC será encarada como uma nova indústria a proteger, o que levantará um coro de apreensões e críticas por parte dos industriais das conservas, que temem a concorrência salarial e de condições de trabalho que a nova indústria poderia proporcionar.

Com grande habilidade política, vai conseguir gerir os conturbados tempos destes primeiros anos da Ditadura Militar. Programou o período da sua governação com grande sagacidade política, irá, igualmente, planear o fim do seu consulado com grande argúcia, escolhendo, de forma cirúrgica, o melhor momento para se afastar. Aproveitará o êxito e o grande impacto mediático, a nível regional, e mesmo nacional, que a Exposição Regional de Setúbal tinha tido.

Com um dos mais expressivos panegíricos ao ex-presidente, o jornalista Óscar Paxeco lavrará a primeira página d'*O Setubalense*, de 26 de julho de 1930, com o eloquente título «Uma homenagem – O Homem que fez tudo». **[AAC]**



Cipriano Mendes Dordio

(Cano-Sousel, 20/06/1889 - Carnaxide-Oeiras, 24/02/1974)

Singeleza, trabalho e retidão de caráter

Filho de André Dordio Mendes, médio agricultor, e Isabel Cruz Mendes, doméstica, faz a Primária na aldeia natal e o Secundário no Liceu de Évora. O irmão João é farmacêutico; Isabel é doméstica; ele licencia-se em Ciências Físico-Químicas na Escola Politécnica de Lisboa (1913). Como fizera os Estudos Preparatórios, licencia-se também em Medicina (1915).

Em 1914 estagia para professor no Liceu Central de Passos Manuel-Lisboa (5.º Grupo - Ciências) e a Medicina permite-lhe ser professor e médico durante 38 anos. Em 1916 é agregado do Liceu de Bocage e diretor do Sanatório Marítimo do Outão. Em 1919 é médico do CEP-Corpo Expedicionário Português (na I Grande Guerra). Regressa ao liceu como efetivo, onde é diretor de Classe, de Ciclo, de Instalações de Ciências Naturais e de Físico-Química, vice-reitor e reitor.

Em 1920 substitui Manuel Neves Nunes de Almeida, o primeiro reitor desde 1903 (quando o liceu se torna «nacional») até 1919 (quando este se aposenta): Dordio é reitor até 1926 e fica ligado à subida do liceu à categoria máxima: «nacional central» (1921 e 1925). A partir daqui passa a «reserva da instituição», em 1946 é vice-reitor e, após a morte inesperada de António Manuel Gamito (1950), é, de novo, reitor. Aposenta-se em 1954, mas continua na Medicina: é diretor clínico do Hospital da Misericórdia (pouco tempo) e diretor do Sanatório Marítimo do Outão (41 anos).

No liceu, onde faz uma gestão serena e segura, é lembrado por todos como bastante cordial e delicado nas maneiras, apesar de austero. Outro traço do

caráter é a singeleza do comportamento e a dedicação ao trabalho, por isso-rejeita uma homenagem com figuras da «primeira sociedade [presidira pelo] Governador Civil» (*O SETUBALENSE*, 1954, 2 de novembro: 2). Justifica assim: «O meu temperamento não se coaduna com estas manifestações (...) tenho tido (...) uma vida dedicada (...) ao trabalho e sem exteriorização de qualquer natureza» (*Ibidem*). Aceita, apenas, a festa de despedida no liceu «por se tratar de (...) camaradagem entre professores e ex-alunos [onde] trabalhei durante dezenas de anos» (*Ibidem*). Aí, perante colegas, funcionários, alunos, entidades locais e o representante da Direção-Geral do Ensino Secundário, dá a última aula e o seu retrato é descerrado no gabinete do reitor.

Tanto a vida profissional como a familiar decorrem em Setúbal, mas mantém, na propriedade agrícola do pai, no Cano, o «refúgio» onde ganha forças para a vida escolar e hospitalar em Setúbal.

Pela ação como professor e médico recebe as Comendas das Ordens da Instrução Pública, de Cristo e da Benemerência. Setúbal dá o seu nome a uma rua, sem saída, que serve apenas de acesso a garagens de prédios.

Morre na Clínica de Santa Cruz (Carnaxide) após uma operação a uma fratura do colo do fémur. **[MHF]**



FONTE: COSTA, 2011: 187



Feio Terenas

(Covilhã, 05/11/1850 – Lisboa, 28/01/1920)

Propagandista republicano, maçom, deputado por Setúbal

José Maria de Moura Barata Feio Terenas, de seu nome completo, era filho

de José Maria de Moura Barata Feio e de Maria Rosa Adelaide Terenas.

Cedo se conheceu como jornalista e como homem interventivo nas questões políticas do seu tempo.

Em 1873 tomou parte nos encontros fundadores do Partido Republicano. Após ter residido em Coimbra, onde fundou um centro republicano, que dirigiria até 1883, Terenas seria escolhido para integrar os corpos gerentes do Centro Federal de Lisboa, criado em 1881. Foi, depois, um dos organizadores do primeiro Congresso Republicano (1887), que estruturaria o Partido Republicano Português. Após o malogro do 31 de janeiro, Terenas presidiria à Junta Departamental do Sul, que promoveu a eleição das comissões municipais republicanas. Foi um íntimo colaborador de Elias Garcia (1830-1891).

Organizou as primeiras bibliotecas municipais de Lisboa e desenvolveu intensa atividade no campo jornalístico. Participou na fundação de *O Eco dos Operários* (Covilhã, 1867); *O Partido do Povo* (Lisboa, 1878); o *Diário da Tarde* (1885); *O Reformador* e *O Iniciado* (Coimbra). Foi redator de *A Democracia*, da *Galeria Republicana*, da *Enciclopédia Republicana*, de *O Século*, *A Vanguarda* e de muitos outros periódicos. Em 1882 publicou *Fröebel* – revista de educação – e, em 1902, fundou e dirigiu *O Vintém das Escolas* – tribuna de defesa e divulgação da educação cívica e do ensino laico. Esteve entre os iniciadores da primeira associação de Imprensa que se conheceu em Lisboa.

Em 1908 foi eleito deputado pelo círculo de Setúbal, ao lado de Estêvão de Vasconcelos. No Parlamento viria a defender, de imediato, a obrigação do Registo Civil. Após a vitória de 5 de outubro, seria reeleito para as Constituintes, passando, depois, para o Senado. Posteriormente, seria diretor-geral do Congresso. Em finais de 1911, o engenheiro Feio Terenas era chefe da Repartição de Viação e Obras da Câmara Municipal de Setúbal. Em novembro desse ano casou, civilmente, com Georgina de Carvalho Alves da Cunha, filha do proprietário lisboeta Tomás Alves da Cunha. Após a criação do Partido Republicano Evolucionista, Terenas aderiu à nova força política. No congresso dos Evolucionistas, em 1913, seria eleito membro substituto da Junta Geral do Distrito do partido. Deixou editada alguma prosa e poesia dispersas. **[CM]**



Fran Paxeco

(Setúbal, 09/03/1874 – Lisboa, 17/09/1952)

Setubalense polifacetado: jornalista, diplomata, professor, publicista e ensaísta

Manuel Francisco Pacheco, que passou a usar o nome de Manuel Fran Paxeco a partir de 1897, com alteração oficializada pela publicação em *Diário de Governo* de 11 de março de 1905, nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, em Setúbal, filho de José Anastácio Pacheco e de Carolina Amélia Pacheco. Faleceria em Lisboa.

Foi jornalista, diplomata, professor, publicista e ensaísta.

Iniciou-se como jornalista, aos 14 anos, na *Gazeta Setubalense* e, aos 16, fundou *O Elmano*, idade com que se alistou no Exército como voluntário, no Regimento de Caçadores n.º 1 de Setúbal.

Na imprensa local e nacional participou como dirigente ou como colaborador em *O Cezimbrense* (Sesimbra), *A Montanha* (Trancoso), *Liberdade Popular* (Cantanhede), *A Vanguarda* (Lisboa), *O Elmano*, *O Rato* e *O Setubalense*, estes últimos de Setúbal.

Na imprensa brasileira também fundou, dirigiu e colaborou em vários periódicos: *A República Portuguesa* (Rio de Janeiro), *Diário de Notícias* (Manaus), *Folha do Norte* (Belém do Pará), *Província do Pará*, *Revista do Norte* e *Pacotilha* (São Luís do Maranhão) e *O Cruzeiro do Sul* (Acre), entre outros.

Envolveu-se numa querela política que o obrigou a partir para o Brasil, onde viveu entre 1895 e 1925, ali desenvolvendo intensa atividade cultural, jornalística e diplomática, entre 1911 e 1933, como cônsul de Portugal em São Luís do

Maranhão e em Belém do Pará, com breves interrupções para desempenhar as funções de secretário particular de Bernardino Machado, quando embaixador no Rio de Janeiro, e, posteriormente, como presidente da República.

Durante a sua longa permanência em São Luís do Maranhão esteve na fundação, entre outras, da Faculdade de Direito do Maranhão, da Escola de Farmácia e Odontologia, do Instituto Ateniense e da Academia Maranhense de Letras.

Depois do regresso a Portugal foi nomeado cônsul em Cardiff (1927) e Liverpool (1928), e, a partir de 1935, é colocado no Ministério dos Negócios Estrangeiro, em Lisboa.

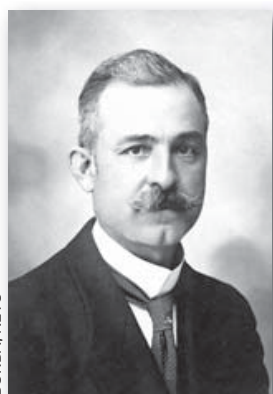
Em 1939, vitimado por um acidente vascular cerebral, fica impossibilitado de continuar a desempenhar a sua atividade profissional, pelo que é aposentado em 1944, vindo a falecer oito anos mais tarde.

Foi membro de várias associações científicas nacionais e brasileiras.

Publicou mais de 60 títulos, de que se destacam: *Setúbal e as suas celebrações* (1930), *Portugal não é Ibérico* (1932), *A escola de Coimbra e a dissolução do romantismo* (1917), *Angola e os alemães* (1916), *O sangue latino* (1897), *O Maranhão* (1913), *Geografia do Maranhão* (1923), *O trabalho maranhense* (1916); entre os inéditos que deixou, constava *Setúbal e a Província do Sado*, entretanto desaparecido, obra composta por três volumes.

É o autor da letra do hino do município de Cruzeiro do Sul (Acre).

O nome de Fran Paxeco figura na toponímia de Setúbal, São Paulo, São Luís do Maranhão e Cruzeiro do Sul (Acre). **[ACB]**



Francisco de Paula Borba

(Angra do Heroísmo, 24/03/1872 – Setúbal, 26/09/1934)

Médico humanista e 1.º Cidadão Honorário da cidade de Setúbal

Francisco de Paula Borba nasceu nos Açores, em Angra do Heroísmo. Era filho de António Vaz de Borba e de Maria Lúcia da Conceição. Fez ali instrução primária e completou o ensino secundário em Lisboa, em 1894, ingressando na Escola Médica de Lisboa, onde se licenciou em julho de 1898.

Foi em 1 de agosto desse ano que chegou a Setúbal para iniciar a sua atividade clínica. Em maio de 1899 iniciou, gratuitamente, o seu serviço clínico no Hospital do Espírito Santo, e, em agosto de 1902 foi convidado para fazer parte do corpo clínico, tendo a seu cargo a enfermaria de Santo Amaro.

Casou em 30 de agosto de 1902 com Guilhermina Amélia da Costa Botelho Moniz. Deste casamento nasceram quatro filhos, dois dos quais faleceram com poucos meses de idade, tendo sobrevivido Maria Lúcia (1902-1980) e João (1908-1977).

Interrompeu a colaboração com o hospital entre 1903 e 1907, e, em junho de 1909, é nomeado médico-cirurgião efetivo e diretor de enfermaria por concurso público. Constituiu uma comissão para criar um asilo para inválidos do sexo masculino, o Asilo Bocage, que foi inaugurado em 1913 e ampliado com quatro novas camaratas e refeitório (em 1916, 1919, 1923 e 1927).

Foi eleito Provedor da Santa Casa da Misericórdia em julho de 1917, realizando, no Hospital, uma notável obra de recuperação: com a criação de uma padaria para abastecer as Casas de Assistência da Misericórdia (1917); a constru-

ção de uma nova enfermaria e pavilhão de isolamento (1920); um novo banco e lavandaria (1921); celeiro privativo (1921); duas novas enfermarias (1932); e um posto de radiologia e farmácia (1933).

Integrou os órgãos dirigentes de diversas associações de beneficência, como o Orfanato, a Associação de Socorros Mútuos e o Asilo da Infância Desvalida. Quando os setubalenses tencionaram homenageá-lo, oferecendo-lhe uma prenda de valor, quis Paula Borba que os dinheiros para tal fim angariados, por subscrição pública, fossem empregados na construção de um Balneário Público, o qual seria inaugurado em maio de 1919 (*O SETUBALENSE*, 1919, 6 de maio). A sua notável obra de assistência, mobilizando cidadãos de todas as classes sociais, foi reconhecida em diversas homenagens públicas, tendo sido agraciado com a medalha de Mérito da Cruz Vermelha (1920), da Ordem Militar de Cristo (1922), da Ordem de Benemerência (1931). Em 16 de março de 1927 foi-lhe conferida a qualidade honorífica de Cidadão Honorário de Setúbal.

O Setubalense acompanhou de perto a sua vida e obra, marcada por um grande humanismo, e, em 6 de junho de 1934 (no seu n.º 4984), noticiou a doença grave que o tinha atingido, publicando, diariamente, até 12 de julho desse ano (n.º 5015), notícias sobre o seu estado de saúde. E, em 26 de setembro de 1934 (no n.º 5080), deu a notícia do seu falecimento, na sua residência, pelas 13,30 horas desse mesmo dia. **[FB]**



Francisco Pinto Vidigal

(Setúbal, 20/04/1883 – La Lys, 09/04/1918)

O setubalense que perdeu a vida na batalha de La Lys

Filho do tipógrafo Romão Vidigal e de Januária de Assunção Correia Pinto, casou com Sílvia da Luz Silva Sanches, em 1901, tendo dois filhos: José Vidigal e Maria Irene. Até assentar praça no Regimento de Infantaria n.º 11, em 1903, foi aprendiz de carpinteiro. A sua educação foi realizada inteiramente no meio militar, onde concluiu o 1.º e o 2.º Cursos das Escolas Regimentais de Infantaria (em 1904 e 1905, respetivamente), o Curso de 1.º Sargento (1907) e o Curso Livre de Língua Francesa do R. I. 11 (1908). No seu percurso militar até à Grande Guerra, além de ter sido atirador especial na 3.ª Companhia do 2.º Batalhão do R. I. 11 (1909), passou pelo ramo da instrução, tendo sido professor auxiliar no Curso de Habilitação para 1.º Cabo (1907-1908) e professor do Curso de Instrução (1910-1911).

A tragédia na vida deste oficial setubalense começou quando provocou o homicídio involuntário da sua mulher, com uma pistola, em finais de 1912. Depois de ter ascendido de Sargento-Ajudante (1915) a Alferes (1916), saiu – pela última vez – da sua casa no n.º 70 da rua Antão Girão, em Setúbal, para Lisboa, onde embarcaria para França, em 27 de maio de 1917. Mobilizado para o Corpo Expedicionário de Português (CEP), foi integrado no Batalhão de Infantaria n.º 2, tendo sido louvado «pelo muito zelo e constante dedicação com que desempenhou todos os serviços a seu cargo», «pela maneira inteligente, zelosa e distinta como se desempenhou do ensino de instrução que lhe foi confiada» e «pela maneira inteligente, muito zelo e dedicação com que se desempenhou da acumulação

de serviços de que foi encarregado» (*BOLETIM DO CEP*).

A derrota portuguesa na batalha de La Lys, em 9 de abril de 1918, resultou na sua morte, pelas 11 horas da manhã, por intoxicação de gases e devido a uma grave ferida na nuca, provocada por estilhaços de granada. Foi o único setubalense que perdeu a vida nesta batalha, acabando sepultado no cemitério de Saint Venant. Em homenagem *post mortem*, foi elevado a Tenente, em 27 de maio de 1920, e, por intervenção do Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes, foi atribuído o seu nome a uma rua no concelho, em 28 de abril de 1926 (*PROCESSO DE FRANCISCO PINTO VIDIGAL*). **[DF]**



Jacinto João

(Luanda, 25/01/1944 – Setúbal, 29/10/2004)

A Pérola Negra do Sado

Foi em Luanda-Angola que, ainda criança, fundou, com amigos, um clube de bairro: Os Perdidos da Bola. Com 14 anos estreou-se, oficialmente, como jogador de futebol, representando o Benfica do Congo e, posteriormente, o Atlético de Luanda. Aos 19 anos rumou a Lisboa, onde treinou e jogou na equipa de reservas do Sport Lisboa e Benfica durante 5 meses, acabando por regressar a Luanda para jogar no Futebol Clube de Luanda.

Em 1965 regressou a Portugal, dando início à sua ligação à cidade de Setúbal e à sua carreira de 13 épocas futebolísticas como jogador do Vitória Futebol Clube, entre a época de 1965/66 e a última da sua carreira de futebolista, em 1978/79. Inaugura-se, então, a jornada que transformará Jacinto João no símbolo maior do futebol do Vitória e no herói das gentes da sua cidade adotiva,

que o apelidam, simplesmente, de «JJ». Jogando a extremo-esquerdo, Jacinto João envergou o emblema sadino em 302 jogos do campeonato nacional, onde marcou 66 golos, e em 48 partidas internacionais da Taça UEFA e da Taça das Taças, apontando 5 golos. Jacinto João está, indelevelmente, ligado à «época dourada» do futebol sadino das décadas de 1960 e 1970. Marcou, inclusive, um dos mais importantes golos da história do Vitória. No dia 9 de julho de 1967, no Estádio Nacional, frente à Académica de Coimbra, apontou, aos 144 minutos de jogo, aquele que daria a Taça de Portugal de 1966/67 ao clube e que lhe granjeou a consagração junto dos adeptos setubalenses.

Jacinto João representou, ainda, a Seleção Portuguesa de Futebol em 11 jogos internacionais, entre 1967 e 1974, participando nos apuramentos para os campeonatos do mundo de 1970, no México, e de 1974, na República Federal da Alemanha, e para o campeonato europeu de 1972, na Bélgica.

O seu percurso mostra bem como o futebol no período de Estado Novo significava uma das poucas hipóteses de ascensão social das comunidades mais estigmatizadas dentro da sociedade colonial de então. Jacinto João transitou dos espaços de futebol amador dos musseques de Luanda para os grandes palcos do futebol da metrópole e até europeu.

Cidadão honorário de Setúbal, passado um ano da sua morte foi inaugurada uma estátua de bronze em frente ao Estádio do Bonfim, imortalizando aquele que «quem viu jogar não esquece; quem não viu, não sabe o que perdeu». **[AA]**

**Jaime da Silva Graça**

(Setúbal, 30/01/1942 - Lisboa, 28/02/2012)

O «magriço» setubalense

Jaime Graça é a figura setubalense mais destacada no mundo do futebol. De origem humilde, órfão de pai ainda muito novo, a mãe era modista e ele começou por ser eletricitista. Naqueles tempos a escola não estava ao alcance de muitos jovens das classes populares, que iam trabalhar para compor o orçamento familiar. Estava-se ainda muito longe da escolaridade obrigatória.

O irmão mais velho – Emídio Graça – que fez carreira no Vitória Futebol Clube, chegando a internacional, e se transferiu para o Sevilha Fútbol Club, em 1958, por mil contos (5 mil euros), era a sua inspiração, que cedo o levou a despontar para o futebol em coletividades populares setubalenses: Estrela do Sado, Independente, Beira Mar e Nacional. É destes tempos a alcunha de «O Catalunha», entre os amigos, por verem nele imitações muito parecidas com o que faziam as estrelas do Barcelona de então.

As dificuldades em obter dispensas no trabalho para os treinos levaram-no a deixar a profissão de eletricitista, na Casa Tropical, e a experimentar outra ocupação na Junta Autónoma dos Portos de Setúbal.

Jaime Graça iniciou a atividade de futebolista federado nos juniores do Palmelense Futebol Clube, onde se sagrou campeão distrital. Transferiu-se, a seguir, para o Vitória futebol Clube, na época de 1959/60. Neste clube perde a final da Taça de Portugal com o Benfica, em 1961/62 (0-3), mas desforra-se em 1964/65 (3-1), marcando um golo.

Convocado para a equipa dos Magriços que em Inglaterra obteve o 3.º

lugar no Mundial de 1966, ingressa logo a seguir no Benfica, onde faz a época de 1966/67 e continua até à época de 1974/75.

A sua passagem pelo clube da Luz foi um sucesso, pois juntou-se a um quinteto de luxo: Coluna, José Augusto, Torres, Eusébio e Simões. Durante as nove épocas no Benfica foi campeão sete vezes, ganhou três Taças de Portugal e obteve 24 internacionalizações. Ficou com a mágoa de não ter ganho a então Taça dos Clubes Campeões Europeus, pois só jogou uma final em 1967/68, em que o Benfica perdeu por 4-1 com o Manchester United, em Wembley, marcando, no entanto, o golo de honra que obrigou ao prolongamento do jogo.

Depois de sair do Benfica regressou ao Vitória do seu coração, onde ainda foi internacional mais 12 vezes e onde esteve até 1976/77, a que se seguiu uma passagem pelo Grupo Desportivo de Sesimbra, em 1978/79. Na carreira fez 419 jogos e marcou 71 golos.

Continuou ligado ao futebol como técnico da Seleção, foi adjunto de José Torres no Mundial do México, em 1986, e, no Benfica, no departamento de futebol juvenil.

Em 19 de dezembro de 1966 foi agraciado com a Medalha de Prata da Ordem do Infante D. Henrique.

Morreu no Hospital dos Lusíadas, em Lisboa, onde esteve internado durante uma semana. **[MHF]**

**Jaime Rebelo***(Setúbal, 22/12/1900 – Lisboa, 07/01/1975)*

Um setubalense anarcossindicalista e revolucionário

Nasce na Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, filho de Gonçalves Rebelo e de Leopoldina Amélia Ribeiro.

É como marítimo que começa a frequentar os círculos anarquistas de Setúbal. O seu nome começa por estar associado à edificação da Casa dos Trabalhadores do Mar. Pertence à central sindical anarquista CGT.

Em 20 de julho de 1928 é preso pela primeira vez, por ter estado envolvido na chamada Revolta do Castelo. O Tribunal Especial Militar condena-o na pena de deportação, que será cumprida em Angola e nos Açores. Regressa em 1931. Nesse mesmo ano será um dos dirigentes da longa greve geral dos marítimos, a famosa «greve dos 92 dias».

Depois do grande protagonismo nesta greve dos marítimos, de 1931, Jaime Rebelo estará associado à preparação da insurreição de 18 de janeiro de 1934, integrando o Comité Revolucionário de Setúbal.

Um ofício do Comando da PSP de Setúbal, de 2 de fevereiro de 1934, enviado ao Diretor da PVDE de Lisboa, dá conta do contexto em que ocorreu a detenção: «Faço apresentar a V. Ex.^a, devidamente escoltado, o preso Jaime Rebelo, que ontem foi detido por uma patrulha da GNR, na Serra da Arrábida, deste Distrito. Protestou não responder a coisa alguma do que lhe foi perguntado sobre os recentes acontecimentos revolucionários e, quando já se encontrava próxima a sua inquirição, iludiu a vigilância da sentinela e pode adquirir uma lâmina de máquina de barbear, com que golpeou a língua em sentido vertical. Conduzido

ao Hospital da Misericórdia desta cidade, recebeu o respetivo curativo, sendo esse ferimento suturado com oito agrafes».

Este episódio será celebrizado no poema de Jaime Cortesão, intitulado «Romance do Homem da Boca Cerrada» e no conto «Solução» de David Mourão Ferreira.

Será de novo condenado a deportação pelo Tribunal Especial Militar. Depois do cumprimento da pena participará, ainda, na Guerra Civil de Espanha.

No fim desta foi preso e, mais tarde, internado no Campo de Concentração de Gurs, em França. Em 3 de dezembro de 1940, Jaime Rebelo, atravessa a fronteira em Valência de Alcântara. Ainda no mesmo dia é preso pela PVDE, no posto fronteiriço de Marvão-Beirã.

Depois do seu regresso a Portugal, em fins de 1940, as fontes policiais deixam de registar a sua intervenção política.

Profissionalmente, Jaime Rebelo vai abandonar a dura faina no mar e, nos últimos anos da sua vida, encontrá-lo-emos como revisor de imprensa no jornal oposicionista *República*.

O seu nome foi dado a uma avenida junto ao rio Sado, ao longo do cais entre as Fontainhas e a Cachofarra. **[AAC]**



FONTE: SIMÕES, 2008: 59

João José Vaz

(Setúbal, 09/03/1859 – Lisboa, 15/02/1931)

Pintor da tranquilidade, introdutor do ensino comercial em Setúbal

João Vaz é um dos maiores pintores de paisagens marinhas da sua geração.

Encontra no Tejo e no Sado os motivos para a sua pintura de paisagens aquáticas, mas pinta também grande parte do litoral marinho e fluvial português.

Inicia-se na pintura em 1872, na Academia Real de Belas-Artes, com os professores Tomás da Anunciação (1818-1879) e Silva Porto (1850-1893). Em 1882 vai para Paris e conhece artistas de diversas nacionalidades, como o francês Jules Bastien-Lapage (1848-1884), que considera o melhor representante do naturalismo. No regresso passa pela Exposição Nacional de Belas Artes, em Madrid. É acompanhado pelo pintor António Ramalho (1859-1916) seu colega no Grupo do Leão, que introduz o Naturalismo em Portugal. Ele e Ramalho decoram os interiores do Teatro Garcia de Resende (Évora) e do Palace Hotel (Buçaco). Deixa marcas em Lisboa: Igreja da Graça, Museu Militar, Faculdade de Medicina, Palácios de Belém e S. Bento (Passos Perdidos); em Setúbal, no Teatro D. Amélia (hoje Luísa Todi). Decora as festas dos centenários da Índia e de Sto. António, dos pavilhões portugueses nas exposições internacionais e universais de Paris (1900, menção honrosa), St. Louis (1904, medalha), Rio de Janeiro (1908) e Barcelona (1929).

Participa em várias exposições: Promotora (1880, apenas com 20 anos, menção honrosa; 1884 e 1887); Quadros Modernos (organizada pelo Grupo do Leão); Exposição Industrial de Lisboa (1888, medalha de bronze; 1891 e 1899); Grémio Artístico (1892, medalha de 3.ª classe; 1895, medalha de 2.ª classe); em coletivas no Porto; em quase todas as da Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), entre 1901 e 1930 (medalha de 1.ª classe, em 1910, e de honra, em 1919).

Em 1884 vai ensinar na Escola de Desenho Industrial Afonso Domingues (criada nesse ano em Marvila - Lisboa), vindo a ser, depois, seu diretor até 1925. Em 1912 participa na comissão que reorganiza o ensino industrial e comercial no país, e, em 1914, vem para Setúbal, em comissão de serviço, para introduzir o ensino comercial na cidade. No ano letivo de 1914/15 cria o Curso Comercial Elementar na recém-fundada Escola Comercial de Setúbal, de que será diretor, a qual virá a ser integrada na Escola Industrial e Comercial de Gil Vicente, em 1925. Esta terá o nome desde 1931 até 1948.

Em 1932, a SNBA e os familiares organizaram uma exposição com mais de cem obras. No catálogo, António Arroyo (1856-1934) considera-o o «mais ilustre pintor de marinhas», com uma «paleta de perene e jovial mocidade».

Em 1949 é homenageado numa exposição retrospectiva no Salão Nobre municipal, que reúne 48 obras. Segundo *O Setubalense*, a homenagem inicia-se com uma missa na Igreja de S. Julião, celebrada pelo filho, Frei Vicente Morais Vaz (*O SETUBALENSE*, 1949, 19 de setembro: 1). No largo do Carmo (junto à avenida Luísa Todi), é inaugurado o seu busto, da autoria de José Pereira (1884-1966) – escultor e seu colega na Escola Afonso Domingues – que reproduz o que o escultor fizera em 1926 para o átrio dessa escola. Setúbal reconhecia este importante pintor e o seu contributo para o ensino técnico na cidade (PERDIGÃO, 1949: 1; *O SETUBALENSE*, *ibidem*).

Em 1957, o pintor Luciano dos Santos homenageia-o no tríptico dos notáveis de Setúbal, exposto no Salão Nobre Municipal.

Mas a grande retrospectiva da obra de João Vaz surge apenas em 2005, na Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves (1888-1965), em Lisboa, acompanhada da edição de um catálogo intitulado *João Vaz (1859-1931) – Um pintor do Naturalismo*.

Setúbal dá o seu nome a uma rua num bairro periférico da cidade. **[MHF]**



FONTE: COSTA, 2014: 118



Joaquim Brandão

(Sesimbra, 08/09/1876 – Lisboa, 22/10/1927)

Republicano, jornalista, deputado e autarca

Joaquim Preto Brandão era filho de Maria da Arrábida Preto e do comerciante e tesoureiro municipal José Maria Brandão (1820?-1900), natural de Tábua. Veio para Setúbal como guarda-livros da firma John Herlitz, Filhos & C.^a, da qual transitaria para a Isidoro dos Santos & C.ta. Em 1894, era presidente da

Academia Recreativa Almeida Garrett, inaugurada em 2 de setembro desse ano.

Em 1897 fez parte da Comissão Instaladora da Associação de Classe dos Empregados no Comércio de Setúbal (*GERMINAL*, 1910, 1 de maio). Colaborou n' *O Elmano* (1894), onde chegou a dar publicidade a um poema seu intitulado «A Crença», e onde publicou a tradução de *História de um casamento*, de Octave Feuillet (1896). Em 1899 reforçou a ligação à história do jornalismo setubalense: colaborou no número único do jornal *Arrábida*, publicado em 1 de julho e, ao lado de Luciano de Carvalho (1871-1916) e de Carlos Alves, fundou, em 15 de outubro, o «semanário noticioso, político e literário» *A Folha de Setúbal*. Em 1901, dividiu com Paulino de Oliveira e Luciano Evaristo de Carvalho a redação do «semanário democrático» *O Sul*, publicado até dezembro do ano seguinte (JESUS, 1955: 14) e foi um dos fundadores do Grupo Liberal de Setúbal. Em 1909, foi eleito 1.º Secretário da Assembleia Geral do Centro Republicano de Setúbal (*O ELMANO*, 1909, 10 de fevereiro).

Participaria ativamente no Congresso do Partido Republicano de 1909 tendo, perante os congressistas reunidos no velho teatro D. Amélia, feito «votos para que fosse aquele o último congresso realizado com a Monarquia em pé» (*O INDEPENDENTE*, 1909, 29 de abril).

Após o triunfo da revolução republicana, Brandão foi um dos aclamados para a Comissão Administrativa municipal. Seria, depois, eleito vice-presidente da Câmara. Após ocupar outros cargos, foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte, de 1911, mantendo-se até 1926. Pugnou pela criação da Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, e foi autor do primeiro projeto de lei para a criação do distrito de Setúbal. Foi secretário dos ministros Jorge de Vasconcelos Nunes (1878-1936) e António Granjo (1881-1921) e, ainda, chefe de gabinete deste último político. Foi também secretário do Ministério das Finanças e inspetor da fiscalização das sociedades anónimas de responsabilidade limitada. Ingressara, entretanto, no partido Republicano Evolucionista e, mais tarde, no Partido Republicano Nacionalista, de cariz mais conservador. Faleceu em Lisboa, após ter-se submetido a uma intervenção cirúrgica urgente. **[CM]**



José Afonso

(Aveiro, 02/08/1929 - Setúbal, 23/02/1987)

À procura da manhã clara

Filho de um juiz e de uma professora do ensino primário, José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos, conhecido por todos nós como José Afonso, ou ainda como Zeca Afonso, nasceu em Aveiro, aí tendo vivido até aos três anos.

A vida andarilha do pai juiz motivará a sua ida para Angola, em 1932. O continente africano marcar-lhe-á a infância, marca que perdurará pela vida fora.

De Angola regressará a Aveiro, em 1937, por um curto período, daí partindo para Moçambique, para a então cidade de Lourenço Marques, onde reencontrará os pais e os irmãos. No ano seguinte estará de novo em Portugal, mais precisamente em Belmonte.

O tio Filomeno, presidente da Câmara, conservador e salazarista, acolhê-lo-á até completar a instrução primária. Irá para Coimbra em 1940 a fim de prosseguir os seus estudos. Tem um percurso escolar atribulado, enquadrado por outras atividades já então marcadas pela música. Orfeão, Tuna, serenatas, espetáculos vários, multiplicam as horas de cantar. Em 1949 inscreve-se no primeiro ano do curso de Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Um casamento feito à revelia da aprovação parental e o nascimento de dois filhos ditarão um começo de vida muito difícil, em que dá explicações e fará a revisão do *Diário de Coimbra* para sobreviver. Surgem os primeiros discos com fados de Coimbra.

Os anos que se seguem serão férteis em contactos com o mundo musical e com acontecimentos que transformarão a sua vida. O divórcio apresentar-se-á

inevitável e o ensino em várias escolas será a atividade profissional desenvolvida.

Lecionará em Moçambique de 1964 a 1967, ano em que regressará a Portugal e será colocado em Setúbal.

O José Afonso que se radica em Setúbal é já uma figura conhecida. Vários discos constavam já do seu currículo, desde «Menino do Bairro Negro» a «Vampiros», entre outros mais. Terá sua primeira casa no Montalvão, o mais central dos bairros setubalenses. E central será também a sua ação enquanto elemento aglutinador da oposição ao regime. O Clube de Campismo, centro associativo que sob esta denominação anódina funcionava como uma espécie de «toca» oposicionista, contará com a sua presença ativa. Já expulso do ensino, será, em 1968, também um dos fundadores do Círculo Cultural de Setúbal, associação cívica a quem a cidade tanto ficou a dever, enquanto vanguarda de oposição e resistência ao regime. Tudo isto a par da sua atividade enquanto cantor. Será já em Setúbal que a maior parte dos seus discos serão editados. Aqui viverá até à sua morte.

A obra de José Afonso é referência maior da nossa cultura musical. Constitui património de inextinguível grandeza e integra o que de mais valioso se contém na música portuguesa do século XX. **[AAC]**



FONTE: JORNAL DE AZEITÃO, 1919, 2 DE NOVEMBRO



José Augusto Coelho

(Vila Nogueira de Azeitão, 07/02/1865 - Vila Nogueira de Azeitão?, 25/04/1919)

Republicano, proprietário, autarca, benemérito

Filho do conceituado proprietário azeitonense António Coelho e de Maria Salomé (1828?-1915), nasceu em Vila Nogueira.

Foi proprietário, agricultor e vinicultor. Descrito como homem modesto, amante da terra natal e avesso a homenagens, Augusto Coelho foi um fervoroso cultor da Música e do Canto, participando em inúmeras atuações. Foi um dos fundadores da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, em 23 de abril de 1882, grupo ainda hoje existente e ativo. Dirigiu e ensaiou o efémero Grupo de Bandolinistas 17 de fevereiro. Mais tarde, a sua delicada sensibilidade, a que a prática musical não será estranha, fê-lo floricultor esmerado.

Foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nogueira, vereador e, depois, membro do Senado Municipal. Como republicano convicto, foi eleito, em julho de 1909, membro efetivo da Comissão Municipal Republicana (*O ELMANO*, 1909, 10 de julho) e integraria a primeira Comissão Administrativa do Concelho de Setúbal, aclamada em 5 de outubro de 1910. Então assumiu, naturalmente, o pelouro dos assuntos de Azeitão. Manteve-se no cargo até 1912. Viria a aderir ao Partido Evolucionista, sendo eleito em listas desta força republicana moderada, criada em torno da figura carismática de António José de Almeida.

Viria a falecer vitimado por «tifo exantemático». Ao noticiar a morte do emérito cidadão de Vila Nogueira, *O Setubalense* referiu-se-lhe como «o amigo protetor da pobreza de Azeitão» e sublinhou o «caráter probo», a «retidão incontestável», a «alma de criança amável» do extinto: «uma alma de homérico paladino da causa republicana». Ainda segundo o mesmo periódico «nele tinha o regime da Democracia um dos seus mais audazes combatentes, mas sempre duma retidão de português antigo». Em 2 de novembro de 1919 teve lugar uma «manifestação fúnebre à memória do grande republicano», promovida pelo Perpétua Azeitonense, em que se incorporaram as escolas oficiais da vila, o grupo dramático de que o homenageado fora ensaiador, os grupos republicanos locais, empregados municipais e inúmero povo. Junto à campa do «malogrado republicano» tomaram a palavra o agrónomo Joaquim Rasteiro (1866-1931) e o deputado Joaquim Brandão (1876-1927). Este evocou «o companheiro habitual nas horas incertas da propaganda pelo ideal republicano, que chegara a ver concretizado, embora não como o havia idealizado» (*O SETUBALENSE*, 1919, 3 de novembro).

O nome de José Augusto Coelho está perpetuado na toponímia local, na extensa artéria que liga Vila Nogueira de Azeitão à Aldeia de Irmãos. **[CM]**



José Bernardo

(Celorico da Beira ou Setúbal, ??/??/1907 ou 1908 – Setúbal, (29/11/1987)

Um dirigente libertário local no 18 de janeiro de 1934

Filho de Pedro Bernardo e de Adelaide Ferreira, nasceu – segundo a documentação policial – em 1908, na freguesia de Prados, em Celorico da Beira. Segundo outra investigação, terá nascido em Setúbal, no primeiro dia de 1907. (FREIRE, 2013, p: 45).

Soldador na Sociedade Mecânica Setubalense, desportista no S. Domingos FC e dirigente anarcossindicalista, foi um dos membros da 1.ª direção do Sindicato Único dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal, entre 1931 e 1932, representando a sua classe. Abandonou este cargo depois de ter sido perseguido por se manifestar contra o lançamento do desconto salarial de 2% para o fundo de desemprego. (*MANUSCRITO 2755 DE JORGE QUARESMA*).

Residente no n.º 3 (ou no n.º 22) da rua da Alegria, na cidade do Sado, era casado com Irene de Jesus quando foi preso pelo Comando Distrital de Setúbal da PSP, em 11 de janeiro de 1934, por estar envolvido na preparação da greve geral revolucionária de 18 de janeiro seguinte. Esta iria protestar contra a «fascização dos sindicatos» e o Estatuto do Trabalho Nacional, publicado meses antes. A detenção ocorreu depois de o comité setubalense, no dia 7, e com o auxílio de Jaime Rebelo, ter testado – na zona do Moinho Novo – uma das cerca de 60 bombas que tinham adquirido para destruir os meios de comunicação locais. Para além deste engenho explosivo, o comité de que fazia parte José Bernardo difundiu diversos manifestos e propaganda clandestina, apelando à participação na greve.

Em 10 de outubro de 1934 foi julgado no Tribunal Militar Especial, acusado de, entre dezembro de 1933 e janeiro de 1934, «fazer parte do Comité Grevista Revolucionário de Setúbal, tendo efetuado várias reuniões nos arredores daquela cidade, preparatórias de um movimento revolucionário grevista contra o Governo constituído.» (*CADASTRO N.º 6981 DA PVDE*).

José dos Cabritos, alcunha deste libertário, após ter permanecido em diferentes calabouços, nomeadamente, no Aljube (setembro - dezembro de 1934), em Peniche (dezembro 1934 - junho 1935) e em Angra do Heroísmo (junho 1935 - outubro 1936), foi condenado a pagar uma multa de 6 mil escudos e a 3 anos de degredo. Em 17 de outubro de 1936 embarcou para a Colónia Penal do Tarrafal, onde permaneceu quase 4 anos, sendo libertado apenas em 15 de julho de 1940 (*REGISTO GERAL DE PRESOS*, livro n.º 2, Preso n.º 246). **[DF]**



FONTE: REGISTO GERAL DE PRESOS, LIVRO N.º 28, PRESO N.º 5508. ANTT - ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, PIDE/DGS, SERVIÇOS CENTRAIS



José Manuel Alves dos Reis

(Setúbal, 17/02/1894-Tarrafal, 11/06/1943)

O setubalense que perdeu a vida no Tarrafal

Filho de José Francisco Alves dos Reis e de Maria da Conceição, casou com Adélia Augusta da Conceição Alves dos Reis e teve três filhos. Foi marceneiro durante vários anos antes de conseguir juntar uma pequena quantia para se tornar proprietário de uma taberna (café) na Estrada Nova (Montijo). Residia na antiga rua França Borges, na mesma localidade, quando foi preso em casa por ordem do administrador do concelho do Barreiro, em 13 de dezembro de 1936.

Da sua prisão, e respetivo interrogatório, resultou a detenção de António Augusto Russo, de Sebastião Salvador Rosinha e de José Ricardo do Vale, todos

acusados de serem comunistas e detentores ou distribuidores de bombas de choque. Apesar das discrepâncias no relato dos acontecimentos por parte destes presos políticos, o relatório da PVDE sublinha – além das conhecidas ligações destes homens a elementos envolvidos no 18 de janeiro de 1934 – que foram apreendidas oito bombas nas residências dos dois primeiros, depois de o terceiro as ter recebido de um indivíduo que escapou à polícia. Este material explosivo tinha como destinatário o estabelecimento comercial do setubalense, importante espaço de sociabilidade e de receção de imprensa clandestina (e. g. *A Batalha*). José Manuel Alves dos Reis assegurou que um seu funcionário é que recebeu a caixa que continha as bombas, em meados de 1934, e que rapidamente, sem propósito criminal, se quis desfazer destas, acabando por as distribuir às figuras mencionadas.

Este preso político sadino esteve detido no Aljube e em Peniche, entre dezembro de 1936 e junho de 1937, até ser deportado para o Tarrafal, em 12 de junho daquele último ano. Durante este período, a sua família passou grandes dificuldades económicas e sociais, principalmente por dois dos filhos se encontrarem doentes e a esposa não ter possibilidade de sustentar a família. Segundo o diário do deportado Manuel Francisco Rodrigues, os anos de trabalho forçado e o cárcere geraram sérios problemas de saúde ao setubalense, nomeadamente no estômago. A negligência e desprezo dos médicos foram uma constante em Cabo Verde, tendo estado oito meses na enfermaria sem auxílio clínico. (RODRIGUES, 1974: pp. 118-123). Sem culpa formada e sem nunca ter estado perante um juiz, permaneceu em Cabo Verde até à sua morte, vitimado por tuberculose. José Manuel Alves dos Reis representa, na história de Setúbal, um dos maiores exemplos da repressão e do lado mais negro do fascismo português (constituindo um eloquente desmentido das tentativas de branqueamento do mesmo). E é uma figura que permaneceu olvidada no limbo da nossa memória coletiva. **[DF]**

**José Maria da Rosa Albino**

(Setúbal, 07/05/1864 – Setúbal, 05/09/1941)

Empresário, filantropo e autarca

Filho de Agostinho Maria Albino e de Maria Teresa da Rosa, neto de Agostinho Rodrigues Albino, personalidade de peso no comércio do tabaco e grande proprietário. Em 28 de novembro de 1889, Rosa Albino casou com Adelaide Júlia da Costa Botelho Moniz, filha de Júlia Amélia da Costa e João Carlos Botelho Moniz. O casal teve como descendentes Agostinho, João Carlos, José Eduardo, Júlia Amélia, Lucinda e Berta Albino.

Proprietário de relevo em Setúbal e Elvas, empresário, filantropo e uma das figuras mais relevantes e bem-amadas da sociedade setubalense do seu tempo, José Maria da Rosa Albino deixou a sua marca na história local como defensor acérrimo das virtudes da cidade de Setúbal e da excelência do património natural e cultural que a envolve.

Com a imagem pública junto dos seus contemporâneos de homem de carácter exemplar, ao seu nome foram frequentemente associadas virtudes como franqueza, cavalheirismo e afabilidade, Rosa Albino demonstrou, ao longo da vida, uma acentuada devoção a Setúbal e à assistência social aos seus concidadãos. Desempenhou funções como Provedor da Santa Casa de Misericórdia, fundou o denominado Grupo Samaritano e, durante trinta anos, liderou o Asilo da Infância Desvalida, instituição à qual a esposa – Adelaide Botelho Moniz Albino – dedicou igualmente tremendos esforços.

Rosa Albino foi também uma referência na vida social setubalense. Encabeçou durante quase quatro décadas as Festas da Senhora da Arrábida,

fundou e foi presidente do Clube Tiro-Tauro, promovendo, igualmente, ao longo dos anos, numerosos e concorridos encontros e animações nas quintas dos Marmelinhos e d'Azeda.

Como empresário, geriu (em sociedade com Augusto de Matos Alves, o qual foi durante algum tempo marido de Júlia Amélia Albino) uma popular tipografia e papelaria, promovendo, também, espetáculos no Casino Setubalense e no Teatro Luísa Todi.

Rosa Albino desempenhou igualmente funções como vereador da Câmara de Setúbal e presidente da Direção da Associação Comercial e Industrial.

No campo da imprensa, Rosa Albino foi colaborador de periódicos como o *Jornal de Estarreja* e *O Recreio*. Em Setúbal, destacou-se como fundador e diretor honorário do jornal *A Mocidade* (publicado entre 1905 e 1924), no qual o filho, Agostinho Botelho Moniz Albino, desfrutou logo aos 11 anos de idade dos títulos de proprietário, administrador e jornalista. **[PF]**



FONTE: A FOLHA DE SETÚBAL, 1915, 27 DE JUNHO



Leonardo Duarte Júnior

(Setúbal, 05/11/1859 – Setúbal, 21/06/1915)

Republicano, jornalista, autor e ator amador

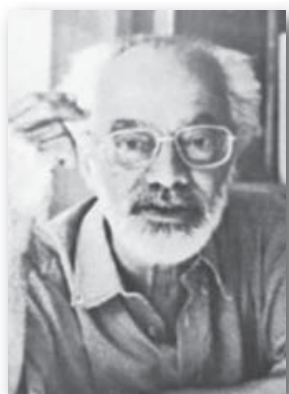
Em 1875, ao inscrever-se na Associação Setubalense das Classes Laboriosas, é identificado como sapateiro. Anos depois (1888) teve uma sapataria na rua da Cruz (atual rua Frei Agostinho da Cruz). Depois, seria funcionário da Alfândega local (1890) e tesoureiro municipal (após 1897). Esteve, ainda, ligado à atividade piscatória, participando em algumas firmas locais. Foi como jornalista que inscreveu o seu nome nos Anais setubalenses. Integrou a redação do pe-

riódico *A Estreia*, saído dos prelos em 25 de abril de 1886 e, depois, colaborou no bissemanário *O Sadino* (1888). Dirigiu e foi proprietário d'*O Elmano* (1893).

É referido como amador dramático (1891), como estando ligado à Empresa de Recreios Setubalense (1897) e ao Antigo Círio da Arrábida (1905). Entre muita colaboração nas páginas das folhas locais, publicou o conto *Um coração generoso* – «um quadro de costumes da classe piscatória» (*GAZETA SETUBALENSE*, 1890, 28 de dezembro; *Ibidem*, 1891, 4 de janeiro). Foi autor das cenas cómicas *A Falta de trocos!* (1891), que seria representada, no Bocage, pelo ator Amado, com música do maestro José Luciano de Carvalho (1838-1897), e *Eu sou assim!* (1907), monólogo para ser recitado por Horácio Campos. Do seu punho saíram, ainda, umas *Impressões de viagem a Sevilha, Gerez e Cadiz* (1891) e a «chalaça em verso» *O Benjamim* (1901).

A militância republicana desenvolveu-a na imprensa local, como jornalista multifacetado que era. Por ocasião do falecimento escreveu-se n'*A Folha de Setúbal*: «Leonardo Duarte Júnior, atualmente filiado no grande Partido Evolucionista, era um liberal de boa têmpera e um dos velhos soldados da República, dos tempos em que por tais ideias se sofria, amando os princípios democráticos sem que a sua mão se tivesse sujado jamais no carvão com que liberais da última hora escrevem hoje sobre a palavra *República* a palavra *Demagogia*. [...]. Dentro do Partido Evolucionista, a que pertenceu desde a sua fundação, prestou os melhores serviços, como correligionário de valor, que não receava afirmar as suas opiniões e fazê-las respeitar como ele respeitava as dos outros. Foi presidente do Centro Evolucionista de Setúbal e, à data da morte, era membro da Comissão Municipal do mesmo Partido» (*A FOLHA DE SETÚBAL*, 1915, 27 de junho).

Foi casado com Palmira do Carmo Duarte (1861-1925) de quem teve por descendente o advogado Ernesto Leão da Cunha Duarte (? - 1941). **[CM]**

**Lima de Freitas**

(Setúbal, 22/06/1927 - Lisboa, 05/10/1998)

Lima de Freitas, mestre da pintura

«Nesta casa nasceu Mestre Lima de Freitas em 22 de junho de 1927». Assim diz a lápide na fachada do prédio n.º 25 da praça do Quebedo, em Setúbal, desde 22 de junho de 1997, data do 70.º aniversário do pintor.

Filho de Maria Nazaré Lima de Freitas e de David Afélio de Freitas, batizado José Lima de Freitas, viveu a infância em Faro e em Évora e, com 18 anos, foi admitido na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Em 1946, já participava numa exposição coletiva e «privada» no atelier de João Abel Manta.

A sua primeira exposição individual ocorreu em 1950, na Sociedade Nacional de Belas Artes, e logo Leitão de Barros considerou que Lima de Freitas lembrava «o Almada revolucionário, quando apareceu». A partir daí, o seu percurso não mais se desligou da arte. Foi tradutor de romances policiais e autor da ideia da coleção de ficção científica «Argonauta», ilustrou obras como *Os Lusíadas*, *Dom Quixote* e outras de autores como Aquilino, Bocage, Régio e Dante. Viveu em Paris (1956) e na Dinamarca (1964), dirigiu o IADE (1969), desempenhou funções na Secretaria de Estado da Cultura (1976), participou na Bienal de Artes de Vila Nova de Cerveira, foi condecorado pelo governo francês com a *Ordre du Mérite* (1980) e pelo presidente da República Portuguesa com o grau de comendador da Ordem de Santiago da Espada (1997). Foi ainda autor de obras literárias como *Pintura Incómoda* (1965), *Voz Visível* (1971), *O Labirinto* (1975), *Almada e o Número* e *As Imaginações da Imagem* (1977).

A primeira vez que expôs em Setúbal foi numa coletiva de pintores setuba-

lenses, inaugurada em 25 de julho de 1960, aquando do primeiro centenário da passagem de Setúbal a cidade. Seis anos depois, em outubro, foi a exposição individual no Museu da Cidade, com cerca de centena e meia de peças, em cujo catálogo Arquimedes da Silva Santos classificava o pintor como «um artista de formação renascentista - plástico multiforme, escritor e ilustrador de escritores, atento à aventura científica e ao destino do Homem».

Várias foram as exposições em que participou em Setúbal – Casa de Bocage (1974), Museu de Setúbal (1987), Galeria Conventual (1993) –, mas a mais importante foi a retrospectiva levada a cabo em 1984, no Museu da Cidade, organizada por Fernando António Baptista Pereira, que, no catálogo, considerou a obra deste pintor «a mais bela viagem feita por um português aos labirintos que povoam os diversos andares da nossa vida mental e cultural».

A tela de Lima de Freitas mais conhecida pelos setubalenses será, sem dúvida, o quadro alegórico sobre S. Francisco Xavier, exposto no salão nobre dos Paços do Concelho desde 3 de dezembro de 1967, que *O Setubalense* do dia seguinte apresentou como «obra rica de colorido e admirável pelo significado dos elementos que nela se encontram figurados». **[JRR]**



FONTE: INTERNET, ACESSO LIVRE



Luciano dos Santos

(Setúbal, 25/03/1911 – Lisboa, 12/12/2006)

O triunfo da vontade sobre as agruras da vida

Luciano Pereira dos Santos nasce na freguesia de S. Sebastião. Órfão de pai e mãe aos sete anos, é um caso exemplar de sucesso pessoal quando a situação familiar prenuncia o contrário.

Ingressa no Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais e aí faz o ensino primário. Entre 1924 e 1929 estuda na Escola de Artes e Ofícios de Gil Vicente e na Escola Industrial e Comercial de Gil Vicente (dois dos vários nomes da primitiva Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia, criada em 1888, que termina como Escola Industrial e Comercial de Setúbal, entre 1948 e 1978).

Em agosto de 1929 realiza a primeira exposição de pintura e desenho no cineteatro Luísa Todi e funda o Grupo Alma Nova – com Celestino Alves (1913-1974), Álvaro Perdigão (1910-1994) e Carlos Alberto Ferreira Júnior (1906-1997) – que organiza a 1.ª Exposição de Artes Plásticas no Liceu de Bocage, em 1930 (*A INDÚSTRIA*, 1929, 13 de dezembro: 2). Nesse ano ingressa no curso de pintura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL), que conclui em 1937, para o qual tem bolsas de estudo da Câmara Municipal, da Junta Geral do Distrito e a pensão Ventura Terra, concedida pela ESBAL.

É professor do ensino técnico na Escola Industrial e Comercial de João Vaz-Setúbal (1939/40), na Escola Industrial Machado de Castro-Lisboa (1940/41) e na Escola Industrial Afonso Domingues-Lisboa (1941-1945), dedicando-se, a partir de então, apenas às artes plásticas.

Entre 1934 e 1948 recebe diversos prémios e bolsas de estudo e, em 1951, o Instituto de Alta Cultura dá-lhe uma bolsa para estudar em França (Paris e Dinan), Bélgica (Bruxelas, Bruges, Gand, Antuérpia e Namur) e Países Baixos (Amesterdão, Roterdão, Haia e Delft).

Realiza exposições individuais em Portugal, de norte a sul, e Espanha (Madrid, Barcelona e Palma de Maiorca). Participa em 17 exposições de Arte Moderna do SNI-Secretariado Nacional da Informação (criado em 1933 por António Ferro). A sua obra integra a exposição de arte portuguesa da década de 1940, da Fundação Calouste Gulbenkian (1982). Nos anos 90 tem duas exposições retrospectivas: uma, no Salão Nobre do município e no Convento de Jesus, promovida pela Câmara Municipal de Setúbal (1992); outra, na ala sul do Mosteiro de Alcobaça, promovida pelo Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico e pelo Museu de Alcobaça (1993). No centenário do seu nascimento, a edilidade setubalense organiza várias atividades comemorativas.

Além da pintura pública (p. ex., a imagem de S. João Batista, da Basílica da Estrela-Lisboa), produz estatuária (os bustos de Bocage e de Luísa Todi que estão em Alcobaça) e medalhística (a medalha de bronze de Luísa Todi, na fachada

da casa onde a cantora lírica nasceu). Está representado em diversas coleções públicas e particulares de inúmeras instituições: museus nacionais (do Chiado-Lisboa; Soares dos Reis-Porto; Machado de Castro-Coimbra), museus locais (da Cidade-Lisboa; José Malhoa-Caldas da Rainha; de Setúbal-Convento de Jesus e de Amarante) e estrangeiros (Arte Moderna-Madrid). Assim como em embaixadas; câmaras municipais; universidades; igrejas; fundações; hotéis; palácios de Justiça; bancos; na Sociedade Nacional de Belas Artes (Lisboa); etc.

Em Setúbal, podem ainda contemplar-se outras obras suas: a pintura de fresco no átrio da então Escola Industrial e Comercial (1955); a pintura a óleo do tríptico dos setubalenses ilustres no Salão Nobre municipal (1957); o painel cerâmico (baixo-relevo policromado) na entrada do Mercado Nossa Senhora da Conceição (1959) e o painel cerâmico (baixo-relevo policromado) no Hotel Esperança (1964).

Na cidade natal é alvo de homenagens de diversas instituições: Câmara Municipal (Medalha de Honra da Cidade, Classe Arte – 1985; Escola Secundária Sebastião da Gama – 1992; Universidade Popular de Setúbal – 1997; LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão – 2002, 2011 e 2016; Uniseti-Universidade Sénior de Setúbal (em colaboração com o CEB-Centro de Estudos Bocageanos), 2016. Luciano dos Santos morre aos 95 anos. **[MHF]**



FONTE: COSTA, 2014: 107

Luís Faria Trindade

(Lisboa, 04/12/1885 - Lisboa, 02/01/1963)

Jornalista, republicano, contestatário moderado

Luís Faria Trindade é um nome incontornável da imprensa setubalense. Tornado do Brasil para onde emigrara jovem e pleno de anseios, fez-se periodista n'O

Mundo e n'O Século, onde conviveu, por certo, com os carismáticos França Borges (1871-1915) e Sebastião de Magalhães Lima, fundador do jornal (1850-1928).

Uma vez em Setúbal, aonde arribou por 1916, Trindade envolveu-se no meio jornalístico local. Logo em 14 de setembro, o seu nome figura como diretor do reaparecido título *O Setubalense* (10 de agosto) – designação do nosso primeiro periódico, um dos mais antigos do país, surgido em 1 de julho de 1855. Naquele ano publicavam-se na cidade três títulos: *O Elmano* (desde 1893), *O Trabalho* (desde 1900) e *A Mocidade* (desde 1905). Então, juntaram-se-lhes: *O Chapéu Sadino* «jornal com pretensões a humorístico» (número único, de cariz publicitário, publicado pelo Carnaval), *A Propaganda* (13 de janeiro), *O Correio do Sado* (27 de março) e *O Setubalense* (10 de agosto), ressuscitado, após quase seis décadas de ausência. Logo no 11.º número (14 de setembro) Trindade é seu diretor. Viria a publicar-se como bissemanário, trissemanário e, depois, como «diário da noite». Conhecendo várias peripécias, sobreviveria sob a influência de Trindade, até 31 de maio de 1955, o que significa que este manteve atividade direta no jornal por cerca de 38 anos. Formado em equipas genuinamente republicanas e tendo a acompanhá-lo, no projeto jornalístico sadino, homens como Manuel Reimão, Manuel Luís de Figueiredo ou César de Oliveira, não surpreende que tenha imprimido ao seu periódico um cunho contestatário, ainda que de uma contestação mitigada, misto de republicanismo ideal e de concessões a propostas-outras que a tantos se afiguraram como soluções para o impasse em que caíra a I República.

Em 7 de fevereiro de 1927 teve lugar, em Lisboa, a primeira revolta contra a Ditadura, um dos episódios do «reviralhismo» que marcaria o quotidiano político nacional até 1931, numa tentativa de regenerar o regime, fazendo regressar o que de operacional se mantinha do «bloco social do 5 de Outubro», ou – vistas as coisas por outro prisma – significando a agonia da própria I República. (ROSAS, 2010: 81-82). Dois dias antes, em 5 de fevereiro, *O Setubalense* saía para as bancas antes de ser suspenso, por imposição da Ditadura.

Trindade viria a ser acusado de envolvimento no movimento de 7 de fevereiro e, por isso, julgado em tribunal especial em 19 de maio de 1928, sendo absolvido. Então, foram ainda julgados Bertoldo Camacho Santos Ferro e Afonso de Macedo e Castro (*A INDÚSTRIA*, 1928, 25 de maio).

Luís Faria Trindade foi, ainda, proprietário do efémero «semanário com

pretensões a humorístico» *O Zé de Setúbal* (1918) e diretor-gerente da «revista quinzenal ilustrada» *Cetóbriga* (1926). **[CM]**



FONTE: MOREAU, 2002: S.P.



Luísa Todi

(Setúbal, 09/01/1753 – Lisboa, 01/10/1833)

Uma cantora de Setúbal para a eternidade

Luísa Rosa de Aguiar nasceu no bairro do Troino, freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, Setúbal. Filha de Manuel José de Aguiar, professor de Música, e de Ana Joaquina de Almeida, cedo entrou no mundo da música.

A família muda-se para Lisboa em 1765 e, aos catorze anos, Luísa Rosa tem o seu primeiro contrato como atriz, na companhia do Teatro do Conde de Soure, onde a irmã, Cecília Rosa, já atuava e para o qual seu pai trabalhava como copista e criador de composições musicais. Foi aí que conheceu Francesco Saverio Todi, primeiro-violino da companhia italiana do mesmo teatro. Casam em 28 de julho de 1769, na igreja de Nossa Senhora das Mercês, e deste casamento nasceram três filhos e três filhas. Será por influência do marido que a atriz enceta as aulas de canto com David Perez, compositor conceituado e mestre de capela da corte portuguesa, que a conduziram a abandonar a ópera cómica e a dedicar-se, exclusivamente, ao género operático.

A viver no Porto desde 1772, como intérprete e professora de canto lírico, cria boas relações com a colónia britânica. Destes contatos surge o convite para cantar no King's Theatre de Londres, em 1777, dando início à sua carreira internacional.

Luísa de Aguiar Todi foi uma das maiores artistas líricas da sua época, estatuto que lhe proporcionou o convívio com algumas das principais cortes europeias,

como a de Frederico II da Prússia ou a da imperatriz Catarina II, a quem Luísa dedica o libreto da ópera *Pollinia*, por si criado durante a sua estadia na Rússia (1784-88). A sua carreira profissional afirmou-se, também, em importantes casas de espetáculos onde acumula sucessos junto do público e da crítica em muitas cidades europeias, como Paris, Turim, Viena, Berlim, São Petersburgo, Varsóvia, Bona, Moscovo, Veneza, Madrid ou Nápoles, terminando esta sua carreira internacional em 1799.

Regressa a Portugal e fixa residência no Porto, em 1801, cidade onde morrerá o seu marido passados dois anos. Em 1811 instala-se em Lisboa, numa casa onde até ao fim da sua vida recebe músicos portugueses e estrangeiros.

O seu prestígio, como dona de uma voz única, magnífica e triunfal, reflete-se nas críticas às suas atuações, onde se destacavam também as suas qualidades interpretativas e cénicas, sendo, ainda hoje, considerada a meio-soprano portuguesa mais célebre de todos os tempos. **[AA]**



FONTE: REPÚBLICA, 1913, 15 DE MARÇO

Manuel Livério

(Setúbal?, ??/??/???? - Lisboa, ??/11/1917)

Republicano, jornalista amador, autarca

Sabemos pouco sobre o comerciante, negociante e pioneiro do republicanismo local Manuel Livério. Em 1886 era redator do «quinzenário literário e noticioso» *A Estreia*, fundado em 25 de abril desse ano por um grupo de jovens republicanos integrado por Paulino de Oliveira (1864-1914), Manuel Maria Portela Júnior (?-1918) — filho de Maria Rosa Pacheco e do poeta e publicista setubalense Manuel Maria Portela (1833-1906) —, Júlio de Oliveira (?-1909),

Leonardo Duarte Júnior (1859-1915) e Romão Libânio da Silva (1865-1898). Seria, depois, colaborador da *Semana Setubalense*, periódico que se seguiu àquele título até junho de 1887.

Em abril de 1895, numa reunião havida no Teatro Bocage — antigo espaço cénico sadino com frentes para a rua dos Almocreves e rua Nova da Conceição (hoje av. 5 de outubro) — foi eleito membro da primeira Comissão Municipal Republicana. Derrubada a Monarquia, Livério, identificado como comerciante, seria um dos aclamados para a primeira Comissão Administrativa Municipal, na tarde de 5 de outubro de 1910, assumindo os «pelouros dos edifícios e cemitério». O seu nome ainda constaria do elenco governativo municipal nomeado, em 28 de julho de 1911, por despacho do Governo Civil de Lisboa. Recusou, porém, a nomeação. Mais tarde, voltaria a estar associado ao poder local.

Foi diretor do semanário local *República* — ligado ao Partido Democrático e seu porta-voz em Setúbal — tendo abandonado o lugar nos inícios de 1914. Manuel Livério faleceu em Lisboa, no Hospital de S. José, por volta de novembro de 1917. O nome deste pioneiro seria perpetuado na toponímia local. Em 1922, na zona do bairro Salgado cuja construção prosseguia, o largo do Matadouro e a rua do mesmo nome foram rebatizados, respetivamente, como praça e rua Manuel Livério. As alterações foram discutidas em reunião de 9 de agosto de 1922 e o edital respetivo foi assinado por Francisco Fernandes, vice-presidente da Comissão Executiva, em 14 do mesmo mês e ano (*EDITAIS*, 1912-1939; *LIVRO 3 DE REGISTO DE EDITAIS E ANÚNCIOS*, 1917-1924). A referida praça Manuel Livério desapareceu, entretanto, pela construção do terminal rodoviário que ainda hoje se mantém na franja daquele bairro. **[CM]**

**Manuel Maria Portela**

(Setúbal, 08/12/1833 – Setúbal, 28/02/1906)

Comerciante, funcionário municipal, jornalista, poeta, prosador, memorialista local

Manuel Maria era filho de Manuel Rodrigues Portela e de Doroteia Angélica Perdigão (?/?/1879), «pessoas modestas, mas honradas» (*O SETUBALENSE*, 1939, 27 de fevereiro).

Após as primeiras letras, abandonou a vocação eclesiástica que julgara sentir para se casar (13/10/1858). Fez-se comerciante, numa mercearia e loja de ferragens. Em 1866, foi nomeado amanuense da secretaria municipal. Desempenharia, interinamente, o lugar de secretário «com notável inteligência e probidade» (*O DISTRITO*, 1896, 22 de novembro). Seria sempre funcionário municipal.

É digno de figurar no panteão sadino como periodista e guardião de memórias locais, como poeta e prosador. Na imprensa, estreou-se n'*O Correio de Setúbal*. A partir de então, o seu nome foi habitual nos títulos que, localmente, se iam publicando, quer como colaborador (*Grinalda Literária*, *A Estreia* e *Semana Setubalense*), quer como redator (*A Voz do Progresso*, *Jornal de Setúbal* e *Gazeta Setubalense*).

O poeta deixou vária obra dispersa e, em volume, estreou-se com *Ensaio Poéticos* (1865). Publicou, ainda, *Arrábida* (1865), *Ecos do Ermo* (1872) e *Lírica e Lendas do Brasil* (1884). Como investigador do passado local, legou-nos trabalhos de merecimento: «Arqueologia. Púlpito da igreja de Jesus em Setúbal – Projeto de um museu arqueológico em Setúbal» (1867) e «Sepultura do

Convento de Jesus (Setúbal)», ambos estampados no *Arqueólogo Português* (1895), e *Notícia dos monumentos nacionais e edifícios e lugares notáveis do concelho de Setúbal* (1882), além de inúmeros artigos e notas biográficas dispersos pelas folhas em que colaborou.

Os seus apontamentos serviriam para informar Alberto Pimentel (1849-1925), na sua *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal* (1877), e Pinho Leal (1816-1884), na entrada «Setúbal», do *Portugal Antigo e Moderno* (1880). A este propósito, aliás, assinaria Portela umas *Anotações ao capítulo sobre Setúbal* (1885). Postumamente, veio a lume o *Diário Histórico Setubalense* (1915).

Foi, ainda, um construtor de memórias, sendo de destacar o papel que teve no reconhecimento local de Bocage, após a colocação de uma lápida na casa onde — acreditava-se — nascera o vate (1864), e pelo papel que desempenhou no início da construção do monumento ao poeta, inaugurado na praça que tem o seu nome, em 1871.

Muito ativo e, por isso, muito conhecido e respeitado no meio social setubalense da sua época, Portela empenhou-se nas grandes questões que então agitavam o burgo sadino, nomeadamente, na criação de um Asilo da Infância Desvalida (1868).

Faleceu vitimado por uma pneumonia. Em 13 de dezembro de 1905, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a atribuição do nome de Portela a «uma das mais belas artérias da cidade, pela sua extensão e largura», até então denominada rua de S. João (*GERMINAL*, 1905, 31 de dezembro) e onde o homenageado tinha residência, no n.º 40. **[CM]**



Manuel Medeiros

(Água Retorta-Ilha de S. Miguel, 14/01/1936 - Setúbal, 23/10/2013)

A inquietude serena

Filho de Manuel Ventura de Medeiros Júnior, comerciante, e de Maria Luciana Pereira de Resendes, doméstica, nasce numa família católica, o que lhe marca a formação e o destino. Manuel Pereira Medeiros é o seu nome completo.

Faz a Primária na aldeia e o Seminário em Angra do Heroísmo. Aos 13 anos estreia-se na poesia; aos 17 publica o primeiro poema, «No pomar», no jornal cultural *Pensamento*, que coordena literariamente em 1954/55 e de que é coordenador geral em 1955/56. Em 1956/57 coordena o jornal *Euntes* e publica poemas e outros escritos em jornais e revistas.

Em 1958 termina o curso do Seminário, em 1959 faz o pós-seminário e leciona Português nessa instituição. Em 1959 é ordenado padre na Igreja Matriz de Ponta Delgada, celebrando a Missa Nova, no dia seguinte, na aldeia natal. É nomeado coadjutor do pároco da Igreja Matriz e professor de Moral no Liceu de Ponta Delgada até 1967.

Em 1963 publica *Passos de Viagem*, com crítica favorável de João Gaspar Simões, no *Diário de Notícias*.

Em 1967 é enviado para Rabo de Peixe e Calhetas, aí vivendo o seu último ano de padre.

Em 1968 é acolhido por amigos em Lisboa e dá novo rumo à vida: é jornalista nas revistas *A-Z* e *Missões*, mas a Censura vigia-o. Opta por promover a leitura e as ideias, cria a livraria *Nosso Tempo* (junho de 1969) e inicia atividades de animação do livro em fábricas da zona de Lisboa.

Em 1970 vem para Setúbal, a convite de Mário Pereira, ex-colega do Seminário, como responsável pela livraria Culdex. Após o seu fim (9/7/1973), cria a Culsete. Com Fátima Ribeiro de Medeiros, com quem casara em 1972, desenvolve atividades de mediação do livro e da leitura em escolas e em acontecimentos culturais: comemorações do 6.º Centenário da Batalha de Aljubarrota (1985); Dia Internacional do Livro Infantil (1986); Salão Regional do Livro Infantil (1987); Festival do Mar-Sesimbra (1988). Traz à Culsete escritores, ilustradores, jornalistas, autores de BD, editores, etc. Celebra o aniversário de Sebastião da Gama (1986). Cria a Feira do Livro, na Feira de Santiago, em 1971, atividade que desenvolve com a mulher de 1973 a 2003. A Culsete é um polo cultural de referência e um lugar de tertúlia à volta dos livros. Setubalenses como Viriato Soromenho-Marques, Albérico Afonso Costa, Arlindo Mota e Hélder Moura Pereira apresentam aí livros seus.

Tem os seguintes reconhecimentos públicos: Medalha da Cidade-Cultura, 1999; Homenagem pública, Fórum Luísa Todi, 2001; Profissional do ano 2002/03, Rotary Club, 2002; *Honoris Causa*, 2010, e criação do Centro de Investigação Manuel Medeiros, 2012, ambos por parte da Uniseti-Universidade Sénior de Setúbal.

Falece no Hospital de São Bernardo (Setúbal). **[MHF]**



FONTE: A mocidade, 1905, 1 DE DEZEMBRO: 1



Manuel Neves Nunes de Almeida

(Lisboa, 10/12/1854 – Setúbal, 05/05/1922)

O reitor da afirmação nacional do Liceu de Bocage

Nasce na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, filho de Manuel Nunes de

Almeida (natural de Aveiro) e de Francisca de Jesus (natural de Belas-Sintra).

Faz os estudos preparatórios no Real Colégio Militar e o curso de Teologia no Seminário Diocesano de Santarém, que conclui com distinção.

Em 10 de fevereiro de 1877, com 22 anos de idade e já com a profissão de professor do ensino público, contrai matrimónio com Emília Elisa de Oliveira, com apenas dezasseis anos incompletos (e natural da freguesia de Santa Isabel-Lisboa).

Em 1878 já o casal vive no Vimieiro (Arraiolos-Évora), onde ele dirige as aulas de Instrução Primária e algumas cadeiras da Instrução Secundária e Emília Elisa de Oliveira de Almeida exerce a profissão de professora da Instrução Primária. Nesta localidade nasce um dos filhos do casal, Pedro António Nunes de Almeida, em 29 de dezembro de 1878, que viria a falecer em Setúbal, em 15 de outubro de 1908, apenas com 29 anos.

Em 1882 passa a dirigir a Escola Municipal Secundária de Aldegalega (hoje Montijo).

O seu desempenho nestes cargos leva-o a dirigir a Escola Municipal Secundária de Setúbal, criada em 1884 para substituir o Liceu Municipal Setubalense. Pela evolução interna e por ação da Câmara Municipal, a escola afirma-se e aspira ser liceu nacional. E o anterior diretor, Campos Rodrigues ia aposentar-se. A substituição dá-se em 1902 e Nunes de Almeida é o último diretor da escola e o primeiro reitor do novo Liceu de Bocage (criado por decreto de 1903).

A partir daí o liceu cresce e aumenta o prestígio: satisfaz a aspiração de meio século, ser nacional (com o curso geral); o número de alunos ultrapassa os cem; o número de alunas deixa de ser residual; a partir de 1906 a Câmara Municipal constrói-lhe um imponente edifício, é o terceiro liceu no país a tê-lo (em 1908).

As leis de 1894, 1905 e 1910 sobre os liceus instabilizam a nomeação dos reitores até ao Golpe Militar de 1926. Por isso, no período do reitorado de Nunes de Almeida, dois terços dos 28 liceus do continente têm entre seis e 16 reitores: em Setúbal, ele, o primeiro reitor, ocupa o cargo de 1903 até 1919, quando se reforma.

Em 1905, quando o município manda elaborar o projeto do primeiro edifício próprio para o liceu ao reputado arquiteto Rozendo Carvalheira (1861-1919), Nunes de Almeida é chamado para o aconselhar nos aspetos pedagógicos: o que revela o seu prestígio no campo educativo. Ainda neste campo, mas intra-

muros, é muito respeitado pelos três corpos do liceu (professores, funcionários e alunos, os últimos tratam-no, carinhosamente, por «Pai Almeida»). E o seu prestígio estende-se à comunidade setubalense: tem uma incursão na indústria de pescas, que acaba em 18 de outubro de 1913, ao vender o seu cerco americano (arte pesqueira constituída por galeão, barca de água e quatro buques) por 2800\$00, uma quantia considerável na época; na política, é candidato substituto à Junta Geral do Distrito e *A Folha de Setúbal* – que se subintitulava «Semanário republicano evolucionista» – refere-se-lhe como «nosso estimado amigo e correligionário» (*A FOLHA DE SETÚBAL*, 1925, 25 de abril); nas relações sociais, dá-se com as elites económicas locais e é padrinho de casamento de familiares destas. (A informação sobre Nunes de Almeida como industrial, na política, nas relações sociais, a data da morte e alguns dados biográficos de familiares foi-me cedida por Carlos Mouro, investigador da História Local).

O seu longo reitorado fica ligado à afirmação pública e ao prestígio do liceu nas duas primeiras décadas do século XX, em resultado da realização do grande e antigo desejo da comunidade setubalense – ter um verdadeiro liceu. Esse desejo manifestara-se durante toda a 2.^a metade do século XIX, poucos anos após a criação do primeiro liceu (particular), em 1857, até à sua concretização, em 1903. João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897) terá sido a primeira figura de vulto a fazê-lo, em 1861, ao propor (à Junta Geral do Distrito de Lisboa, entidade político-administrativa a que Setúbal pertencia), numa lista com outras necessidades da cidade (e do concelho), que certas disposições do Decreto de 20 de setembro de 1844 fossem «extensivas à cidade de Setúbal, para o fim de nela se estabelecer um liceu», pretensão que foi atendida apenas em 1903 (CARVALHO, 1861: 3).

A cidade reconhece Manuel Neves Nunes de Almeida (insuficientemente), dando o seu nome a uma secundaríssima rua, sem saída, nas traseiras do liceu.

[MHF]



Maria Adelaide Rosado Pinto

(Setúbal, 30/07/1913 - Setúbal, 22/09/1997)

Música, pedagoga, poetisa, professora, musicóloga, mulher

Filha do compositor setubalense Celestino Germiniano Lima Rosado Pinto (irmão de Eduardo Rosado Pinto), ambos na toponímia setubalense, e de Maria Idalina Rosado Pinto.

Inicia os estudos musicais com Alice Salgado Barreto e, aos 18 anos, conclui o Curso Superior de Piano do Conservatório de Lisboa, com 19 valores. Especializa-se em piano com o mestre Campos Coelho (1943-1947) e com Helene Zumstagde, em Basileia (1968, 1969 e 1975). À frente no seu tempo, a sua energia impunha as ideias inspiradoras que trazia das precoces viagens da cidadania global.

Bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian desde 1958, frequentou as mais prestigiadas escolas europeias: Instituto Jacques Dalcroze; Conservatório de Zurich; Academia de Bale; Escola Conterum de Basileia; etc. Trabalhou com inúmeros professores, pedagogos e pianistas: Edgar Willems, Ernet Klug, E. Muller-Mayer, Jos Wuytack, e a compositora lisboeta Maria de Lurdes Martins.

Membro da Internacional Society for Music Education (1961), participa em congressos e seminários (Hungria, Tunísia, Grécia, Moscovo, Viena, Montreux, etc.) e frequenta os cursos de verão Orff-Schulwer e Jos Wytack.

A Setúbal deixa coletividades, escolas, tertúlias, que receberam o seu dinamismo e energia transbordantes. Inicia a Obra dos Parques Infantis de Setúbal (1949) e cria os primeiros cursos de Iniciação Musical (1956). Desde 1950 é

sócia da Juventude Musical Portuguesa, delegada da Pro-Arte durante dez anos e colabora na organização do Círculo Cultural de Setúbal.

Co-funda a Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi (1960), de que é Diretora Técnica e Artística até 1977 e professora até 1988. Funda o Coral Luísa Todi (1961) com Aurélio Fernandes. Pertence à Comissão Fundadora da APPACDM Setúbal (1970), é sócia fundadora da Associação Portuguesa de Educação Musical, representa as Escolas de Música da Região Sul (1973 a 1976), colabora na criação do Coral Infantil de Setúbal (1979) e é Diretora Artística e Pedagógica da Academia de Música Eborense.

Colabora, desde 1981, com o Rancho Etnográfico Danças e Cantares da Barra Cheia e publica: *Toadas, Cantares e Danças de Setúbal e sua Região*; além de outras obras: *Evocando Poetas e Compositores Setubalenses*; *Natal, Natal e Marés Vivas* (poesia) e inúmeros artigos sobre educação, pedagogia, música, contos infantis e poesia.

Foi homenageada, entre outras entidades, pela SALPA (1984) e Câmara Municipal de Setúbal (Medalha de Mérito Cultural, 1987). Colabora na criação do Conservatório Regional de Setúbal (1988), organiza a área pedagógica e cultural e o Concurso Internacional de Canto Luísa Todi e dinamiza projetos que perduram, como À Descoberta de Novos Valores.

Leciona até ao dia em que, estranhamente, não aparece no Conservatório para a minha aula de piano. **[AL]**



Maria Emília da Mota Negrão Barradas

(Setúbal, 09/03/1823 - Setúbal, 11/02/1899)

A homenagem de uma mãe

Filha de António Soeiro Negrão e de Maria Emília da Mota Negrão, casou-se em 18 de setembro de 1843 com José Sérgio Capêto Barradas. Teve apenas um filho, o jornalista Acácio Negrão de Capêto Barradas, que faleceu em agosto de 1886, com 37 anos de idade, ao que parece devido a tuberculose.

Tendo enviuvado sem descendentes diretos, decidiu fundar um asilo em memória do seu filho, destinado a mulheres idosas desprotegidas e sem recursos económicos.

Emília Barradas foi uma excelente administradora dos vultuosos bens que possuía.

O asilo Acácio Barradas foi aberto na rua Antão Girão, com 12 mulheres, em 8 de outubro de 1889 (o filho nascera a 8 de outubro de 1849).

Vencendo todos os obstáculos surgidos, construiu de raiz novas instalações na cerca do Convento de Jesus, próximo ao edifício hospitalar, comprometendo-se, por sua morte, a habilitar o lar com os meios necessários para o manter.

Em 3 de outubro de 1894 foram inauguradas as novas instalações na antiga rua de Jesus, que tem hoje o nome de Acácio Barradas. Em relação ao edifício propriamente dito, diz-se que era amplo e higiénico, e uma das melhores casas de caridade de Setúbal, como referia o jornal *O Elmano*. Tinha duas salas de receção e uma sala de regozijo, utilizada para recreio das asiladas, dois dormitórios, um ainda se encontrava vago, e uma enfermaria. Separadamente, estavam os quartos da governanta, da ajudante e das criadas. Tinha ainda um

amplo e magnífico refeitório, cozinha, casa da rouparia e a casa dos banhos. Perto da varanda estavam as retretes, bem como o tanque para lavagem da roupa. O periódico refere ainda que o edifício era bem arejado, pois tinha 34 janelas e ainda 3 ventiladores no seu interior.

Emília Barradas geriu, em pessoa, o asilo até à sua morte. Durante seis anos após o seu desaparecimento, o asilo ficou a cargo dos testamenteiros, e, a seguir, foi entregue à Santa Casa de Misericórdia de Setúbal, de acordo com a vontade expressa da sua fundadora. Em 1973 passou a chamar-se Lar Acácio Barradas. **[AV]**



FONTE: INTERNET, ACESSO LIVRE



Mariana Angélica de Andrade

(Casa Branca-Sousel, 11/05/1840 – Lisboa, 14/11/1882)

A poetisa do Sado

Mariana Angélica de Andrade era filha de Joaquim António Serrano, poeta, escritor e jornalista, e de Francisca Pereira da Silva. Aos quatro anos veio viver para Setúbal com a sua madrinha, Gertrudes Angélica d'Andrade, de quem adotou os apelidos.

Foi uma pessoa culta, conhecedora de Camões, Filinto Elísio, Nicolau Tolentino, Marquesa de Alorna, Públia de Castro, Bocage, Almeida Garrett, Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano, Soares dos Passos, Camilo Castelo Branco, João de Deus, Gomes de Amorim e Simões Dias, entre outros. Também conhecia Molière, Victor Hugo e outros autores estrangeiros, dos quais traduziu para português romances que foram publicados em folhetins em alguns dos jornais e revistas onde colaborou.

Mariana Angélica d'Andrade começou a escrever muito cedo poesia; o poema «Estações da Vida» data de 1854.

A sua primeira obra, *Murmúrios do Sado*, foi publicada em 1870, em Setúbal, e prefaciada por Cândido de Figueiredo. Esta obra mereceu a atenção do Grémio Literário do Brasil, tendo sido lavrado à autora diploma de «sócia honorária».

Escreveu artigos de opinião e de crítica, contos, fantasias e duas comédias; alguns estão publicados, outros deixou-os inéditos. A comédia *As Esporas do Alferes* foi estreada em Setúbal, em 1870, e publicada, postumamente, em 1885, em Lisboa.

Tratou temas relacionados com problemas políticos e sociais do seu tempo em alguns dos seus poemas – a guerra, a injustiça, a pobreza, a liberdade –, que foram recitados em várias ocasiões, em festas e outros encontros culturais em Setúbal.

Defendeu a emancipação da mulher pelo trabalho e pela educação.

Foi redatora da *Gazeta Setubalense* e da *Grinalda Literária*, colaborou nos jornais *Aspirações*, na *Voz Feminina* (1868-1869), *Almanaque das Senhoras* (1871), *Almanaque de Lembranças* (1867), e em periódicos de Lisboa (*Gazeta das Salas*, 1877), e também de Coimbra e do Porto.

Casou, civilmente, em 1874, com o escritor, filólogo e poeta António Cândido de Figueiredo. Depois do casamento foi viver para Lisboa. Teve duas filhas – Rosalinda e Corina.

Mariana Angélica faleceu vítima de tuberculose pulmonar.

Admiravam a sua obra nomes consagrados da literatura da época, como António Xavier Cordeiro, Gonçalves Crespo, Júlio César Machado, Feliciano Castilho, João Penha, Alberto Pimentel, Simões Dias e Gomes de Amorim.

As obras *Revérberos do Poente* e *Rimas Seletas* foram publicadas postumamente, em 1883 e 1917, em Lisboa.

Ficou conhecida no país como «A Poetisa do Sado». **[AV]**



Miguel de Castro

(Valadares, 13/01/1925 – Setúbal, 16/05/2009)

Poeta do amor e da natureza

Miguel de Castro é o nome literário de Jasmim Rodrigues da Silva, o terceiro de seis filhos de Margarida Rodrigues de Oliveira e de Manuel Rodrigues da Silva, trabalhador da União Elétrica Portuguesa, que em 1934 vem residir para Setúbal com a família.

Após a instrução primária, vai trabalhar como ajudante de eletricista. Começa a escrever poesia aos doze anos. Em meados de 1940, encontra-se com Sebastião da Gama, o que muda o seu percurso criativo. Ao mostrar-lhe alguns poemas, Sebastião percebe, de imediato, estar perante um «raríssimo poeta», com «possibilidades de deixar obra poética», por isso incentiva-o e aconselha-o. Sugere-lhe ainda que assine os textos como Miguel de Castro. Já com essa assinatura, publica, em 1949, vários poemas n' *O Setubalense*.

O gosto pela poesia leva-o a trabalhar, em 1963, com Carlos Ferreira, no Grupo de Teatro Ribalta, onde participa em diversas sessões poéticas e coopera na preparação dos jogos florais de poesia organizados pelo Grupo, colaborando ainda como ator. Em 1964, surge em «5.º Mandamento», de Carlos Tomás Cebola, que sobe ao palco do Cineteatro Luísa Todi, em outubro e novembro desse ano. Em julho de 1966, integra o elenco de «A Mordaça», de Alfonso Sastre, traduzida por Egito Gonçalves. Aí conhece Maria Alice Ferreira, sua companheira desde então e mãe de Elsa, sua filha.

Edita o primeiro livro, *Fruto Verde*, e publica alguns poemas na *Távola Redonda*, em 1950. *A Mansarda*, seu segundo título, é de 1953. Dedicá-o aos

pais e a Sebastião da Gama, falecido em 1952. Nas décadas de 1950 e 1960 vai publicando poesia na imprensa e concorre a diversos jogos florais, ganhando desde primeiros prémios a menções honrosas. Além da colaboração com a *Távola Redonda*, assina poesia em publicações como *Bandarra*, *Colóquio Letras*, *Diário de Lisboa*, *Artes e Letras*, *O Setubalense*, entre outras. Em 1990 sai *Terral*, com prefácio de David Mourão-Ferreira, em edição da Estuário, a partir daí a sua editora, onde são publicados *Sinfonia do Cu* (1993), dedicado a Luiz Pacheco; *Os Sonetos* (2002); *De Silêncios e de Sombras* (2013), um conjunto de inéditos; *Hoje que a Solidão já não me Pesa* (2014), brochura de homenagem ao poeta. A sua obra poética tem colhido os melhores elogios da crítica, destacando-se o que Sebastião da Gama deixa escrito no exemplar de *Serra-Mãe* que lhe oferece: «Já Bocage não é... e Setúbal morria à míngua de poetas, ó Miguel de Castro, poeta que vieste matar uma sede de mais de cem anos!» **[FRM]**



FONTE: ECHO DOS SPORTS, 1926, 15 DE SETEMBRO



Oceana Zarco

(Setúbal, 12/04/1911 - Setúbal, 11/01/2008)

Num mar de homens, uma Oceana

Nasceu na freguesia de Santa Maria da Graça, filha de Cucufate José Zarco e de Alice Evangelista Rosa., de seu nome completo Oceana Rosa Zarco.

Por influência de João Duarte, seu padrasto e proprietário de uma loja e oficina de bicicletas na avenida Luísa Todi, Oceana Zarco entrou para a equipa de ciclismo do Vitória Futebol Clube com 10 anos.

Pertencendo a uma família da classe média setubalense, seria de esperar que o seu tempo de adolescente fosse destinado à aprendizagem de costura,

bordados e da «administração» da casa com vista ao casamento. No entanto, com o apoio familiar, Oceana integrava a equipa de ciclismo do Vitória e dedicava-se à atividade desportiva. O trabalho de preparação física da atleta foi orientado por Arthur John, treinador da equipa de futebol do clube que ganhou o Campeonato de Lisboa, na época de 1924-25. Assim, ao chegar à maioridade, já ocupava posição de destaque no ciclismo nacional, não só como pioneira do ciclismo feminino em Portugal, mas, também, pelas vitórias que foi alcançando em provas onde a presença de mulheres era rara ou inexistente.

Torna-se a primeira mulher ciclista federada em Portugal, em 1925, com a licença n.º 227. Nesse mesmo ano, em 15 de novembro, participa na sua primeira prova desportiva como profissional – a II Volta a Lisboa. Em 1926 classifica-se em primeiro lugar na III Volta a Lisboa e, em 20 de setembro de 1926, recebeu a medalha de ouro na I Volta ao Porto. A sua carreira profissional no ciclismo culmina com o primeiro lugar, alcançado na I Volta a Setúbal em bicicleta, com o circuito Salão Recreio do Povo – Praias do Sado – Estação de Palmela – Baixa de Palmela – Rio de Figueira – Salão Recreio do Povo, realizada em 1929.

Numa época em que o ciclismo, como quase a totalidade das atividades desportivas, era um domínio masculino, Oceana treinou e competiu, lado a lado, com os seus colegas de clube, pedalando uma bicicleta de modelo masculino e envergando a camisola de manga curta e calções com o emblema do (seu) Vitória Futebol Clube.

Depois de abandonar o ciclismo profissional, em 1931, torna-se enfermeira, profissão a que se dedica durante cerca de trinta anos. **[AA]**



Olga Moraes Sarmiento

(Setúbal, 26/05/1881 – Lisboa, 19/12/1948)

Feminista, monárquica e burguesa

Maria Olga de Moraes Sarmiento nasceu na freguesia de São Julião. A infância foi passada em Elvas e, aos 16 anos, casa com Manuel João da Silveira, médico da Armada, que morre em Angola, em 1904.

É já na condição de viúva que Olga Moraes Sarmiento (da Silveira) escreve um dos textos primordiais do feminismo português, *Problema Feminista*. Este documento resultou da conferência, que realizou em 18 de maio de 1906, na Sociedade de Geografia de Lisboa, quando da fundação da primeira associação feminista portuguesa — a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz — da qual é uma das iniciadoras e primeira presidente. Esta primeira obra é um dos seus vários textos que demonstram o propósito de despertar a consciência feminista, de defender a igualdade entre géneros e de dar visibilidade à vida de mulheres célebres. As suas obras *A Marquesa de Alorna* (1907), *A Infanta D. Maria e a Corte Portuguesa* (1909) ou *Sa Majesté la Reine Amélie de Portugal: princesse de France* (1924), assim como muitas das conferências que deu em Portugal e no estrangeiro, são razões para que Olga Moraes Sarmiento seja uma das referências da primeira vaga de feministas portuguesas.

Além de escritora e conferencista, Olga também dirigiu a publicação *Sociedade Futura*, criada em 1902 por Ana de Castro Osório, e colaborou na revista *A Arte Musical* (1898-1915).

Sendo monárquica, católica e feminista, convive de perto com a família real e mantém, igualmente, um bom relacionamento com o poder político

republicano. Ainda assim, depois da implantação da República, fixa residência em Paris, onde se liga profundamente ao meio intelectual, artístico e cultural.

É em Paris que conhece a Baronesa Hélène de Zuylen (1863-1947), que será sua companheira durante mais de trinta anos e a quem Olga dedica a sua derradeira obra, *As Minhas Memórias: Tempo Passado, Tempo Ausente* (1948). Durante a II Guerra Mundial estabelecem-se em Lisboa, onde viverão até ao fim dos seus dias.

Ainda em vida, em 1939, doou à Câmara Municipal de Setúbal o recheio da sua casa de Paris, onde se destacam a importante biblioteca, objetos de arte e uma valiosa coleção de autógrafos. Este conjunto constituiu o acervo fundador do Museu de Setúbal/Convento de Jesus. **[AA]**



FONTE: SADO-RECLAME, 1930, AGOSTO.
HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL
DE SETÚBAL



Óscar Paxeco

(Setúbal, 10/08/1904 – Lisboa, 17/02/1970)

Um jovem nacionalista

Nasceu na rua Serpa Pinto, n.º 20 - 2.º andar, na freguesia de S. Julião, em Setúbal, filho de Joaquim José Pacheco, carpinteiro, e de Deolinda Batista, doméstica, ambos naturais da mesma freguesia; foi-lhe dado o nome completo de Acácio Óscar Batista Paxeco. Era sobrinho de Fran Paxeco, também jornalista e escritor. Destacou-se como jornalista, começando a escrever muito novo no jornal *O Setubalense*, a partir de 1922. Em 1926 dirigiu a revista literária *Cetóbriga*. Foi um dos fundadores do Sindicato Nacional dos Jornalistas.

Ainda na década de vinte, aproxima-se politicamente dos setores nacionalistas e conservadores da cidade. Assume-se como monárquico. Acolhe

com entusiasmo os vencedores do 28 de maio.

Durante a suspensão d'O *Setubalense* será redator principal do jornal *O Distrito de Setúbal*, que substitui durante seis meses aquela publicação. *O Distrito de Setúbal* vai ter uma linha editorial inspirada nos fascismos europeus em ascensão.

A propósito da visita do presidente Carmona a Setúbal, afirma que chegou uma nova era à cidade: «Desde o 28 de maio temos que prestar homenagem à verdade, a nossa terra tem encontrado da parte dos governantes pelo menos uma grande vontade de justiça para com eles. O senhor General Carmona deixou-nos a garantia segura de que enquanto o Governo permanecer à testa da nação, nós os setubalenses podemos contar com o seu auxílio dedicado. Isto bastou-nos como esperança tentadora que começa a iluminar o caminho do nosso futuro».

No calor do seu entusiasmo promete estrelas a alumiar o porvir: «No nosso futuro, parece começar, alfim [sic, hoje diz-se enfim], a dealbar a estrela de melhores dias que façam esquecer as horas amargas do presente».

Desempenhou vários cargos públicos durante o período da Ditadura Militar e do Estado Novo. Em 1928, integrou a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Almada. Em 1931, foi comissário do Governo junto do Teatro Nacional de São Carlos, cargo que ocupou até 1936. Trabalhou no Secretariado de Propaganda Nacional, órgão criado por Salazar e dirigido por António Ferro, responsável pela divulgação dos ideais nacionalistas. Em 1945, entra para o Secretariado Nacional de Informação, organismo com idênticas funções do anterior.

Foi um dos fundadores do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Colaborou em vários órgãos de comunicação social de Lisboa entre os quais a Emissora Nacional, *O Século*, *Diário da Manhã*, *Novidades* e a *Gazeta*. **[AAC]**

**Paulino de Oliveira**

(Setúbal, 22/06/1864 – S. Paulo-Brasil, 13/03/1914)

Jornalista, poeta, militante republicano e diplomata

Francisco Paulino Gomes de Oliveira nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, filho de João Vitorino de Oliveira e de Maria José Gomes de Oliveira.

Depois de aprender as primeiras letras, frequentou o ensino secundário na seleta Escola Académica de Lisboa, após o que regressou a Setúbal.

Em 1884, quando da apresentação oficial da Associação de Bombeiros Voluntários de Setúbal, usa da palavra como bombeiro.

Inicia a profissão de guarda-livros nas Conservas Aurora e, em simultâneo, a atividade de jornalista, dedicando-se, também, à poesia.

Professando ideias republicanas, funda *A Estreia*, em 25 de Abril de 1886, passando a assinar com o pseudónimo de «Anúplio de Oliveira». Termina a publicação em 26 de setembro desse ano.

Aparece, logo de seguida, *A Semana Setubalense*, mantendo a continuidade da numeração do periódico que o antecederá, cessando a publicação em julho de 1887.

Passa depois, como redator, pel'*O Sadino* (1888) e pel'*A Opinião* (1889), colabora n'*O Elmano* (1893) e impulsiona o *Echo de Setúbal* (1893), findando a sua curta carreira jornalística por volta de 1893.

Entretanto, na área da poesia, já havia publicado *Cânticos sadinos* — *primeiros versos* (1888) e *Dôr* (1893).

O seu envolvimento em manifestações na sequência do Ultimato Inglês

(1890) leva-o à prisão durante um mês, por tentar impedir a descarga de um navio inglês. Publica *Em ferros d' El-Rei – Considerações acerca da minha prisão*, em 1893.

Em 1894, parte para Angola, de onde regressa no final do ano, por motivos de saúde. Ainda nesse ano começa a publicação de *O Mez – Crónica da vida setubalense*, de que só saem três números.

Participa, em 1895, na fundação do Partido Republicano em Setúbal.

Em 1898 casa com a escritora Ana de Castro Osório, de quem vai ter dois filhos: João de Castro Osório e José Osório de Oliveira.

Em 1902 edita, com sua esposa e Henrique das Neves, *Folha de Saudação aos 82 de António Maria Eusébio, Calafate, o Cantador de Setúbal* e, em 1905, por ocasião do centenário da morte de Bocage, publica, com sua esposa, *A nossa homenagem ao insigne poeta setubalense Bocage*.

Exila-se no Brasil em 1908, na sequência de uma tentativa de derrube da monarquia, de onde regressa após a implantação da República.

Publicou ainda *Sonetos de homenagem no 1.º centenário da morte do poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage*, 1905; *A Árvore cortada*, 1908; *Auto do Ano Novo – As quatro estações e Contos e fábulas em verso*, ambos em 1911; *Mulheres do meu País*, 1914; *Representação da Cidade de Setúbal para a trasladação dos despojos mortais de Almeida Garrett para os Jerónimos*, 1900. Postumamente, foi publicado pelo seu filho, João de Castro Osório, *Poemas de Paulino de Oliveira*, em 1932.

Em 1911 é nomeado Cônsul de Portugal em São Paulo, Brasil, onde virá a falecer de tuberculose, em 1914. **[ACB]**

**Rogério Peres Claro**

(Setúbal, 06/10/1921 – Setúbal, 02/11/2015)

Entre o ensino, a história e a política

No *Álbum dos Finalistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, do curso de 1939-1943, Rogério Peres Claro é apresentado num poema de Maria Eusébio: «Para a viola tem ouvido puro, / nunca viola as leis da correção; / Cultiva as musas com sarcasmo duro, / rende-se às damas como um corte-são! // De aspeto grave e porte marcial, / seu passo largo é firmemente igual, / mas a cavalo, sem medida corre.» Esta poderia ser uma primeira abordagem do perfil (decidido, de sensibilidade artística, firme, impulsionador) de Peres Claro, professor, jornalista, autor e político.

Formado em Filologia Românica, dirigiu as Escolas Industriais e Comerciais de Estremoz (1952/1961) e de Setúbal (1961/1970). Ainda em Estremoz, foi deputado pelo círculo de Portalegre na legislatura de 1957/1961. Retomaria a política em Setúbal uns anos depois, como se pode ler em *O Setubalense*, de 30 de outubro de 1965, edição que noticiava a apresentação dos candidatos a deputados por Setúbal e transcrevia as intenções de Peres Claro: «Trabalhosa vai ser a ação dos deputados, dobadoira entre o Governo e os povos, tentando convencer o Governo das razões dos povos, tentando esclarecer os povos das razões do Governo». Nas legislaturas de 1965/1969 e de 1969/1973, interveio ativamente em temas como o 2.º Centenário de Bocage, o surto industrial de Setúbal e a crise habitacional, o imposto *ad valorem* no porto de Setúbal, o tráfego de passageiros entre as duas margens do Tejo, a necessidade de um plano de aproveitamento turístico para o distrito de Setúbal, entre muitos outros.

Na área da educação, Peres Claro foi ainda inspetor provincial em Moçambique (1970/1975) e diretor de serviços em Macau (1979/1982). No plano associativo, teve cargo dirigente na LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão (1984-1992) e na ASSP (Associação de Solidariedade Social dos Professores), fazendo parte da sua primeira direção (1983) e sendo o impulsionador principal da Casa do Professor desta associação em Setúbal.

Fundador e diretor do jornal *O Distrito de Setúbal* (1951) e da revista *Cetóbriga* (1964), deixou, nos seus 94 anos, vastidão de títulos em vários domínios: *Setúbal no Século XVIII - As Informações Paroquiais de 1758* (1957), *Eça de Queirós e a Europa* (1958), *Homenagem Nacional a Bocage: II Centenário - Antologia* (1965), *Cartas do Diretor aos Alunos e Alunas da Escola Industrial e Comercial de Setúbal* (1972), *Setúbal de há 100 anos* (vários volumes, 1976-1991), *O que era a Taxa Ad-Valorem: Para a História da Cidade de Setúbal* (1986), *Dr. Francisco Paula Borba : Primeiro Cidadão Honorário de Setúbal* (1986), *Um Século de Ensino Técnico Profissional em Setúbal - Da Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia à Escola Secundária Sebastião da Gama: 1888-1988* (2000). Foi ainda responsável pela edição de *Versos do Cantador de Setúbal - António Maria Eusébio (O Calafate)* (3 volumes, 1985-2008), pela coordenação de *Setúbal na História* (1990) e coautor de *A Administração Escolar em Macau: 1979 -1982: Da Repartição da Educação à Direção dos Serviços de Educação e Cultura* (1997, com Maria Irene Alves). **[JRR]**



Sebastião da Gama

(Vila Nogueira de Azeitão, 10/04/1924 – Lisboa, 07/02/1952)

O poeta que cantou a Arrábida como «Mãe»

Em 2 de outubro de 1967, *O Setubalense* anunciava que a Câmara Municipal de Setúbal pretendia «homenagear a memória do saudoso poeta setubalense Sebastião da Gama, erigindo-lhe um monumento na Avenida Luísa Todi», tendo sido convidada para apresentar um projeto a escultora Isabel Faria Gargalo. Contudo, o poeta azeitonense apenas viria a ter monumento em sua honra duas décadas depois, quando, em 7 de fevereiro de 1987, foi inaugurado o memorial no Portinho da Arrábida por iniciativa de seus antigos alunos. Um outro monumento seria erigido em Azeitão, em 9 de junho de 2007, obra levada a cabo pela Associação Cultural Sebastião da Gama.

Sebastião da Gama teve vida curta, mas intensa. Conhecido como professor e como poeta, os seus mais antigos poemas conservados datam de 1939. No ano anterior, manifestara-se-lhe uma tuberculose óssea, tendo-lhe sido recomendados os ares da Arrábida, pretexto que serviu para a família mudar a sua residência para o Portinho da Arrábida. Os seus primeiros poemas publicados apareceram no jornal montijense *Gazeta do Sul*, em 1940, colaboração assinada com o pseudónimo «Zé d'Anicha». Em 1942, inscreveu-se como aluno voluntário na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Filologia Românica, curso que concluiria em 1947, e, ao longo do qual, conviveu com Luís Filipe Lindley Cintra, David Mourão-Ferreira, Maria Barroso, Matilde Rosa Araújo e Maria de Lourdes Belchior, teve como professores Hernâni Cidade,

Andrée Crabbé Rocha e Jacinto do Prado Coelho, entre outros. No ano em que concluiu a licenciatura, interveio junto de vários jornais no sentido de serem defendidas a Mata do Solitário e a Arrábida, iniciativa que levou à criação da Liga para a Proteção da Natureza no ano seguinte. Iniciou-se como professor na Escola Industrial e Comercial João Vaz (em Setúbal), no ano letivo de 1947/1948, prosseguindo na Escola Industrial e Comercial Veiga Beirão (1949/1950) e na Escola Industrial e Comercial de Estremoz (1950/1952). Faleceu no Hospital de S. Luís, em Lisboa, vítima de meningite. O seu funeral constituiu «grande romagem de pesar» e «O comércio de Azeitão, em sinal de luto, encerrou as suas portas durante o percurso do cortejo fúnebre» (*O SETUBALENSE*, 1952, 9 de fevereiro). Tinha morrido um poeta e a vida ficava mais triste e silenciosa...

Sebastião da Gama viu três livros seus publicados - *Serra-Mãe* (1945), *Cabo da boa esperança* (1947) e *Campo aberto* (1951). Joana Luísa da Gama (1923-2014), com quem casou em 4 de maio de 1951, foi a grande impulsionadora da continuação da publicação e divulgação de Sebastião da Gama, incentivando a edição póstuma de obras como *Pelo sonho é que vamos* (1953), *Diário* (1958), *Itinerário paralelo* (1967), *O segredo é amar* (1969), *Cartas* (1994), *Não morri porque cantei* (2003) e *Estevas* (2004).

Sebastião da Gama foi ainda colaborador de periódicos como *Árvore*, *Aqui e Além*, *Universitárias - Revista de Cultura*, *Ver e Crer*, *Flama*, *Távola Redonda*, *Jornal do Barreiro*, *Brados do Alentejo* e *Horizonte*. **[JRR]**



Vasco Mousinho de Quebedo

(Setúbal, ??/??/15?? - Lisboa, 01/08/1629)

Aristocrata e poeta setubalense seiscentista

Apesar de pertencer a uma das mais ilustres famílias setubalenses – a família Quebedo – não abundam os elementos que permitam estabelecer, com rigor, a sua data de nascimento, variando entre as décadas de 50 e 70 do século XVI, segundo os autores que sobre o assunto se debruçaram.

Certo é que é filho de Francisco Mousinho de Castelo Branco e de Isabel Nobre de Carvalhaes e neto, pelo lado paterno, do clérigo Vasco Anes Mousinho e de Maria Nunes. Francisco Mousinho, sendo filho de um clérigo, nasceu bastardo, mas veio a ser legitimado por Carta de Legitimação de D. João III.

É certa também a sua condição de setubalense, dado que, ele próprio, num verso da sua primeira obra, *Discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel Rainha de Portugal e outras várias rimas* (editado em Lisboa por Manoel de Lyra, 1596), expressa, claramente, «Este (sic) é Setúbal, doce pátria minha», e noutra das suas obras – o poema *Afonso Africano* – coloca a seguir ao seu nome: «natural de Setúbal».

Sabe-se que se bacharelou em Direito Civil e Canónico na Universidade de Coimbra (1595), onde se matriculara em 1586.

Casou em Évora com Isabel de Melo, em 1598, após o que terá vindo viver para Setúbal, pois os seus seis filhos foram batizados na freguesia de Santa Maria da Graça, entre 1605 e 1618.

Por volta de 1619 foi viver para Lisboa, onde desempenhou as funções de Juiz dos Órfãos e onde viria a falecer, sendo sepultado na igreja de Jesus dos

Cardais, local onde existe, atualmente, a igreja de Nossa Senhora das Mercês.

Almeida Garrett disse de Vasco Mousinho de Quebedo: «sem disputar é depois de Camões o nosso primeiro épico»; e Jorge de Sena afirmou: «é autor de obras que garantem um lugar de relevo na sua época».

Deixou publicado o *Discurso sobre a vida e morte de Santa Isabel...*, acima referido: trata-se de um poema épico sobre a vida e morte de Santa Isabel e as outras várias rimas são 51 sonetos, seguidos de 51 emblemas, um poema em tercetos, uma écloga, 21 romances e glosas; *Afonso Africano, Poema heroico da preza de Arzila e Tânger* (editado em Lisboa por António Álvares, 1611) é um poema épico em doze cantos de oitava rima; *o Triumpfo del Monarcha Phillippo Tercero en la felicissima entrada de Lisboa* (editado em Lisboa por Jorge Rodrigues, 1619) é um poema em seis cantos em oitavas; e *Diálogos de vária doutrina*, obra incompleta cujo manuscrito existe na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Está representado no «Tríptico», de Luciano dos Santos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal. E na base do monumento a Luís de Camões, em Lisboa, no largo do mesmo nome, em estátua de 2,40 metros de altura, juntamente com outros sete notáveis da cultura e das letras: os cronistas Fernão Lopes e Gomes Eanes de Azurara, o cosmógrafo Pedro Nunes, os historiadores João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda e os poetas Jerónimo Corte-Real e Francisco de Sá de Meneses. **[ACB]**

CAPÍTULO IV



PÁGINAS CULTURAIS



A «Arcádia da Fonte do Anjo» e Cabral Adão (1954)

O estomatologista Luís Manuel Cabral Adão (Vila Flor, Bragança, 24/6/1910 - Almada, 6/8/1992) chegou a Setúbal em 1938. Teve consultório no largo da Misericórdia. A partir de 1953 começa a publicar, em livro, quer as suas memórias e evocações, quer alguns dos seus poemas. Da considerável bibliografia, constam as seguintes obras: *Flores do Rio Azul. Paisagens da região setubalense* (Prosa), 1953; *Nove Crónicas* [Separata do *Distrito de Setúbal*], 1953; *Paisagens do Norte* (Prosa), 1954; *As Flores do Arrozal*, 1955; *Gineceu* (Poesia), 1958; *Panorâmica. Poemas a Setúbal* (Poesia), 1963; *Vila Flor* (Poesia), 1966; *Plectro a Jesus* (Poesia), 1971; *Meu Liceu, Minha Saudade* (recolha dos poemas lidos em Bragança, em 3 de maio de 1948, numa reunião de antigos orfeonistas liceais), 1978 e *O Homem da Terra* (Contos, crónicas, composições), 1986. Ao nome deste médico e escritor ficará para sempre ligada a legenda que criou para designar a cidade que o adotara: «Setúbal, cidade do rio azul». Evocamo-lo a propósito da agremiação cultural «Arcádia da Fonte do Anjo», por ele fundada, com sessão inaugural em 28 de março de 1954, na Casa do Povo da Quinta do Anjo. A denominação foi inspirada na fonte existente na herdade quinhentista de que viria a derivar o topónimo «Quinta do Anjo» (Palmela). Entroncando no espírito e na antiga tradição das academias literárias portuguesas, destinava-se a dinamizar tertúlias poéticas entre os associados. Pel'*O Setubalense* conhecemos os nomes e pseudónimos de alguns desses Árcades, que aqui recordamos, por ordem alfabética: Ana Cristina, *Flor de Liz*; António Henriques, *Flor do Salgueiro*; António Matos Fortuna, *Louro da Serra*; João de Sá, *Pinheiro Isolado*; Luís Cabral Adão, *Medronho da Mata*; Maria Adelaide Rosado Pinto, *Flor Agreste*; Mariana Saragoça, *Rosa do Monte*; José Santa Rita Xisto, *Violeta do Campo* (*O SETUBALENSE*, 1958, abril). A «Arcádia da Fonte do Anjo» teve ação além dos concelhos de Setúbal e de Palmela, por exemplo, em Évora e em Alges. Um semanário de informação, cultura e recreio publicado no Montijo noticiou, por exemplo,

uma sessão de poesia no Clube 22 de novembro (Barreiro), denominada Paz e Trabalho, promovida por aquela academia. A sessão, além da habitual leitura de poesia, incluiu a regular praxe de iniciação, com a distribuição simbólica de uma lira entre os poetas e assistentes e a colocação de uma flor de cerejeira no peito de cada um dos neófitos (*A PROVÍNCIA* [Montijo], 1960, 5 de maio). Num artigo de Cabral Adão fica documentada a publicação n' *O Setubalense*, de «Arte-Alegria-Beleza», uma «folha literária» mensal da responsabilidade da «Arcádia da Fonte do Anjo». **[HP]**

FONTE: COLEÇÃO PARTICULAR DE HORÁCIO PENA



O médico Luís Cabral Adão,
fundador da Arcádia da Fonte do Anjo

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Reportagem sobre a participação da Arcádia da Fonte do Anjo, numa iniciativa cultural em Algés, *O Setubalense*, 29/8/1955



Cabeçalho de «Cinema», página organizada pelo Cineclube de Setúbal, *O Setubalense*, 16/6/1956

«Cinema», página cultural do Cineclube de Setúbal n' *O Setubalense* (1956)

Como melhor se refere num outro texto deste livro, o Cineclube de Setúbal [CS] nasceu em 21 de janeiro de 1956. Teve vida longa e ativa. Logo em 16 de junho do mesmo ano, cumprindo os objetivos do estatuto fundacional — «a divulgação do cinema, o estudo dos seus fenómenos de ordem técnica e estética, a análise das obras mais representativas dos mais destacados criadores cinematográficos» —, foi n' *O Setubalense* que encontrou o espaço para a produção de uma página intitulada, muito simplesmente, «Cinema». Aos «terceiros sábados de cada mês», ali puderam os cinéfilos sadinos encontrar «notícia pormenorizada da vida do cine-clube (...), noções elementares da gramática do cinema e, enfim, através da imprensa estrangeira da especialidade (...), opiniões sobre assuntos relacionados com a sétima arte» (*O SETUBALENSE*, 1956, 16 de junho).

Para a respetiva elaboração fora organizado um grupo de associados integrado por Álvaro Fortuna, António Claro, Arlindo Pereira, José António da Cruz e Rui da Costa Ferreira. Do imenso trabalho realizado por esta equipa, registaremos aqui alguns exemplos, com o intuito, apenas, de motivar investigações futuras mais aturadas. Pela citada primeira edição de «Cinema», todos ficaram a saber que o CS realizaria a 4.^a sessão cinematográfica com a exibição do filme *Não o levarás contigo*, de Franck Capra, enriquecida com «um interessante complemento cultural, sobre a vida de Leonardo da Vinci» e que o número de associados ultrapassara «há muito, a casa dos quinhentos». Prometia-se, ainda, «o início do ciclo das projetadas sessões de curtas metragens» (*Ibidem*).

Noutra página, em 21 de julho, discutiu-se «a atualidade e o interesse da questão da exibição de *trailers* de filmes para adultos em espetáculos de classificação diferente», reconhecendo-os como indispensáveis «ao êxito comercial do

filme» e concluindo por «pedir que seja facultada a exibição de todos os *trailers*, seja qual for o género de película em exibição, ainda que, para tanto, a Comissão de Censura aos Espetáculos haja de cortar, como é compreensível, as cenas que entender necessário». Na ocasião, a par de notícias internas e de outras respeitantes ao movimento cineclubista nacional, foi destacada a figura do realizador Orson Welles (*Ibidem*, 21 de setembro).

Em setembro, a habitual folha do CS destacou como tema o cinema português. Pretenderam que a mesma fosse uma «singela homenagem àqueles que, não obstante os diversos fatores que por vezes lhes têm sido adversos, fatores esses atingindo, tantas e tantas vezes, o campo das ideias, e colocando-se acima dos interesses materiais, têm sabido lutar, sem desfalecimento, por um ideal, afinal comum a todos nós: a existência dum *verdadeiro* cinema português, sem transigências nem lugares comuns, isento de *Fados* e de *Costas*, sejam eles de *África* ou do *Castelo*».

Destacou-se ali, também, o 2.º Encontro de dirigentes de cineclubes e, como realizador do mês, Manoel de Oliveira «sem dúvida uma das figuras mais representativas e de maior valor no cinema português», citando-se as realizações pioneiras deste: *Douro, faina fluvial* (1931), «um documentário feito nos moldes da escola documentarista soviética»; os documentários (hoje praticamente ignorados da generalidade do público) *Famalicão* e *Miramar, praia de rosas*. Inevitavelmente, ali se enalteceu, ainda, essa «obra poética, de uma ingenuidade encantadora, tocada de um simbolismo lírico, obra essa diferente, sincera e original» que é *Aniki-Bóbo*. O realizador português apresentara, no Festival de Veneza, o seu *O Pintor e a cidade* (*Ibidem*, 15 de setembro).

Diga-se que após este ano Oliveira interromperia a sua atividade cinematográfica. Retomá-la-ia, da forma imparável que conhecemos, em 1963, com o longo documentário *Ato da primavera*. O CS continuaria, num esforço da mais empenhada carolice, a divulgar as atividades próprias, a noticiar a evolução do cineclubismo nacional e a divulgar a Sétima Arte e os seus protagonistas. Não sabemos quando terminou. Ainda se publicava em 1960. **[CM]**

O Cinema Português visto por
Arlindo [Pereira?]
O Setubalense, 15/9/1956, p. 3





Cabeçalho da página
«Universo», editada
pela tertúlia Cultura,
Ciência e Saber,
O Setubalense,
11/3/1961

A página «Universo» e a tertúlia «Cultura, Ciência e Saber» (1961)

Pelos inícios do já longínquo ano de 1961, um grupo de jovens setubalenses passou a reunir-se, informalmente, numa, por certo, animada tertúlia à qual, muito significativamente, apelidaram de «Cultura, Ciência e Saber». Lograram eles motivar Guilherme Faria, que n'*O Setubalense* lhes disponibilizou uma página na qual, mensalmente, foram dando conta dos resultados das discussões e reflexões do grupo e das respetivas atividades. Designaram-na por «Universo». O grupo integrava, entre outros participantes, José Viriato S. Ramos, José Filipe Martins, Mateus Alberto Cabrita, Carlos Tavares da Silva, Vítor Manuel Gonçalves. Entre estes, diga-se, desde já, figuram os nomes de dois hoje conceituados e muito justamente reconhecidos arqueólogos: Carlos Tavares da Silva e Vítor Gonçalves. A primeira edição da «Universo» foi impressa na edição de 11 de março daquele ano. Escreveu José Viriato S. Ramos, na «Apresentação» do projeto: «Ainda estamos no início. As obras, como os homens que as criam, só podem dar bons frutos depois de um período de amadurecimento. É esse período que estamos a atravessar. Vão-se definindo qualidades e posições individuais e tomando todos uma nova orientação que só contribuirá para tornar realizáveis e construtivos os ideais dispersos dos membros da C. C. S.». E, mais adiante: «Temos um campo ilimitado para desenvolver a nossa atividade, é esta uma das características da época em que vivemos. Queremos ser fiéis a este mundo, em crise é certo, mas que é o nosso. Não ressuscitaremos os Clássicos nem pensaremos demasiado no Futuro, mas derrubaremos sem hesitar as barreiras que o tradicionalismo nos opuser (...). Temos a energia e a coragem que nos empresta a juventude, reconhecem-nos possibilidades intelectuais e artísticas que com o tempo se hão de desenvolver.

Queremos que o nosso grupo seja de facto o "Universo" dos nossos passos a caminho da Vida» (*O SETUBALENSE*, 1961, 11 de março). Ainda nessa primeira página há reflexões de Carlos Tavares da Silva e de Vítor Gonçalves. O primeiro escreveu sobre «Schubert e o significado da sua sinfonia», enquanto o segundo se debruçou sobre «A Perenidade das obras do espírito», ocupado o autor com a hominização. Ao mesmo tempo, era anunciada uma sessão cultural para 25 desse mês, com intervenções diversas, da música à poesia. Estamparam-se, ainda, dois poemas (de Luís de A. Teixeira — «Inverno» — e de J. V. S. Ramos — «Alguém» — ilustrado por José Filipe Martins).

O segundo número da página saiu em 19 de abril do mesmo ano. Ali se anotaram as mudanças que, culturalmente, Setúbal então vivia. Carlos Tavares da Silva dava-se conta dessa transformação: «Ainda não há muito tempo, Setúbal era simplesmente uma cidade industrial (...). Os tempos mudaram e, como tudo em geral se transforma com o tempo, assim, na nossa cidade, nasceram vestígios duma cultura que prometia vingar. Prometia... e vingou mesmo!...». Além da poesia e da ilustração, entre outros temas abordados — «Ecos de Além-mar» e «As grandes religiões da Antiguidade», por Viriato Ramos e Vítor Gonçalves, respetivamente — destacava-se o surgimento recente da Academia Luísa Todi, pela mão de Maria Adelaide Rosado Pinto, como reflexo e fator desse movimento de renovação cultural.

A página «Universo» foi-se publicando regularmente e divulgando, sempre, valores da história e da memória setubalenses. No oitavo número, por exemplo, Carlos Tavares da Silva escreveu umas «Contribuições para o estudo naturalístico da região de Setúbal», onde evocou «um livro inédito» dessa incontornável figura sadina de finais de oitocentos e dos inícios da centúria imediata que fora Arronches Junqueiro (1868-1940), referindo-se ao ainda hoje inédito: *Setúbal. O que tenho visto do seu passado, flora e fauna entomológica*. Por seu turno, Vítor Gonçalves iniciou a publicação de um longo artigo no qual fez o ponto da situação do que se sabia sobre a localização de Cetóbriga — *Cetóbriga, algo mais que ruínas, pó e incerteza*. Continuará a apresentação do tema nos números seguintes daquela página. Naquela época o tema estava, por assim dizer, na ordem do dia. Efetivamente, José Marques da Costa «arrancara, finalmente, uma cidade às brumas incertas dos tempos» (*Ibidem*, 1962, 17 de março), ao acompanhar, registar e divulgar achados arqueológicos da maior importância

para o conhecimento de uma urbe romana — até então ignorada na sua verdadeira extensão — soterrada sob o pavimento das ruas que todos, diariamente, calcorreavam. A descoberta não foi pacífica. Muito menos foi pacífica a aceitação das propostas apresentadas por Marques da Costa, estribando-se nos achados tão inopinadamente revelados. Hoje, graças ao labor dos arqueólogos — e um desses (Carlos Tavares da Silva) revelava-se já na página a que nos referimos — a localização de Cetóbriga pode ser debatida à luz de novas descobertas, fruto de um trabalho sistemático de décadas. Seria isto matéria para outro texto.

Sabemos que a página «Universo» se manteve até, pelo menos, 21 de abril de 1962. A esta e a outras que *O Setubalense*, em sua já longa vida deu acolhimento, terá que voltar-se um dia, estudando-as sistematicamente. [CM]



Primeira página «Universo»,
O Setubalense, 11/3/1961



Desenho de José Filipe Martins, a
ilustrar o poema «Alguém», de José
Viriato S. Ramos, na primeira página
da tertúlia «Cultura, Ciência
e Saber», *O Setubalense*, 11/3/1961

«Arca do Verbo»: quase uma década de criação artística e cultural (1988)

Na página 5 da edição de 7 de dezembro de 1988 de *O Setubalense*, surgiu o primeiro número do suplemento semanal «Arca do Verbo», sob a coordenação do poeta e alfarrabista João Carlos Raposo Nunes, apresentado em «Nota de Abertura» como «página semanal de Artes & Letras», visando «preencher um espaço dedicado à cultura», rejeitando «o interesse político, que às vezes se esconde sob a capa da cultura». O título do suplemento parece justificar-se pelo significado atribuído a «arca», enquanto recolha de descobertas que se iniciam «a partir do verbo», da palavra.

No número inaugural, que, na «Mensagem da Semana», apresenta uma citação de Teixeira de Pascoaes, aparecem poemas de António Cândido Franco, Alexandre Vargas, Buenaventura Melo, Jorge Menezes e António Maria Lisboa (iniciando este último a rubrica «Antologia Breve de A a Z»), havendo ainda, com a assinatura do coordenador, a rubrica «Livros» (dedicada à obra *Dispersos*, de Agostinho da Silva, autor que viria a ser um pilar fundamental neste suplemento) e um «Roteiro» com sugestões culturais algo informais (como «um passeio pela Serra – recomenda-se levar sandes, algo que as regue e a poesia de Sebastião da Gama») e um texto próximo da diarística assinado por Délio Vargas, a partir de Bruxelas.

O suplemento teve lugar cativo nas páginas do trissemanário sadino ao longo de nove anos, até 5 de março de 1997, data em que saiu a página com o número 362. Neste percurso, a sua publicação foi semanal, à quarta-feira, tendo passado pelas páginas 4, 5 e 6 do jornal, embora o ritmo de edição tenha sido afetado em alguns momentos, embora ligeiramente. A partir de 3 de maio de 1995, houve alguma irregularidade nas edições, chegando os números 320,

321 e 322 a ser publicados com dois dias de diferença, em 22, 24 e 25 de maio, respetivamente. Desde 12 de julho de 1995, o suplemento passou a ter edição quinzenal, mas os três últimos números apareceram ao ritmo mensal (em 8 de janeiro, 5 de fevereiro e 5 de março de 1997).

Ao longo do seu percurso, «Arca do Verbo» assumiu 349 autorias, tendo algumas delas sido limitadas ao desenho. Entre os que intervieram no suplemento com mais de uma dezena de colaborações, mencionem-se os nomes de Agostinho da Silva, Alexandre Vargas, Álvaro Arranja, António Barahona, António Cândido Franco, Avelino de Sousa, Délio Vargas, Emanuel de Sá, Fernando Botto Semedo, Fernando Grade, Fernando Paulino, Francisco Soares, João Carlos Raposo Nunes, João Santiago, José Augusto Rebelo (Capitão Rebelo), José Manuel Capêlo, José Manuel Vilhena, Maria Emília Faria da Rosa, Maurícia Teles, Nanda Lopes, Ochoa de Castro, Paulo Alexandre Esteves Borges, Paulo Brito e Abreu e Teresa Bernardino. Além destes colaboradores regulares, Teixeira de Pascoas mereceu também mais de uma dezena de citações em destaque, pormenor revelador da sua ascendência cultural sobre os responsáveis da publicação.

Manifestando-se como uma página cultural abrangente, de livre pensamento, «Arca do Verbo» não foi, no entanto, um espaço de polémica, apesar de, no número 43 (em 4 de outubro de 1989), ter sido publicado um texto assinado coletivamente por José Manuel Capelo, Maria Azenha e Paulo Brito e Cunha, que se insurgiam contra uma opinião de Joaquim Manuel Magalhães em *O Independente* sobre o livro *Bichos*, de Miguel Torga. Como o semanário lisboeta não publicou esta resposta, os autores enviaram-na para «Arca do Verbo», que fazia convite aos leitores para se associarem à indignação, escrevendo. Contudo, não houve outras evidentes reações...

A página foi tendo receção crescente, havendo notícia de leitores que a colecionavam e de outros que pediam ao coordenador os números que tinham perdido, situação que levou a que, no número 76 (de 6 de junho de 1990), Raposo Nunes desse nota da impossibilidade de satisfazer tais desejos, prometendo, no entanto, que o número 100 mereceria uma edição da página em livro, com prefácio de António Cândido Franco. Contudo, a ideia não chegou à fase de concretização, mas, no número 150 (de 4 de dezembro de 1991), o coordenador parecia não desistir do projeto e anunciava uma edição antoló-

gica da folha, recolhendo textos e desenhos que pudessem ser uma fonte de investigação no futuro, projeto que estaria a cargo da mesma equipa. Mais uma vez, a esperança foi gorada e «Arca do Verbo» nunca chegou a sair em formato de livro.

Cinquenta números adiante, a edição 200 não escondia a satisfação do coordenador, que desabafava: «O Amor transborda e nós agradecemos a tudo e a todos o termos chegado ao n.º 200; efetivamente pensamos ser o único jornal regional que mantém uma página literária há tanto tempo. Ficamos honrados e responsabilizados a fazer cada vez melhor. Cerca de 300 colaboradores já passaram pela Arca do Verbo, estamos felizes!» (*O SETUBALENSE*, 1992, 23 de dezembro). E, perante tal epopeia, que bem podia ser a da manutenção da página, Raposo Nunes brindava: «Para comemorar a página n.º 200 pedimos a colaboração de Luís Vaz de Camões.» (*Ibidem*). O conteúdo dessa edição era mesmo eminentemente camoniano – um poema em honra do vate, assinado por Inês Franco, de 9 anos (das escolas chegou também a colaboração através de textos e desenhos de alunos dos diversos níveis de ensino, que, em várias edições tiveram o seu lugar); a transcrição de duas oitavas do episódio de Velloso, do canto IX do poema épico; a reprodução de dois textos sobre a glória de Camões, um de António Telmo e outro de Teixeira de Pascoaes; a fotografia de um mapa da «Carreira da Índia».

A liberdade criativa nos domínios da poesia, do ensaio ou da ilustração não impediu que temas da atualidade também passassem pela página, como foi o caso da ocupação de Timor – em 11 de dezembro de 1991, na edição 151, referia Raposo Nunes: «Queremos salientar o nosso reconhecimento a todas as pessoas que se têm empenhado pela causa de Timor e muito em especial ao senhor D. Manuel Martins, Bispo de Setúbal, e ao Senhor Capitão Rebelo, que tão bem conheceu Timor e que tantas crónicas tem escrito sobre essa Ilha do Amor». De igual forma, «Arca do Verbo» foi-se assumindo também como motor de divulgação, tendo sido publicadas páginas de diversificada temática dedicadas, entre outras, a «Beat Generation» (33), Arrábida (36), Sebastião da Gama (69), Ruy Cinatti (75), Mário de Sá-Carneiro (92), Frei Agostinho da Cruz (164), Gomes Leal (184), Almada Negreiros (192), foral de Setúbal de 1249 (235), Fernando Sylvan (262), Jaime Rebelo (293), Miguel Torga (1995), ao «fanzine» (356) e João Mendão (361). Tema também presente foi a História

Local de Setúbal em vários textos assinados por Álvaro Arranja ou a reprodução de outros relacionados com Setúbal, de difícil acesso, como foi o caso da publicação da «História Jocosa dos Três Corcovados de Setúbal» (218), narrativa da literatura de cordel, provavelmente de inspiração francesa, a circular pelo menos desde o século XVIII.

Ao longo de quase uma década, «Arca do Verbo» foi-se abrindo perante os leitores de *O Setubalense*, com conteúdos diversificados e colaborações abrangentes, nunca tendo sido esquecida a influência sentida por Raposo Nunes relativamente a figuras tutelares como Agostinho da Silva e Dalila Pereira da Costa – no número 82 estes nomes eram referidos como «dois Mestres a que a nossa geração rende homenagem e presta lembrança» (*O SETUBALENSE*, 1990, 18 de julho); meia dúzia de anos depois, no número 344 Raposo Nunes dava voz ao desabafo, referindo-se ao filósofo Agostinho da Silva (falecido em abril de 1994): «O professor tirou licença há dois anos, tem sido dolorosa a sua ausência. (...) Dois anos depois da sua partida, os invernos tornaram-se mais rigorosos.» (*Ibidem*, 1996, 10 de abril).

Em 5 de março de 1997, saiu o 362.º número da «Arca», o último. Um capítulo foi fechado sem anúncio prévio. Mas o percurso estava feito. À distância de pouco mais de vinte anos, João Carlos Raposo Nunes recorda que o trabalho da «Arca do Verbo» foi uma alegria cultural, pois coincidiu com a gestação da livraria alfarrabista «Uni Verso» e com um ritmo de acontecimentos associados impressionante: «Muitos dos colaboradores da Arca do Verbo vieram então a Setúbal, onde fizeram conferências, lançamentos de livros, exposições, etc. Foi uma época de grande atividade cultural na cidade, onde na altura pouco se passava.» **[JRR]**

A «Página Cultural» do Centro de Estudos Bocageanos (1999)

Entre 22 de dezembro de 1999 e 29 de abril de 2013, o Centro de Estudos Bocageanos (CEB) foi responsável pela edição de uma «Página Cultural» saída mensalmente no periódico *O Setubalense*. No total, 154 publicações (numeradas a partir da terceira edição, apesar de no seu historial haver lapsos na numeração) por onde passaram textos cuja autoria abrangeu 135 assinaturas, com uma publicação praticamente ininterrupta, com exceção de alguns meses da época de verão entre 2004 e 2008, embora, em compensação, o mês de dezembro de 2005, por ter sido o mês em que se celebrou o segundo centenário da morte de Bocage, tenha tido três números (sendo um deles duplo, o que foi publicado com a edição de 21 de dezembro, data do falecimento do poeta).

Suplemento com autonomia dentro do jornal, habitualmente surgido na quarta página da edição da última quarta feira do mês, teve como coordenadores António Quaresma Rosa (números 1 a 48), Natércia Fraga (números 49 a 69 e 72), João Reis Ribeiro (número duplo 70/71 e números 73 a 86) e a equipa formada por Álvaro Arranja, António Chitas e Daniel Pires (números 87 a 154). O design da «Página» teve a autoria de Amílcar C. Albino até ao número 48. A partir daí, as várias edições deste suplemento mantiveram a sua identificação e autonomia através de cabeçalho próprio, sem que o modelo de disposição dos textos na página se distinguisse das outras páginas do jornal. Entre os colaboradores mais frequentes, podem citar-se Álvaro Arranja, António Chitas, António Quaresma Rosa, Carlos Mouro, Daniel Pires, Fernando Marcos, Horácio Pena, João Reis Ribeiro e Natércia Fraga.

Ao longo dos quase catorze anos de publicação, a «Página Cultural» do CEB serviu vários objetivos, relacionados os mesmos com a filosofia de coordenação que a assumiu. Inevitavelmente, por lá passou um pouco da história da asso-

ciação, além da divulgação de dados histórico-culturais sobre temas como: Setúbal, Bocage e o seu tempo, divulgação de poesia e de poetas e história local.

Logo no número inicial, foi feita a história do CEB, organização nascida em maio desse ano, quando, no fórum «Pensar Setúbal», Daniel Pires lançou a ideia da criação do Centro. Na escritura dos estatutos, datada de 1 de outubro de 1999, constam como objetivos «divulgar a obra e a personalidade do Poeta Barbosa du Bocage, fazer o enquadramento dos escritores locais e nacionais e dinamizar culturalmente a cidade de Setúbal, promovendo e apoiando a edição de publicações e de material audiovisual, a realização de exposições temáticas, congressos, mesas redondas, seminários, encontros, debates, concertos, recitais, encenações, visitas guiadas, ações de divulgação junto de estabelecimentos de ensino, exposições itinerantes e a publicação de um boletim.» Tendo-se iniciado com 84 sócios fundadores, até às primeiras eleições o CEB agiu sob a responsabilidade de uma Comissão Instaladora formada por Daniel Pires, Antónia Soares, António J. Marques e Fernando Marcos. Aquando da realização do primeiro ato eleitoral para os corpos sociais, os primeiros dirigentes do CEB foram: na Assembleia Geral, Luciano Carvalho Costa (presidente), Laurinda Abreu (vice-presidente), João Lúcio Monteiro e Fernando de J. M. Pimenta (Secretários); no Conselho Fiscal, Carlos Tavares da Silva (presidente), António J. Marques (secretário) e Maria Virgínia Costa (relator); na Direção, Daniel Pires (presidente), Antónia Soares (vice-presidente), Fernando Marcos (tesoureiro), António Quaresma Rosa e Maria Cristina Moura (secretários).

Além das notícias sobre as atividades promovidas pelo CEB (conferências, produção editorial, apresentação de livros, exposições, constituição de fundo de história local, vida associativa), a «Página Cultural» valorizou muito as dimensões do estudo e da divulgação sobre o tempo e a obra de Bocage e sobre a maneira como o poeta foi assumido por Setúbal ao longo dos tempos, destacando ainda as leituras e interpretações sobre Bocage, com abordagens em variadas formas artísticas (ensaio, pintura, fotografia, poesia). A área dos estudos locais constituiu também um filão importante nos conteúdos da publicação, passando um pouco por todas as épocas e por uma diversidade considerável – arqueologia, história política e social, opinião de visitantes estrangeiros, desenvolvimento industrial (a importância do sal ou dos curtumes, por exemplo), movimento cultural, memórias sadinas, história da educação, cultura popular, papel de

Setúbal na história nacional (ordens militares, ação da Inquisição, revolução republicana, 25 de abril, etc. Uma outra faceta importante que a «Página» alimentou foi a da divulgação da literatura portuguesa, especialmente a poesia (ou não fosse o patrono do CEB um poeta!), tendo publicado números antológicos organizados por épocas, desde a lírica galego-portuguesa até à atualidade, ou outros consagrados a temas (Inês de Castro) ou autores (Sophia de Mello Breyner, Eugénio de Andrade, Mariana Angélica de Andrade).

As vertentes da participação e da criação do público mais jovem constituíram também preocupação e objetivo da «Página Cultural», que, em diversos números, publicou poemas de alunos de várias escolas da região. Correspondendo à mesma linha de intervenção, o CEB, sob a coordenação de Natércia Fraga, manteve ainda em *O Setubalense* uma «Página Juvenil» de periodicidade mensal, de que saíram 37 números publicados entre 3 de dezembro de 2001 e 12 de dezembro de 2005, que deu voz à expressão artística de autores jovens e divulgou textos de autores clássicos e contemporâneos, portugueses ou estrangeiros, da designada «literatura juvenil». [JRR]

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Página Cultural CEB, n.º 1, *O Setubalense*, 21/12/1961

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Página Cultural CEB n.º 154, *O Setubalense*, 29/4/ 2013

CAPÍTULO V



TEMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS



A Revolução Russa de 1917

Nas primeiras duas décadas do século XX, Setúbal era uma das cidades do país com maior densidade operária. Não admira, pois, que a primeira Revolução Socialista vitoriosa, ocorrida na Rússia em outubro de 1917 (mas no calendário do Ocidente apenas em novembro), tenha tido grande impacto na sociedade setubalense da época.

O Trabalho é o primeiro jornal a referir-se à revolução soviética. Logo no dia 25 de novembro, pouco mais de 15 dias após o assalto ao Palácio de Inverno, em Petrogrado, este jornal, num artigo assinado por Ladislau Batalha, consagra-lhe um longo artigo intitulado «A Revolução em marcha», em que o articulista apresenta a revolução russa no quadro das grandes transformações sociais e políticas ocorridas ao longo da História, na perspetiva da luta de classes. O autor recorre a uma série de exemplos históricos, desde a Roma Clássica, passando pelas Jacqueries, até à Comuna de Paris: «Por toda a parte é sempre o dominado contra o dominador, o miserável contra o feliz, o pobre contra o rico, o justo contra o injusto, na Índia Védica os Párias contra os de Brahma, no Japão os Artífices contra os Samurais, no mundo mais adiantado os Proletários contra os Burgueses. (...) A Revolução Russa tem, portanto, remotos percussores (...) encontra similares desde as mais remotas civilizações, sempre que a opressão dos de cima tem tentado esmagar os de baixo» (BATALHA, 1917, 25 de novembro).

O Setubalense, só passados cinco meses após a eclosão da Revolução lhe fará a primeira referência. Trata-se de um artigo sobre Máximo Gorki, intitulado «Máximo Gorki e a Guerra» (*O SETUBALENSE*, 1918, 18 de março) onde é feita uma série de apreciações em relação à conduta de Máximo Gorki e de Lenine.

Máximo Gorki é apresentado como o «conhecido novelista e anarquista russo», sendo acusado de ingrato dado o acolhimento que as editoras ocidentais desde o tempo do Czar haviam dado à divulgação da sua obra. Será ainda acusado de colaborar no «jornal *Pravda* de Lenine, o agitador russo vendido à

Alemanha», onde faz «uma campanha violenta contra a guerra, ou seja, contra os aliados».

A primeira alusão à Rússia dos Sovietes é feita nas pessoas de Lenine e Gorki e, como é facilmente verificável, de forma pouco elogiosa para os visados.

Com a passagem para diário e com algumas modificações no corpo redatorial do jornal, *O Setubalense* vai infletir a sua posição. A partir desta mudança, vai acompanhar o desenvolvimento da Revolução Soviética com simpatia.

Em agosto aparece o primeiro grande artigo apologético, num editorial sob o título «Revolução na Rússia» (*Ibidem*, 17 de agosto: [1]) é manifestada preocupação em relação à evolução das divergências entre anarquistas e socialistas, assim como o cerco que as grandes potências ocidentais movem à Revolução. O artigo termina com um apelo ao internacionalismo para que esta não morra.

Mais do que artigos propriamente ditos sobre a análise da situação que se vive na Rússia, a maior parte dos textos que encontramos é de apologia e louvor à Revolução, defendendo a necessidade da sua extensão a outros países e geografias: «A obra da Revolução Russa começa a frutificar. Hoje é nos impérios centrais nos povos balcânicos e nas raças eslavas. Amanhã será nas outras nações, pois que os princípios porque se bateram os exércitos aliados não de fructificar, têm que ser cumpridos integralmente. A onda socialista que triunfou nos outros povos, há de também vencer nos países do ocidente». (*Ibidem*, 1918, 16 de novembro).

Outra das teclas mais tocadas pel'*O Setubalense* é a do perigo de intervenção dos exércitos aliados na Rússia dos Sovietes «Vão alguns países intervir na



O Trabalho, 25/11/1917

Rússia a título de polícia, segundo corre na imprensa. É um mau precedente, um desmentido aos ideais libertadores».

Em conclusão, *O Setubalense* encara a primeira Revolução Socialista como a conquista da «liberdade» para as classes laboriosas, como o princípio do fim do «reino dos tiranos», e faz coro com os que vêm na Revolução Russa a primeira prova concreta de que seria possível um «poder dos trabalhadores» completamente livre e independente do «jugo do Capital».

A narrativa veiculada pelo jornal era a de que o mundo burguês iria desabar como um baralho de cartas. Recebera o primeiro grande sopro em Petrogrado, na Rússia dos Soviéticos. [AAC]



O Setubalense, 24/8/1918



O vaticínio da Revolução Socialista Mundial

«O século XX vai ser o século do socialismo. Nem de outra forma poderia ser (...). Os governos não poderão fugir aos seus compromissos. Ou espontaneamente ou impelidos por gestos mais ativos, terão que enveredar pelo caminho das grandes reformas sociais, pelos processos duma política nova, baseada nos direitos dos povos e na mais pura democracia (...). A época burguesa esboroa-se por incompetente e por a sua finalidade histórica ter saído. Desde a Rússia até às fronteiras ocidentais da Alemanha a sua ação é já moribunda. Uma nova sociedade levanta-se, redimindo as nações, os povos, de séculos de escravidão» (NOGUEIRA, 1918, 2 de dezembro)

A subida de Hitler ao poder (1933)

A Grande Depressão de 1929 mudou radicalmente a paisagem política e económica internacional. Ainda que com impacto diferente de país para país, a crise económica iniciada pelo *crash* da bolsa de Wall Street abriu as portas para a consolidação de respostas de cariz totalitário – sendo Itália e a Alemanha os casos mais significativos.

Apesar das diferentes experiências proto-fascistas que marcaram a Europa no início do século XX, é com a chegada de Benito Mussolini ao poder, em 1922, que este movimento dá a primeira demonstração de força. Tendo representado uma condição estruturante no desenvolvimento desigual e combinado destas forças no continente europeu, a crise económica será igualmente fundamental para compreender a emergência do partido nazi sob a liderança de Adolf Hitler.

Enquanto grande derrotada na I Guerra Mundial, a Alemanha viveu o seu pós-guerra sob um regime republicano, conhecido como a República de Weimar, atravessado por várias tensões. Estas tinham como pano de fundo as condições agressivas impostas pelo Tratado de Versalhes e agravaram-se, profundamente, com os efeitos da crise económica, levando ao aumento da contestação política e social.

Foi este o clima em que foi fundado o Partido Nacional Socialista, que, liderado por Adolf Hitler desde 1921, conheceu um crescimento constante. Num país marcado pela forte desvalorização da moeda, pela inflação e pelo desemprego, a propaganda nacionalista e antisemita do partido nazi conheceu uma popularização entre as camadas intermédias que pretendiam regressar à estabilidade que se considerava perdida. Em 1933, Hitler será nomeado chanceler pelo então presidente da República, Von Hindenburg. Já em 1934, após a morte de Hindenburg, Hitler realizou um plebiscito acerca da união de poderes, conquistando o voto favorável de 88% dos alemães, vendo, assim, ainda mais legitimado o seu papel enquanto Führer.

Em Portugal, estes acontecimentos foram recebidos num momento em que o próprio Estado Novo se encontrava ainda em processo de consolidação, com a entrada em vigor da Constituição de 1933. Será talvez essa a razão para se encontrar nas páginas d'*O Setubalense* alguma apreensão e receio perante a evolução dos acontecimentos na Alemanha. Como é referido: «Duma maneira ou de outra, Adolf Hitler está no poder. E ao vê-lo lá, todo o mundo pergunta como se comportará ele na posição em que se encontra, que uso irá fazer da autoridade de que dispõe agora...será a paz? Será a guerra? Fará a ordem na Alemanha ou, precipitando os acontecimentos, provocará o desencadear da desordem que está latente naquele país?» (*O SETUBALENSE*, 1933, 2 de fevereiro: 1). **[JS]**



A emergência dos regimes autoritários vista pelos jornais portugueses, *Expresso*, 4/2/2017



«Hitler, como sempre dissemos, é um produto puramente estrangeiro, que do estrangeiro veio e que dele se alimenta como outros que de certo modo lhe são afins. O nacional-socialismo progride ou declina conforme se queira fora da Alemanha. Pois é conveniente acabar com ele. Entendem-se para isso todos os países que podem fazê-lo, concorrendo assim para que o vulcão alemão se extinga. Conseguindo-o, teremos dado outro grande passo para restabelecer a paz na Europa, restituindo-a à prosperidade que perdeu com a guerra» (*O SETUBALENSE*, 1933, 3 de janeiro: 1)

A Guerra Civil espanhola é vivida intensamente em Setúbal (1936-1939)

O diário *O Setubalense* publica, praticamente todos os dias, artigos com a descrição pormenorizada da Guerra Civil. Acompanha os principais jornais portugueses como *O Século*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa* e *Diário da Manhã*, que tinham enviado dezenas de repórteres para as diversas frentes de combate.

Mesmo antes desta guerra eclodir, a Guerra Civil, *O Setubalense* já seguia de perto a situação política no país vizinho. Aconselha a Direita espanhola, denuncia o que considera ser os abusos da Esquerda e os avanços do comunismo e do anarquismo. Previne contra o avanço dos «amigos do diabo». Em julho de 1935, critica, asperamente, o Parlamento Espanhol por não ter aceitado «A proposta apresentada pelas Direitas para que Casares Quiroga e Manuel Azaña, chefes esquerdistas, fossem julgados como implicados no célebre caso do contrabando de armas» (*O SETUBALENSE*, 1935, 22 de julho).

Três meses antes do pronunciamento militar, o periódico setubalense, em artigo intitulado «Ódio e sangue – eis o comunismo», insurge-se contra a greve geral proclamada pela Confederação Nacional do Trabalho (CNT). Compara os tempos da República em Portugal com os que se viviam então em Espanha. «Também nós experimentámos já, em nefastos tempos que jamais voltarão, o posso, quero e mando da desordem através da defunta Confederação Geral do Trabalho, que decretava greves revolucionárias. (...) Confrontemos o sossego em que vivemos, furto natural da ordem, com o que se está verificando em Espanha, se nos não recordamos do que também passámos, nas garras de um Governo bandeado com os desordeiros» (*Ibidem*, 1936, 23 de abril).

Para o articulista, os portugueses sabem que o comunismo não é a «felicidade social que anunciam», mas que na realidade só oferecem «assaltos, saqueios, incêndios criminosos, assassínios» (*Ibidem*).

A pouco mais de 24 horas do golpe militar, o jornal informa, em parangonas de primeira página, a «rendição da governação militar e da sua submissão aos revolucionários de Franco». Ainda na primeira página, informa que se desconhece o paradeiro dos membros do governo republicano eleito e que «Os principais chefes da Frente Popular abandonaram Madrid a toda a pressa, tendo alguns caídos nas mãos dos revoltosos» (*Ibidem*, 1936, 20 de julho: 1). **[AAC]**



O atentado a Salazar (1937)

Quando, em 5 de julho de 1937, *O Setubalense* noticia o atentado a Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, ocorrido no dia anterior, já a notícia tinha sido publicada nos principais jornais de Lisboa e o acontecimento havia suscitado telegramas, missas, orações e manifestações de muitos organismos de apoio ao governo e ao regime.

O Setubalense traz nesse dia dois artigos sobre o assunto, um de primeira página, intitulado «Quem não é por nós é contra nós», e a notícia propriamente dita, na última página do jornal. Já não se tratava, propriamente, de relatar os factos. No primeiro caso, partia-se da perplexidade face ao sucedido. Afinal, segundo o jornal, não sendo Salazar um «perseguidor político», sendo um estadista de dimensão internacional, trabalhado pelo bem-estar da população, a única explicação para tal ato só poderia radicar nos seus inimigos nacionais e internacionais – os comunistas. Não se estranha, por isso, que o artigo termine afirmando que «Já é tempo suficiente de se meterem nos manicómios os loucos e nas cadeias os degenerados, os “meneurs” de situações confusas, numa palavra, os bolchevistas ocidentais» (*O SETUBALENSE*, 1937, 5 de julho: 1).

O segundo incide sobre a repercussão internacional do atentado, principalmente na imprensa nazi-fascista da Itália e da Alemanha ou no labor policial na busca dos autores. Porém, o mais interessante é a citação de um telegrama de Hitler a Salazar, exprimindo «cordais felicitações pelo seu feliz salvamento do abominável atentado» (*Ibidem*, s. p.)

Nos dias seguintes, continuam a ser publicados artigos e notícias sobre o assunto, sempre de evidente propaganda de apoio ao Estado Novo. *O Setubalense* refere, por exemplo, de modo detalhado, a manifestação realizada, logo no dia 5, por iniciativa da Comissão Concelhia da União Nacional, o partido único do regime, e do comando da Legião Portuguesa, a organização paramilitar criada no ano anterior, e, ainda, o *Te Deum* realizado na igreja de S. Julião, em

8 de julho, assim como outras iniciativas de menor dimensão, como o envio de telegramas por parte de funcionários públicos, das Juntas de Freguesia da cidade ou do Conselho Escolar de Liceu de Bocage.

Na manifestação e no *Te Deum* há uma coreografia política comum: estão presentes as organizações locais que constituíam a base local do regime – a União Nacional e a Legião Portuguesa, naturalmente, mas também a Mocidade Portuguesa, os Sindicatos Nacionais com os seus estandartes, as Comissões de Assistência, inspetores e professores primários, funcionários dos tribunais, o Governador Civil, os reitores e professores do Liceu e da Escola Industrial e Comercial, oficiais dos regimentos de Infantaria 11 e de Artilharia da Costa, que enquadravam comerciantes, industriais e populares. Fora assim em Setúbal e no resto do país. A construção do ambiente era a mesma, dar a imagem de que o regime e o país estavam com Salazar, o Chefe.

A par disto, um conjunto de artigos de fundo retomava um discurso de Salazar – «Não há dúvida que somos indestrutíveis. A Providência assim o quis e vós, na terra, assim o quereis». Ao regime interessava inculcar a ideia de que se tratava de um milagre e que era preciso arregaçar as mangas e limpar o país dos.... comunistas que, naquela conjuntura precisa, estavam muito ativos. Houve a revolta dos marinheiros dos navios de guerra Dão e Afonso de Albuquerque, em setembro de 1936, e as chamadas «bombas dos ministérios», em janeiro de 1937, uma ação sincronizada de atentados bombistas aos ministérios, depósitos de armas e explosivos – que alimentavam o bando nacionalista e golpista na guerra civil de Espanha – e aos que os apoiavam, como o Rádio Clube Português.

Estas ações de sabotagem, as bombas nos ministérios, foram organizadas pelo Comité de Ação da Frente Popular Portuguesa, em que participavam republicanos radicais, anarquistas e comunistas, haviam sido um sucesso e os seus autores, entusiasmados, pensaram na organização de um atentado a Salazar, que consistia em fazer deflagrar um engenho explosivo sob o carro que o transportava, quando este estacionasse numa das avenidas de Lisboa, frente à moradia de um amigo onde regularmente assistia à missa dominical. A bomba seria colocada na rede de esgotos, mas problemas com a sua dimensão impediram uma correta colocação, provocando que o impacto se fizesse no sentido contrário ao esperado, o que permitiu a Salazar escapar ileso, apesar dos grandes estragos provocados na zona.

A PVDE procurou, infatigavelmente, os autores. Era preciso encontrá-los com rapidez. Foram, inclusivamente, presos e apresentados em publico indivíduos que nada tinham a ver com o assunto e que, sendo barbaramente torturados, foram obrigar a confessar uma ação que não tinham, de facto, praticado. Só mais tarde chegariam aos verdadeiros autores, que sofreram longas prisões, tendo alguns falecido no cárcere.

O atentado a Salazar foi, durante dezenas de anos, a última ação violenta levada a cabo pelas oposições, inspirada em concepções de luta política que estavam longe de colher o acordo junto de todas as correntes oposicionistas. E deve ser entendido num quadro de grande radicalização política, com a guerra civil de Espanha aqui mesmo ao lado, numa altura em que emergiam os fascismos deitando de fora as suas garras em Itália, na Alemanha, em Espanha, assim como em Portugal, com centenas de opositores antifascistas presos, torturados ou deportados. **[JM]**

MADEIRA, 2013: 112-113



Cratera aberta pelo rebentamento da bomba

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA
MUNICIPAL DE SETÚBAL



Quem não é por nós é contra nós
O Setubalense, 5/7/1937

A II Guerra Mundial na ótica d'*O Setubalense* (1939-1945)

Entre 1 de setembro de 1939 e 2 de setembro de 1945 decorreu o mais mortífero conflito militar da História, provocando mais de 70 milhões de mortos. As forças em confronto dividiram-se, fundamentalmente, entre as potências do Eixo (Alemanha nazi; Império Japonês e Itália fascista) e os Aliados (França e Grã-Bretanha, posteriormente a URSS e os EUA). A guerra teve início com a invasão da Polónia (1/9/1939), terminando, seis anos mais tarde, após o lançamento de duas bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaki e a consequente rendição japonesa.

Durante estes anos, *O Setubalense*, praticamente em todas as edições, transcrevia ou reportava notícias das principais agências internacionais (e.g. Reuters) para que o público tivesse acesso, ainda que sob o crivo da censura, a algumas informações sobre o desenvolvimento do conflito. É de destacar que o diário promovia uma rubrica intitulada «Atualidades Gráficas», onde eram expostas fotografias dos principais dirigentes políticos ou de palcos militares, contribuindo para alimentar o imaginário da população em torno deste drama internacional. As metamorfoses internas pelas quais o periódico passou nesta época – em particular nos anos de 1944/1945, com as alterações de nome (foi renomeado *Vitória Setubalense* e, posteriormente, *Vitória*) – demonstram uma evidente diferença na forma de produzir conteúdos, passando de uma fase mais cronista para outra mais informativa, que reproduzia notícias veiculadas por outra imprensa.

Nesse sentido, compreende-se que as capas das últimas semanas da II Guerra Mundial sejam, na sua esmagadora maioria, marcadas por textos de agências estrangeiras, com uma configuração semelhante ao que se poderia ler no *Diário de Notícias* ou n' *O Século*. (ver a figura). Pouco espaço foi dado à forma como a cidade viveu a celebração do fim do conflito: «(...) a notícia de que terminara a guerra na Europa, encheu de satisfação todo o público setuba-

lense, que manifestou o seu contentamento enchendo as ruas, percorrendo-as e indo até ao vice-consulado inglês que se apresentava embandeirado e com uma gambiarra de luzes multicores. Os edifícios públicos, vice-consulados, casas particulares, etc., içaram as bandeiras dos respetivos países e os últimos, a bandeira nacional.» (VITÓRIA SETUBALENSE, 1945, 9 de maio: 2).

Inversamente, o anúncio do início do conflito foi marcado, por um lado, pelas principais notícias cuja circulação era permitida em Portugal e, por outro, pela presença de crónicas e opiniões de algumas personalidades. Como ideia central, *O Setubalense* criticou a deflagração da guerra, mas confiava na Providência e no Governo para manter a integridade territorial da Nação. (*O SETUBALENSE*, 1939, 4 de setembro) Por fim, o caráter pacifista do jornal é evidente, mas, claramente, alheio aos principais e obscuros objetivos de Adolf Hitler, o que é revelador das possíveis dificuldades de interpretação dos factos, dado o controlo informativo promovido pelo regime: «(...) inutilizando com o seu gesto inoportuno e violento todas as possibilidades de paz [invasão da Polónia], criou para si uma situação de tal ordem que se me afigura poder ser o crepúsculo em que por fim se apagará, tragicamente, a estrela em que demasiadamente confiou.» (CASTRO, 1939: 1). [DF]



Notícia sobre a Guerra, *O Setubalense*, 1/9/1939, p. 1



Notícia sobre o fim da Guerra, *Vitória Setubalense*, 15/8/1945, p. 1

Exposição do Mundo Português (1940)

«A mostra estética e ideológica do Estado Novo»

No ano de 1940 acontece em Lisboa a Exposição do Mundo Português. Enquadrada nas Comemorações Centenárias – da fundação da nacionalidade, em 1140, e da restauração da independência, em 1640 – esta exposição tornou-se no mais importante acontecimento político-cultural do Estado Novo. Num período em que o regime salazarista se consolidava, a linguagem e a estética empregues no percurso expositivo procuram legitimar os princípios do regime, com base numa consagração pública de cariz histórico e ideológico.

Resultando da «política de espírito» lançada na década anterior pelo Secretariado de Propaganda Nacional, a evocação do duplo centenário foi um espaço de propaganda histórico-ideológica do «espírito nacional», idealizado para afirmar um percurso de continuidade entre o passado e o presente que justificava a missão «moral» e «civilizadora» do salazarismo. Nas palavras de António Ferro: «1140 explica 1640 como 1640 prepara 1940» (FERRO, 1939: 19).

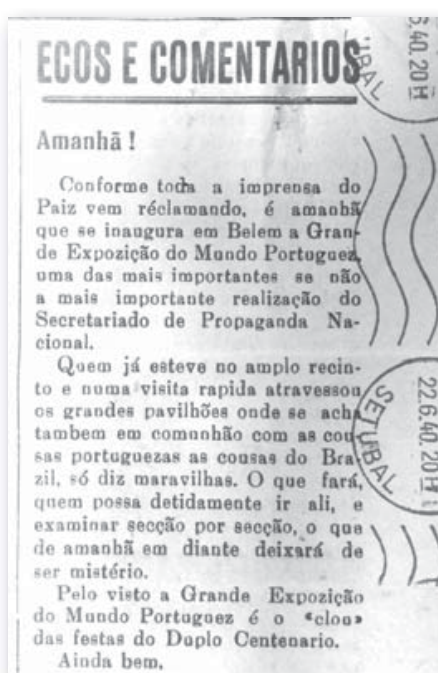
Este instrumento pedagógico construído para «moldar os espíritos» compunha-se de três secções: Secção Histórica, Secção da Vida Popular e Secção Colonial. Numa projecção de estética marcadamente fascista, usam-se elementos histórico-simbólicos do passado de que o regime se pretendia herdeiro, como o Padrão dos Descobrimentos, justificando o projeto de sociedade do Estado Novo como o único aceitável. Faz-se uma recriação do «ser português» à luz da moral vigente, criando ambientes idealizados da vida popular nas diversas regiões do Portugal rural. Expõem-se pessoas e encenam-se formas de vida num zoológico constituído por «aldeias indígenas», mostra de dominação assente numa pretensa vocação imperial e capacidade civilizadora que estará presente nas políticas coloniais do Estado Novo.

A Exposição do Mundo Português de 1940, na sua vertente de ação de

propaganda politico-ideológica, foi o edifício simbólico do Estado Novo. Edifício construído para controlar a memória num esforço de subordinação da História e para afirmar verdades únicas mostrando exemplos de «ordem incontestável»: para que se configurassem como valores legitimadores da ação política e social do Regime e reforçassem o «renascimento nacional» proposto pelo modelo moral do Estado Novo.

Entre 23 de junho e 2 de dezembro de 1940, em Belém, junto ao Tejo, esteve instalada uma enorme encenação ideológica e uma mostra da mitologia salazarista, que valorizava e aclamava um Portugal rural, cristão, conservador, ordeiro e imperial que o Estado Novo pretendia legitimar. **[AA]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Notícia da abertura da Exposição do Mundo Português *O Setubalense*, 25/6/1940, p. 1

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL



Mapa da Exposição do Mundo Português, 1940

Revolução Chinesa (1949)

O pós-II Guerra Mundial levou à divisão do mundo em dois grandes blocos geopolíticos: os EUA, enquanto representantes do mundo ocidental e do sistema capitalista; a URSS, enquanto representante dos países do leste europeu e do sistema socialista. Seguiu-se um período conflituoso, conhecido como Guerra Fria, que representou um permanente jogo de forças entre os dois blocos, levando a conquistas e derrotas para ambos. Foi neste contexto que emergiu a República Popular da China, em 1 de outubro de 1949.

A chegada dos comunistas chineses ao poder veio demonstrar a crescente influência soviética no continente asiático, mas, ao mesmo tempo, a emergência de um novo ator geopolítico com capacidade de atuar com autonomia face ao bloco soviético (como se veio a confirmar no final da década de 50, com a rutura sino-soviética).

Contudo, se a revolução chinesa se dá num contexto de pós-II Guerra Mundial, é, sobretudo, fruto de uma complexa rede de conflitos político-militares que remetem à queda da monarquia da dinastia Manchu, em outubro de 1911. A República da China nasceu em 1 de janeiro de 1912, pretendendo, sob a presidência provisória de Sun Yat-sen (líder do Partido Nacionalista), libertar o país dos resquícios imperiais e da influência estrangeira (BIANCO, 1971: 12-13).

Longe de alcançar estes objetivos, o país experienciou neste período um aprofundamento da sua fragmentação política e territorial, que só se viria a inverter com a ação conjunta do Kuomintang e do recém-fundado Partido Comunista Chinês (PCC), que, sob influência da União Soviética, promoveu a primazia do desenvolvimento nacional em detrimento da revolução socialista (COGGIOLA, 1985: 6-7).

No entanto, o sucesso desta aliança mostrou-se relativo. Apesar da conquista de posições militares importantes – sobretudo, graças ao papel dos comités operários e camponeses –, o Kuomintang, sob a liderança de Chiang Kai-shek,

manteve uma permanente perseguição a dirigentes sindicais e comunistas, levando à célebre Longa Marcha, em 1934.

A complexidade do tabuleiro político-militar aprofundou-se ainda mais com o início da II Guerra Sino-Japonesa, que terminou, apenas, com a rendição japonesa aos aliados, em 1945. Deste conflito, simultaneamente interno e externo, saíram posições irreconciliáveis entre nacionalistas e comunistas, sobretudo, devido à postura dos primeiros durante a invasão japonesa, ao apontarem os comunistas como principais inimigos.

Entre 1947 e 1949 dá-se o clímax deste longo confronto com o PCC e o Exército Popular de Libertação, que foi contando com um crescente apoio de milhões de camponeses (BIANCO, 1971: 196-197), tendo ocorrido as investidas finais que permitiriam que, em janeiro de 1949, tivessem entrado vitoriosamente em Pequim. O governo liderado por Chiang Kai-shek viu-se obrigado a refugiar-se em Taiwan e, em 1 de outubro, Mao Tse-Tung proclamava, oficialmente, a República Popular da China. **[JS]**

[HTTPS://WWW.HISTORYTODAY.COM/ARCHIVE/MONTHS-PAST/MAO-ZEDONG-BACAMES-CHINESE-HEAD-STATE](https://www.historytoday.com/archive/months-past/mao-zedong-became-chinese-head-state)

Mao Tse-Tung proclama a República Popular da China, 1/10/1949.
History Today, 1999: s. p.



«(...) Agora, a Guerra de Libertação Popular está praticamente ganha, e a maioria da população no país está livre. Sob tal fundamento, a primeira sessão da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, composta por delegados de todos os partidos democráticos e de organizações populares da China, pelo Exército de Libertação Popular, as diversas regiões e nacionalidades do país, além dos patriotas chineses no exterior e outros elementos, foi convocada. Representando o desejo de toda a nação, [esta sessão da conferência] promulgou a Lei Orgânica do Governo Popular Central da República Popular da China, elegeu Mao Tse Tung presidente do Governo Popular Central (...)»

(Excerto do discurso de Mao Tse-Tung na proclamação da República Popular da China.
History Today, *ibidem*)

A invasão soviética da Hungria (1956)

Logo em novembro, *O Setubalense* inscrevia no canto inferior esquerdo da primeira página uma pequena notícia sobre a invasão da Hungria pelo Exército russo. Em menos de 30 linhas relatava o que a orientação política de Direita do jornal entendia como fundamental, na linha da propaganda do regime. Partia do princípio de que era do conhecimento dos seus leitores o que se passara nesse país do chamado bloco socialista. Referia apenas a «assombrosa energia (...) [para] resistir até à morte» da população húngara, os seus lancinantes pedidos de apoio internacional e a condenação da invasão pela Assembleia Geral das Nações Unidas (*O SETUBALENSE*, 1946, 5 de novembro: 1).

Mas o que se passara na Hungria tinha contornos muito mais profundos e distintos do que a visão instrumental veiculada pela notícia. No XX Congresso do PC da União Soviética (14-26 de fevereiro de 1956) criticaram-se os crimes de Estaline e o culto da personalidade e reabilitou-se Tito, o dirigente jugoslavo excomungado pelos soviéticos dez anos antes. O que teve impacto em diversos países do bloco soviético, como na Polónia, com a revolta dos 15 mil operários da fábrica de locomotivas de Pozdam, que foi reprimida. Tudo isto entusiasmou os quadros e militantes do PC húngaro e, por arrastamento e oportunismo, também os setores anticomunistas, contra a natureza autoritária das chamadas «democracias populares» e contra a degradação das condições de vida dos trabalhadores.

As purgas de inspiração estalinista nos países do bloco soviético haviam sido tremendas entre 1948 e 1951. Qualquer suspeita de oposição era encarada como pró-americana e implacavelmente reprimida. O PC da Checoslováquia perseguiu e expulsou um milhão de militantes, o húngaro quatrocentos mil, o polaco e o romeno trezentos mil cada, o búlgaro cento e cinquenta mil.

Era contra esse ambiente e essa realidade que operários, estudantes e intelectuais húngaros se erguem. Reclamam a reabilitação dos dirigentes e

militantes perseguidos pelos estalinistas, multiplicam os pequenos jornais e os clubes de natureza abertamente política, sucedem-se as reuniões públicas, a organização estudantil ganha fôlego.

Os estudantes de Budapeste fazem uma grande reunião onde defendem o restabelecimento da democracia, o regresso dos dirigentes expulsos e, alguns mais entusiasmados ainda, querem a retirada das tropas soviéticas. Aprovam aí uma declaração a que acrescentam a eleição dos dirigentes do partido por voto secreto, a recomposição do governo, a demissão dos dirigentes estalinistas, a realização de eleições livres e pluripartidárias, o direito à greve, aumentos salariais e a revisão dos tratados com os soviéticos.

O governo treme com a audácia estudantil, ameaça chamar o Exército para reprimir uma manifestação convocada para homenagear um herói patriota húngaro, mas, como estava internamente dividido, cede. A manifestação que se dirige ao Parlamento é imensa, dão-se vivas à liberdade, canta-se A Marselhesa e, de uma das janelas do Parlamento, reclama-se a democracia socialista. Mas quando a manifestação se dispersa, a polícia secreta atua carregando e prendendo os manifestantes. A manifestação reacende-se e a polícia reage a tiro.

O governo não consegue controlar a situação, apesar das cedências nalgumas reivindicações, e o Exército fratura-se. No dia seguinte, os trabalhadores declaram uma greve geral. Os soviéticos percebem o descontrolo, impõem substituições na chefia do governo e reforçam a sua presença militar. Mas a insubmissão prossegue. Criam-se novos órgãos de poder – Conselho Revolucionário, Comité Nacional, Conselho Socialista da Revolução, Conselho de Operários e Soldados, Conselho Nacional revolucionário. Insistem os revoltosos na retirada das tropas soviéticas, em eleições livres. Misturam-se reivindicações de feição socialista e de feição liberal. O movimento é muito plural. Há setores socialistas, outros estritamente democráticos, nacionalistas, conservadores, anticomunistas. Têm parte do Exército do seu lado, incluindo oficiais de alta patente. Querem romper com a tutela soviética. Defendem uma Hungria livre, independente, democrática e socialista.

Claro que os setores nacionalistas de Direita, apoiados pelos americanos, querem a derrota total dos soviéticos. A negociação torna-se cada vez menos possível num quadro de grande radicalização. E, em 4 de novembro de 1956, as forças militares soviéticas ocupam, maciçamente, Budapeste. Os meios di-

plomáticos soviéticos asseguram, por seu turno, que ninguém nas democracias populares apoiará a revolta húngara. Toma posse um novo governo acentuadamente pró-soviético. Combate-se abertamente nas ruas. Até dia 20 haverá bolsas de resistência, principalmente nos bairros operários. Ensaia-se ainda a coordenação dos Conselhos como contrapoder. As tentativas de negociação resultam completamente infrutíferas. É desencadeada uma nova greve geral de dois dias, em dezembro. Porém, a repressão endurece. O governo ameaça os grevistas com a pena de morte. A revolta é derrotada, e, pelo caminho ficam dois mil mortos, 200 mil refugiados e, sobretudo, uma enorme esperança coletiva jugulada. A realidade era, afinal, bem diferente do que noticiava *O Setubalense* fazendo eco da propaganda salazarista. [JM]

[HTTPS://ACERVO.OGLOBO.GLOBO.COM/FATOS-HISTORICOS/UNIAO-SOVIETICA-ESMAGANDO-REBELIAO-NA-HUNGRIA-DEIXANDO-8-MIL-MORTOS-10456063](https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/uniao-sovietica-esmagando-rebeliao-na-hungria-deixando-8-mil-mortos-10456063)



Populares de Budapeste tomam um tanque soviético usado para esmagar a revolta de 1956

Os acontecimentos na Hungria, *O Setubalense*, 5/11/1956



HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Eleições presidenciais: Humberto Delgado contra Américo Thomaz (1958)

Sábado, 10 de maio de 1958, o jornal *O Setubalense* publica na sua primeira página uma fotografia do almirante Américo Thomaz, candidato da União Nacional às eleições presidenciais que iriam decorrer no dia 8 de junho desse ano. Transcreve um comunicado à imprensa do partido único a elogiar as qualidades do almirante, afirmando que o candidato a presidente da República só podia ter um programa: «cumprir a Constituição» (*O SETUBALENSE*, 1958, 10 de maio: 1).

Nesse mesmo dia, no café Chave D'Ouro, em Lisboa, o general Humberto Delgado, candidato da oposição, proferiria a célebre frase «Obviamente, demito-o», quando foi confrontado com a pergunta de um jornalista sobre o que faria a Salazar caso fosse eleito. Esta desassombrada afirmação causou um terramoto político e galvanizou grande parte do país, que aderiu, em peso, aos comícios e sessões da campanha eleitoral do general.

O terceiro candidato era o advogado Arlindo Vicente, apoiado pelo Partido Comunista Português, que viria a desistir em favor de Humberto Delgado. Perante o apoio popular a Delgado, o PCP compreendeu que seria preferível a oposição avançar unida em torno da sua candidatura, pelo que resolveu apoiar o general, o que «deu ainda mais força, capacidade de mobilização popular e maior dimensão à candidatura de Humberto Delgado» (ROSAS, 1990: 79).

O anúncio da união das duas candidaturas estava para ser feito no comício que Humberto Delgado ia realizar em Almada, em 29 de maio de 1958. Contudo, a PIDE impediu a caravana de Arlindo Vicente de chegar a essa localidade a tempo de fazer o anúncio, que por isso não pode ser feito ao vivo, em pleno comício eleitoral, «o que reforçaria o seu carácter simbólico e teria um efeito, porventura, galvanizador sobre a base popular oposicionista» (MADEIRA, 1998: 55). Evocando o frustrado efeito simbólico, o acordo subscrito entre as candidaturas ficaria conhecido como Pacto de Cacilhas.

O Setubalense publica uma notícia sobre este comício no dia 31 de maio, não escondendo que a sala do Cineteatro da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense estava «repleta de público», que tinha «vitoriado vibrantemente» o candidato. É também noticiado que, mais tarde, mas ainda naquela noite, tinha chegado a Almada a caravana de Arlindo Vicente, e que, numa reunião efetuada entre as estruturas de ambas as candidaturas, tinha sido formalizado o acordo de união. E é anunciada a constituição da Comissão Distrital de Setúbal da candidatura de Humberto Delgado (*O SETUBALENSE*, 1958, 31 de maio: 6). Mais nada será dito nas páginas deste jornal sobre a candidatura da oposição durante o período da campanha eleitoral.

O governo procurou impedir Delgado de fazer campanha na margem sul do Tejo, mas, apesar disso, milhares de pessoas esperavam a sua passagem em Setúbal, Seixal, Paio Pires, Almada, Cacilhas e Barreiro. Nada disto é noticiado n'*O Setubalense*, que deu predominância à candidatura de Américo Thomaz, noticiando os comícios e sessões de propaganda que se realizavam no distrito de Setúbal.

No dia das eleições, 8 de junho, a fraude foi mais do que evidente: milhares de boletins de voto foram roubados à oposição; a União Nacional deu instruções para que os seus representantes nas assembleias de voto não consentissem qualquer fiscalização e considerassem inútil o maior número possível de votos da oposição; legionários, à paisana, foram postos junto das mesas de voto para provocarem desordens, a fim de que fossem presos todos os elementos da oposição aí presentes; esses momentos de agitação seriam aproveitados para introduzir nas urnas votos nas listas da União Nacional; e, por cada eleitor que se tivesse absterido, foi colocado nas urnas um boletim de voto de Américo Thomaz (RABY, 1990: 208).

Os resultados eleitorais oficiais contabilizaram 758 998 votos para o almirante Américo Thomaz e 236 528 para o general Humberto Delgado, o que tornou evidente a fraude, pois a campanha tinha demonstrado, a todos os observadores, que a população estava com a oposição (*Ibidem*: 210).

Os protestos contra a fraude iniciaram-se logo após a divulgação dos resultados eleitorais. Foram escritas cartas à imprensa, muitas pessoas passaram a usar gravata preta em sinal de protesto e as greves sucederam-se entre 12 de junho e 12 de julho, envolvendo mais de 60 000 trabalhadores.

Em Almada, ainda em 7 de junho, realizou-se uma reunião de mais de uma centena de trabalhadores corticeiros e da construção civil de algumas das mais importantes empresas da zona, como a Parry & Son, o Arsenal do Alfeite e a Companhia Nacional de Pesca, tendo-se seguido outras reuniões realizadas nas praias fluviais e pinhais da zona até à eclosão da greve no dia 12 desse mês, em que mais de 1200 trabalhadores da zona de Almada participaram. As greves continuaram até o final de junho, como forma de protesto contra a fraude eleitoral, tendo sido violentamente reprimidas pelo regime.

Apesar da eleição de Américo Thomaz como presidente da República, a candidatura de Humberto Delgado foi como um «terramoto» político que abalou violentamente regime. Pode dizer-se que foi o princípio do fim da ditadura. [ASM]



Notícia da campanha de Humberto Delgado, *O Setubalense*, 31/5/1958, p. 6

O início da Guerra Colonial (1961)

Numa curta notícia de primeira página, *O Setubalense* relata os acontecimentos ocorridos dois dias antes em Luanda – «Grupos armados tentaram assaltar a Casa de Reclusão, o Quartel da Polícia de Segurança Pública e a Emissora Nacional» (*O SETUBALENSE*, 1961, 6 de fevereiro: 1).

Efetivamente, grupos armados com catanas haviam descido dos musseques da cidade e tentado libertar presos políticos das cadeias de Luanda. Mas o jornal repetia, evidentemente, a propaganda do regime, veiculada pelos despachos da oficialíssima ANI, referindo que eram, na maioria, estrangeiros e que, no confronto, haviam morrido seis agentes da PSP e um soldado, enquanto se teria registado a morte de catorze civis africanos. Nem uma palavra sobre as centenas de prisões efetuadas.

Ainda que não se tivesse concretizado a intenção de libertar os presos ligados aos ainda insipientes movimentos de libertação nacional angolanos, a ação afrontara o regime colonial de Salazar. *O Setubalense* fazia eco da exigência de medidas fortes – «Será desnecessário afirmar a necessidade de jugular todas as tentativas de subversão que tenham por fim arrastar-nos para um caminho incerto e perigoso» (*Ibidem*).

O assalto às prisões de Luanda é apontado como o início da guerra colonial, mas esta eclodiria num quadro de tensões tendencialmente crescentes, de que o regime colonial fascista se vinha, desde anos antes, não só apercebendo como reprimindo de forma violenta. Sinal disso fora a instalação da PIDE em Angola, em 1958, e o recrutamento de uma rede de informadores, cujo trabalho levaria a muitas dezenas de prisões nos anos de 1959 e 1960.

Nesse ano de 1961, o massacre da Baixa do Cassanje radicalizaria a situação. Os campos dessa vasta região eram cultivados de algodão por cerca de 30 mil trabalhadores negros, que os próprios chefes militares reconheciam viverem em absoluta miséria. A fome era endémica e estes trabalhadores eram

Colonos brancos e militares
no norte de Angola



obrigados a vender as suas colheitas à Cotonang, uma empresa poderosa de capitais portugueses e belgas, a preços fixados pelo governo colonial e muito abaixo dos valores do algodão nos mercados internacionais. Além de serem permanentemente chantageados pelos capatazes, que ainda os obrigavam a percorrer grandes distâncias para terrenos de cultivo mais rentáveis. E tudo isto era do conhecimento das autoridades administrativas, que o permitiam.

Em janeiro de 1961, numa pequena zona dessa região, os trabalhadores recusaram-se a trabalhar e a obedecer às autoridades, atitude que rapidamente alastraria com ameaças e agressões sobre os capatazes, os sipaios da Cotonang e também sobre os comerciantes brancos. Num primeiro momento, a administração colonial pretendeu subornar os sobas para que estes influenciassem o regresso ao trabalho. Porém, sem efeito, pelo que, rapidamente, duas companhias de tropas especiais metralharam e bombardearam a região, inclusivamente com napalm. Terão sido chacinados entre cinco e dez mil trabalhadores africanos e outros tantos ficaram feridos ou foram detidos.

Se em fevereiro, em Luanda, a tentativa de assalto às prisões adquiria um carácter mais político, os ódios raciais explodiriam em março no norte de Angola com uma dimensão substancialmente maior, com atos bárbaros contra os colonos brancos, que a UPA-União dos Povos de Angola assumiu. Estes atos tiveram retaliação por parte dos colonos de modo não menos bárbaro. Contaram-se centenas de mortos entre brancos e negros. O regime colonial semeara ventos, agora colhia tempestades. Atingida aquela situação, o regime não quisera prevenir a guerra, mas antes prepará-la.

Logo em fevereiro, a propaganda, inclusivamente n'*O Setubalense*, ia nesse sentido, associando esses acontecimentos ao desvio do paquete Santa Maria, que fora protagonizado por um comando do DRIL – Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação. Em 11 de fevereiro, num artigo intitulado «Unidade Na-

cional», diz-se, claramente, que «(...) Portugal está sob a ameaça da desordem, e da infiltração estrangeira (...) sob o ataque cerrado dos países comunistas e de grande número de potências africanas e asiáticas que pretendem destruir o símbolo da civilização, ordem e tranquilidade que significa a presença de Portugal em África», para acrescentar que «A política neste momento deve ser firme, defendendo o património nacional energicamente e sem hesitações» (*Ibidem*, 11 de fevereiro).

Daí ao célebre discurso de Salazar, de 13 de abril de 1961, de «Andar rapidamente e em força» para Angola, foi um passo. Seguir-se-iam 13 anos de guerra colonial, que implicaram a mobilização de quase um milhão de jovens, com milhares de mortos, dezenas de milhares com sequelas físicas e psicológicas, para onde era canalizado mais de 40% do orçamento do Estado. A guerra colonial seria o principal fator de isolamento internacional e de erosão do próprio regime. Se a guerra sobrevivera à morte de Salazar, não sobreviveria ao impacto do 25 de Abril, em cuja raiz estava, justamente, o enorme e fundo descontentamento das próprias patentes intermédias do Exército que derrubariam a ditadura. Nesses dias de brasa, gritava-se nas ruas: «Não pode ser livre um povo que oprime outros povos» e «Nem mais um só soldado para as colónias». Não havia espaço político nem vontade popular para quaisquer outras soluções que não fosse a independência das colónias. [JM]



Notícia sobre os assaltos de grupos armados em Luanda, *O Setubalense* 6/2/1961



A ofensiva contra Portugal, *O Setubalense* 13/2/1961. p. 1

O início do Benfica europeu e a estreia de Eusébio (1961)

Em maio de 1961, o Sport Lisboa e Benfica pôs um ponto final na hegemonia do Real Madrid CF, de Ferenc Puskás e Di Stéfano, na Taça dos Clubes Campeões Europeus, derrotando, na final, o FC Barcelona por 3-2. Ao serem consultadas as edições desse ano d'*O Setubalense*, compreende-se que a sua secção desportiva se preocupava, principalmente, em difundir os resultados e encontros das várias modalidades locais, surgindo poucas referências às vitórias europeias dos encarnados. Domingos Tavares Roque (1912-1990), figura de proa do jornalismo setubalense, era o responsável pelas reportagens desportivas deste diário.

Naquela época, o Vitória FC militava na II divisão quando o sorteio dos oitavos de final da Taça de Portugal ditou o confronto com o Benfica. Nas vésperas do jogo da 1.ª mão, reforçava-se a ideia de que a equipa lisboeta se encontrava em excelentes condições físicas e técnicas, aliadas a um espírito de euforia, depois de ter derrotado clubes como o Hearts, Ujpest, Aarhus e Rapid Viena. (ROQUE, 1961: 3).

Na crónica deste encontro, em que os sadinos saíram derrotados por 3-1, o mesmo repórter teceu duras críticas ao setor defensivo vitoriano e assegurou que «o Vitória merecia ter saído do estádio dos encarnados com um triunfo absoluto sobre aquele grupo misto que os benfiquistas lhe opuseram.» (*Ibidem*, 4).

A epopeia da vitória benfiquista em Berna ocorreu em 31 de maio de 1961. Algumas semanas antes, os dirigentes lisboetas tinham solicitado à Federação Portuguesa de Futebol, e ao Vitória FC, que o jogo da 2.ª mão fosse adiado, uma vez que estava previsto para o dia 1 de junho. Rejeitado o pedido, o jogo foi disputado no Campo dos Arcos 24 horas depois da final europeia. A equipa setubalense derrotou por 4-1 as reservas dos encarnados, com golos de Pompeu e Quim.

Este jogo teve a particularidade de marcar a estreia oficial de Eusébio pelo Benfica. Aqui ficam as primeiras palavras d'*O Setubalense* sobre o seu desem-

penho: «O Campo dos Arcos esteve anteontem a deitar por fora (...) Eusébio veio... jogou, marcou um golão, mas não conseguiu aproveitar um penalty que Polido lhe ofereceu. Acreditamos que o rapaz se tivesse deslumbrado com o seu magnífico golo (...) Eusébio confirmou a sua fama de jogador de primeiro plano.» (*Ibidem*, 3 de junho: 4A). No restante artigo, Domingos Roque teceu largos elogios aos jogadores setubalenses pela superioridade demonstrada no terreno de jogo, em particular ao «homem-da-metralhadora», Quim.

O Campo dos Arcos, que assistiu *in loco* ao nascimento de uma estrela, perdeu – um mês antes – uma das suas lendas: Armando Martins. Atleta olímpico no Jogos de Amesterdão de 1928 e consagrado jogador do Vitória FC, faleceu aos 56 anos em sua casa, na rua Fran Paxeco (*Ibidem*, 29 de abril: 2). [DF]



O Setubalense, 3/6/1961, p. 4

A ascensão de Marcello Caetano (1968)

Em 26 de setembro de 1968, numa curta comunicação ao país, Américo Thomaz, presidente da República, reconhecendo a irreversibilidade do grave estado de saúde de António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, exonera-o e nomeia em sua substituição Marcello Caetano. A posse dá-se no dia seguinte, em 28 de setembro, *O Setubalense* dedica toda a primeira página ao ato, à personalidade do governante e à constituição do novo Governo. (*O SETUBALENSE*, 1968, 28 de setembro: 1).

Na realidade, desde a reunião do Conselho de Estado, dez dias antes, que fora presidido por Thomaz, e em que o próprio Marcello Caetano participara, que a imprensa nacional e estrangeira veiculava o nome deste como sucessor de Salazar, ainda que aquele órgão consultivo tivesse apenas reconhecido a necessidade da substituição, mas se se tivesse dividido quanto à oportunidade do momento para o fazer.

Nos círculos do regime a situação era perturbante. Tratava-se de substituir Salazar, que levava quarenta anos de governo, primeiro como ministro das Finanças desde 1928 e, depois, a partir de 1932, como presidente do Conselho de Ministros. No início de agosto de 1968 caíra de uma cadeira de lona no forte de Santo António da Barra, no Estoril, a sua residência de verão, e batera com a cabeça no chão lajeado. Tinha 79 anos. Aparentemente, nada de grave acontecera, continuara a ler o jornal e, nos dias e semanas seguintes, trabalhara normalmente, despachara com os seus secretários, acompanhara a situação internacional, lera, recebera visitas, conduzira uma profunda remodelação governamental, presidira a um Conselho de Ministros...

A situação só se começaria a alterar nos primeiros dias de setembro, um mês depois da queda – alterações de caligrafia, falhas de memória, alguma apatia, profundo cansaço, perda de energia. A observação neurológica detetara um hematoma intracraniano, resultante do traumatismo, e foi operado de

urgência. Como a generalidade da imprensa, *O Setubalense* noticia, a um ritmo quase diário, a evolução do estado de saúde do ditador, seguindo os boletins clínicos oficiais. Terá melhorado, mas em 16 de setembro sofre um acidente vascular cerebral e entra em coma. A sua substituição torna-se inevitável, por isso o Conselho de Estado se vai reunir logo em 17. Uma semana depois, em 24, Américo Thomaz decidirá nomear Marcello e incumbi-lo de formar governo.

Eram vários os potenciais sucessores de Salazar, os delfins – Franco Nogueira, Adriano Moreira, Antunes Varela ou Marcello Caetano – mas será este último a levar de vencida a surda disputa pela sucessão, mesmo que não fosse o preferido do presidente da República.

Essa sucessão fora longamente esperada e trabalhada. Tinha apoios no interior do regime, nos setores por onde passara numa intensa atividade profissional e política – na Universidade de Lisboa, onde era professor e de que fora reitor, na Mocidade Portuguesa, de que fora Comissário Nacional, na União Nacional, a cuja Comissão Executiva presidira, na Câmara Corporativa, de que fora, igualmente, presidente, e entre o pessoal político com quem contactara nas suas passagens pelo Governo, designadamente, entre um setor reformista e desenvolvimentista de jovens quadros, com alguns dos quais se passara a reunir regularmente desde 1955 num restaurante do Estoril. Era uma espécie de partido informal a funcionar dentro das margens do regime.

Fora do regime, a sua nomeação suscitou expectativas, designadamente entre os grupos oposicionistas mais moderados, por quem era olhado como um liberal, sem que nunca se tivesse assumido como tal, pois constava que, enquanto ministro da Presidência, cargo que exerceu entre 1955 e 1958, terá defendido o fim da censura e uma aceleração do ritmo de desenvolvimento económico; em 1961 poderá ter acompanhado o abortado golpe palaciano de Botelho Moniz para afastar Salazar e, em 1962, demitira-se de reitor da Universidade, em plena crise estudantil, em protesto contra a entrada da polícia dentro da Universidade, tendo, nesse ano, admitido, num parecer que lhe fora pedido, a possibilidade de uma solução federalista para a questão colonial.

Enquanto presidente do Conselho de Ministros, na fase inicial, sem extinguir nenhum dos aparelhos repressivos ou de enquadramento social e político do regime, procedeu a uma operação de cosmética, mudando o nome às instituições mais odiadas do regime – a PIDE passou a designar-se DGS, a Mocidade

Portuguesa, Secretariado para a Juventude, a União Nacional, Ação Nacional Popular. Verificou-se ainda uma certa descompressão, designadamente na área sindical, habilmente aproveitada pela oposição, e aboliram-se as iníquas «medidas de segurança» que permitiam manter detidos os presos políticos por tempo indeterminado, em sucessivos períodos após o cumprimento da pena.

Porém, a partir de 1971/72, sem querer resolver a questão colonial, que era o nó górdio do regime, fazendo refluir as medidas de descompressão política timidamente ensaiadas e intensificando a repressão, suscitará a radicalização das oposições e a preparação do golpe militar dos capitães que derrubará o seu Governo de ditadura em 25 de Abril de 1974. [JM]

VIEIRA, 1998:190



Discurso de posse de Marcello Caetano



Notícia da posse de Marcello Caetano, *O Setubalense*, 28/2/1968, p. 1

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Primavera de Praga (1968)

O ano de 1968 representou o que pode ser chamado de ano de todas as revoltas. Longe de se poder reduzir ao maio francês, os protestos, greves e barricadas iniciadas em Paris foram apenas um rastilho para um fenómeno transnacional que abalou ambos os lados do muro.

No caso do mundo ocidental, a rebelião francesa espalhou-se não só por países vizinhos, como a Itália ou a Alemanha, mas igualmente pelos EUA, com o fortalecimento do movimento pelos direitos civis, ou por países como a Colômbia, o Brasil, o Senegal ou o México.

No caso português, a influência fez-se sentir no recrudescimento dos conflitos laborais, mas, igualmente, na crise académica de 1969, que, sendo herdeira destas revoltas estudantis, se revelou uma dor de cabeça para o Estado Novo.

Ora, se o mundo ocidental não ficou à margem desta «onda», o mesmo se pode dizer sobre os países de leste que viviam sobre a alçada da União Soviética. Na verdade, os protestos no interior do Bloco de Leste até são anteriores a 1968, sendo de salientar a Revolução Húngara de 1956 – que foi prontamente esmagada pelos blindados soviéticos.

No entanto, o ano de 1968 pode ser visto como criador das condições para uma continua degradação da hegemonia soviética nestes países. Nesse processo de degradação, o acontecimento que mais memórias traz, a par da revolta em Paris, é a denominada primavera de Praga.

Sob a liderança de Alexander Dubček, a então Checoslováquia preparou um conjunto de reformas liberalizadoras que levaram a uma crise nas relações entre este país e a União Soviética. Apesar das constantes negociações, na noite de 20 para 21 de agosto deu-se a invasão de Praga pelas tropas de quatro países do Pacto de Varsóvia (União Soviética, Bulgária, Polónia e Hungria). A invasão provocou vários mortos e feridos, seguindo-se um período de «normalização» – em que se deu a substituição de Dubček por

Gustáv Husák e se bloquearam as pretensões a qualquer reforma.

Na imprensa local setubalense, os acontecimentos são acompanhados com alguma surpresa, referindo-se o seguinte: «Mas até ao momento em que escrevemos, tudo parece indicar que os factos desprestigiaram os homens de Moscovo, que os chineses não deixarão de aproveitar para se insinuar junto dos partidos comunistas, com a esperança de virem a desempenhar no mundo o papel da URSS no tempo de Estaline» (MARTINS, 1968: 1).

As ações soviéticas tiveram como reação não apenas a condenação dos países do Ocidente, mas, igualmente, de vários partidos e militantes de esquerda que, no seguimento do desejo de libertação apontado pelo maio francês, começaram a olhar para o regime soviético como semelhante ao norte-americano. **[JS]**

ARQUIVO GLOBAL IMAGENS/REFERÊNCIA: 1879130



Tanque soviético invade Praga na noite de 20 para 21 de agosto de 1968



«Embora, após qualquer acontecimento inesperado, haja sempre quem afirme: – “Eu já previa isto... eu sempre disse...” creio que desta vez ninguém poderia antever a ocupação da Checoslováquia pelas tropas da U.R.S.S. Pela nossa parte, confessamos: não se descortinam motivos plausíveis; nem o facto produziu quais vantagens para o comunismo internacional ou para a Rússia» (MARTINS, *ibidem*).

A independência de Angola (1975)

Em 11 de novembro de 1975, os três movimentos de libertação de Angola declaravam a independência: o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), em Luanda; a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em Ambriz; a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), em Huambo. Contudo, apenas a declaração do MPLA foi reconhecida pela comunidade internacional.

No dia anterior, *O Setubalense* trazia nas suas páginas uma reportagem sobre a manifestação de apoio ao MPLA e à FRETILIN «contra as manobras do imperialismo em Portugal, Angola e Timor» e «pelo avanço do processo revolucionário», que tinha sido convocada pela Frente de Unidade Revolucionária (FUR). Na mesma reportagem eram transcritos comunicados da FUR, da Liga Comunista Internacional (LCI) e do Partido Comunista Português (PCP) de apoio ao MPLA, e a condenação dos outros movimentos de libertação, acusados de estarem ao «serviço do imperialismo» (*O SETUBALENSE*, 1975, 10 de novembro: 3). O jornal noticiava que nos arredores de Luanda se travavam combates entre os três movimentos de libertação, mas manifestava o seu apoio ao MPLA, terminando a reportagem com o envio de saudações internacionalistas ao povo angolano e a frase «Todo o poder ao MPLA» (*Ibidem*).

A independência de Angola constituiu, desde o início, um processo político complicado, pois era a colónia mais rica, a que concentrava o maior número de colonos brancos e onde a situação militar parecia mais favorável às tropas portuguesas. Além disso, os movimentos independentistas encontravam-se divididos e dependentes de apoios externos antagónicos: a FNLA, dependente dos EUA e da República do Zaire; o MPLA, na órbita da URSS e apoiado pela Zâmbia; a UNITA, ligada à China e, formalmente, aliada do governo português de Marcello Caetano. Pelo que a intervenção das grandes potências no processo de independência angolano era inevitável.

A questão da descolonização foi um dos principais pontos de divergência no seio do Movimento das Forças Armadas. Ainda que «Descolonizar» fosse um dos eixos do programa da Revolução, juntamente com «Democratizar» e «Desenvolver», existiam diferentes interpretações do papel histórico de Portugal como agente colonizador e o reconhecimento do direito das colónias à independência tornou-se uma questão sensível no seio do MFA. Na sua proclamação ao país, lida na madrugada do dia 26 de abril, António Spínola mostrava-se omissa em relação à questão colonial e proclamava que a Junta de Salvação Nacional garantia «a sobrevivência da Nação, como Pátria Soberana no seu todo pluricontinental» (*PROCLAMAÇÃO AO PAÍS*, 1974, 26 de abril: s. p.). Foi, também, por pressão de Spínola, que foi retirada do Programa do MFA a referência ao reconhecimento dos povos à autodeterminação, sendo substituída pelo reconhecimento que a solução para a guerra do ultramar era política e pela vaga e limitada definição dos princípios orientadores da política ultramarina do Governo Provisório (*PROGRAMA DO MFA*, 1974, s. p.). Contudo, os movimentos de libertação exigiam o reconhecimento imediato do direito à independência e punham essa condição para negociarem o cessar-fogo. E, em Portugal, sucediam-se as manifestações populares a exigir a «independência imediata das colónias» e a recusa do embarque dos soldados. Pressionado pelos movimentos de libertação nacional, pelas agendas internacionais e pela opinião pública nacional, Portugal reconhecia, através da Lei n.º 7/74, publicada em 27 de julho de 1974, o direito das colónias à independência. Iniciava-se, então, o período de negociações com os movimentos de libertação dos termos para a transferência do poder.

Para Angola, as negociações realizaram-se na localidade algarvia de Alvor, no Algarve, tendo o Acordo de Alvor sido assinado em janeiro de 1975 entre o governo português, o MPLA, a FNLA e a UNITA, ficando a data da proclamação da independência agendada para o dia 11 de novembro desse ano. Pretendia-se que o ambiente para as negociações fosse pacífico e cordial, porém, a realidade mostrou que muitas das tensões existentes entre os movimentos de libertação rebentaram em conflitos concretos nas ruas e entre diferentes grupos políticos e populações.

Em Angola, o processo foi bastante mais complicado, devido à existência de três movimentos de libertação que se recusam a depor as armas e que

querem o Governo do país. Além disso, em plena Guerra Fria, a União Soviética e os Estados Unidos da América procuraram impor a sua área de influência e controlo sobre o território. De facto, imediatamente após ter sido assinado o Acordo do Alvor, os três movimentos de libertação angolanos iniciaram um conflito armado que continuou, com alguns intervalos, até 2002. [ASM]



Notícia de apoio ao MPLA e à FRETILIM, *O Setubalense*, 10/11/1975

Nacionalização da Banca (1975)

Em 11 de março de 1975 Portugal viveu uma nova tentativa de golpe de Estado, dirigido pela facção político-militar do ex-presidente António Spínola. Tomando por base informação enviada pelos serviços secretos espanhóis, onde se referia a preparação de um golpe de Esquerda e daquilo que ficou conhecido como a «matança da Páscoa» (uma operação que pretendia abater um conjunto de empresários, militares e políticos de Direita), Spínola avançou com a preparação de um novo golpe militar.

Os acontecimentos desse dia 11 de março são hoje amplamente conhecidos: «o ataque aéreo ao Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1 (levado acabo cerca das 11h45 por aviões da Base Aérea n.º 3); o cerco das tropas paraquedistas do Regimento de Caçadores Paraquedistas de Tancos ao Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1; a prisão do comandante-geral e outros oficiais da Guarda Nacional Republicana, no Quartel do Carmo; as tentativas de Spínola de aliciar Jaime Neves, Almeida Bruno e outros para aderirem ao golpe; os apelos à mobilização popular da Intersindical; a organização de piquetes de trabalhadores junto de alguns Bancos e da Emissora Nacional; o ataque ao Rádio Clube Português, em Porto Alto, etc.» (AFONSO *et al.*, 2015: s. p.)

No princípio da tarde, Spínola encontrava-se derrotado e viu-se obrigado a fugir para Espanha. No entanto, além da derrota militar, esta tentativa de golpe teve como resultado um conjunto de medidas que marcaram profundamente o trajeto do processo revolucionário.

Através da Lei n.º 5/75 foram extintos a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e instituídos o Conselho da Revolução e a Assembleia do Movimento das Forças Armadas. A par desta lei foram, igualmente, publicados o Decreto-Lei n.º 132-A/75, de 14 de março, e o Decreto-Lei n.º 135-A/75, de 15 de março, onde se decretou a nacionalização da maioria das instituições bancárias e as companhias de seguros, respetivamente.

No caso de Setúbal, apesar de a imprensa não se ter focado, exclusivamente, nas medidas concretas já referidas, é visível uma «especial sensibilidade para estes acontecimentos» (COSTA, 2017: 51), fruto dos gravíssimos incidentes ocorridos em 7 de março durante o comício do então Partido Popular Democrático (PPD). Isso está patente na reportagem realizada durante a madrugada nos diversos piquetes em defesa da revolução, onde se fez o balanço em empresas como a Socel, Setenave, Movauto e Entrepasto (*O SETUBALENSE*, 1975, 12 de março: 6). Mas, igualmente, no acompanhamento das tomadas de posição dos partidos políticos como, por exemplo, o MDP/CDE, em cujo comício, em Setúbal, se refere a relevância da nacionalização da banca como «a medida revolucionária mais elevada que jamais se tomou em Portugal, pois esta sempre foi o ponto de apoio do capitalismo» (*Ibidem*, 1975, 21 de março: 8). **[JS]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Somague/Setenave. Assegura-se a integridade das unidades fabris.

Somague/Setenave. Assegura-se a integridade das unidades fabris, *O Setubalense*, 12/3/1975, p. 6



«Considerando a necessidade de concretizar uma política económica antimonopolista que sirva as classes trabalhadoras e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, no cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas (...))»

Artigo 1.º - 1. São nacionalizadas todas as instituições de crédito com sede no continente e ilhas adjacentes (*DIÁRIO DO GOVERNO*, 14 de março 1975).

João Paulo II, o segundo Papa a visitar Portugal (1982)

A nomeação do polaco Karol Józef Wojtila (1920-2005) para Papa, em 16 de outubro de 1978, interrompeu a continuidade de o Papa ser um cardeal italiano desde 1523. «Viajante incansável» ou «viajante de Deus» foram epítetos que se lhe colaram por ter rompido fronteiras culturais e religiosas, unindo católicos e outras religiões.

Entre 12 e 15 de maio de 1982, João Paulo II efetuou a sua primeira visita a Portugal, a 11.ª viagem apostólica de um total de 104 que fez ao estrangeiro entre 1978 e 2005, tempo do seu papado. «Vim agradecer à Divina Providência neste lugar que a Mãe de Deus parece ter escolhido de modo tão singular» foi a justificação apresentada à multidão, nesse 13 de maio, um ano depois do atentado que sofreu na Praça de S. Pedro, em Roma, às mãos de Ali Agca. Contudo, esta romagem poderia ter sido fatal, não fosse a intervenção da segurança a impedir o padre Juan Krohn de atingir João Paulo II com um punhal no recinto de Fátima. A visita papal passou ainda por Lisboa, Vila Viçosa, Braga (Sameiro), Coimbra e Porto.

O Setubalense realçava o valor da viagem papal, contando que Ramalho Eanes, presidente da República, dissera à televisão que «a visita do Papa viera trazer aos portugueses uma imagem, que se pretende perene, de tolerância, de concórdia, de urbanidade e de cordialidade que pode e deve servir de exemplo a seguir na sociedade portuguesa» (*O SETUBALENSE*, 1982, 17 de maio).

Portugal teria ainda mais duas visitas de João Paulo II: a primeira, entre 10 e 13 de maio de 1991, com deslocação a Lisboa, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada, Funchal e Fátima; a segunda, entre 12 e 13 de maio de 2000, passando por Lisboa e Fátima, com o objetivo de proceder à beatificação de Jacinta e de Francisco e de revelar o chamado «terceiro segredo».

Em 1967, quando do cinquentenário das aparições, foi Paulo VI o peregrino de Fátima. *O Setubalense* anunciava a intenção da vinda papal: «Não é uma

visita política, nem sequer oficial. Aliás, em todas as visitas até hoje efetuadas, Paulo VI tem-se sempre apresentado como portador da mensagem de Cristo e não propriamente como Chefe de Estado que também é.» (*Ibidem*, 1967, 10 de maio). Com efeito, nesta viagem, de apenas um dia, em 13 de maio, o Papa não passou por Lisboa – o seu voo de chegada aterrou em Monte Real e dali levantou para Roma. A visita gerou alguma tensão diplomática, pois o Vaticano não estaria interessado em colar-se ao regime político português e, por outro lado, o Governo estaria algo ressentido com o Papa por causa da visita a Bombaim em 1963, já após a Índia ter procedido à anexação de Goa, Damão e Diu (1961).

Bento XVI visitou Fátima em 2010, entre 11 e 14 de maio, indo também a Lisboa e ao Porto. Em Lisboa, em 12 de maio, Bento XVI teve encontro com personalidades do mundo da cultura em que estiveram presentes, por Setúbal, o prelado D. Gilberto Reis e Alexandrina Pereira, promotora de atividades culturais e escritora.

A mais recente visita papal a Portugal ocorreu em 12 e 13 de maio de 2017, quando o Papa Francisco veio com o propósito de proceder à canonização de Jacinta e de Francisco, no primeiro centenário das aparições de Fátima. **[JRR]**

INTERNET, ACESSO LIVRE



João Paulo II

Cavaco Silva vence as eleições (1985)

Sob a liderança de Aníbal Cavaco Silva, o PSD conquistava as eleições legislativas de 6 de outubro de 1985. Contudo, mais do que um simples ato eleitoral, estas eleições representaram o início da reconfiguração política do país nos anos vindouros.

No que aos resultados nacionais diz respeito, os sociais-democratas obtiveram 29,87% dos votos, sendo seguidos pelo partido socialista, com 20,7%. Importa, naturalmente, salientar o resultado do estreante Partido Renovador Democrático – cuja criação recebeu o apoio de Ramalho Eanes – que conquistou 17,92% dos votos.

Já no distrito de Setúbal a hegemonia dos partidos de esquerda manteve uma certa continuidade, tendo a Aliança Povo Unido ficado à frente em todos os concelhos – apesar de ter perdido um deputado. Como segunda força política seguiu-se o PS, o principal derrotado, pois perdeu metade dos deputados eleitos pelo círculo – passando de 6 para 3. Tal como a nível nacional, o PRD revelou-se um verdadeiro fenómeno e, nos principais concelhos do distrito de Setúbal, alcançou, pelo menos, 20% dos votos. Como nos mostra a reportagem d'*O Setubalense*, o ambiente foi, naturalmente, de euforia e satisfação pelo resultado (*O SETUBALENSE*, 1985, 7 de outubro: 6).

Quanto ao vencedor das eleições, os resultados no círculo de Setúbal foram modestos por comparação com as restantes forças mencionadas, mas suficientemente positivos num distrito que, historicamente, vota à esquerda – tendo alcançado um terceiro deputado. Como refere a reportagem do jornal: «Dentro e fora da sede dos sociais-democratas, o júbilo ia crescendo não só pela obtenção de mais um deputado pelo Distrito de Setúbal, mas muito essencialmente, porque por volta das 23 horas, os monitores de TV iam fornecendo resultados francamente animadores» (*Ibidem*).

As eleições legislativas de 1985 revelaram, assim, dois grandes vencedores:

O PSD, de Cavaco Silva, e o PRD. Contudo, no caso do PRD, o sucesso eleitoral mostrou-se demasiado precoce, pois as suas posições políticas – em particular a moção de censura apresentada contra o governo –, levaram a que nas eleições legislativas de 1987 voltasse a ser surpresa, mas desta vez negativa, passando de 45 para 7 deputados.

Em sentido oposto, as eleições de 1985 representaram para Cavaco e para o PSD a emergência do cavaquismo enquanto «estilo de governação que marcou a década de 1985/1995» (TELO, 2008: 44). Deste novo estilo se construíram duas maiorias absolutas, que representaram uma verdadeira mudança de época em Portugal. **[JS]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Concelhos/Partidos	% Votantes	APU	PS	PSD	CDS	UDP	PRD
Alcácer do Sal	87,5	45,8	17,9	11,4	4,3	1,4	16,2
Alcochete	79,8	39,7	19,2	12,9	2,9	2,0	21,5
Almada	78,0	34,8	18,0	17,4	4,6	1,9	21,7
Barreiro	81,0	48,2	14,6	11,4	2,3	2,0	20,1
Grândola	79,7	52,0	14,3	16,5	2,6	1,4	10,5
Moita	77,3	51,6	11,5	10,3	2,6	4,0	18,1
Montijo	87,0	32,9	19,1	19,7	3,2	1,7	19,7
Palmela	46,9	37,7	16,8	14,2	2,6	1,5	24,4
Santiago do Cacém	78,4	42,4	18,6	15,7	6,1	1,0	13,5
Seixal	78,4	36,7	17,7	16,2	4,6	1,5	21,8
Sesimbra	77,6	33,6	20,5	16,5	4,6	1,7	20,4
Setúbal	75,3	30,4	17,0	18,3	3,8	2,2	24,7
Sines	72,9	45,5	17,2	13,2	4,2	1,8	16,3

Quadro da Votação Eleitoral no Distrito de Setúbal, *O Setubalense*, 7/10/1985



Primeira Reunião do X Governo Constitucional, Agência Lusa

O julgamento de Otelo Saraiva de Carvalho (1985)

Quarta-feira, 20 de Junho, o jornal *O Setubalense* anunciava, na sua primeira página, «Operação a nível nacional conduz à prisão de presumíveis elementos das FP-25 de Abril», sublinhando que em Setúbal não tinham sido efetuadas prisões (*O SETUBALENSE*, 1984, 20 de junho: 1).

De facto, na madrugada de 19 de junho, um ação da Polícia Judiciária denominada Operação Orion tinha procedido ao encerramento das sedes da FUP (Força de Unidade Popular) e prendido sessenta e quatro elementos das Forças Populares 25 de Abril (FP-25 de Abril). Otelo fazia parte do grupo de detidos e foram-lhe apreendidos vários cadernos manuscritos pelo seu punho, que a polícia e o tribunal consideravam ser relativos à organização. Neles foram vislumbrados resumos de várias reuniões do Projeto Global/FP-25 e da Direção Político-Militar das FP-25, assuntos relativos a trocas de armamento, para além de referência aos assaltos a bancos, designados de ações de recuperação de fundos (*ALEGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO*, 1987: 73).

A operação da Polícia Judiciária cobriu várias cidades do país. Em Setúbal, as forças policiais ocuparam pontos estratégicos na Praça de Bocage, nas imediações da Câmara Municipal, onde se situava a sede da FUP, mas não efetuaram prisões (*O SETUBALENSE*, *ibidem*).

A desilusão de uma parte da esquerda radical com o processo de democratização da sociedade portuguesa, que passava por um recuo face a muitos dos direitos conquistados durante o processo revolucionário, levou à procura de formas alternativas de combate ao Governo e de luta por um projeto político que vinha sendo desenhado desde o final da ditadura: a construção do socialismo.

Para alguns destes jovens, que se tinham politizado e radicalizado durante o marcelismo ou já durante o processo revolucionário, era necessário criar uma organização armada que levasse a cabo ações violentas de denúncia do novo regime instituído após o 25 de Abril; e que mostrasse aos trabalhadores não só



Julgamento de Otelo, *O Setubalense*, 20/6/1984

a via a seguir como o que estava a ser feito para proteger os seus direitos. Com o apoio, e sob a sombra protetora de Otelo Saraiva de Carvalho, aderiram a um projeto político delineado pelo Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR), denominado Projeto Global (PG), que pressupunha e articulava a existência de um partido político e de um exército revolucionário. As FP-25 de Abril eram a componente armada do Projeto Global. Compostas, sobretudo, por elementos que já tinham tido experiência armada no PRP/BR durante os anos 80, realizaram uma série de ações violentas, sobretudo assaltos a bancos, mas também homicídios.

No despacho do Ministério Público é referido que tinha ficado provado que o PG/FP-25 tinha sido fundado e era dirigido por Otelo Saraiva de Carvalho, Pedro Goulart e Mouta Liz, entre outros; que era uma «Organização terrorista [que] visava a destruição, pelas armas, do regime democrático português», correspondendo «à sua escala, às Brigadas Vermelhas Italianas e, parcialmente, à RAF Alemã». Este acórdão classificava o Projeto Global/FP como um «sub-produto histórico da democracia portuguesa» (*ALEGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO*, 15).

O julgamento das FP25 de Abril foi o maior e mais mediático do século XX português, recebendo, inclusivamente, a designação de «julgamento do século». Teve centenas de sessões, acompanhamento jornalístico, cartas ameaçadoras contra juízes e arrendidos, o assassinato de um delator. E contou também com a solidariedade de outras organizações de esquerda que, embora não

concordando com a violência armada, defendiam uma amnistia para estes atos.

A amnistia de 1996 e a sentença de absolvição em 2001 representam um apaziguamento da sociedade baseado no isolamento político e na derrota deste projeto, desenvolvido em completa contramão com a realidade objetiva do país. Os anos quentes da década de 80 ficavam no passado, eram uma vaga lembrança na memória de muitos, mas uma lembrança que se ia desvanecendo. O país tinha-se democratizado. E, num novo Portugal, moderno e europeu, não valia a pena nem ninguém queria lembrar o passado violento, os seus remanescentes orgânicos e aqueles que o protagonizaram. **[ASM]**

[HTTPS://PT.WIKIPEDIA.ORG/WIKI/FOR%C3%A7as_POPULARES_25_DE_ABRIL](https://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7as_Populares_25_de_Abril)



Logótipo da FP-25 de Abril

A adesão à CEE (1986)

Em 1 de janeiro de 1986, Portugal (conjuntamente com Espanha) entrava oficialmente na Comunidade Económica Europeia (CEE). A oficialização representava o fim de um longo processo e de vários anseios, por parte dos Governos até então, para que Portugal se juntasse ao grupo dos países desenvolvidos.

Contudo, apesar destes anseios e esperanças, o processo foi bastante moroso, particularmente complexo e, mesmo após a adesão, nem sempre foi certo que todas as esperanças se materializariam tal e qual como foram apresentadas.

O processo pode ser dividido em três grandes momentos. O pedido de adesão entregue pelo embaixador português António de Siqueira Freire, em 28 de março de 1977, que, nas palavras de José Medeiros Ferreira, representava o «desejo de entrar no clube das democracias políticas» (CUNHA, 2006: 76). Tendo o pedido sido aceite em 6 de junho de 1978 pelo Conselho Europeu, as negociações contaram «com mudanças diversas de intervenientes, de ritmo, de concretização» (*Ibidem*: 16).

Chegou-se, finalmente, à conclusão do processo, com a assinatura do Ato de Adesão, em 12 de junho de 1985, numa cerimónia realizada no Mosteiro dos Jerónimos. Do lado português, o documento foi assinado por Mário Soares, Rui Machete, Jaime Gama e Ernâni Lopes.

Como refere *O Setubalense*, «Para o bem ou para o mal, aí estamos todos, portugueses, embarcados no barco da europa dos Doze. Chegou ao fim, deste modo, a longa e difícil caminhada que um dia permitimos que fosse iniciada» (BEIRÃO, 1985: 3).

No que à imprensa local diz respeito, o processo de adesão e a sua consumação variam entre a expectativa e um certo ceticismo. As dúvidas são notórias entre a população que, ora receava o contexto de crise vívido pela própria CEE e o papel de «amortecedor» que Portugal poderia desempenhar,

ora via com bons olhos a abertura ao exterior e as potencialidades tanto para o meio turístico como para as infraestruturas (F. G., 1985: 6).

Assim, 1986 revelou-se o ano da consumação das ambições europeias que, na verdade, já vinham a dar os primeiros passos nos últimos tempos do Estado Novo. No entanto, como temos vindo a constatar com mais intensidade nos últimos anos, a partir dessa data «a Europa passaria a constituir o maior e permanente desafio que o país teria de enfrentar» (CUNHA, *ibidem*: 193). **[JS]**

WEBSITE DA REVISTA SÁBADO



Mário Soares, acompanhado de Rui Machete, Jaime Gama e Ernâni Lopes, na cerimónia de adesão de Portugal à CEE



«Oxalá durem – e se multipliquem e produzam vontades e resultados – as manifestações de esperança, às vezes entusiástica, que ouvimos de várias bocas pelas ruas, tanto no dia da assinatura do tratado como depois. Pelo que podemos observar, parece que queremos acreditar que a adesão do nosso país à comunidade europeia pode constituir decisivo fator de progresso social e cultural que desejamos, que pode proporcionar o desenvolvimento e a prosperidade que nunca conhecemos (BEIRÃO, *ibidem*).

Timor-Leste: o massacre de Santa Cruz (1991)

No dia 12 de novembro de 1991 os militares indonésios dispararam indiscriminadamente sobre cerca de dois mil jovens timorenses que se encontravam no cemitério de Santa Cruz, em Díli. Participavam numa sessão de homenagem a Sebastião Gomes, um membro da resistência, depois de terem participado na celebração de uma missa. Foram mortas 271 pessoas no local e 127 viriam a morrer de ferimentos nos dias seguintes. Ainda hoje, a localização de muitos corpos continua a ser desconhecida.

O massacre foi filmado pelo repórter de imagem Max Stahl, e o vídeo passou na CNN abrindo os olhos do mundo para o que se passava em Timor-Leste. Até à exibição das imagens, as autoridades indonésias negavam que tivesse existido um massacre em Díli, pelo que a sua divulgação deu reconhecimento e impulso internacional à causa timorense.

As imagens do massacre geraram uma grande comoção e uma onda de solidariedade em Portugal, até porque mostravam que as pessoas no cemitério estavam a rezar em português.

Em novembro de 1991, o jornal *O Setubalense* refere-se, pela primeira vez, à notícia do massacre de Santa Cruz, sublinhando que «Os recentes acontecimentos em Timor chamaram a atenção para uma situação que já se sabia existir, mas que nunca tinha sido tão amplamente divulgada» (*O SETUBALENSE*, 1991, 22 de novembro: 1 e 8). Sobre o assunto, o jornal foi ouvir os testemunhos dos grupos de timorenses residentes em Setúbal, que eram os porta-vozes da Convergência Nacional Timorense em Portugal. Estes denunciaram o impasse que se verificava na tomada de posição de vários países, nomeadamente Portugal, Estados Unidos da América e Austrália, perante o massacre, sublinhando que este foi mais um entre muitos anteriores cometidos pelo Governo indonésio sobre o povo timorense, inclusivamente mais mortíferos, mas que nunca foram divulgados.

Além disso, criticaram a posição da Igreja Católica, principalmente do papa João Paulo II, que se mantinha calado perante os acontecimentos, sobretudo, tendo em conta que o massacre ocorreu num cemitério e que o povo timorense era maioritariamente católico (*Ibidem*).

Porém, em Setúbal, o bispo D. Manuel Martins condenou firmemente o massacre, afirmando a sua solidariedade com o povo timorense e apelando à ONU, aos Estados Unidos e à Austrália para exercerem a sua influência «para que este povo viva e possa ser aquilo que quiser», mostrando, assim, o seu apoio à independência de Timor-Leste (*Ibidem*: 1). Em consequência do massacre de Santa Cruz, a diocese de Setúbal dinamizou uma campanha de solidariedade com o povo timorense, nomeadamente, através das seguintes ações: uma recolha de fundos com o objetivo de minorar as carências dos timorenses; uma recolha de assinaturas para um abaixo-assinado a enviar ao presidente dos Estados Unidos; a organização de uma celebração litúrgica por ocasião do 30.º dia do massacre (*Ibidem*, 25 de novembro: 9). Nesta celebração, realizada na Sé Catedral, o bispo, D. Manuel Martins condenou a apatia da comunidade internacional para com Timor-Leste e reafirmou que «Todos os povos têm direito à autonomia, a serem respeitados nos seus desejos de autodeterminação e independência» (*Ibidem*, 16 de novembro: 8). Tornou-se numa das vozes mais ativas em defesa da independência deste território.

A situação vivida em Timor-Leste levou à tomada de posição pública de vários setores sociais e políticos, pelo que *O Setubalense* decidiu inserir na sua página de informação regional as posições das edilidades do distrito. Estas mostravam o repúdio pelo massacre e um apelo à comunidade internacional e ao governo português para resolverem a questão timorense (*Ibidem*, 29 de novembro: 1, 5 e 6; *Ibidem*, 2 de dezembro: 5).

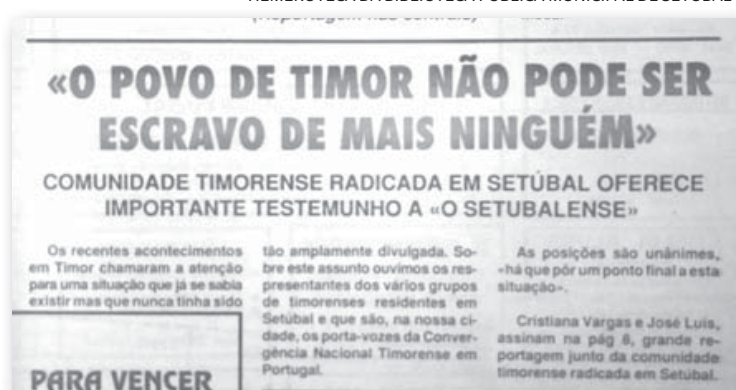
Muitas das campanhas de solidariedade com o povo timorense realizadas em Portugal, após o conhecimento das imagens do massacre de Santa Cruz, foram dinamizadas pelos jovens, que condenavam o massacre e a ocupação indonésia do território timorense, exigindo uma tomada de posição do Governo português e da ONU a favor da independência deste território. Em Setúbal, os jovens do distrito também se juntaram a esta onda de solidariedade, promovendo sessões de debate nas escolas, manifestações públicas de solidariedade e lançando a campanha «Uma Carta por Timor», de forma

a criar uma corrente mundial de solidariedade (*Ibidem*, 13 de dezembro: 3).

Assim, o movimento de solidariedade com o povo timorense e pela sua independência, que percorreu o país, encontrou também eco em Setúbal, quer pela tomada de posição das entidades políticas, quer pelas ações da diocese e dos vários movimentos de jovens. Esta intensa campanha foi sendo acompanhada desde o primeiro dia pelo *O Setubalense*, que lhe deu visibilidade pública, solidarizando-se, desta forma, com a causa timorense.

O massacre de Santa Cruz marcou uma mudança de paradigma no tratamento da questão de Timor-Leste pela comunidade internacional, desmentindo, categoricamente, o discurso da Indonésia que tudo estava bem neste território, que tinha sido ocupado em dezembro de 1975. Contudo, ainda teriam de passar nove anos para que, em 30 de agosto de 1999, fosse realizado o referendo que deu uma vitória clara à independência, proclamada em 20 de maio de 2002. [ASM]

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Notícia sobre a comunidade timorense em Setúbal,
O Setubalense, 22/11/1991, p. 1

A Expo 98 (1998)

Como o próprio catálogo oficial do Pavilhão de Portugal faz questão de sublinhar, a exposição mundial, organizada em Lisboa, pretendia mostrar um «Portugal moderno, desenvolvido, internacionalmente reconhecido e respeitado, aberto ao mundo e ao progresso» (*CATÁLOGO OFICIAL DO PAVILHÃO DE PORTUGAL*, 1998).

Realizada 500 anos após a chegada de Vasco da Gama à Índia, a Expo 98 ambicionou lidar, simultaneamente, com o presente de um país com uma economia frágil – cujos territórios industrializados se encontravam a recuperar de profundas crises sociais – e reinventar uma narrativa do passado, ao apresentar a Expansão Marítima Portuguesa enquanto projeto assente no conhecimento científico e na inovação e não nos processos de conquista e dominação (NEVES, 2019: 44-54). Tratar-se-ia, assim, de um «trampolim» para alcançar o grupo dos países modernos.

Naturalmente, a cidade de Setúbal não ficou à margem de um acontecimento desta magnitude e, atendendo à proximidade geográfica em relação à localização do mesmo, partilhou tanto expectativas como algumas preocupações face a um possível centralismo que ele podia representar.

No que à primeira situação diz respeito, as agências de turismo olharam para a exposição como uma excelente oportunidade de receber mais turistas estrangeiros e, assim, possibilitar a dinamização da economia local.

A pensar na Expo, a Região de Turismo da Costa Azul produziu um mapa em perspetiva da costa de Setúbal que – inserindo-se numa estratégia promocional – visava destacar «alguns pontos de interesse da cidade de Lisboa. Expo' 98 e curiosamente o novo eixo-ferroviário Norte/Sul» (*O SETUBALENSE*, 1998, 22 de maio: 5) antecipando, assim, a possível chegada de um número crescente de turistas a Setúbal.

Inaugurada em 22 de maio, a descrição publicada n'*O Setubalense* anuncia,

no entanto, um certo mal-estar que remete não só para uma certa marginalização de regiões como a de Setúbal mas, sobretudo, para o papel de distinção social que o próprio acontecimento adquiriu, e que está descrito neste excerto: «Por aqui, nós que até temos o Sado e uma ótima costa marítima não precisamos nada de ir ver o Tejo (já chega todos os dias de manhã a caminho de Lisboa, e depois na volta) e temos um parque de merendas onde se podem fazer piqueniques (...)» (SANTOS, 1998: 11).

Longe de desaparecer, este mal-estar aprofundou-se quando se percebeu que, do ponto de vista turístico, não iria haver uma dinamização da cidade e da sua economia. Desta feita, a par da grandiosidade e das esperanças atribuídas à Expo 98, esta veio a revelar as fragilidades que ainda se faziam sentir num Portugal que se pretendia moderno. **[JS]**

WEBSITE SAPO



Pavilhão Atlântico da Expo 98



«E chegou, finalmente, o tão esperado dia! Com pompa e circunstância, com os acessos à cidade de Lisboa transformados num autêntico caos (...) a última exposição mundial do século abriu as suas portas a presidentes, príncipes e reis. Para lá daquelas portas, muito foram os que fizeram de conta que não viam os trabalhos de «última hora» que continuam, desde há meses, a decorrer num recinto que pretende ser o orgulho português (e não dos portugueses, já que grande parte das famílias deste país tem que fazer malabarismos com o orçamento se pretenderem visitar, condignamente, a exposição» (SANTOS, *ibidem*).

José Saramago é Prémio Nobel da Literatura (1998)

Em 1901, foi atribuído o primeiro Nobel da Literatura, sendo o laureado o francês Sully Prudhomme (1839-1907). Quase um século depois, em 1998, o Prémio viria para o português José Saramago (1922-2010), num ano em que o nome de Portugal também corria mundo pela organização da mostra universal, a EXPO-98. Não era a primeira vez que o Nobel falava em português – em 1949, Egas Moniz (1874-1955) obtivera o galardão na área da medicina e, em 1996, os timorenses Ximenes Belo (n. 1948) e José Ramos-Horta (n. 1949) repartiram o Nobel da Paz.

Em 8 de outubro de 1998, a Academia Sueca anunciava a atribuição do Nobel a Saramago, argumentando tratar-se de um autor dotado de uma «capacidade para tornar compreensível uma realidade fugidia, com parábolas suportadas pela imaginação, a compaixão e a ironia». O escritor recebeu a notícia no aeroporto de Frankfurt, cidade onde visitara a Feira do Livro. Desde essa data até 7 de dezembro, as manifestações de regozijo em Portugal não pararam (leitor emérito da Biblioteca Nacional; medalha municipal de mérito – grau ouro da Câmara Municipal de Porto; condecoração com o Grande Colar da Ordem de Santiago da Espada pelo Presidente da República), apesar de também terem sido ouvidas vozes de discordância, mais por razões políticas do que literárias.

Em 12 de outubro, António Elias cronicava sobre acontecimentos da quinzena e concluía: «Resisto a falar do Nobel para José Saramago. Sou demasiado pequeno e estou excessivamente emocionado. Uma homenagem, só, não posso deixar de prestar: obrigado pelos livros.» (*O SETUBALENSE*, 1998, 12 de outubro). E, quatro dias depois, no mesmo jornal, José Brissos-Lino dava conta das divergências no gosto e nas apreciações e defendia: «Sinto-me honrado como português que sou e ninguém em seu perfeito juízo pode negar que Saramago é um autor de referência na literatura portuguesa dos últimos vinte

anos. (...) É de toda a justiça que o Nobel da Literatura seja atribuído a este bloco linguístico de 200 milhões de pessoas, que tão excelentes autores tem revelado ao mundo.» (*Ibidem*, 16 de outubro). José Saramago visitaria Setúbal em 20 de outubro, para autografar os seus livros na superfície comercial do Jumbo, encontro noticiado em *O Setubalense*, dando conta da quantidade de leitores em busca da assinatura do premiado e reproduzindo um fragmento da conversa que teve com os jornalistas: «O escritor voltou a manifestar a "sensação estranha" que ainda continua a viver desde o dia em que soube da atribuição do prémio, mas, adiantou, "caiu-me uma chuvada em cima, molhei-me e agora tenho que continuar a viver..."» (*Ibidem*, 23 de outubro).

Em 7 de dezembro, Saramago estava em Estocolmo para discursar perante a Academia sobre a sua escrita, lendo um texto intitulado «De como a personagem foi mestre e o autor seu aprendiz». A mensagem tornou-se célebre pela ligação que, logo no início, Saramago estabelecia com o avô, Jerónimo Meirinho, de quem disse: «o homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever.» Em 10 de dezembro, foi a entrega da medalha Nobel e, durante o banquete, discursou sobre o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em tom acentuadamente crítico: «Nestes cinquenta anos, não parece que os Governos tenham feito pelos Direitos Humanos tudo aquilo a que, moralmente, quando não por força da lei, estavam obrigados.»

Nascido no concelho da Golegã (Azinhaga), José Saramago fez o curso de serralheiro mecânico e trabalhou como administrativo em vários serviços, ao mesmo tempo que era leitor compulsivo e escrevia. Em 1955, iniciou-se como tradutor e, no final da década, era colaborador da editora Estúdios Cor. Com intervenção frequente na imprensa, chegou a integrar a direção do *Diário de Notícias*, tempo que ficou marcado por polémica. A sua bibliografia, vasta, abrange a poesia, a crónica, o teatro, o romance e a diarística, por títulos como *Terra do pecado* (1947), *Os poemas possíveis* (1966), *Provavelmente alegria* (1970), *A bagagem do viajante* (1973), *Manual de pintura e caligrafia* (1976), *Objeto quase* (1978), *A noite* (1979), *Levantado do chão* e *Que farei com este livro?* (1980), *Viagem a Portugal* (1981), *Memorial do Convento* (1982), *O ano da morte de Ricardo Reis* (1984), *A jangada de pedra* (1986), *A segunda vida de S. Francisco de Assis* (1987), *História do cerco de Lisboa* (1989), *O evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), *In nomine Dei* (1993), *Cadernos de Lanzarote*

(vários volumes, 1994-1998), *Ensaio sobre a cegueira* (1995), *O conto da ilha desconhecida* e *Todos os nomes* (1997), *A estátua e a pedra* (1999), *A caverna* (2000), *A maior flor do mundo* (2001), *O homem duplicado* (2002), *Ensaio sobre a lucidez* (2004), *As intermitências da morte* (2005), *As pequenas memórias* (2006), *A viagem do elefante* (2008), *Caim* (2009), e *Último caderno de Lanzarote* (2018), entre outros. **[JRR]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



José Saramago, Nobel, *O Setubalense*, 23/10/1998, p. 7

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL



José Saramago - Diploma do Prémio Nobel

O 11 de setembro (2001)

No dia 11 de setembro de 2001, o mundo assistiu atónito, pela televisão e em direto, ao maior e mais mortífero atentado terrorista até então perpetrado. Nesse dia, dezanove terroristas da organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros nos Estados Unidos da América.

Fizeram colidir dois desses aviões contra as Torres Gémeas do World Trade Center, em Nova Iorque, que desabaram, atingindo, desta forma, o símbolo do poder económico e financeiro dos Estados Unidos. O terceiro avião colidiu com o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, na Virgínia, perto de Washington, o símbolo do poder militar americano. O quarto avião caiu em campo aberto, em Shanksville, na Pensilvânia, depois de alguns passageiros e tripulantes terem tentado retomar o controlo do avião, contudo, o seu alvo seria, possivelmente, a Casa Branca ou o Capitólio, o coração da política americana. Morreram quase três mil pessoas.

Se para muitos a queda do muro de Berlim significou o fim do século XX, o 11 de setembro marcou o início do século XXI.

O ataque foi manchete de jornais e encheu os noticiários dos canais de televisão do mundo inteiro. Portugal, não foi exceção. Logo no dia seguinte aos atentados, o jornal *O Setubalense* associa-se à onda de solidariedade com os Estados Unidos da América, manifestando o seu pesar pelas vítimas da tragédia (*O SETUBALENSE*, 2001, 12 de setembro: 1).

Na edição do dia 14 de setembro, o jornal traz dois artigos de opinião sobre o tema do terrorismo. Um assinado por Augustus, com o título «E nada será como dantes», que equaciona qual a resposta que os Estados Unidos e a comunidade internacional deveriam dar ao ataque, inferindo que «o mundo está à beira de se envolver num extermínio», depois de 56 anos de paz (*Ibidem*, 14 de setembro: 3).

De facto, logo no dia 11 de setembro, George W. Bush, presidente dos Estados Unidos da América, apressou-se a declarar a «Guerra ao Terror». Era uma declaração de guerra contra um grupo terrorista transnacional, que ninguém sabia ao certo onde estava, mas que podia atacar em qualquer altura e em qualquer lugar. Francisco Lobo, num artigo de opinião em *O Setubalense*, contesta a eficácia de uma resposta militar, referindo que a resposta deveria ser a eliminação das «razões que promovem a fome, a miséria, a injustiça social, a exploração humana, a desumanização» (*Ibidem*).

Porém, a resposta americana será antes a invasão do Afeganistão e, mais tarde, do Iraque, provocando a destabilização de todo o Médio Oriente.

Noutro artigo de opinião, Mário Moura reflete sobre as consequências do atentado, considerando, e com razão, que ele punha em causa «a inviolabilidade dos Estados Unidos» e «os conceitos de defesa, de guerra, de táticas e técnicas militares» (*Ibidem*).

Sem dúvida que os ataques terroristas do 11 de setembro vieram demonstrar a vulnerabilidade da principal potência mundial, mas foram igualmente vistos e classificados como um ataque aos valores do mundo ocidental. E a ameaça do Islão radical passou a ser confundida com o Islão e os muçulmanos, incentivando a onda de xenofobismo que graça um pouco por todo o mundo ocidental desde então. Já Brissos Lino avisava, no *Setubalense*, que o sentimento de insegurança geral que os ataques tinham provocado podia «descambar facilmente para situações de extremismo e sectarismo» (*Ibidem*, 17 de setembro: 3).

Inserindo-se na quarta vaga de terrorismo – a vaga do terrorismo religioso, tal como definida por Rapoport – são os valores religiosos que movem os militantes de organizações como a Al-Qaeda ou o Estado Islâmico. Estes valores religiosos consideram que é necessário regressar à pureza do Islão, recuperaram a ideia de Jihad, ou guerra santa, apelam a um regresso do Califado e à necessidade de recuperar os territórios perdidos (RAPOPORT, 2004: 46-73).

Uma das principais características deste terrorismo é o facto de ser uma ameaça transnacional, dotada de carácter não militar, que ultrapassa fronteiras e representa um perigo permanente para qualquer Estado em qualquer parte do mundo. De facto, o 11 de setembro trouxe, também, um sentimento de insegurança generalizado. De Bali à Somália, de Madrid a Paris ou Londres, nenhum país parece estar livre da ocorrência de um atentado terrorista. E, em

nome da «Guerra contra o Terrorismo» e do estado de emergência, têm vindo a ser suprimidas liberdades, direitos e garantias individuais, sem que, contudo, isso tenha até agora posto fim ao terrorismo. Até porque, neste mundo global, é extremamente difícil combater grupos autónomos sem hierarquia nem cadeia de comando, que têm facilidade de deslocação e de comunicação e não têm território específico.

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 foram um acontecimento global, visto em direto por milhões de pessoas, com repercussões em todos os aspetos das nossas vidas e com grande destaque na imprensa. *O Setubalense* não ficou alheio a esse acontecimento e, nas páginas do jornal, iriam surgir durante aquele mês vários artigos de opinião sobre o assunto, numa demonstração do impacto que ele teve em todos nós. **[ASM]**

HEMEROTECA DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SETÚBAL



Notícia do ataque às Torres Gémeas, *O Setubalense*, 12/9/2001, p. 1

CAPÍTULO VI



**VIVÊNCIAS DO QUOTIDIANO
(POR DÉCADAS)**



VIVÊNCIAS DO QUOTIDIANO

Os jornais fazem a narrativa do quotidiano, acompanham a evolução do mundo e das sociedades, relatam os grandes e os pequenos acontecimentos, interferindo, muitas vezes, com a vida dos cidadãos, independentemente de o seu protagonismo se revestir de pompas ou de responsabilidades ou de ser limitado ao caminho ditado por um quotidiano comum. Romance dos dias e das vidas, o jornal espelha formas de viver, movimentos sociais, momentos de crise e de empolgação, maneiras de afirmação de identidade; revela acontecimentos de monta ou pequenas histórias, por vezes grandiosas, banais noutras ocasiões.

Passa o leitor os olhos pelos jornais de antanho e surpreende-se com os nomes, com os factos, com a importância dada às coisas, com os modelos de vida, com os objetos publicitados, com as histórias nunca resolvidas, com os desfechos de alguns episódios, com as lutas políticas locais ou nacionais e os seus objetivos, com o que cada tempo valoriza daquilo que vai produzindo ou criando... As sensações são sempre de descoberta ou de identificação ou de aprendizagem ou de surpresa, às vezes com a complacência do sorriso perante os tempos, às vezes perante o confronto entre o passado e o presente, às vezes com o recuo (ou a viagem) a tempos que se tenta perceber.

Desde que, no final de 1641, foi publicado o número inicial do primeiro periódico português, a célebre *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve nesta Corte e que vieram de várias partes*, a facilidade de se partir à descoberta do passado através dos jornais nasceu, ficando o viajante com a possibilidade de entender o mundo por episódios e com a autonomia de escolher as áreas por que vai correr o seu passeio, encontrando a continuidade naquilo que parece ser descontínuo, convivendo com a tela dos tempos e de acontecimentos aparentemente isolados, fazendo uma história com sentido(s).

Foi por tudo isto que os olhares dos colaboradores desta obra também passaram, numa tentativa despretensiosa de alinhar algumas pequenas histórias e de olhar a montra social que, desde 1855, *O Setubalense* tem proporcionado,

num capítulo que se verga às vivências do quotidiano. Obviamente, as escolhas poderiam ser outras, dependendo das motivações, dos momentos e das emoções dos olhos que se lançam na procura... Mas o propósito desta incursão nos quotidianos foi tão-só o de ilustrar facetas do nosso mundo de todos os dias, mais suscetíveis de caírem no esquecimento, que, no momento em que ocorreram, tiveram a maior importância. **[JRR]**



Nota: As notícias dos pequenos acontecimentos relatadas n'*O Setubalense*, de que se fizeram as fotografias reproduzidas, cobrem o arco cronológico desde a sua fundação, em 1855, até ao final do século XX. Contudo, como a publicação foi suspensa entre 27/12/1857 e 10/8/1916, por essa razão este período não está contemplado nesta recolha.

[A vida difícil dos pescadores]

A tremenda e assustadora tempestade que temos soffrido tem obstado a que os infelizes pescadores possam ir ao mar lançar as suas redes.

Quando n' outros tempos por iguaes motivos se dava esta impossibilidade, os pescadores na vasante das marés, ou no momento que lhes dava logar, lançavam ao rio os seus chinchorros, e com esse pouco peixe que colhiam lá se iam alimentando, ou ao menos não morriam por ahí á mingoa.

Hoje quando a fome é tanta, quando a miseria lavra n' aquella desgraçada classe, lembrou-se de fazer reviver e pôr em execução o Alvará de 2 de Maio de 1802, o qual prohibiu que nos rios de Lisboa e Setubal se fizesse uso dos chamados Tarrafas, Bogiganças, Chinchorros, Mugeiras, Tartaranhas, ou outras que arrastem, fazendo extensiva a mesma prohibição até á distancia de cinco legoas das bocas d' aquelles rios.

Esta prohibição porem só era posta em execução nos mezes de Maio, Junho, Julho e Agosto, mezes *defesos* por serem os do desovamento da pescaria.

E mesmo assim é de notar que n' aquelle Alvará se determinou que somente se possesse em execução no fim de Junho de 1804, isto é, mais de dois annos depois da sua publicação; afim d' evitar que aquella infeliz classe da sociedade não ficasse ainda mais reduzida á miseria, inutilisando-se-lhes as redes que tinham, e não tendo meios para de prompto comprar outras.

No entanto os chinchorros continuaram a ser permittidos, excepto nos mezes *defesos*. Agora porem intende-se que todo o anno deve ser *defeso*, e esta prohibição começa desde já a ter execução. Mas querem saber qual é o resultado?

É que esses desgraçados pescadores andam por ahí a cahir de fome e a morrer de miseria!

O Governo que olhe para este objecto com a mais seria attenção, porque elle é importantissimo, e pôde ser de funestas e lamentaveis consequencias.

RETRATISTA.

D. Carlos de Rojas, retratista hespanhol, procedente da Escola Sevillhana, acaba de chegar a esta Villa, e se offerece a fazer com a possível promptidão os retratos, de que o encarregarem. — O artista assegura uma perfeita similhança. —

Os retratos, passagens da Escripura, e da historia, se farão pelos preços seguintes:

Para medalha — 1\$500

Idem d'um pé d'altura — 3\$000

" busto tamanho natural — 5\$000

" meio corpo — 10\$000

N. B. Mora na hospedaria do Barbeirinho, na Praça do Sapal.

[Hospital recusa assistir mulher queimada]

Consta-nos que uma pobre mulher, que se acolhe n'uma barraca juncta ao portão da Conceição, soffrera, não sabemos como, grandes queimaduras, que a puzeram em lastimavel estado.

A infeliz como poudé lá foi arrastando-se pedir soccorro ao hospital de Nossa Senhora da Annunciada desta villa, mas ali o unico abrigo ou caridade que encontrou foi uma completa recusa a todo e qualquer tractamento!

Sabemos que alguém condoendo-se da sorte afflictiva desta victima do abandono, lhe ministrara alguns medicamentos, aliás teria talvez de secumbir mesmo ás portas de um estabelecimento que se diz de caridade!

Não é este infelizmente o primeiro caso. Mas isto o que mostra é a necessidade de quanto antes se proceder á reforma de um estabelecimento que do modo pelo qual está montado, não pode corresponder aos pios fins da sua instituição,

Factos destes não só revoltam, mas até horrorisam a humanidade, e nós esperamos que a authoridade administrativa preste a sua attenção para o facto que acabamos de apontar.

NOVO ESTABELECIMENTO. — Parece que uma companhia váe brevemente estabelecer nesta Villa uma fabrica d'azeite, extrahido de peixe, cujos residuos serão depois preparados de modo que possam com vantagem ser applicados á agricultura.

O SETUBALENSE, 2/9/1917

Educação Moderna

E' deveras curiosa a fôrma como se educam as creanças d'hoje.

As revistas modernas onde a falta de estudo e educação, ensinam o vício e a maldade, as fitas dos cinemas com todos aqueles beijos lascivos e scenas indecorosas onde as creanças aprendem tudo o que deviam ignorar, fazem das futuras mulheres d'amanhã uns entes muito diferentes para aquilo a que foram destinados.

O SETUBALENSE, 2/9/1917

Asilo Bocage

Este ano as festas no Asilo Bocage, prometem ser deslumbrantes.

Sabemos que um dos seus melhores numeros é a entrada de mais dois velhinhos, filhos de Setubal que vão encontrar naquele templo de Caridade um resto de vida menos acidentada.

Brevemente publicaremos o programa completo destas simpaticas festas.

O SETUBALENSE, 8/1/1919

Creanças

Senhora extremamente canhosa, ensina-as a lêr e escrever correctamente, no espaço de oito mezes. Licções em casa dos alumnos, três vezes por semana. Cada duzia, três mil e quinhentos. Resposta a esta redacção, ás iniciaes M. A. M. N.

O SETUBALENSE, 2/9/1917

Diversões para hoje:

No Luiza Todi

A peça em 4 actos, *O filho perdido*.

No Chalet Isabel Costa

Hoje e amanhã mais 4 sessões com a bela revista *Olho Vivo*.

No Salão Recreio do Povo

Sessões permanentes de animatografo.

No Casino Setubalense

Duas grandes sessões de animatografo.

Na Praça Carlos Relvas

Tourada em beneficio de Agostinho Coelho (*o Borracha*).

O SETUBALENSE, 7/10/1919

A' PAULADA

Hontem, pelo meio dia, deu entrada na enfermaria de Santa Izabel, Chrispa da Conceição, casada, de 34 annos, moradora no Bairro Lopes, que foi aggreddida á paulada por José Diogo, vendedor ambulante de peixe. O estado da ferida é tal, que teve de ser conduzida em padicola para

O SETUBALENSE, 22/7/1919

Cão

Dão-se alviçaras a quem entregar um eão pequeno, preto, com o peito branco, que dá pelo nome de Dique. Portas do Sol, 7, 1.º

O SETUBALENSE, 14/1/1920

A gripe

Contra esta massadora doença, que não raro tem consequências fataes, aconselham os homens de sciencia que a alimentação e o regimen da vida sejam rigorosamente hygienicos, attendendo á profissão de cada um, para se obter o maximo de resistencia contra todas as causas da enfermidade. O fato e a habitação devem ser tambem objecto de sérios cuidados. Convém evitar a agglomeração de pessoas no mesmo aposento.

Pois estão servidos os pobres, se tem de se alimentar bem, morar em boas casas e vestir com aceio!

E' receita que só se póde aviar na botica da transformação social.

O SETUBALENSE, 4/1/1922

Sabão Bocage

O mais barato!

O mais espumoso!

O mais duro!

Recomenda-se ás boas donas de casa, pelas magnificas qualidades que o distinguem, não receando o confronto com qualquer outra marca nacional.

A' venda em todas as boas mercearias e no deposito geral da Fabrica de sabões "Sarah",

JULIO ANTONIO GRILLO

Rua Tenente Valadim

O SETUBALENSE, 26/4/1922

Choque de bicicletas

Esta tarde na Praça de Bocage chocaram-se dois ciclistas, um dos quaes, que vinha da rua do Romeu, conduzia no quadro da maquina uma creança de tenra idade, que foi cuspida no sólo, felizmente sem consequências.

O guarda da policia n.º 46, que áquella hora fazia serviço na Praça, autuou em dezoito escudos os velocipedistas, um por fazer-se acompanhar da menor e outro por não trazer buzina na bicicleta.

O SETUBALENSE, 9/1/1925

Transgressão

O sr. Constantino, do Vale da Quinta do Anjo, queixou-se á policia contra Maria Joanna, da mesma localidade, por esta ter deixado entrar um animal na propriedade daquelle, tendo-lhe ocasionado um prejuizo de dez escudos. A arguida pagou a competente multa, e os dez escudos destinou-os o sr. Constantino, para os nossos pobres, o que agradecemos.

O SETUBALENSE, 6/2/1929

A gatunagem

Como noticiámos, tem andado ultimamente desenfreadas nos arredores da cidade varias quadrilhas de gatunos, assaltando propriedades e cometendo os mais audaciosos furtos.

Dêmos ha dias noticia de que fôra presa uma dessas quadrilhas que se dedicava á pratica de roubos, especialmente de criação, e cujos componentes foram remetidos para juizo, a fim de prestar contas á justiça.

A Guarda Nacional Republicana, a quem se deve a sua prisão, não tem descansado nas suas investigações, para a captura de outras quadrilhas que continuam a infestar a região.

Os seus esforços tem resultado proficuos, visto que foram presos mais quatro individuos de nome Manoel Marques, Benjamim dos Santos Thiago, Apolinario Coelho e Mario Monteiro, todos de Palmela, por terem furtado, no sitio da Charneca de Palma, duas fornadas de carvão a José Bernardino Padeirinha, morador em S. Pedro de Afanhoeira, concelho de Arraiolos.

Os detidos devem ser hoje submetidos a interrogatorio, suspeitando-se que tenham praticado outros roubos.

O SETUBALENSE, 30/5/1929

A electricidade

Segundo um colega allacianha, as freguezias suburbanas de Braga pedem luz e viação electrica.

Se é a primeira vez que formulam tal pedido, o que lhes desejamos, é que sejam melhor sucedidos do que nós durante alguns lustros.

A electricidade, essa madama que já ha muitos anos anda a dias por casas particulares nas outras cidades, parece que desta feita se resolveu a vir fixar residencia em Setubal.

Que, valha a verdade, já não é sem tempo.

[Carlos Mouro]

1920-1929

FUTEBOL
Campeonato de Setubal
UMA DERROTA ESTRONDOSA
 Victoria, 16 — Pedreirense, 0
 União Avenida, 2 — S. Domingos, 1

O SETUBALENSE, 16/1/1933

O SETUBALENSE, 6/1/1934

PERCEBEU MUITO TARDE...

Oh, o meu marido!

Passado o primeiro sobressalto, percebeu, mas muito tarde, porque foi desprezada. A tes maravilha, a pele tão branca da sua rival foram disso a única causa.

É um processo de rejuvenescimento realmente milagroso que foi colocado ao alcance de todas as mulheres, pelo Prof. Dr. Stejskal da Faculdade de Medicina de Viena d'Austria, pela sua recente descoberta do Biocel. Ele demonstrou que a «pele póde comer» e que alimentando-a com este potente alimento dos tecidos — o Biocel, obtido de animais novos, este sabio clinico permitiu a rostos de 50 a 72 anos de idade desembarcarem-se das rugas profundas, de esticarem novamente a pele, torna-la mais rija, de conseguir em suma, um novo aspecto de juventude que se conserva (vêr o relatório no jornal Medico de Viena).

Os direitos exclusivos de utilização do Biocel foram adquiridos por Tokalon. Use o novo Creme Tokalon (côr de rosa). Alimente para a pele, em leves maçogetas todas as noites antes de deitar (como vem explicado), ele alimentará e rejuvenescerá a pele durante o sono. De manhã use o Creme Tokalon (côr branca) não gorduroso que suprime os póros dilatados, os pontos negros, branqueando deliciosamente a pele de 3 tons em 3 dias, tornando-a fresca e avuladada.

Batida ás rapozas

Organizada pela Comissão Venatoria Concelhia, deve realizar-se no proximo domingo 15, uma batida ás rapozas na serra do Loureiro.

Todos os caçadores que a esta batida queiram ir, podem fazer a sua inserição na mercearia do sr. Manuel Anjos, Rua do Romeu 13, onde se prestam todos os esclarecimentos.


O SETUBALENSE, 10/1/1933

O SETUBALENSE, 6/2/1934

TAXIS
TELEFONES
92 E 31
 Chamadas a toda a hora

MULHER
 Precisa-se. Rua 25 de Março 109.

O SETUBALENSE, 18/1/1933



A VOZ DE LONDRES

Fala e o mundo acredita

ESCUTAI ESTAS EMISSÕES

10,45	24,92 m.	(12,04 mc/s)
	19,76 m.	(15,18 mc/s)
12,15	24,92 m.	(12,04 mc/s)
	19,76 m.	(15,18 mc/s)
	13,86 m.	(21,64 mc/s)
21,00	31,75 m.	(9,45 mc/s)
	40,98 m.	(7,32 mc/s)
	41,75 m.	(7,18 mc/s)
	261,10 m.	(1,140 Kc/s)
	1.500,00 m.	(200 Kc/s)



BERLIM

A ALEMANHA FALA!

Actualidades em Língua Portuguesa
Nova Mensagem

Horas	Programa	Duração	Outros Canais
12,30	de 14,00 Alfabet. Progressiva	10ZL 14,35 m. 14,35 14ZL	
14,00	Noticiário	10ZL 14,35 m. 14,35 14ZL	
14,30	Noticiário e Comentários	10ZL 14,35 m. 14,35 14ZL	
15,30	Noticiário e Comentários	10ZL 15,35 m. 15,35 14ZL	
16,30	Noticiário e Notícias do dia	10ZL 16,35 m. 16,35 14ZL	

0 SETUBALENSE, 20/3/1943

A CARNE

Ainda há pouco tempo costumava haver carne em Setúbal, aos sábados. Agora até esse «pouco bem» desapareceu. A que se arranja é para pensões, restaurantes e casas de pasto, que são os freguezes... por atacado.

Ainda ha pouco tempo houve quem tivesse metido no seu talho rez e meia e de manhã só lá estavam ossos. A freguezia miúda levára... em pensamento, durante a noite e a madrugada toda a carne da rez e meia. Mas negocios são negocios não é verdade?

Muito gostaríamos que a guerra acabasse e a situação se normalizasse para, quando certos proprietários de talhões voltassem a mendigar freguezes estes lhes respondessem ao consoante. E o consoante seria de bradar...

0SETUBALENSE, 8/11/1947

Inacreditável

O que se descreve foi presenciado por um dos nossos estimados colaboradores.

Em certa rua da nossa Cidade e num primeiro andar, encontrava-se à janela a respectiva locatária. Em baixo, um varredor da Camara limpava o solo e as valetas. Uma vez essa operação realizada, o homem foi-se embora com o carrinho.

E que fez a locatária depois do varredor já ir longe?

Ora, o que fez deitou para a rua duas pás cheias de lixo, deixando o local repleto de porcaria pois até cascas de melão foram arremessadas.

Algumas visinhas riram. Acharam graça, naturalmente.

Uma, até se aventurou em dizer :

—Quando o varredor cá voltar já tem trabalho...

Isto é o cumulo! E considere-se tão porcas criaturas... senhoras!

Sr. Dr. Bastos; porque não organiza V. Ex.^a uma ou duas brigadas de fiscalização, que vejamos esses e outros desmandos, aumentando os delinquentes? Creia que ganharão para pagar o ordenado que recebem e dar à Câmara ainda muitos escudos mensais.

0 SETUBALENSE, 26/3/1945

OS MANOS NÃO ACERTAM

Havia noutros tempos em Setúbal, um casal de manas que, quando saía, porque uma andava mais de pressa que a outra, que demorava mais em movimento as pernas dizia: par, a mais apressada:

— Ó mang, acerta o passo!

E por muitas encerta o passo e passaram à posteridade, pois ainda hoje são lembradas com saudade.

Ora esta espécie de sinticron vem ao calhar porque há em Setúbal dois mancos que não há meio de andarem certos: E o relógio de S. Julião e o do Mercado do Livramento. Andam sempre distanciados uns minutos um do outro, estabelecendo confusão nos espíritos e nas horas do abrir e fechar dos estabelecimentos por eles se orientando o comércio.

St. relojeiro. É favor «acertar o passo aos mancos». Quando um disser que é meio dia a outro responder «cantando», que meio dia é? Pica assim assente?

O SFT/UBA/ ENSF 22/11/1947

Sem emenda

Na tarde de quarta feira, na Avenida 5 de Outubro ia pendurado na trazeira de uma camionete um garoto. A certa altura o tripulante do carro, desconhecido de que o menor ia a ele agarrado, imprimiu maior velocidade ao veículo. O rapaz quiz largar-se mas fê-lo com tanta infelicidade que perdeu os sentidos, só voltando a si passados bastantes minutos.

Por mais que nestas colunas se faça vêr o mal que existe em se pendurarem nos carros, os garotos continuam nessa prática condenável.

OSSETUBALENSE, 9/7/1949

Macaco endiabrado

Quando, Raul Godinho Portugal, de 5 anos de idade, reside com seus pais no Bairro Trindade, se encontrava brincando com outros menores, na Rua Jacob Azambuja, foi atacado por um macaco, pertencente a Maria de Jesus, o qual, lhe produziu vários ferimentos numa das pernas, pelo que, teve de ser conduzido ao banco do Hospital do Espírito Santo, onde foi devidamente tratado.

Com esta, parece nos ser já a terceira vez, que aquele animal, ataca crianças que se encontram brincando na rua, causando-lhe ferimentos.

[Manuel Henrique Figueira]

O SETUBALENSE, 27/3/1950

Não compreendemos

Cada dia em que se avança no ano são maiores as dificuldades da vida. Os comestíveis mais necessários á vida além de caros ba dificuldade em os conseguir. Batatas, não ha; arroz, não ha; o peixe está caro, tão caro que até causa arrepios o perguntar a um vendedor quanto custa um kilo de carapaus. E as hortaliças? E as favas, e as ervilhas? E os feijões? Pobres dos pobres que nem já podem viver! Mas porquê tal carestia?

O SETUBALENSE, 28/11/1957

Um trabalho escolar DIGNO DE NOTA

A menina Maria Lúsa Azevedo Celorico, de 11 anos, aplicada aluna do 1.º ano do curso preparatório da nossa Escola Técnica, elaborou, como exercício escolar, uma curiosa «entrevista» com o considerado industrial sr. Mário Ledo sobre o funcionamento e características da indústria de conservas de peixe. O trabalho da jovem estudante, atendendo á sua idade, constitui uma auspiciosa promessa que certamente o amor pelo estudo lhe permitirá confirmar no futuro.

O SETUBALENSE, 28/4/1956

Estrangeirismos

Ouvimos há dias uma senhora dizer que achava melhor, mais bonito, os filhos tratarem os pais por *papá* e *mamá*. Ficámos simplesmente arripiados com a igorância da extremosa senhora que nem sabia que aquelas palavras, tão correntemente adoptadas pelas mães portuguesas, eram de origem francesa.

A nossa lingua é tão rica de vocábulos, que se torna absolutamente desnecessário ir á *estranha* buscar *material*.

Um pouco mais de carinho, pois, pelo que é nosso, que é de boa proveniência...

IIII

Há em Setúbal um estabelecimento, aliás bem simpático, onde os empregados costumam referir-se ao *ticket* — pronunciando mesmo *tiqué* — para designar o bilhete da máquina registadora. Para que será tanto preteniosismo? Temos duas palavras que bastam bem para substituir aquele inglês — *macarrónico* ou *quê?* São elas: *talão* e *senha*.

Também, quando há dias pedimos numa papelaria uma pasta de cartolina, o empregado tentou emendar nos com a palavra *dosier*, o que lhe valeu uma pequena lição de portuguesismo, sem outra intenção que não fosse a de lhe sermos úteis. O saber não ocupa lugar...

O SETUBALENSE, 8/1/1951

Ao canto do galo

Esta madrugada, estacionou na Praça de Bocage, uma camionete conduzindo várias grades com aves para o Mercado. Sem duvida, como ainda era cedo, fez aquela paragem mas, o peor, é que todos os galos que conduzia desataram a cantar dando a ideia de que nos encontravamos num aviário de aldeia, ao alvorecer.

Naturalmente, que por tanto cantarem se julgou que eram imitadores dos famosos «Chanteclers», que o faziam, mas veio a verificar-se que eram aves trazidas para Setúbal, para o sacrificio das suas vidas. Só por isso lhes perdoamos o terem-nos acordado.

O SETUBALENSE, 16/11/1955

Foi organizado EM SETÚBAL um grupo desportivo de surdos-mudos

A exemplo de Lisboa e Porto, pensou o sr. Rui Palhão organizar nesta cidade um grupo desportivo de surdos-mudos.

Para o efeito realizou-se há dias uma reunião, cuja mesa foi constituída pelos srs. Dario Assis Esperança, Artur Dias Ferreira, Henrique Albuquerque e José Raul Guerreiro, membros da Direcção do Grupo Desportivo de Surdos-Mudos de Lisboa. Na referida reunião, que decorreu muito animada e em que participou a maioria de surdos-mudos desta cidade, ficou resolvido que se criasse o Grupo Desportivo de Surdos Mudos de Setúbal, como núcleo do União Futebol Comércio e Indústria, tendo logo sido eleita a sua Direcção, que ficou assim constituída: presidente, Rui Palhão; secretário, Roberto Torres Vieira, e tesoureiro, João Marques.

O SETUBALENSE, 6/9/1952

O Hospital da Misericórdia irá ter, finalmente, um serviço médico permanente

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, inaugurará no começo do próximo ano, um serviço médico permanente, com dois clínicos, aspiração de há muito reclamada.

Para tanto conta com um aumento do subsídio normal que a Câmara deliberou considerar, dentro das suas possibilidades, no próximo Orçamento Ordinário.

O SETUBALENSE, 5/5/1958

Costume que não deve manter-se

Parece que por se sentirem muito à vontade, alguns indivíduos sem escrúpulos e sem vergonha costumam transformar, mesmo em pleno dia, o Largo das Areias, junto às novas moradias que ficam perto da Creche, em retretes públicas, não permitindo, portanto, que as senhoras que ali moram, possam chegar à janela.

Para evitar que o mal se torne mais escandaloso, não seria possível uma mais aturada vigilância?

O SETUBALENSE, 2/5/1953

Repressão da Mendicidade

As mercearias fornecedoras de géneros aos indigentes protegidos pelo Albergue Distrital, durante o mês de Maio, são as seguintes:

Freguesia de Anunciada — Américo Cesar Barros, Casal das Figueiras e Manuel Ricardo Conceição, Rua José Carlos da Maia, 48-50.

Freguesia de Bocage — João Albino, Estrada de Santos, 123 e João Carrapeta, Rua General Gomes Freire, 118.

Freguesia de S. Julião — José Maria Mendes Carvalheira, Rua Alvaro Castelões, 66.

Freguesia de S. Maria — Eduardo Figueiredo, L.d.ª, Rua Alvaro Castelões, 2.

O SETUBALENSE, 3/1/1959

Ficou sem dois dedos devido ao rebentamento de uma bomba

Anteontem, cerca do meio dia, foi ao Hospital da Misericórdia receber tratamento o menor Leonildo Batalha da Silva, de 14 anos, filho do sr. Lourenço da Silva e da sr.ª Pátria Augusta Batalha da Silva, residentes em Palmela, o qual apresentava graves ferimentos na mão direita, causados pelo rebentamento inesperado de uma bomba de fogo de artifício.

No Banco do mesmo Hospital o referido menor foi submetido a uma operação de urgência, pelo médico de serviço, sr. dr. Rui Moura, que lhe fez a amputação dos dedos médio e anelar. Algumas horas depois o Leonildo da Silva regressou a casa.

O SETUBALENSE, 3/3/1954

Posto de Higienização do Leite

A Câmara Municipal acaba de instalar condignamente este Posto no edificio dos Serviços Municipalizados, para o que cobriu a entrada principal do mesmo e ocupou duas amplas salas, destinando-se uma à recepção e limpeza de vasilhas — todas elas em muito bom estado de conservação — e outra para laboratório de verificação e análise do leite, numa média diária de 5.000 litros.

Desaparecem assim os inconvenientes que tornavam desaconselháveis as anteriores instalações.

A esta inauguração assistiu o Presidente, Vice-Presidente e Vereadores da Câmara que foram acompanhados nesta visita pelo Vereador do respectivo Pelouro, sr. José Narciso Ferreira de Freitas.

O "monstro" DE S. FILIPE

A cidade anda alvoroçada com o «monstro» do castelo de S. Filipe. Ao fim e ao cabo, segundo a explicação mais aceitável, deve tratar-se de inofensiva coruja alojada em qualquer buraco de parede dos subterrâneos e cujo sopro roufenho, tão conhecido, se faz ouvir através dos respiradouros da fortaleza, naturalmente ampliado pela ressonância que lhe empresta a abóbada do pavimento inferior.

Não vale, pois, a pena continuarmos a sonhar com fantasmas, tanto mais que o caso é já de há muito conhecido.

No Arco da Ribeira Velha

Na abóbada do Arco da Ribeira Velha, colocou mão *engraçada* vários pedaços de qualquer coisa negra que, não sendo aquilo que parece, parece mesmo aquilo que não é. O aspecto é desagradável e só uma observação atenta permite concluir que não se trata de nada mal cheiroso ou repugnante. Todavia, como nem toda a gente estará na disposição de perder tempo com a identificação da estranha *arte* decorativa, poucos haverá que não admitam o plor.

Daqui chamamos a atenção dos serviços camarários respectivos, no sentido de procederem à necessária vasculhadela.

E, a propósito: quando se remove da entrada norte do Arco aquele inestético pedregulho?

O SETUBALENSE, 19/6/1967

Passam a ter vistoria obrigatória os veículos de tracção animal carros de mão e semelhantes

Numa das suas últimas reuniões, a Câmara Municipal de Setúbal aprovou uma postura, mercê da qual todos os veículos de tracção animal, carros de mão e semelhantes, registados ou não naquela Câmara e que tenham o local de recolha ou habitualmente circulem na área do concelho de Setúbal, ficam sujeitos a vistoria obrigatória e anual.

Os carros serão apresentados no mês seguinte àquele em que a vistoria for requerida, acompanhados do respectivo livrete, quando se trate de veículos matriculados, em Vila Nogueira de Azeitão, desde que tenham local de recolha nas freguesias de S. Lourenço e S. Simão; os restantes deverão ser apresentados nos

O SETUBALENSE

7/12/1964

O «MONSTROZINHO» de Quebedo

O nunca assaz celebrado mitório da Praça de Quebedo, de cuja demolição demos notícia, voltou a ser reconstruído alguns passos mais adiante, na Avenida da Portela, na reintrância que existe próximo da escada que dá acesso à linha férrea. Ficará mais resguardado, entre os arbustos que disfarçam a irregularidade ou a pobreza das edificações daquela artéria. A falta de melhor solução — é uma solução.

O SETUBALENSE, 27/5/1968

Vendeu duas rodas de bicicleta e depois procurou roubá-las

Vitor Manuel Neves, residente na Rua João Eloy, vendeu ao seu antigo patrão, sr. João Duarte, com oficina na Rua Acácio Barradas, duas rodas de bicicleta pela importância de cem escudos.

Depois de entregar os referidos acessórios e de ter recebido o dinheiro, o Vitor voltou àquela oficina e acabou por roubar as rodas, motivo por que foi apresentada queixa na P.S.P., sendo o processo enviado a tribunal.

O SETUBALENSE, 8/9/1969

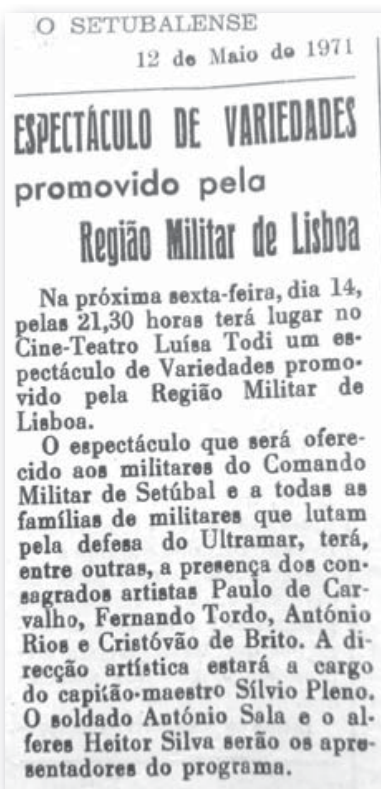
As carreiras urbanas estrearam ontem auto-carros de dois pisos

Entraram ontem ao serviço, nas carreiras urbanas da nossa cidade, vistosos carros de 2 pisos, que trabalharam, especialmente, na carreira Mercado — Bairro da Conceição.

Talvez porque as árvores das Avenidas 5 de Outubro e Eng. Duarte Pacheco não tivessem sido, devidamente, arranjadas para a altura dos novos autocarros, as carrocerias sofreram as consequências dos ramos mais prolongados e os passageiros apanharam pe-



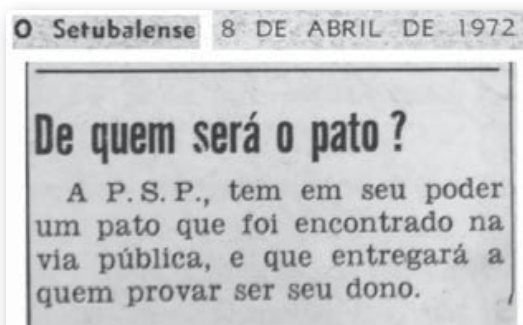
O SETUBALENSE, 13/1/1971



O SETUBALENSE, 12/5/1971



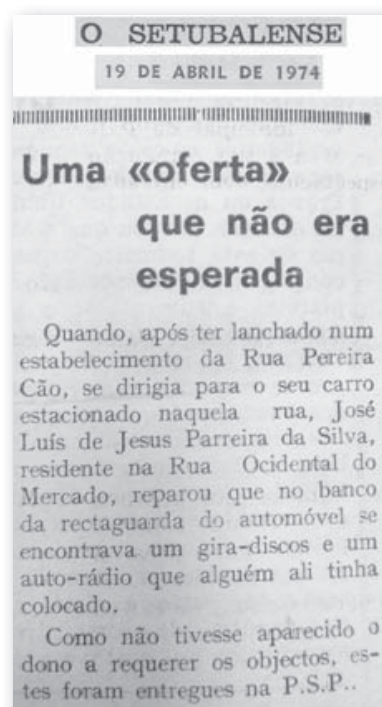
O SETUBALENSE, 7/7/1971



O SETUBALENSE, 8/4/1972



O SETUBALENSE, 14/6/1972



O SETUBALENSE, 19/4/1974




WOODSTOCK A PORTUGUESA

21 de Novembro — SETÚBAL (Estádio do Bonfim)

Das 9 às 19 horas, um SUPER-ESPECTACULO que inclui a «FEBRE DE SABADO DE MANHA» (da Rádio Comercial) e ainda: JULIO ISIDRO, RUI VELOSO, UHF, Paulo Carvalho, Adelaide Ferreira, Lena D'Água, Tóvante, TNT, Classes de Ginástica, Fanfarras de Bombeiros, Táxi, José Viana, Opinião Pública, Coro e Danças do Feijó, Rancho Praias-Sado, Horituba, Elo e Aço, Mário Mata, Isabel Baía (RTP) Raul Solnado, Carlos Lopes e Fernando Mamede, Jo Apolloni, Eusébio, NZZN e mais, muito mais!

UM ESTOIRO...

BILHETES 200500 — Já estão à venda, em Setúbal: na Artflash, Centro Comercial OK, Discoparada, Centro Comercial DUFA e nos Bombeiros Voluntários. No distrito de Setúbal: nos Bombeiros Voluntários de Sines, Alcácer do Sal, Grândola, Mota, Barreiro, Seixal e em Almada na Delegação da EPNC, Rua da Oliveira, 9 B. Em Lisboa: nas livrarias da EPNC (Avenida da Liberdade, 254, Rossio 11 e Largo do Chiado) e nas discotecas Discoparada (Centro Comercial Pórtico de Sacavém e Av. Almirante Reis, junto à Portuguesa). **COMPRA JÁ O SEU BILHETE!**

APOIOS — Empresa Pública Notícias-Capital, Banco Nacional Ultramarino, Turivisa — Agência de Viagens, Foto Ludgi-Cor (Setúbal), Câmara de Setúbal, Governo Civil de Setúbal e Vitória Futebol Clube.

AVISOS — ALMOCE NO ESTÁDIO!... MAS DEIXE-O LIMPO!

Os artistas brasileiros GLÓRIA PIREZ «Sandra»
FÁBIO JUNIOR «Marcos» canta o seu repertório

O SETUBALENSE, 6/11/1987

TRÓIA

NEM PONTE NEM TÚNEL

O Governo está a estudar o reforço das ligações fluviais entre Setúbal e Tróia, estando fora de questão a construção de uma ponte ou túnel.

O Governo, vai analisar o reforço das ligações com a empresa privada que actualmente assegura as ligações fluviais em "ferry-boat" entre a cidade de Setúbal e a Península de Tróia.

A construção...

O SETUBALENSE, 23/11/1981

SETÚBAL TEVE WOODSTOCK

DEZ horas DE fervura



Um acontecimento que estava sendo aguardado com muito interesse, era sem dúvida, o «Woodstock a portuguesa», que levou ao Estádio do Bonfim, um grande público, alguns milhares de pessoas. Como era esperado a noite que se esperava, o público, durante toda a noite, teve a oportunidade de assistir a uma série de concertos e de ver os artistas brasileiros em directo. O público, durante toda a noite, teve a oportunidade de assistir a uma série de concertos e de ver os artistas brasileiros em directo. O público, durante toda a noite, teve a oportunidade de assistir a uma série de concertos e de ver os artistas brasileiros em directo.

O SETUBALENSE, 25/12/1981

Xepa e Becker em Setúbal



Ontem, de manhã, os setubalenses esperaram impacientemente duas personalidades da última telenovela brasileira, que fez sucesso na R. T. P.

O SETUBALENSE, 26/01/1996



O SETUBALENSE, 8/1/1992



O SETUBALENSE, 30/12/1992



A imprensa regional é, desde sempre, poderoso fator de construção das identidades locais. Nas páginas de pequenos jornais fixa-se a memória e relata-se o quotidiano de comunidades distantes dos grandes centros de poder. Nos caracteres impressos de publicações que, na maior parte dos casos, lutam, todos os dias, pela sobrevivência defende-se com empenho o progresso local, exerce-se a pressão possível para que as coisas avancem. Constrói-se, acima de tudo, cidadania e comunidades mais coesas.

O Setubalense será um dos mais notórios e longevos exemplos desta prática. Ao fim de 165 anos de publicação, com uma ou outra interrupção, mantém de pé as principais características de um jornal que se orgulha de ser local. É o «jornal lá da terra», como, muitas vezes, dizem aqueles que, distantes, acompanham a vida da sua cidade pelas páginas do jornal que ainda recebem pelo correio ou, agora, leem no computador. O jornal que relata o que acontece na mais escondida travessa e conta o que andam os poderes públicos locais a tecer.

O Setubalense, como qualquer jornal local, viverá sempre em cima da fina linha que separa os poderes do poder do jornalismo. Nessa tensão criadora e, por vezes, turbulenta faz-se a história dos homens, das mulheres e das cidades; dessa tensão liberta-se a energia que, muitas vezes, produz a transformação necessária. Tudo isso faz parte da natureza da relação entre poderes e será sempre uma constante nas irregularidades históricas que o jornal continuará a relatar por muitos anos, ainda que só muito mais tarde venhamos a compreender que aquilo que parecia normal era, afinal, um impulso transformador ou destruidor. É ali, no papel impresso de *O Setubalense* que, muitas vezes, ao lermos velhos jornais nos confrontamos com esse salto histórico, com o princípio de uma mudança que não sabíamos que iria acontecer.

Sabemos melhor quem fomos e quem somos porque temos um jornal que sai para as bancas há 165 anos. Também por isso nos podemos orgulhar de sermos Setubalenses. Tal longevidade merece, sem qualquer dúvida, forte saudação e a manifestação do desejo de que *O Setubalense* possa manter o

vigor, reforçando sempre a sua qualidade e seriedade. Merece, a propósito deste livro, viva felicitação pelo facto de, nestas páginas — coordenadas por quem, como Albérico Afonso Costa, tem dedicado boa parte do seu labor à história da nossa cidade — pôr, preto no branco, parte muito importante da nossa memória coletiva enquanto comunidade.

Parabéns a *O Setubalense* e a todos os que, ao longo destes 165 anos, o escreveram, paginaram, imprimiram e distribuíram. Hoje, somos também mais cidade graças a este jornal. Somos Mais Setúbal.

Maria das Dores Meira

Presidente da Câmara Municipal de Setúbal

Setúbal, 8 de junho de 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



As referências bibliográficas foram organizadas de acordo com as normas da APA (American Psychological Association), seguindo o critério de consulta autor / data. Contudo, dada a diversidade dos documentos consultados e dos tipos de referências que estes geraram nos textos dos 20 autores do livro, foi feita uma adaptação o mais aproximadamente possível às referidas normas.

Referências completas (livros; artigos de jornal com autor; outras fontes):

- ADSTB/PSS/APAC/10/1, f. 188
- AFONSO, Albérico & MOURO, Carlos (1990). Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal. In *Estudos locais. Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal: ESE / Instituto Politécnico de Setúbal, vol. 1, pp. 17-44
- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos & REZOLA, Maria Inácia (2015). *Nos Acontecimentos do 11 de Março de 1975*, s. p. Acedido em: <https://media.rtp.pt/memoriasdarevolucao/acontecimento/osacontecimentos-do-11-de-marco-de-1975/>
- ALDEIA, João (1996). *A fé religiosa e o novo documentário 'Setúbal'*. Setúbal: XII Festival Internacional de Cinema de Troia
- ALEGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO (1987). pp. 15 e 73
- ALVES, Luís Alberto Marques (2005). O arranque do ensino industrial na 2.ª metade do século XIX. In *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* [Polónia, Amélia; Martins, Jorge Ribeiro & Alves, Luís Oliveira eds.]. Porto: Universidade do Porto, 2 vols., pp. 95-101
- BARRETO, António & MÓNICA, Filomena, orgs. (2002). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. 7, pp. 517-518
- BATALHA, Ladislau (1917). A Revolução em marcha. In *O Trabalho*, 25 de novembro
- BEIRÃO, Vítor (1985). CEE de dez para doze: que a mudança não fique apenas pelo número. In *O Setubalense*, 19 de junho, p. 3
- BIANCO, Lucien (1971). *Origins of the Chinese Revolution: 1915-1949*. Stanford: Stanford University Press, pp. 12-13, 196-197
- BOLETIM DO CEP, AHM-Arquivo Histórico-Militar. DIV/1/35A/1/04/1047
- CADASTRO N.º 6981 DA PVDE, ANTT-Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- CARVALHO, João Carlos de Almeida (1861). Reflexões e propostas apresentadas à Junta Geral do Distrito de Lisboa nas sessões de 14 a 18 de Março de 1861 pelo Procurador à mesma Junta, o Sr. J. C. A. C. In *A Revolução de Setembro*, 1861, 11 de Maio, p. 3
- CARVALHO, João Carlos de Almeida (1968). *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense: Memórias do autor*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal, s. p.
- CASTRO, Afonso de Macedo (1939). Contra o que julgámos, sempre veio a guerra. In *O Setubalense*, 6 de setembro, p. 1
- CATÁLOGO OFICIAL DO PAVILHÃO DE PORTUGAL (1998). s. p.
- CLARO, Rogério Peres (1988). *Catálogo de Exposição. «Os Albinos. Gente do espectáculo e pioneiros do turismo cultural em Setúbal»*: Setúbal: MS/CJ, p. 1
- COGGIOLA, Osvaldo (1985). *Na Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, pp. 6-7
- CÓPIA DE ACTA DA COMISSÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL (1928). 21 de junho
- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DA DELEGAÇÃO DE SETÚBAL (1944). Cx. 797, Ofício n.º 126/484, 28 de janeiro / Ofício n.º 207/484, 15 de fevereiro
- COSTA, Albérico Afonso & MOURO, Carlos (2018). Atentado a Almeida Carvalho (31 de agosto de 1855). In *Musa*, 5. Setúbal: AMRS / MAEDAS / FIDS, pp. 199-212
- COSTA, Albérico Afonso (2011). *História e Cronologia de Setúbal 1248-1926*. Setúbal: Estuário / IPS / ESE, pp. 187, 236, 257
- COSTA, Albérico Afonso (2014). *Setúbal sob a Ditadura Nacional: 1926-1933*. Setúbal: Estuário / IPS / ESE / CMS, pp. 47 e ss.
- COSTA, Albérico Afonso (2017). *Setúbal, Cidade Vermelha. Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar: 1974-1975*. Setúbal: Estuário, pp. 51, 183-188
- COSTA, Alves (1978). *Breve história do cinema português. 1896-1962*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, p. 98
- COSTA, Augusto (1924). Os estádios d'uma ideia: Sobre o monumento aos mortos da Grande Guerra. In *O Setubalense*, 25 de outubro, p. 1
- COSTA, João (2015). *Os forais de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, p. 12
- CUNHA, Alice (2006). *À Descoberta da Europa: A Adesão de Portugal às Comunidades Europeias*. Lisboa: Tese de Mestrado apresentada no ISCSP, pp. 16, 76, 193
- DECRETO (1884). 3 de janeiro
- DECRETO (1888). 13 de junho
- DIÁRIO DAS SESSÕES (1946). Assembleia Nacional, N.º 61, 10 de dezembro, pp. 62-92
- DIÁRIO DO GOVERNO (1975). N.º 62/1975, 1.º Suplemento, Série I, 14 de março
- DISCURSO DE POSSE (1929). agosto
- DURO, Alfredo (1955). *História do Primeiro Automóvel Entrado em Portugal*. Lisboa: A. Duro, p. 14
- EDITAIS (1912-1939). Cx. 80. ADSTB, A. C. M. S
- ENVIA, Manuel (1947). *Coisas de Setúbal*. Setúbal: Ed. do

autor, pp. 3 e 31

- F. G. (1985). Portugal na CEE: Receio, Otimismo e algumas dúvidas. In *O Setubalense*, 12 de junho, p. 6
- FARIA, Carlos Vieira (1981). *Novo fenómeno urbano. Aglomerado de Setúbal*. Lisboa: Assírio & Alvim, pp. 45-49
- FERRO, António (1939). Carta aberta aos Portugueses. In *Revista dos Centenários*. Lisboa: Comissão Nacional dos centenários / SPN, n.º 1, p. 19
- FIGUEIRA, João José Monteiro (2012). *O Estado na electrificação portuguesa: da Lei de electrificação do país à EDP (1945-1976)*. Coimbra: Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Lisboa, pp. 191, 393
- FONTES, Jorge (2018). *Setenave: Revolução, Nacionalização, Privatização*. Lisboa: Parsifal, p. 18
- FREIRE, João & LOUSADA, Maria Alexandre (2013). *Roteiros da Memória Urbana: Marcas deixadas por libertários e afins ao longo do século XX*. Lisboa: Colibri, p. 45
- GARCIA, Fernando (1916). As doenças de Setúbal, 1911-1914. In *A Medicina Moderna*, n.ºs 267 e 268, s. p. / (1919). As doenças de Setúbal, 1918. In *A Medicina Moderna*, n.ºs 298 a 300, s. p.
- HISTORY TODAY (1999). Mao Zedong becomes chinese Head of State. Vol. 49 (9), 30 de setembro, s. p. Acedido em: <https://www.historytoday.com/archive/months-past/mao-zedong-becomes-chinese-head-state>
- INQUÉRITO INDUSTRIAL (1881). Lisboa: s. e., III Parte, p. 16
- JESUS, F. Henriques (1955). *Subsídios para a História do Jornalismo Setubalense*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal (edição comemorativa do Centenário do 1.º Jornal Impresso em Setúbal (1855-1955))
- LIVRO 3 DE REGISTO DE EDITAIS E ANÚNCIOS (1917-1924). Cx. 83, f. 342. ADSTB, A. C. M. S.
- MACHADO, J. T. Montalvão (1961). *Vultos médicos de Setúbal*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal, p. 22
- MADEIRA, João (1998). A oposição e as eleições presidenciais de 1958. In *Humberto Delgado: as eleições de 58* [Delgado, Iva; Pacheco, Carlos & Faria, Telmo]. Lisboa: Veja, p. 55
- MADEIRA, João (2013). *O atentado a Salazar*. Lisboa: Esfera dos Livros, pp. 112-113
- MANUSCRITO 2755 DE JORGE QUARESMA, AHS-Arquivo Histórico-Social, N61, Cx. 33
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1976). *História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Palas, pp. 315-316
- MARQUES, António Costa (1995). *Setúbal. Imagens da história religiosa no século XX*. Setúbal: Diocese de Setúbal, p. 59
- MARTINS, Idília das Mercês Sousa (1984). *A imprensa em Setúbal: 1855-1983*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal / Associação dos Eleitos Comunistas e outros democratas / Biblioteca Municipal de Setúbal
- MARTINS, M. Gonçalves (1968). Os Blindados Russos na Checoslováquia. In *O Setubalense*, 28 de agosto, p. 1
- MARTINS, Manuel (2018). *Nascemos livres*. Porto: Fundação SPES
- MOREAU, Mário (2002). *Luísa Todi. 1753-1833*. Lisboa: Hugin (edição comemorativa do 250.º aniversário do nascimento de Luísa Tody), s. p.
- MOURA, Carlos & PENA, Horácio (1997). *Para a história da Iluminação Pública em Setúbal (1855-2010)*. Setúbal:

Universidade Popular de Setúbal, p. 119

- MOURA, Carlos & PENA, Horácio (2011). *Para a história do Clube Setubalense (1855-2010)*. Setúbal: Clube Setubalense, p. 74
- NEVES, José (2019). *Portugal: Uma Retrospectiva*. Lisboa: Público / Tinta-da-China, pp. 44-54
- NOGUEIRA, César (1918). O vaticínio da Revolução Socialista Mundial. In *O Setubalense*, 2 de dezembro
- PAXECO, Fran (1930). Setúbal e as suas celebridades. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia
- PERDIGÃO, Álvaro (1949). Um rio. Uma cidade. Um pintor. In *O Setubalense*, 17 de setembro, p. 1
- PIMENTEL, Alberto (1879). *Memória sobre a História e Administração do município de Setúbal*. Lisboa: Typographia Gutierrez da Silva (consultada a reedição fac-similada pela Câmara Municipal de Setúbal, em 1992, existente na Biblioteca Municipal de Setúbal), p. 274
- PROCESSO 115/34, AUTO N.º 1028, AUDIÊNCIA (1934). 25 de abril / PROCESSO 115/34: JAIME REBELO (1934). AHM-Arquivo-Histórico Militar
- PROCESSO DE FRANCISCO PINTO VIDIGAL, AHM-Arquivo Histórico-Militar, Cx.1354
- PROCLAMAÇÃO AO PAÍS LIDA POR SPÍNOLA, 1974, 26 de abril, s. p.
- PROGRAMA DO MFA (1974). Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz, s. p.
- RABY, Dawn Linda, (1990). *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*. s. l.: Edições Salamandra, pp. 208, 210
- RAPOPORT, David C. (2004). Four waves of modern terrorism. In *Attacking terrorism: elements of a grand strategy* [Croning, A. K. & Ludes, J. M. coord.] Washington: Georgetown University Press, pp. 46-73
- REBELO, José (1983). *Expedicionários do Onze a Cabo Verde (1941-1943)*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal, s. p.
- RÉGIO, José (1958). *Cineclube de Estremoz*. Estremoz: s. e., p. 3
- REGISTO BIOGRÁFICO DE ARMANDO DE MEDEIROS (1925-1961). Escola Secundária Sebastião da Gama
- REGISTO GERAL DE PRESOS, LIVRO N.º 2, PRESO N.º 246. ANTT-Arquivo Nacional da Torre do Tombo. PIDE/DGS. Serviços Centrais
- REGISTO GERAL DE PRESOS, LIVRO N.º 28, PRESO N.º 5508. ANTT-Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PIDE/DGS. Serviços Centrais
- RELATÓRIO DO ADMINISTRADOR DO CONCELHO DE SETÚBAL PARA O GOVERNO (1917). 20 de abril
- RODRIGUES, Manuel (1974). *Tarrafal, aldeia da morte: o diário da B5*. Porto: Brasília Editora, pp. 118-123
- ROQUE, Domingos (1961). O jogo de amanhã. In *O Setubalense*, 6/5/1961, p. 3; Taça de Portugal: A defesa vitoriana comprometeu um resultado que constituiria uma lição para os encarnados, 8/5/1961, p. 4; O Vitória eliminou o Benfica da Taça de Portugal, 3/6/1961, p. 4A; Faleceu ontem o internacional de futebol Armando Martins, 29 de abril, p. 2
- ROSAS et al. (1994). *História de Portugal: O Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 7, p. 419
- ROSAS, Fernando (2010). *Lisboa revolucionária. 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China
- ROSAS, Fernando [oord.] (1990). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. In *Nova História de Portugal* [Serrão, Joel &

Marques, A. H. de Oliveira, dir.]. Lisboa: Editorial Presença, vol. XII, p. 79

– SANTOS, Ana Maria (1998). Uma cidade à beira da Expo. In *O Setubalense*, 22 de maio, p. 11

– SIMÕES, Maria Adriana Nóbrega (2008). *A Escola que abraçou a Cidade: Escola Secundária Sebastião da Gama (1888-2000)*. Setúbal: Edição de autor, pp. 31-118, 59, 60, 107, 111, 116

– TELO, António José (2008). *História Contemporânea de Portugal: Do 25 de Abril à Atualidade*. Lisboa: Presença, vol. 2, p. 44

– TORRES, Carlos Manitto (1940). As Comemorações Centenárias no Distrito de Setúbal: Relatório. In *Setubalense* (separata), s. e., pp. 6-7

– VIEIRA, Joaquim (1998). *Portugal Século XX 1960-1970*. Lisboa: Círculo Leitores, pp. 37, 190

Referências completas (artigos de jornais com título, mas sem autor):

– *A INDÚSTRIA* (1939). O novo edifício da Câmara, 8 de maio, p. 1; Câmara Municipal, 4 de agosto, p. 1; A primeira reunião da Câmara no novo edifício dos Paços do Concelho, 12 de agosto, pp. 1-3; A inauguração das salas de D. Olga de Moraes Sarmento, 11 de novembro, p. 2

– *O SETUBALENSE* (1918). Máximo Gorki, 18 de março; Revolução na Rússia, 17 de agosto, [p. 1]

– *O SETUBALENSE* (1931). Saldando uma dívida, 21 de novembro, p. 1

– *O SETUBALENSE* (1933). França e Alemanha, 3 de janeiro, p. 1; Pela Alemanha, 2 de fevereiro, p. 1

– *O SETUBALENSE* (1936). O ódio e sangue: eis o comunismo, 23 de abril

– *O SETUBALENSE* (1937). Quem não é por nós é contra nós, 5 de julho, p. 1

– *O SETUBALENSE* (1939). Todos por um. Um por todos, 4 de setembro

– *O SETUBALENSE* (1940). As Comemorações em Setúbal, 3 de junho, p. 5; O júbilo popular na cidade, 5 de junho, p. 3; O Dia de Camões: A sessão literária nos Paços do Concelho, 11 de junho, p. 4; É amanhã que 1264 operários de ambos os sexos, auxiliares da Indústria de Conservas, visitam a Grande Exposição do Mundo Português, 31 de agosto, pp. 1-2; Comemorações Centenárias: O que há amanhã em Setúbal, 30 de novembro, p. 2

– *O SETUBALENSE* (1941). As Tragédias Ciclónicas, 17 de fevereiro, p. 1; Juramento da Bandeira, 16 de junho, p. 1; Soldados de Portugal, 26 de novembro, p. 2; Vai partir o nosso contingente, 28 de novembro, p. 2; A partida das nossas tropas para Cabo Verde, 29 de novembro, p. 2

– *O SETUBALENSE* (1944). Rumo, 7 de janeiro, p. 1

– *O SETUBALENSE* (1948). A visita presidencial a Setúbal, 7 de junho, p. 1

– *O SETUBALENSE* (1949). As Festas da Cidade, 28 de março; Programa comemorativo do sétimo centenário da independência administrativa de Setúbal, 2 de abril, p. 7; Ecos da visita do Chefe de Estado a Setúbal, 9 de junho, p. 2 [na referência bibliográfica do final da p. 120 está 1949 em vez de 1948]; O encerramento das comemorações do 7.º centenário de Setúbal, 17 de outubro

– *O SETUBALENSE* (1955). Inauguração do Novo Edifício da Caixa Geral de Depósitos, 30 de maio, pp. 1 e 2

– *O SETUBALENSE* (1962). O Senhor Presidente da República Inaugurou Ontem a Fábrica Barreiros de Motores e Camiões, 19 de maio, p. 1; Na Inauguração da Fábrica de Motores e Camiões, 21 de maio, p. 2

– *O SETUBALENSE* (1968). O Senhor Presidente Inaugurou a Feira de Sant'Iago e a I Festa Nacional do Mar, 22 de julho, p. 2; Sinto bem que não foram horas perdidas as que aqui passei, 25 de julho, p. 1

– *O SETUBALENSE* (1969). Fernando Vaz na hora da despedida, 2 de junho, p. 3; Assim falou o técnico Pedroto, 4 de junho, p. 2; Taça Ribeiro dos Reis, 9 de junho, p. 2; 16 de junho, p. 2; O Estádio do Bonfim será o mais bem iluminado do País, 18 de junho, p. 1; Setúbal no III Troféu Ibérico, 28 de junho, p. 2

– *O SETUBALENSE* (1974). A Setenave inaugurou a sua atividade de construção (...), 8 de agosto, p. 6

– *O SETUBALENSE* (1975). Que sorte está reservada ao povo português?, 12 de março, p. 6; Comício do MDP/CDE em Setúbal, 21 de março, p. 8

– *O SETUBALENSE* (1985). Sociais Democratas Vencem eleições, 7 de outubro, p. 6

– *O SETUBALENSE* (1998). Mil Possibilidades, Mil Destinos, 22 de maio, p. 5

– *RUMO* (1944). Primeira pedra, 20 de janeiro, p. 1 (suplemento d'*O Setubalense*)

– *VITÓRIA SETUBALENSE* (1945). A notícia do fim da guerra, 9 de maio, p. 2

Referências simples (jornais e revistas):

– *A FOLHA DE SETÚBAL* (1915). 13 de junho; 20 de junho, p. 1; 27 de junho / (1925). 25 de abril

– *A INDÚSTRIA* (1928). 25 de maio / (1929). 13 de dezembro, p. 2

– *A MOCIDADE* (1905). 1 de dezembro

– *A PROVÍNCIA* (1960). 5 de maio

– *AVANTE* (1962). Fevereiro, pp. 1 e 4; março, p. 1; maio, p. 1; junho, p. 1

– *BOLETIM DE INFORMAÇÃO INTERNA DA CGD* (1998). N.º 22

– *ECHO DOS SPORTS* (1926). 15 de setembro

– *EXPRESSO* (2017). 4 de fevereiro

– *GAZETA ACADÉMICA* (1923). 15 de dezembro, p. 2

– *GAZETA SETUBALENSE* (1881). 24 de julho, p. 1; 31 de julho, p. 1 / (1890). 28 de dezembro / (1891). 4 de janeiro / (1955). 22 de dezembro

– *GERMINAL* (1910). 1 de maio / (1905). 31 de dezembro

– *ÍDOLOS DO DESPORTO* (1969). 6 de dezembro

– *ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA* (1910). 11 de julho

– *IMPRENSA E LEI* (1855). 12 de setembro, p. 1

– *JORNAL DE AZEITÃO* (1919). 2 de novembro

– *LATINA* (1910). 10 de março

– *NOVA VIDA* (1977). 19 de setembro, pp. 6 e 7 / (1978). 1 de fevereiro, pp. 1 e 3

– *O BRACARENSE* (1855). 14 de setembro, p. 1

– *O CURIOSO DE SETÚBAL* (1858). 6 de novembro, pp. 3-4; 13 de novembro, p. 3

– *O DISTRITO* (1889). 10 de março / (1893). 13 de abril / (1895). 20 de outubro / (1896). 22 de novembro / (1905). 29 de outubro

– *O DISTRITO DE SETÚBAL* (1927). 16 de fevereiro / (1975). 14 de janeiro

– *O ELMANO* (1855). 1 de julho / (1895). 16 de outubro / (1909). 10 de fevereiro; 10 de julho

– *O INDEPENDENTE* (1909). 22 de fevereiro; 29 de abril

– *O SÉCULO* (1931). 24 de agosto; *O SÉCULO* (1931). ANTT/EPJS/SF/00100100200976F

– *O SETUBALENSE* (1855). 13 de janeiro; 1 de julho; 26 de agosto; 2 de setembro; 3 de setembro (suplemento); 11 de outubro; 14 de outubro; 13 de novembro; 12 de dezembro; 19 de dezembro / (1857). 10 de janeiro; 6 de setembro; 11 de outubro, p. 3; 10 de novembro; 27 de dezembro / (1917). 2 de setembro / (1918). 24 de agosto; 16 de novembro / (1919). 8 de janeiro; 13 de março; 6 de maio; 9 de maio; 6 de junho; 12 de julho; 22 de julho; 26 de setembro; 7 de outubro; 3 de novembro; 22 de dezembro / (1920). 14 de janeiro / (1922). 4 de janeiro; 26 de abril; 22 de setembro; 29 de novembro / (1925). 9 de janeiro / (1926). 3 de janeiro; 31 de maio; 2 de novembro; 3 de novembro; 10 de novembro / (1927). 3 de janeiro; 4 de fevereiro; 16 de fevereiro / (1929). 6 de fevereiro; 30 de maio / (1930). 10 de julho, p. 4; 26 de julho; 29 de julho / (1931). 18 de abril; 4 de maio; 9 de maio; 19 de junho; 7 de agosto; 24 de agosto; 21 de novembro (edição especial); 21 de novembro, p. 1 / (1932). 22 de maio; (1933). 10 de janeiro; 16 de janeiro; 18 de janeiro / (1934). 6 de janeiro; 19 de janeiro; 6 de fevereiro; 6 de junho; 12 de julho; 26 de setembro / (1935). 22 de julho / (1936). 20 de julho, p. 1; 21 de julho; 22 de julho / (1937). 5 de julho / (1939). 27 de fevereiro; 11 de agosto (edição especial), p. 1; 1 de setembro / (1940). 25 de junho, p. 6; 3 de dezembro, p. 1 / (1942). 24 de dezembro / (1943). 20 de março / (1944). 1 de julho / (1945). 26 de março; 31 de março; 9 de maio, p. 2; 15 de agosto, p.1 / (1946). 5 de novembro, p. 1 / (1947). 8 de novembro; 22 de novembro / (1948). 9 de junho, p. 2 / (1949). 2 de abril, p. 1; 2 de maio, pp. 1-2; 28 de maio, p. 1; 30 de maio, p. 1; 9 de julho; 19 de setembro, p. 1 / (1950). 27 de março; 5 de agosto, pp. 1-2 / (1951). 8 de janeiro; 3 de fevereiro, pp. 1-2; 7 de fevereiro, p. 2 / (1952). 26 de janeiro, p. 2; 9 de fevereiro; 6 de setembro / (1953). 2 de maio / (1954). 3 de março; 2 de novembro, p. 2 / (1955). 7 de maio, pp. 12-14; 9 de maio, pp. 1-3; 11 de maio, pp. 1 e 4; 29 de agosto; 16 de novembro / (1956). 28 de abril; 16 de junho; 15 de setembro; 21 de setembro; 5 de novembro / (1957). 26 de janeiro; 28 de janeiro; 16 de fevereiro, p. 1; 18 de fevereiro; 18 de março, p. 2; 1 de abril, p. 3; 25 de maio, p. 2 / (1958). abril; 5 de maio; 10 de maio, p. 1; 31 de maio, p. 6 / (1959). 3 de janeiro / (1960). 19 de abril, p. 3; 21 de abril; 10 de maio, p. 1; 31 de maio, p. 6; 16 de julho / (1961). 6 de fevereiro, p. 1; 11 de fevereiro; 13 de fevereiro, p. 1; 11 de março; 3 de junho; 14 de junho; 30 de agosto; 21 de dezembro / (1962). 17 de março; 28 de abril, pp. 1 e 4; 19 de maio; 21 de maio; 1 de agosto, p. 4; 7 de setembro; 17 de setembro / (1964). 18 de janeiro; 19 de setembro; 7 de dezembro / (1965). 22 de fevereiro; 1 de setembro; 15 de setembro; 18 de setembro; 19 de setembro / (1967). 10 de maio; 19 de junho; 10 de julho, p. 1; 28 de outubro; 22 de novembro / (1968). 28 de fevereiro, p. 1; 27 de maio; 28 de setembro, p. 1 / (1969). 1 de agosto; 11 de agosto; 8 de setembro; 18 de outubro; 25 de outubro; 12 de novembro / (1971). 13 de janeiro; 12 de maio; 7 de julho / (1972). 8 de abril; 14 de junho / (1973). 28 de setembro / (1974). 3 de abril; 19 de abril; 3 de maio; 18 de maio; 7 de junho; 18 de setembro / (1975). 14 de janeiro; 10 de outubro; 27 de outubro; 10 de novembro, p. 3; 23 de novembro / (1981). 14 de fevereiro; 25 de fevereiro; 16 de novembro;

23 de novembro; 14 de dezembro / (1982). 4 de janeiro; 17 de maio / (1984). 20 de junho, p. 1 / (1985). 7 de outubro / (1987). 6 de novembro / (1990). 18 de julho / (1991). 22 de novembro, p. 1; 22 de novembro, pp. 1 e 8; 16 de novembro, p. 8; 25 de novembro, p. 9; 29 de novembro, pp. 1, 5 e 6; 2 de dezembro, p. 5; 13 de dezembro, p. 3 / (1992). 8 de janeiro; 23 de dezembro; 30 de dezembro / (1996). 26 de janeiro; 10 de abril; 20 de abril / (1998). 12 de outubro; 16 de outubro; 23 de outubro / (2001). 12 de setembro, p. 1; 14 de setembro, p. 3; 17 de setembro, p. 3 / (2013). 29 de abril / (2018). 27 de agosto / (2019). 7 de novembro

– *O TRABALHO* (1917). 25 de novembro

– *REPÚBLICA* (1913). 15 de março;

– *SADO-RECLAME* (1930). agosto

– *SETÚBAL VERDE* (1981). Outono (trimestral), n.º 4

– *VITÓRIA SETUBALENSE* (1945). 15 de agosto, p. 1

Sítios na internet:

– <http://morsajans.com/author/morsadmin/page/8/>

– <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/uniao-sovietica-esmaga-rebeliao-na-hungria-deixando-8-mil-mortos-10456063>

– <https://de.todocoleccion.net/detektorempfanger/antigua-radio-galena-auriculares-fabricacion-artesanal-x100547987>

– <https://ephemerajpp.com/2016/08/25/iii-congresso-da-oposicao-democratica-aveiro-4-8-de-abril-de-1973/#jp-carousel-234050>

– <https://osaldahistoria.blogs.sapo.pt/quando-o-comboio-uniu-as-margens-do-30689>

– https://pt.wikipedia.org/wiki/for%c3%a7as_populares_25_de_abril

– <https://pt.slideshare.net/olivia.soares/represso-e-resistencia>

– <https://www.asetubalense.com/local/setubal/2017/04/14/os-tres-bispos-de-setubal-em-missa-crismal-na-se-de-setubal/>

– Website da revista *Sábado*

– Website Sapo

Arquivos, espólios e centros de documentação:

– AHM-Arquivo Histórico-Militar

– AHS-Arquivo Histórico-Social

– ANTT-Arquivo Nacional da Torre do Tombo

– Arquivo da Direção-Geral das Construções Escolares

– Arquivo da Sociedade Musical Capricho Setubalense

– Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro

– Arquivo Global Imagens

– Centro de Documentação da Associação José Afonso

– Espólio de Maria Veleza-Biblioteca-Museu República e Resistência

– Galeria de Imagens da Empresa Anguera Transportes

ÍNDICE REMISSIVO



O índice remissivo inclui todos os nomes das pessoas individuais que surgem nos textos, desde o início da Introdução ao fim do Posfácio, que são grafados em letra redonda. E também os nomes das instituições e entidades, assim como dos jornais e revistas, estes grafados em itálico.

Os nomes das pessoas são apresentados pelo último apelido, seguido do resto do nome, tanto quanto possível, completo. A exceção é apenas para os casos em que, de tão conhecidos pelos nomes em sequência, causava desconforto lê-los de outra forma: p. ex., Costa Cabral, Aquilino Ribeiro, Leitão de Barros.

Todos os nomes do índice estão organizados alfabeticamente e cada entrada remete para os números das páginas onde cada um aparece.

É frequente alguns nomes de instituições e entidades surgirem incompletos ou com formas diferentes ao longo do livro. Nestes casos, toda a informação foi agrupada na entrada com o nome completo, o mais reconhecido hoje para essa instituição ou entidade. (Por exemplo, Escola Industrial e Comercial de Setúbal agrupa os outros oito nomes desta instituição, a começar por Escola de Desenho Industrial Princesa D, Amélia, que não será hoje reconhecido por quase ninguém).

Nos casos em que os nomes de pessoas, instituições ou entidades foram acrescentados, essas partes aparecem entre parêntesis retos.

1.º Grupo de Companhias da Administração Militar: 189, 234

3.ª Companhia da Administração Militar: 189

3.ª Companhia do 2.º Batalhão do R. I. 11: 222

4.ª Companhia de Pioneiros: 189

4.ª Divisão do Exército: 200

A Arte Musical: 263

A Batalha: 237

A Bola: 196

A Capricho: 45

A Democracia: 217

A Estreia: 240, 247, 249, 266

A Folha de Setúbal: 198, 211, 231, 240, 254

A Medicina Moderna: 199

A Mocidade: 28, 218, 239, 245

A Montanha: 218

A Opinião: 266

A Propaganda: 28, 245

A República Portuguesa: 218

A Semana Setubalense: 266

A Tradição: 210,

A Vanguarda: 217, 218

A Voz do Progresso: 249

Abílio V. G. Salreu: 101

Abranches, Fernando: 148

Abrantes, Manuel: 174, 175

Abreu, Francisco: 25, 179

Abreu, João: 32

Abreu, Laurinda: 289

Abreu, Paulo Brito e: 285

Academia de Bale: 255

Academia de Marinha: 212

Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi: 256

Academia de Música Eboreense: 256

Academia Luísa Todi: 148, 282

Academia Maranhense de Letras: 219

Academia Real de Belas-Artes: 229

Academia Recreativa Almeida Garrett: 231

Academia Sueca: 344, 345

Académica de Coimbra: 52, 224

Ação Nacional Popular: 322

Adão, Luís Manuel Cabral: 137, 277, 278

Adega do Paulino: 206

Adesão à CEE: 337

Administrador / Administração do Concelho [de Setúbal]: 39, 57, 59, 60, 64, 71, 72, 76, 78, 79, 211

Afonso, José: 63, 118, 152, 168, 178, 232, 233

Agência Reuters: 303

Agência Reuters: 303

Agostinho da Silva: 284, 285, 287

Aguiar, António Augusto de: 46

Aguiar, Luísa Rosa de: 246

Aguiar, Manuel José de: 246

Albarrã, Eduardo: 147

Albino Agostinho Rodrigues: 238

Albino, Agostinho [Botelho Moniz]: 238

Albino, Agostinho Botelho Moniz: 239

Albino, Agostinho Maria: 38, 131, 238

Albino, Amílcar C.: 288

Albino, Berta [Botelho Moniz]: 238

Albino, Eduardo [Botelho Moniz]

Albino, João Carlos [Botelho Moniz]: 238

Albino, José [Botelho Moniz]: 238

Albino, José Maria da Rosa: 238, 239

Albino, Júlia Amélia [Botelho Moniz]: 238

Albino, Júlia Amélia: 239
 Albino, Lucinda [Botelho Moniz]: 238
 Alexandre Herculano: 213, 258
Aliança Povo Unido: 332
Alliance Française: 203
Almada Atlético Clube: 156
Almanaque das Senhoras: 259
Almanaque de Lembranças: 259
 Almeida Garrett: 258
 Almeida, Ana Joaquina de: 246
 Almeida, António José de: 198, 234
 Almeida, Artur Neves de: 163
 Almeida, Gustavo de: 122
 Almeida, Manuel Neves Nunes de: 10, 215, 252, 253, 255
 Almeida, Manuel Nunes de: 252
 Almeida, Pedro António Nunes de: 253
Al-Qaeda: 347
 Álvares, António: 273
 Álvaro Perdigão: 243
 Alves, Augusto de Matos: 239
 Alves, Carlos: 231
 Alves, Celestino: 243
 Alves, Cónego João: 171, 172
 Alves, Elmano: 161
 Alves, Maria Irene: 269
 Amaral, Eduardo Gouveia do: 147
 Ameal, João: 121, 124
Amigos do Sol: 117
 Amorim, Gomes de: 258, 259
AMRS-Associação de Municípios da Região de Setúbal: 11
 Andrade, Eugénio de: 290
 Andrade, Gertrudes Angélica d': 258
 Andrade, Mariana Angelica d': 10, 258, 259, 290
Antigo Círio da Arrábida: 240
 Antunes, Marcos Rolo: 164
 Anunciação, Tomás da: 229
 Anúpio de Oliveira: 266
APSS-Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra: 11
Aqui e Além: 271
 Aquilino Ribeiro: 241
 Araújo, João Rodrigues de: 191
 Araújo, Matilde Rosa: 270
Arca do Verbo (página semanal de Artes & Letras): 284, 285, 286, 287
Arcádia da Fonte do Anjo: 277
 Armando Martins: 319
Arqueólogo Português: 250
 Arquimedes da Silva Santos: 242
Arquivo Distrital de Setúbal: 194
Arquivo Fotográfico Municipal Américo Ribeiro: 196
Arquivo Municipal [de Setúbal]: 194
Arrábida: 231, 271
Arrábidos: 117
 Arranja, Álvaro: 285, 286, 288
 Arranja, Armando de Jesus Fernandes: 117
 Arronches, Guilhermina da Conceição: 210
 Arroyo, António: 229
Arsenal do Alfeite: 314
Artes e Letras: 261
Árvore: 271
Asilo Acácio Barradas: 10, 257

Asilo Bocage
Asilo da Infância Desvalida: 221, 238, 250
Aspirações: 259
Assembleia do Movimento das Forças Armadas: 328
Assembleia Geral das Nações Unidas: 309
Assembleia Nacional [Parlamento / Câmara de Deputados / Constituinte / Câmara dos Pares]: 69, 115, 123, 157, 161, 194, 217, 231
Assembleia-Geral do Cineclube de Setúbal: 129
Associação Comercial e Industrial [de Setúbal]: 214, 239
Associação Cultural Sebastião da Gama: 270
Associação de Alunos da Escola Liberal de Setúbal: 197
Associação de Bombeiros Voluntários de Setúbal: 266
Associação de Classe dos Soldadores: 64
Associação de Classe dos Trabalhadores das Fábricas de Conserva: 56
Associação de Propaganda Feminista: 197
Associação de Socorros Mútuos 1.º de Fevereiro: 36
Associação de Socorros Mútuos: 221
Associação de Solidariedade Social dos Professores (ASSP): 269
Associação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal: 98
Associação Fraternal dos Operários de Setúbal: 35
Associação Industrial Portuguesa: 64
Associação Instrutiva de Beneficência Familiar: 36
Associação Mutualista Montepio: 47
Associação Operária de Socorros Mútuos Setubalense: 35, 36
Associação Portuguesa de Educação Musical: 256
Associação Setubalense das Classes Laboriosas: 35, 36, 40, 194, 239
Atlético de Luanda: 223
Atlético de Madrid: 156
 Augusta, Ana: 192
 Augusto, Honorato: 192
 Augustus: 347
Avante: 144
Aves Migradoras: 117
 Avillez, D. Jorge de: 49, 50
 A-Z: 251
 Azaña, Manuel: 298
 Azenha, Maria: 285
 Azurara, Gomes Eanes de: 273
Balneário Público: 221
Bamberger Zeitung: 16
 Baptista, António José: p. 201
 Baptista, Luís José: 201
 Barahona, António: 285
 Barbosa, Domingos Caldas: 212
 Barradas, Acácio Negrão de Capêto: 257
 Barradas, José Sérgio Capêto: 28, 257
 Barradas, Maria Emília da Mota Negrão: 10
 Barreiros, D. Eduardo: 142
 Barreto, Alice Salgado: 255
 Barreto, Álvaro: 169
 Barros, João de: 273
 Barroso, Maria: 270
 Bartissol, Edmond: 69
Base Aérea n.º 3: 328
Basílica da Estrela-Lisboa: 243
 Bastien-Lapage, Jules: 229
 Bastos, Miguel Rodrigues: 121, 123, 125, 129, 137, 147

Batalha, Ladislau: 293
Batalhão de Infantaria N.º 2: 222
Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 14: 189
Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 24: 189
 Batista, Artílio: 159
 Batista, César de Bastos Romano: 199
 Batista, Deolinda: 264
 Batista, Vítor: 155
Beira Mar: 225
 Belchior, Maria de Lourdes: 270
 Belo, Ximenes: 344
Benfica do Congo: 223
 Bento XVI: 331
 Bernardes, Diogo: 191
 Bernardino, Teresa: 285
 Bernardo, José [dos Cabritos]: 104, 235, 236
 Bernardo, Pedro: 235
Biblioteca [Pública] Municipal [de Setúbal]: 116, 208
Biblioteca Nacional de Lisboa: 273, 344
 Bilac, Olavo: 148
 Blake, William: 21
 Bocage, [Manuel Maria Barbosa du]: 10, 122, 138, 147, 148, 207, 212, 213, 240, 241, 243, 250, 258, 267, 289
 Bodallo-Pinheiro, Carlos: 31, 173, 175, 176, 181
 Bodallo-Pinheiro, Diniz: 30, 31, 131
 Bonacho, Valdemar: 185
 Bonaparte, Napoleão: 16, 21
Bonfilho Faria: 101
 Borba, António Vaz de: 220
 Borba, Francisco de Paula: 220, 221
 Borba, João Botelho Moniz: 140, 141
 Borges, Paulo Alexandre Esteves: 285
Brados do Alentejo: 271
 Braga, Teófilo: 197
 Brandão, Joaquim Preto: 230
 Brandão, Joaquim: 231
 Brandão, José Maria: 230
 Breyner, Sophia de Mello: 290
Brigadas Revolucionárias: 164
Brigadas Vermelhas Italianas: 335
 Brissos-Lino, José: 344
 Bruno, Almeida: 328
Burnay & C.ª: 69
 Buscardine, Sandra: 11
 Bush, George W.: 348
 Cabanas, Manuel: 159
 Cabeçadas, Henrique: 159
 Cabrita, Mateus Alberto: 281
 Caetano, António: 49
 Caetano, Marcello: 150, 157, 161, 320, 321, 325
Café Central: 131
Café Chave D'Ouro: 312
Café Nicola: 212
 Cagarrão, Xico: 95
Caixa Auxiliar 1.º de Maio: 36
Caixa Geral de Depósitos: 200
 Caldeira, Domingos: 44
 Caló: 62
Câmara Corporativa: 321
Câmara Municipal de Almada: 265
Câmara Municipal de Setúbal / Paços do Concelho / Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal: 11, 23, 39, 62, 71, 80, 87, 88, 90, 93, 98, 99, 108, 111, 115, 121, 122, 124, 137, 138, 154, 161, 167, 174, 190, 195, 199, 200, 201, 203, 205, 207, 213, 214, 239, 243, 244, 250, 253, 254, 256, 264, 270
Câmara Municipal do Porto: 344
 Camilo Castelo Branco: 258
Campo de Concentração de Gurs-França: 228
 Campos, António Manuel de: 117
 Campos, Francisca Xavier de: 204
 Campos, Horácio: 240
 Campos, José Torres: 169
 Capêlo, José Manuel: 285
Capitania do Porto de Setúbal: 95, 98
 Capra, Franck: 279
 Carlos, Fernando Manuel: 159
 Carmona, General Óscar [Fragoso]: 72, 73, 85, 86, 119, 121, 123, 265
 Carmona, Maria Hermínia Raposo: 41
 Carqueijeiro, Manuel Seabra: 125, 147
 Carrêlo, Zeferino Alves: 117
 Carvalhaes, Isabel Nobre de: 272
 Carvalheira, Rozendo: 253
 Carvalho, Ana Rita de Almeida e Silva: 194
 Carvalho, António Coelho de: 194
 Carvalho, Coronel: 141
 Carvalho, D. José Ornelas de: 171, 172
 Carvalho, João Carlos de Almeida: 9, 15, 17, 23, 27, 28, 35, 37, 38, 39, 40, 193, 194, 207, 212, 255
 Carvalho, José Luciano de: 240
 Carvalho, Luciano de: 231
 Carvalho, Luciano Evaristo de: 231
 Carvalho, Maria Georgina de: 211
 Carvalho, Mariana Inácia Pinto de: 194
 Carvalho, Mariano Cirilo de: 46
 Carvalho, Otelio Saraiva de: 334, 335
 Carvalho, Reverendo Mário de: 114
 Carvalho, Tavares de: 125
 Carvalho, Tenente-Coronel Augusto de: 71
Casa da Cultura [de Setúbal]: 154
Casa de Bocage: 242
Casa do Povo da Quinta do Anjo: 277
Casa do Professor: 269
Casa dos Trabalhadores do Mar: 227
Casa Tropical: 225
Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves: 230
Casas de Assistência da Misericórdia
Casino Setubalense: 159, 239
 Cassar, Capitão Almeida: 62
 Castanheda, Fernão Lopes de: 273
 Castelo Branco, Francisco Mousinho de: 272
 Castilho, Feliciano de: 258, 259
 Castro, Afonso Macedo e: 76, 77, 79, 245
 Castro, General Pimenta de: 53
 Castro, Inês de: 290
 Castro, João Batista de Castro: 196
 Castro, José Luciano de: 201, 205
 Castro, Luís Teixeira de Macedo e: 109, 141, 190
 Castro, Miguel de / Silva, Jasmim Rodrigues da: 260, 261
 Castro, Ochoa de: 285
 Castro, Púbia de Castro: 258
 Catarina II, Imperatriz da Rússia: 247

Cavaco Silva, Aníbal: 332
 Cavalleiro, João: 172
 CDE-Comissão Democrática Eleitoral/Comissão Democrática Eleitoral de Setúbal: 157, 158, 159, 161, 162, 164, 165
 CEB-Centro de Estudos Bocageanos: 244, 288, 290
 Cebola, Carlos Tomás: 260
 CEM-Comissão Eleitoral Monárquica: 157, 158
 Cemitério de Santa Cruz: 339
 Centro Comercial Jumbo: 345
 Centro de Estudos Humanísticos / Secção Cultural do Clube de Campismo de Setúbal: 152
 Centro de Investigação Manuel Medeiros: 252
 Centro Escolar do Liceu de Bocage: 301
 Centro Evolucionista de Setúbal: 240
 Centro Federal de Lisboa [do Partido Republicano Português]: 217
 Centro Juvenil de Setúbal [da LPN-Liga para a Protecção da Natureza]: 182
 Centro Nacional de Cultura-Lisboa: 62
 Centro Republicano [Coimbra]: 217
 Centro Republicano de Setúbal: 22, 23, 231
 CEP-Corpo Expedicionário Português: 55, 189, 215, 222
 Cerejeira, D. Manuel Gonçalves: 122, 123, 124, 172
 Cetóbriga (revista): 246, 264
 CEUD-Comissão Eleitoral de Unidade Democrática: 157, 158
 CGD-Caixa Geral de Depósitos / Caixa Geral de Depósitos Crédito e Previdência: 80, 125
 CGT- Confederação Geral do Trabalho: 103, 227, 298
 CGTP-IN-Confederação Nacional dos Trabalhadores Portugueses (Intersindical): 328
 Chitas, António: 288
 Chora, José Marcelino: 117
 Cidade, Hernâni: 101, 270
 Cinatti, Ruy: 286
 Cineclube de Setúbal: 130, 279
 Cineteatro da Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense: 312
 Cineteatro Luísa Todi: 243, 260
 Cineteatro S. João-Palmela: 130
 Cintra, Luís Filipe Lindley: 270
 Círculo Cultural de Setúbal: 152, 153, 154, 164, 166, 233, 256
 Círculo Eleitoral de Lisboa: 157
 Círculo Eleitoral de Setúbal: 158
 Circuncisão, Guilherme da: 183
 CIS / COSMID-Comissão Intersindical: 103
 Claro, António: 279
 Claro, Rogério Peres: 115, 147, 206, 268
 Clínica de Santa Cruz-Carnaxide: 216
 Club / Clube Naval Setubalense: 62, 111, 168, 174
 Club Setubalense / Grémio Setubalense: 15, 35, 40, 41, 183, 199
 Clube 22 de Novembro (Barreiro): 278
 Clube de Campismo de Setúbal: 117, 129, 130, 233
 Clube Radiofónico de Portugal: 184
 Clube Tiro-Tauro: 239
 CNN: 339
 Coelho, António: 233
 Coelho, Augusto: 234
 Coelho, Jacinto do Prado: 271
 Coelho, José Augusto: 233
 Coelho, Maestro Campos: 255

Colónia Penal do Tarrafal: 236, 237
 Colóquio Letras: 261
 Coluna [Mário]: 226
 Comando da PSP de Setúbal: 106
 Comando Militar de Setúbal [Comandante Militar Distrital / Comandante Militar de Setúbal]: 71, 78, 79, 125, 141
 Comissão [das forças vivas de Setúbal de apoio ao novo regime]: 73
 Comissão Administrativa da Camara Municipal de Almada: 265
 Comissão Administrativa do Concelho de Setúbal / Comissão Administrativa Municipal de Setúbal / Comissão Administrativa Republicana do Município Setubalense: 211, 231, 234, 248
 Comissão Central das festas da cidade: 137
 Comissão Central Executiva das Comemorações Locais [do Bicenténário de Bocage]: 147
 Comissão Concelhia / Comissão Distrital da União Nacional / União Nacional / ANP-Ação Nacional Popular / Comissão Distrital da ANP: 108, 126, 157, 158, 160, 161, 162, 203, 301, 312, 313, 321, 322
 Comissão Concelhia da União Nacional: 190, 300
 Comissão da I Exposição Regional do Distrito de Setúbal: 190
 Comissão de Censura aos Espetáculos: 280
 Comissão de Iniciativa [para a criação do Museu de Setúbal]: 140
 Comissão de Iniciativa [para a promoção da Grande Exposição Regional de Setúbal]: 83
 Comissão Distrital de Recenseamento [de Setúbal]: 164
 Comissão Distrital de Setúbal das Comemorações [Centenárias]: 108, 109
 Comissão Distrital de Setúbal do Congresso da Oposição Democrática: 162
 Comissão dos Padrões da Grande Guerra: 100
 Comissão Feminina Pela Pátria: 197
 Comissão Fundadora da APPACDM de Setúbal: 256
 Comissão Instaladora da Associação de Classe dos Empregados no Comércio de Setúbal: 231
 Comissão Municipal de Arte e Arqueologia: 128
 Comissão Municipal do Partido Evolucionista: 240
 Comissão Municipal Republicana: 234, 248
 Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos: 163
 Comissão Nacional do Ambiente: 177
 Comissão Organizadora do III Congresso da Oposição Democrática: 164
 Comissão Regional de Turismo da Serra da Arrábida: 128, 140
 Comité de Ação da Frente Popular Portuguesa: 301
 Comité de Luta [dos Órgãos do Poder Popular]: 175
 Comité Grevista Revolucionário de Setúbal: 236
 Comité Nacional: 310
 Comité Revolucionário de Setúbal: 227
 Companhia Nacional de Pesca: 314
 Companhia Nacional Editora: 193
 Companhia Portuguesa de Motores e Camiões Barreiros: 143
 Comuna de Paris: 293
 Comunidade Económica Europeia: 337
 Conceição, Alfredo Perestrello da: 81, 190
 Conceição, Daniel N. M.: 159
 Conceição, Maria da: 236
 Conceição, Maria Lúcia da: 220
 Concelho de Palmela: 71

Concelho de Setúbal: 185
Confederação Nacional do Trabalho (CNT): 298
Confeitaria Triunfo de Setúbal: 120
Conselho da Revolução: 328
Conselho de Estado: 320, 321
Conselho de Guerra: 105
Conselho de Operários e Soldados: 310
Conselho Municipal [de Setúbal]: 203
Conselho Nacional Revolucionário: 310
Conselho Revolucionário: 310
Conselho Socialista da Revolução: 310
Conservas Aurora: 266
Conservatório de Lisboa: 255
Conservatório de Zurich: 255
Conservatório Regional de Setúbal: 256
Consulado Francês-Setúbal: 62
Convento da Boa Hora: 204, 205
Convento de Jesus/Mosteiro de Jesus: 122, 124, 138, 140, 141, 243, 257
Convento de Santa Cruz de Sintra: 191
Convergência Nacional Timorense: 339
Coral Infantil de Setúbal: 256
Coral Luísa Todi: 256
Cordeiro, António Xavier: 259
Corporação Marítima dos Pescadores de Anzol: 35
Correia, António Nunes: 82
Correia, Augusto: 117
Correia, D. Paio Peres: 121
Correia, Natália: 118
Correia, Romeu: 118
Correio da Manhã: 196
Corte-Real, Jerónimo: 273
Cortesão, Jaime: 228
Costa Cabral: 38
Costa, Adilo: 164
Costa, Afonso: 197
Costa, Albérico Afonso: 10, 17, 26, 31, 252, 366
Costa, Alves: 129
Costa, Celestino da: 82
Costa, Dalila Pereira da: 191, 287
Costa, José Marques da: 140, 141, 282, 283
Costa, Júlia Amélia da: 238
Costa, Luciano Carvalho: 289
Costa, Marechal Gomes da: 74
Costa, Maria Virgínia: 289
Cotonang: 316
Couto, João: 122, 124, 141
Crédit Franco-Portugais: 189
Cristina, Ana: 277
CRL-Comité Revolucionário Local: 103, 104, 106
Cruz, Frei Agostinho da: 190, 191, 286
Cruz, José António da: 279
Cruz, José António Tavares da: 159
Cruzada das Mulheres Portuguesas: 197
CTT do Bonfim: 202, 203
Cunha, Alfredo Martiniano Carreira da: 198
Cunha, Amado da: 74
Cunha, António Januário Carreira da: 198, 199
Cunha, Barbara Joaquina Valente: 198
Cunha, Cândido: 159
Cunha, Georgina de Carvalho Alves da: 217
Cunha, José Correia da: 177
Cunha, José Matos: 159
Cunha, Paulo Brito e: 285
Cunha, Tomas Alves da: 217
D. Duarte, Infante: 191
D. Pedro V: 15
Dante, Alighieri: 241
De Gaulle, Charles: 160
Declaração Universal dos Direitos do Homem: 345
Delgado, General Humberto: 163, 164, 312, 313, 314
Departamento de Defesa dos Estados Unidos: 347
Deus, Frei Rodrigo de: 191
Di Stéfano, Alfredo: 318
Diário da Manhã: 265, 298
Diário da Região: 32
Diário da Tarde: 217
Diário de Coimbra: 232
Diário de Lisboa: 196, 261, 298
Diário de Notícias: 195, 218, 251, 298, 345, 62, 83
Diário Popular: 196
Dias, [José do Nascimento] Ferreira: 142
Dias, Álvaro Augusto Santos: 117
Dias, Simões: 258, 259
Diocese de Lisboa: 171
Diocese de Setúbal: 170, 172, 340
Diogo, Arnaldo: 159
Direção-Geral do Ensino Secundário: 216
Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: 81
Distrito de Setúbal: 71, 73, 76, 131, 231, 332
Ditadura Militar: 265
Dordio, Cipriano Mendes: 215
Dordio, Isabel Mendes: 215
Dordio, João Mendes: 215
Dril-Diretório Revolucionário de Libertação: 316
Duarte Pacheco: 81, 184
Duarte, Alferes Fernando Azedo: 113
Duarte, Ernesto Leão da Cunha: 240
Duarte, João: 261
Duarte, Palmira do Carmo: 240
Dubček, Alexander: 323
Duque de Edimburgo: 134, 136
Durão, Major Ricardo: 108
Eanes, Ramalho: 330
Editora Estuário: 261
EFTA: 209
Elias Garcia: 217
Elias, António: 344
elo, Major António Joaquim de: 80, 97, 100, 199, 200
Emília Elisa de Oliveira: 253
Emissora Nacional de Angola: 315
Emissora Nacional: 184, 265, 328
Emissores Associados de Lisboa: 184
Empresa de Recreios Setubalense: 240
Enciclopédia Republicana: 217
Enfermaria de Santo Amaro: 220
Entrepasto Industrial: 142
ENTREPOSTO: 329
Envia, Manuel: 201
ERC-Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 32
ESBAL-Escola Superior de Belas Artes de Lisboa: 241, 243
Escola [Avelar] Brotero: 198, 199

Escola Académica de Lisboa: 266
Escola Central de Sargentos: 200
Escola Conterum de Basileia: 255
Escola de Desenho Industrial / Escola Industrial Afonso Domingues-Lisboa: 48, 230, 243
Escola de Desenho Industrial de Bragança: 46
Escola de Desenho Industrial de Faro: 46
Escola de Desenho Industrial de Figueira da Foz: 46
Escola de Desenho Industrial de Leiria: 46
Escola de Desenho Industrial de Peniche: 46
Escola de Desenho Industrial de Viana do Castelo: 46
Escola de Desenho Industrial de Vila Real: 46
Escola de Farmácia e Odontologia: 219
Escola Industrial de Caldas da Rainha: 46
Escola Industrial de Campos e Melo-Covilhã: 46
Escola Industrial de Faria Guimarães-Porto: 46
Escola Industrial de Marquês de Pombal-Lisboa: 46
Escola Industrial e Comercial de Estremoz: 268, 271
Escola Industrial e Comercial de Setúbal [Escola de Desenho Industrial Princesa D. Amélia; Escola de Desenho Industrial Rainha D. Amélia; Escola de Desenho Industrial de Gil Vicente; Escola Comercial de Setúbal; Escola de Artes e Ofícios de Gil Vicente; Escola Industrial e Comercial de Gil Vicente; Escola Industrial e Comercial de João Vaz; Escola Secundária Sebastião da Gama]: 46, 47, 48, 80, 92, 195, 202, 209, 229, 243, 268, 271, 301
Escola Industrial e Comercial Veiga Beirão: 271
Escola Industrial Machado de Castro-Lisboa: 243
Escola Liberal de Setúbal: 210
Escola Medica de Lisboa: 220
Escola Municipal Secundária de Aldegalega (hoje Montijo): 253
Escola Politécnica de Lisboa: 215
Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Setúbal: 10
Espanca, Adriana: 168
Estado Islâmico: 348
Estado Novo: 305
Estaline: 309
Esteves, Adelino Augusto do Caes: 189
Esteves, Galiano Augusto: 189
Esteves, Mariana Rosa do Caes: 189
Esteves, Mário do Caes: 82, 190
Estrelas do Sado (clube de futebol de bairro): 225
Estrelas do Sado (grupo de campismo): 117
Estúdios Cor: 345
Euntes: 251
Eusébio [da Silva Ferreira]: 226, 318, 319
Eusébio, António Maria: 205, 206, 267
Exército [Português]: 31, 64, 76, 176, 218
Exército Constitucional (1847): 207
Exército Popular de Libertação: 308
Expo 98: 342
Exposição do Mundo Português: 305
Faculdade de Direito do Maranhão: 219
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 232
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: 268
Faculdade de Medicina-Lisboa: 229
FAO-Federação das Associações Operárias: 103
Faria, Guilherme: 29, 131, 147, 281
Farmácia Cunha: 198
Federação Académica: 203
Federação Portuguesa de Futebol: 318
Feio, José Maria de Moura Barata: 217
Feira do Livro: 344
Fernandes, Aurélio: 256
Fernandes, Francisco: 248
Fernandes, Joaquim dos Santos: 53
Ferreira Maria Alice: 260
Ferreira, Abílio: 168
Ferreira, Adelaide: 235
Ferreira, António Lopes: 41
Ferreira, Carlos: 260
Ferreira, José Gomes: 118
Ferreira, José Medeiros: 337
Ferreira, Josué Costa: 206
Ferreira, Maria Alice: 260
Ferreira, Rui da Costa: 279
Ferro, António: 108, 147, 243, 265, 305
Festival de Cinema de Veneza: 280
Fidalgo, João Carlos: 32
Fidalgo, José de Sousa: 32
Figueira, Corrêa: 128
Figueira, João: 88
Figueira, Manuel Henrique: 11, 25
Figueiredo, António Cândido de: 259
Figueiredo, Lameiras de: 29, 78
Figueiredo, Manuel Luís de: 29, 245
Filinto Elísio: 258,
Flama: 271
Flor Agreste: 277
Flor de Liz: 277
Flor do Salgueiro: 277
FNAT-Federação Nacional para a Alegria no Trabalho: 166
FNLA-Frente Nacional para a Libertação de Angola: 325, 326
Folha do Norte: 218
Forjaz, Eugénia d'Assunção Pereira: 200
Fortuna, Álvaro: 279
Fortuna, António Matos: 277
Foto Améri: 196
Foto Cetobriga: 196
Foucault, Michel: 21
FP25-Forças Populares 25 de Abril: 334, 335
Frades de S. Bento: 213
Fraga, Natércia: 288, 290
França Borges: 245
Francisco (beato): 330, 331
Francisco, Gil: 212
Franco, António Cândido: 284, 285
Franco, Francisco: 299
Franco, Inês: 286
Frederico II da Prússia: 247
Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada: 266
Freguesia de Santa Maria da Graça: 261
Freguesia de São Julião: 263, 264
Freire, António Siqueira: 337
Freitas, David Afélio de: 241
Freitas, Maria Nazaré Lima de: 241
Freitas, Mestre José Lima de: 241, 242
Frente Popular: 299
FRETILIN: 325
Fröebel: 217

FSP-Frente Socialista Popular: 174, 175
Fundação Calouste Gulbenkian: 243, 255
FUP-Força de Unidade Popular: 334
FUR-Frente de Unidade Revolucionária: 325
Futbol Club Barcelona: 225, 318
Futebol Clube de Luanda: 223
Gago, Evaristo: 159
Galeria Conventual: 242
Galeria Republicana: 217
Gama, Artur Manuel Pereira da: 147
Gama, Jaime: 337
Gama, Joana Luísa da: 271
Gama, Vasco da: 342
Gameiro, [Alfredo]Roque: 193
Gamito, [José] Noronha: 115
Gamito, António Manuel: 43, 109, 122, 202, 215
Gamito, José Manuel: 202
Gamito, Maria Isabel Vagueiro: 202
Garcia, Fernando: 199
Gargalo, Isabel Faria: 270
Garrett, Almeida: 273
Gazeta das Salas: 259
Gazeta do Sul: 270
Gazeta Setubalense: 204, 218, 249, 259
Gazeta: 265, 363
Germinal: 193
GNR: 227
GNR-Guarda Nacional Republicana [Comando-Geral / Comandante-Geral]: 64, 77,
Góis, M. J. Constantino: 147, 149
Gomes Leal: 286
Gomes, Armando: 183
Gomes, Luís Filipe da Silva: 147
Gomes, Paulino: 159
Gomes, Rodrigo Ruas: 183
Gomes, Sebastião: 339
Goncalves Crespo: 259
Gonçalves, Egito: 260
Gonçalves, Vítor Manuel: 281, 282
Gorki, Máximo: 293, 294
Goulart, Pedro: 335
Governador civil do Distrito / Chefe do Distrito / Governo Civil do Distrito [de Setúbal, de Lisboa]: 60, 62, 71, 77, 79, 83, 95, 98, 100, 109, 112, 125, 129, 137, 147, 152, 216, 248
Governador Civil do Distrito de Setúbal: 190, 203
Governo [Regenerador, Republicano / da Ditadura Militar / Central]: 38, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 95, 121, 151, 160, 161, 164
Governo Indonésio: 339
Graça, Emídio: 225
Graça, Jaime da Silva: 225
Grade, Fernando: 285
Granjo, António: 231
Gregório, José de Almeida [Zeca]: 89
Grelheiro, Augusto: 107
Grémio Artístico: 229
Grémio do Comércio de Setúbal: 127
Grémio dos Industriais de Conservas: 109
Grémio Literário do Brasil: 259
Grinalda Literária: 249, 259
Grupo Alma Nova: 243
Grupo Amigos de Lisboa: 127
Grupo Amigos de Setúbal: 127
Grupo de Bandolinistas 17 de fevereiro: 234
Grupo de Teatro Ribalta: 260
Grupo Desportivo de Lagameças: 190
Grupo Desportivo de Sesimbra: 226
Grupo do Leão: 229
Grupo Dramático da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense: 234
Grupo Dramático Ribalta: 148
Grupo Liberal de Setúbal: 231
Grupo Português de Estudos Feministas: 197
Grupo Pró-Évora: 127
Grupo Samaritano: 238
Guarda Nacional Republicana: 328
Guerra Civil espanhola: 298
Guerra Colonial: 315
Guerra Fria: 307, 327
Guerra Junqueiro: 199, 206
Hegel, Friedrich: 16
Helene de Zuylén, Baronesa: 264
Henriques, António: 277
Hentze, António José Batista: 42, 205
Herdade do Pinheiro: 69
Hindenburg, Von: 296
Hitler, Adolf: 296, 300, 304
Hobsbawm, Eric: 24
Hojjard & Schultz: 91
Holstein, Pedro de Sousa: 194
Horizonte: 271
Hospital de S. José: 248
Hospital de São Luís (Lisboa): 271
Hospital do Espírito Santo / Hospital da Misericórdia / Hospital de S. Bernardo: 106, 112, 140, 215, 220, 228, 252
Hospital dos Lusíadas: 226
Hotel Esperança-Setúbal: 244
Husák, Gustáv: 324
IADE-Instituto de Artes e Design: 241
Igreja Católica: 184, 340
Igreja da Graça-Lisboa: 229
IMA: 142
Imprensa e Lei: 39
Independência de Angola: 325
Independente: 225
Informação Setenave: 170,
Instituto Ateniense: 219,
Instituto de Alta Cultura: 243
Instituto de História Contemporânea (FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa): 10, 25
Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: 189
Instituto Jacques Dalcroze: 255
Instituto Politécnico de Setúbal: 11
Instituto Superior Técnico: 189
IPPAA-Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico: 243
Isabel II [Rainha de Inglaterra]: 134, 135, 136
Isidoro dos Santos & C.ta.: 230
Jacinta (beata): 330, 331
Jacinto João: 52, 155, 223, 224
Jacqueries: 293

Jesus, António Augusto de: 152
 Jesus, F. Henrique de: 116
 Jesus, Francisca de: 253
 Jesus, Francisco Casimiro de: 206
 Jesus, Irene de: 235
 João [de Castro Osório de Oliveira]: 198
 João de Deus: 258
 João III, D.: 272
 João Paulo II: 330, 340
 Joaquim, Tomé: 193
 John Herlitz, Filhos & C.a: 230
 John, Arthur: 261
Jornal de Estarreja: 239
Jornal de Setúbal: 206, 249
Jornal do Barreiro: 271
 José Augusto: 226
 José Maria da Fonseca, Vinhos: 53
 José Saramago: 118, 344, 345
 José, Marcos: 192
 Joyce, Pedro: 39
 Júlio, Costa: 159
 Júnior, Carlos Alberto Ferreira: 243, 260
 Júnior, Leonardo Duarte: 239, 240, 248
 Júnior, Manuel Maria Portela: 247
 Júnior, Manuel Ventura de Medeiros: 251
 Junqueiro, António Casimiro Arronches: 210, 211, 282
 Junqueiro, Henrique Carlos: 210
Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado: 231
Junta Autónoma dos Portos de Setúbal: 225
Junta Central da Casa dos Pescadores: 150
Junta de Freguesia de S. Sebastião: 11
Junta de Salvação Nacional: 326, 328
Junta Departamental do Sul [do Partido Republicano Português]: 217
Junta Distrital de Setúbal: 194
Junta Geral [do Distrito de Setúbal]: 83, 217, 243
Junta Geral do Distrito de Lisboa: 255
Junta Patriótica do Norte: 100
Juventude Musical Portuguesa: 256
 Kai-shek, Chiang: 307, 308
 Kant, Immanuel: 16
King's Theatre, de Londres: 246
 Klug, Ernet: 255
 Krohn, Juan: 330
Kuomintang: 307
 Lança, Moreira: 133
 Lapa, Severiano Silvestre: 38
Lar Acácio Barradas: 258
LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão: 127, 128, 244
LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão: 269
 Leal, António da Costa: 169
Legião Portuguesa: 114, 153, 166, 300, 301
 Leitão de Barros: 241
 Lencastre, D. Álvaro de: 191
 Lenine: 293, 294
 Lepierre, Charles: 199
 Levasser, Émile: 50
Liberdade Popular: 218
Liceu Antero de Quental: 208
Liceu Central de Passos Manuel-Lisboa: 215
Liceu de Évora: 215
Liceu de Ponta Delgada: 251
Liceu Nacional de Setúbal [Liceu de Setúbal; Liceu de Bocage; Liceu Setubalense; Liceu Municipal de Setúbal; Liceu Municipal Setubalense; Escola Municipal Secundária de Setúbal; Escola Secundária de Bocage]: 10, 42, 43, 47, 80, 81, 86, 109, 122, 179, 180, 192, 202, 203, 204, 205, 208, 211, 215, 243, 253, 301
Liceu Passos Manuel (Lisboa): 203
Liceu Rodrigues Lobo (Leiria): 203
Liga Comunista Internacionalista: 325
Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 209
Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 99, 149
Liga para a Protecção da Natureza: 271
Liga Portuguesa da Paz: 263
Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: 197
 Lima, [António Pedrosa] Pires de: 114
 Lima, Augusto Pires de: 191
 Lima, Fernando Pires de: 209
Lisboa Farma: 198
 Lisboa, António Maria: 284
Litografia Aliança: 202
 Livério, Manuel: 247, 248
 Lívio, Tito: 152
Livraria alfarrabista «Uni Verso»: 287
Livraria Culdex: 252
Livraria Culsete: 252
Livraria Nosso Tempo: 251
Livraria Uni Verso: 287
 Liz, Mouta: 335
 Llano, Queipo de: 299
 Lobo, Castro: 207
 Lobo, Francisco: 348
Loja Humanidade: 197
 Lopes, Carlos: 168
 Lopes, Ernâni: 337
 Lopes, Fernão: 273
 Lopes, Nanda: 285
Louro da Serra: 277
LPN-Liga para a Protecção da Natureza: 179, 180
 Luís de Camões: 11, 258, 273, 286
 Luísa Todi: 10, 15, 243, 247
 Luz, Jorge: 168
 Luz, Zófimo: 183
 Macedo, José Agostinho de: 212
 Machado, Bernardino: 219
 Machado, Fernando Falcão: 121
 Machado, Júlio César: 259
 Machado, Octávio: 156
 Machete, Rui: 337
 Madalena, Maria: 192
 Madeira, Joaquim Casimiro: 31, 176
 Magalhães Lima, Sebastião de: 245
 Magalhães, Joaquim Manuel: 285
 Magalhães, Rodrigo da Fonseca: 38
 Magna, Gertrudes: 192
 Maia, Agripino da Silva: 192
 Maia, Armando: 192
 Maia, Domenico: 192
 Maia, Fernando Salgueiro: 118
Mala da Europa: 197

Manchester United: 226
Manique & Irmão: 29
 Manitto, António Rodrigues: 17, 28, 207
 Manitto, Helena Rosa: 207
 Manitto, Palmira Augusta: 207
 Manta, João Abel: 241
 Marcos, Fernando: 288, 289
 Maria Adelaide Rosado Pinto: 255
 Maria Emília da Mota Negrão Barradas: 257
 Maria, José: 155
Marinha [de Guerra Portuguesa]: 194
 Marques, António J.: 289
 Marquesa de Alorna: 258
 Martins, Armando: 319
 Martins, D. Manuel da Silva: 171, 172
 Martins, D. Manuel: 286, 340
 Martins, Idília: 27
 Martins, José Filipe: 281, 282, 283
 Martins, Maria de Lurdes: 255
 Martins, Padre Fernando: 141
 Matos, Alexandre Norton de: 125
 Matos, Alfredo de: 163
 Matos, General Norton de: 163
 Matos, Sónia: 11
 Matta, Amélia Amil: 120
 Mattos, Maria Helena Fragoso de: 41
MDP/CDE: 329
MDS-Movimento Democrático de Setúbal: 164, 166, 173
 Medeiros Jacinto Manuel de: 208
 Medeiros, Armando Pereira Athayde de: 208, 209
 Medeiros, Fátima Ribeiro de: 252
 Medeiros, Manuel Pereira: 251
 Meira, Maria das Dores: 366
 Meirinho, Jerónimo: 345
 Mello, José Manuel de: 169
 Melo, Buenaventura: 284
 Melo, Inspector Fontes Pereira de: 125
 Melo, Isabel de: 272
 Melo, Joana Augusta de: 199
 Melo, Luís António de: 199
 Melo, Tenente Luís de Portugal Fonseca e: 99
 Mendão, João: 286
 Mendes, Adelino: 109
 Mendes, André Dordio: 215
 Mendes, António: 55
 Mendes, Isabel Cruz: 215
 Meneses, Francisco de Sá de: 273
 Menezes, Jorge: 284
Mercado do Livramento: 80, 93, 208
Mercado Nossa Senhora da Conceição: 244
 Mesquita, José Caetano de: 191
 Mexia, Major Manuel Magalhães: 137, 141
MFA-Movimento das Forças Armadas: 165, 168
Military Cross: 189
Missões: 251
Mocidade Portuguesa: 109, 301, 321
 Molière: 258
 Moniz, Adelaide Júlia da Costa Botelho: 238
 Moniz, António Botelho: 115
 Moniz, Botelho: 321
 Moniz, Carlos Botelho: 213, 214
 Moniz, Carlos Osório Botelho: 71, 72, 80, 83, 85, 88, 90, 108
 Moniz, Egas: 344
 Moniz, Guilhermina Amélia da Costa Botelho: 220
 Moniz, João Carlos Botelho: 238
 Moniz, Jorge [Carlos] Botelho: 115, 125, 161
 Monteiro, Álvaro: 158
 Monteiro, João Lúcio: 289
 Monteiro, Luís de Sttau: 118
 Moreira, Adriano: 321
 Moreira, Estevão Ferreira: 147
 Moreira, Laça: Pereira, Capitão Antonino: 109
 Moreno, Lúcio: 29
Mosteiro de Alcobaça: 243
Mosteiro dos Jerónimos: 337
 Mota, Arlindo: 206, 252
 Mota, General Amílcar: 82
 Motrena, Edmundo: 29
 Moura, Maria Cristina: 289
 Moura, Mário: 159, 348
 Mourão-Ferreira, David: 228, 261, 270
 Mouro, Carlos: 25, 255, 288
 Mousinho, Maria Nunes. Francisco: 272
 Mousinho, Vasco Anes: 272
MOVAUTO: 142, 329
Movimento da Oposição Democrática de Setúbal: 153, 162, 164
Movimento das Forças Armadas: 326, 328
Movimento de Acção Ecológica de Setúbal: 178
Movimento Popular para a Libertação de Angola: 325, 326
MSP-Movimento Socialista Popular: 174
MUD-Juvenil: 164
MUD-Movimento de Unidade Democrática: 163
 Muller-Mayer, E.: 255
Museu [da Cidade; Regional; de Setúbal]: 84, 128, 138, 140, 141, 242, 244, 264
Museu [Nacional] de Arte Antiga: 122, 124
Museu da Cidade-Lisboa: 244
Museu de Alcobaça: 243
Museu de Amarante: 244
Museu de Arte Moderna-Madrid: 244
Museu do Chiado-Lisboa: 244
Museu José Malhoa-Caldas da Rainha: 244
Museu Machado de Castro-Coimbra: 244
Museu Militar-Lisboa: 229
Museu Soares dos Reis-Porto: 244
 Mussolini: 74, 296
 Nacional (clube de futebol de bairro): 225
 Nascimento, Cabral: 115
 Nascimento, Carlos: 168
 Nascimento, Mário: 133
 Navarro, Emídio: 46
 Negrão, António Soeiro: 257
 Negrão, Maria Emília da Mota: 257
 Negreiros, Almada: 286
 Nemésio, Vitorino: 213
 Neto, Manuel José: 40
 Neves, Augusto [António]: 29
 Neves, Henrique das: 206
 Neves, Henrique das: 267
 Neves, Jaime: 328
 Nogueira, César: 29

Nogueira, Franco: 321
 Nova Arcádia: 212,
 Nova Vida: 31, 176, 178
 Novais, Manuel José Vieira: 39
 Novidades: 265
 Núcleo de Setúbal da Liga dos Combatentes: 223
 Nunes, João Carlos Raposo: 284, 285, 286, 287
 Nunes, Jorge de Vasconcelos: 231
 Nunes, Maria: 272
 Nunes, Pedro: 273
 O Arqueólogo Português: 210
 O Bracarense: 39
 O Cezimbrense: 218
 O Chapéu Sadino: 29, 245
 O Correio de Setúbal: 249
 O Correio do Sado: 28, 245
 O Cruzeiro do Sul: 218
 O Curioso de Setúbal: 42
 O Distrito de Setúbal: 29, 77, 78, 170, 265, 269
 O Distrito: 49, 50, 204
 O Echo de Setúbal: 266
 O Eco dos Operários: 217
 O Elmano: 28, 49, 218, 231, 240, 245, 257, 266
 O Independente de Setúbal: 28
 O Independente: 285
 O Iniciado: 217
 O Mez-Crónica da vida setubalense: 267
 O Mundo: 244
 O Partido do Povo: 217
 O Rato: 218
 O Recreio: 239
 O Reformador: 217
 O Sadino: 240, 266
 O Século Ilustrado: 196
 O Século: 82, 83, 85, 184, 196, 217, 245, 265, 298, 303
 O Setubalense: 9, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29,
 30, 31, 32, 35, 37, 38, 40, 42, 49, 52, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 69,
 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 84, 85, 94, 95, 96, 97, 100,
 101, 102, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117,
 119, 121, 122, 123, 124, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139,
 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 156,
 158, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174,
 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 185, 191, 192, 193, 195, 207,
 212, 214, 218, 221, 230, 234, 242, 245, 260, 264, 265, 268,
 270, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 287, 288, 290, 294,
 295, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 304, 306, 309, 311, 312,
 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 325, 327, 329,
 330, 332, 333, 334, 335, 337, 339, 340, 341, 342, 345, 346,
 347, 348, 349, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361,
 362, 363, 364, 365, 366
 O Sul: 193, 231
 O Trabalho: 28, 245, 293, 294
 O Vintém das Escolas: 217
 O Zé de Setúbal: 246
 O'Neill, Afonso: 62
 Obra dos Parques Infantis de Setúbal: 255
 Observatório Astronómico da Ajuda: 204
 Observer: 134
 OCDE: 209
 Oliveira, Anúplio de: 266
 Oliveira, Bertoldo Camacho Santos: 245
 Oliveira, César de: 245
 Oliveira, João de Castro Osório de: 197
 Oliveira, João Vitorino de: 266
 Oliveira, José Osório de Castro de: 197
 Oliveira, José Osório de: 267
 Oliveira, Júlio de: 247
 Oliveira, Manoel de: 280
 Oliveira, Margarida Rodrigues de: 260
 Oliveira, Maria José Gomes de: 266
 Oliveira, Paulino de [Anúplio de Oliveira]: 197, 206, 231, 247,
 266
 ONU: 340
 Oratorianos do Hospício das Necessidades: 213
 Ordem da Benemerência: 216
 Ordem da Instrução Pública: 209, 216
 Ordem de Benemerência: 221
 Ordem de Cristo: 208, 216
 Ordem de S. Francisco: 191
 Ordem de Santiago da Espada: 241, 244
 Ordem de Santiago: 121
 Ordem do Infante D. Henrique: 226
 Ordem Militar de Cristo: 209, 221
 Ordem Terceira do Carmo: 203
 Ordre du Mérite: 241
 Orfanato Municipal Presidente Sidónio Pais: 243
 Orfanato: 221
 Orfeão [Académico de Coimbra]: 232
 Os Perdidos da Bola: 223
 Osório, Ana de Castro: 140, 193, 196, 206, 263, 267
 Osório, João de Castro: 267
 OTAN/NATO: 123
 Pacheco, Carolina Amélia: 218
 Pacheco, Joaquim José: 264
 Pacheco, José Anastácio: 218
 Pacheco, Luiz: 261
 Pacheco, Manuel Francisco / Paxeco, Manuel Fran: 27, 28,
 218, 264
 Pacheco, Maria Rita da Assunção: 207
 Pacheco, Maria Rosa: 247
 Paços do Concelho: 242
 Pacotilha: 218
 Pacto de Varsóvia: 323
 Palace Hotel-Buçaco: 229
 Palácio de Belém: 229
 Palácio de Inverno: 293
 Palácio de S. Bento-Passos Perdidos: 229
 Palmeiro, Joaquim: 159
 Palmelense Futebol Clube: 225
 Panhart, René: 50
 Papa Francisco, 171, 331
 Papa João Paulo II: 171, 330
 Papa Paulo VI: 171
 Parlamento: 217
 Parry & Son: 314
 Partido Comunista Búlgaro: 309
 Partido Comunista Chinês: 307
 Partido Comunista da Checoslováquia: 309
 Partido Comunista Húngaro: 309
 Partido Comunista Polaco: 309

Partido Comunista Português: 308, 312, 325
Partido Comunista Romeno: 309
Partido Democrático: 74, 76, 248
Partido Evolucionista: 217, 231, 234, 240
Partido Nacional Socialista: 296
Partido Popular Democrático: 329
Partido Regenerador: 201
Partido Renovador Democrático: 332
Partido Republicano em Setúbal: 267
Partido Republicano Nacionalista: 231
Partido Republicano Português: 53, 217
 Paulino, Fernando: 285
 Paulo VI: 330, 331
 Paxeco, Óscar: 29, 72, 78, 147, 191, 214, 264
PCP-Partido Comunista Português / Comité Local do PCP: 95, 144, 145, 157, 174
 Pedrosa, Fernando: 155
 Pedroto, José Maria/Zé do Boné: 155, 156
 Pena, Horácio: 288
 Penha, João: 259
Pensamento: 251
Pentágono: 347
 Perdigão, Doroteia Angélica: 249
 Pereira, Alexandrina: 331
 Pereira, Arlindo: 279, 280
 Pereira, Capitão António: 100
 Pereira, Dimas: 152
 Pereira, Fernando António Baptista: 242
 Pereira, Hélder Moura: 252
 Pereira, Henrique Augusto: 53
 Pereira, José: 47, 230
 Pereira, Maria Alexandrina: 208
 Pereira, Maria Emília: 152
 Pereira, Mário: 252
 Perestrello, Afonso de Mello Cid: 90, 91
 Perez, David: 246
 Pescadinha, Aníbal: 155
 Picão, Sara Aldegundes Faria: 199
 Piedade, Frei António da: 191
Pilotos da Barra de Setúbal: 202
 Pimenta, Agostinho: 191
 Pimenta, Catarina Bernardes: 191
 Pimenta, Fernando de J. M.: 289
 Pimentel, Alberto: 40, 208, 250, 259
 Pina Manique: 213
Pinheiro Isolado: 277
 Pinho Leal: 250
 Pinto, Álvaro Carvalho: 139
 Pinto, Celestino Germiniano Lima Rosado: 255
 Pinto, Eduardo Rosado: 255
 Pinto, Januária de Assunção Correia: 222
 Pinto, Maria Adelaide Rosado: 277, 282
 Pinto, Maria Idalina Rosado: 255
 Pinto, Pedro Jorge: 94
 Pires, António: 109
 Pires, Daniel: 288, 289
 Pires, Herculano: 81, 163
Plataforma de Acção Comum da Oposição Democrática: 157
Plurijornal: 32
Polícia Cívica de Lisboa: 77
Polícia de Segurança Pública: 315
Polícia Judiciária: 334
 Polido: 319
 Pombo, José Groot: 17, 28
 Pompeu: 318
 Portela, Manuel Maria: 44, 247, 249
 Portela, Manuel Rodrigues Portela: 249
Porto de Setúbal / Comissão Executiva da Junta Autónoma do Porto de Setúbal: 90
Porto, Lobo & Freitas: 112
 Prata, Alberto Carlos de Sousa: 41
Pravda: 293
 Preto, Maria da Arrábida: 230
 Primo de Rivera: 74
Prisão Política do Aljube: 237
Prisão Política do Forte de Peniche: 237
Província do Pará: 218
PRP-Partido Revolucionário do Proletariado / BR-Brigadas Revolucionárias: 335
 Prudhomme, Sully: 344
PSD-Partido Social Democrático: 332, 333
PSP de Setúbal: 227
PS-Partido Socialista: 175, 332
PSP-Polícia de Segurança Pública: 146, 315
 Puskás, Ferenc: 318
PVDE-Polícia de Vigilância e Defesa do Estado / PIDE-Polícia Internacional e de Defesa do Estado / DGS-Direcção Geral de Segurança: 106, 117, 166, 227, 228, 237, 302, 312, 315, 321
Quartel [de Fuzileiros] do Vale de Zebro: 153
Quartel do Carmo: 328
 Quebedo, Vasco Mousinho de: 10, 272, 273
 Quim: 318
 Quintins, Mariana Adelaide Osório de Castro Cabral de Albuquerque Moor: 196
 Quiroga, Casares: 298
Rádio Azul: 184, 185
Radio Clube Português: 184, 301, 328
Rádio Graça: 183, 184
Rádio Peninsular: 184
Rádio Renascença: 173, 184
Rádio Sado Lt.da: 132
Rádio Setúbal Regional: 183
Rádio Sevilha: 299
Rádio Voz de Lisboa: 184
RAF Alemã: 335
 Rafael, António Gil: 191
 Rafael: 201
 Ramalho, António: 229
 Ramos, José Viriato S.: 281, 282, 283
 Ramos-Horta, José: 344
Rancho Etnográfico Danças e Cantares da Barra Cheia: 256
 Rapoport: 348
 Raposo, Jorge Moreira: 41
 Raposo, Jorge: 104, 107
 Rasteiro, Joaquim: 234
Real Colégio Militar: 253
Real de Madrid C. F.: 318
Real Sociedad: 156
 Rebelo, Capitão José Augusto: 285, 286
 Rebelo, Capitão José: 113
 Rebelo, Goncalves: 227
 Rebelo, Jaime: 95, 104, 105, 106, 227, 228, 235, 286

Record: 196
Regala, João: 29
Região de Turismo da Costa Azul: 62, 342
Região Pastoral de Setúbal: 171, 172
Regimento de [Infantaria N.º 11 de] Setúbal: 212
Regimento de Artilharia 11: 301
Regimento de Artilharia de Costa: 301
Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1: 328, 329
Regimento de Caçadores N.º 1 de Setúbal: 218
Regimento de Caçadores Paraquedistas de Tancos: 328
Regimento de Cavalaria N.º 1: 200
Regimento de Cavalaria N.º 10: 200
Regimento de Cavalaria N.º 3: 200
Regimento de Cavalaria N.º 5: 200
Regimento de Cavalaria N.º 6: 200
Regimento de Infantaria N.º 11 de Setúbal: 74, 76, 101, 113, 119, 149, 222
Regimento de Infantaria N.º 15 de Tomar: 113
Regimento de Infantaria n.º 2: 189
Regimento de Infantaria N.º 3 de Lagos: 74
Regimento de Infantaria N.º 4 de Faro: 75
Regimento de Infantaria N.º 5 de Caldas da Rainha: 113
Regimento de Infantaria N.º 7 de Leiria: 113
Regimento de Vendas Novas: 74
Régio, José: 191, 241
Reis, Adélia Augusta da Conceição Alves dos: 236
Reis, D. Gilberto Canavarro: 171, 172, 331
Reis, José Francisco Alves dos: 236
Reis, José Manuel Alves dos: 10, 236, 237
Remédios, Mendes dos: 191
Renault: 142
Repartição de Saúde do Porto de Setúbal: 207
Repartição de Viação e Obras da Câmara Municipal de Setúbal: 217
República de Weimar: 296
República: 28, 163, 173, 228, 248
Resendes, Maria Luciana Pereira de: 251
Reserva Natural do estuário do Sado: 182
Revista do Norte: 218
Revolução Russa de 1917: 293
Reymão, Manuel [Boris Wlamen]: 29, 245
Ribeiro, Américo Augusto: 195, 196
Ribeiro, João Reis: 25, 288
Ribeiro, Leopoldina Amélia: 227
Ribeiro, Manuel Pereira: 195
Ribeiro, Virgínia Amélia: 195
Rito, Francisco Alves: 11, 17, 25, 32
Rocha, André Crabbé: 271
Rocha, Feliciano António da: 40
Rodrigues, Almirante César Augusto de Campos: 204
Rodrigues, António Maria de Campos: 42, 204, 205, 253
Rodrigues, Fernando: 168
Rodrigues, Gregório Manuel: 204
Rodrigues, Jorge: 273
Rodrigues, Manuel Francisco: 237
Roque, Domingos Tavares: 29, 31, 131, 318, 319
Rosa do Monte: 277
Rosa, Alice Evangelista: 261
Rosa, António Quaresma: 152, 288, 289
Rosa, Cecília: 246
Rosa, Henrique: 62
Rosa, Maria Emília Faria da: 285
Rosa, Maria Teresa da: 238
Rosinha, Sebastião Salvador: 236
Rotary Clube de Setúbal: 207, 252
RTP-Radiotelevisão Portuguesa: 131, 150
Ruas, Henrique Barrilaro: 157
Rumo: 115, 116
Russo, António Augusto: 236
S. Domingos Futebol Clube: 235
S. Francisco Xavier: 242
Sá, Emanuel de: 285
Sá, João de: 277
Sá, Valdemar de: 168
Sá-Carneiro, Mário de: 286
Salazar: 123, 157, 300, 301, 302, 315, 317, 320, 321
Salgado, Veloso: 192
Salomé, Maria: 233
SALPA-Salvaguarda do Património: 206, 256
Sanatório Marítimo do Outao: 215
Sanches, Sílvia da Luz Silva: 222
Sant'Anna, Virgílio Guilherme: 183
Santa Casa da Misericórdia de Setúbal: 141, 238, 258
Santa Casa da Misericórdia de Vila Nogueira de Azeitão: 234
Santareno, Bernardo: 118
Santiago, João: 285
Santos, Abílio Nunes dos: 183
Santos, Alberto Cardoso dos: 109
Santos, Américo dos: 183
Santos, Fernando Piteira: 118
Santos, Fernando: 147
Santos, José Aurélio dos: 163
Santos, José Maria dos Santos: 69
Santos, Luciano dos: 11, 127, 230, 242, 244, 273
SAPEC: 90, 111, 214
Saragoça, Mariana: 277
Sarmento, Maria Olga de Moraes: 263
Sarmento, Olga de Moraes: 82
Sartoris, Alberto: 195
Sastre, Alfonso: 260
Sebastião da Gama: 10, 252, 260, 261, 270, 271, 286
Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz: 263
Secção Regional do Norte do Automóvel Clube de Portugal: 50
SECIL: 11, 90
Secretaria de Estado da Cultura: 241
Secretariado para a Juventude: 322
Seixal [Futebol] Clube: 156
Seleção Portuguesa de Futebol: 224, 226
Semana Setubalense: 249
Semedo, Fernando Botto: 285
Seminário Diocesano de Santarém: 253
Sena, Jorge de: 273
Senado Municipal: 234
Senado: 217
Serrano, Joaquim António: 258
Serrão, Joel: 118
Serviço de Administração da 2.ª Brigada de Infantaria: 189
Serviços Municipalizados da Câmara de Setúbal: 209
Serviços Radioeléctricos: 183
SETENAVE: 169, 329
Setúbal Verde: 181, 182

SEUR-Sociedade de Electrificação Urbana e Rural: 88
 Severino, Rogério: 174, 175
Sevilha Futbol Club: 225
 Sica, Vittorio De: 129
 Sidónio Pais: 53
 Silva Porto: 229
 Silva, Aníbal Cavaco: 332, 333
 Silva, António Maria da: 74
 Silva, Carlos Tavares da: 152, 281, 282, 283, 289
 Silva, Cristóvão: 115
 Silva, Elsa [Ferreira da]: 260
 Silva, Fernando: 138
 Silva, Francisca Pereira da: 258
 Silva, Inocêncio Francisco da: 212
 Silva, J. Santos e: 205
 Silva, Jorge: 104
 Silva, José Malheiro da: 159
 Silva, Manuel Rodrigues da: 260
 Silva, Romão Libânio da: 248
 Silveira, Manuel João da: 263
 Simões [António]: 226
 Simões, João Gaspar: 251
 Simonetti, Mário: 115
Sindicato Nacional dos Jornalistas: 264
Sindicato Único dos Trabalhadores das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal: 235
SNBA-Sociedade Nacional de Belas Artes: 229, 241, 244
 Soares dos Passos: 258
 Soares, Antónia: 289
 Soares, Francisco: 285
 Soares, Mário: 337
SOCEL: 329
Sociedade Archeológica Lusitana: 140, 194
Sociedade de Geografia de Lisboa: 263
Sociedade de Pescaria Franciscana: 35
Sociedade de Recreio Familiar: 207
Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense: 234
Sociedade Futura: 263
Sociedade Hoteleira do Sado: 120
Sociedade Mecânica Setubalense: 235
Sociedade Musical Capricho Setubalense: 44, 45, 101, 119, 192, 193
Sociedade Musical Recreativa União Setubalense: 47, 130
Sociedade Portuguesa de Amadores de Telefonia sem Fio: 183
Société de Mines de Borralha/Sociedade das Minas da Borralha: 88, 90, 91
Society for Music Education: 255
 Soromenho-Marques, Viriato: 11, 18, 25, 252
 Sousa, Avelino de: 285
 Sousa, José Ernesto de: 129
 Sousa, Marcelo Rebelo de: 11; 13
 Spínola, António de: 326, 328
SPN-Secretariado da Propaganda Nacional / SNI-Secretariado Nacional de Informação: 108, 138, 148, 243, 265
Sport Lisboa e Benfica: 51, 52, 223, 226, 318, 319
Sporting Clube de Portugal: 52
 Stahl, Max: 339
Subsecretariado das Corporações e Previdência Social: 106
Sunday Graphic: 134
 Sylvan, Fernando: 286
 Taborda, António José: 206
 Talhadas, Ercília: 163
Távola Redonda: 271
Teatro Bocage: 40, 44, 248
Teatro D. Amélia: 202, 229, 231
Teatro do Conde de Soure: 246
Teatro Garcia de Resende-Évora: 229
Teatro Luísa Todi: 101, 138, 239
Teatro Nacional de São Carlos: 265
 Teixeira de Pascoaes: 284, 285, 286
 Teixeira, Luís A.: 282
 Teles, Maurícia: 285
 Telmo, António: 286
 Terenas, Maria Rosa Adelaide: 217
 Terenas, José Maria de Moura Barata Feio: 216, 217
The Navigator Company: 11
 Thomaz, Américo: 121, 138, 147, 148, 149, 150, 312, 313, 314, 320, 321
Timor-Leste: 339, 340
 Tito, Marechal: 309
 Tocqueville, Alexis de: 17
 Todi, Francesco Saverio: 246
 Tolentino, Nicolau: 258
 Tomás, Manuel Fernandes: 16
 Tomé, Fernando: 155
 Torga, Miguel: 285, 286
 Torres [José Augusto da Séneca]: 226
 Torres, Carlos Manitto: 82, 108, 109, 127
 Torres, Mariana: 55
 Torres, Paulina Rosa Ferreira: 207
Tribunal de Setúbal: 111
Tribunal Especial Militar: 105, 227, 228, 236
 Trindade, Luís Faria: 28, 29, 30, 64, 78, 115, 244, 245
Troianos: 117
 Tse-Tung, Mao: 308
Tuna [Académica de Coimbra]: 232
UEP-União Eléctrica Portuguesa: 88, 209, 260
Ultimato Inglês: 267
União das Freguesias de Setúbal: 11
União Soviética: 307
UNISETI-Universidade Sénior de Setúbal: 244, 252
UNITA-União Nacional para a Independência Total de Angola: 325, 326
Universidade de Coimbra: 272
Universidade de Jena: 16
Universidade de Lisboa: 203, 321
Universidade de Toulouse (França): 209
Universidade Popular de Setúbal: 244
Universitárias - Revista de Cultura: 271
UPA - União dos Povos de Angola: 316
 Vale, José Ricardo do: 236
 Vanzeller, Coronel Alexandre: 100
 Varela, Antunes: 321
 Vargas, Alexandre: 284, 285
 Vargas, Délio: 284, 285
Vasco da Gama: 117
 Vasconcelos, Estevão de: 217
 Vaz, Fernando: 155
 Vaz, Frei Vicente Morais: 230
 Vaz, João: 47, 48, 124, 228, 230
 Ventura Terra: 243
 Ventura, Pires: 81

Ventura, Ruy: 191
Ver e Crer: 271
Verde, Luís Vila: 99
Vicente, Arlindo: 312, 313
Victor Hugo: 258
Vidigal, Francisco Pinto: 222
Vidigal, José: 222
Vidigal, Maria Irene: 222
Vidigal, Romão: 222
Vigário-Geral da Diocese do Porto: 171
Vilhena, José Manuel: 285
Villaret: 138
Vinci, Leonardo da: 279
Violeta do Campo: 277
Vitória (jornal): 30, 303
Vitória Futebol Clube: 51, 52, 132, 155, 156, 168, 223, 224, 225, 226, 261, 262, 318, 319
Vitória Setubalense (jornal): 303
Voz Feminina: 259
Welles, Orson: 280
Willems, Edgar: 255
World Trade Center: 347
Wuytack, Jos: 255
Xisto, José Santa Rita: 277
Yat-sen, Sun: 307
Zarco, Cucufate José: 261
Zarco, Oceana Rosa: 261
Zumstagde Helene: 255

AUTORES



SÍNTESES BIOGRÁFICAS



NOMES E [LETRAS INICIAIS]



Albérico Afonso Costa

Doutorado em História Contemporânea (especialidade de História Cultural e das Mentalidades) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL). É historiador e professor-coordenador na Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), investigador integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH/UNL e investigador do Centro de Investigação em Educação e Formação (CIEF) do IPS.

Tem colaborado e coordenado projetos na área da História, Formação de Professores e Formação Profissional, áreas de investigação em que tem vários trabalhos publicados.

É coordenador do Departamento de Ciências Sociais e Pedagogia e membro do Conselho Técnico-Científico da ESE/IPS.

Sobre a História de Setúbal publicou, entre outros, os seguintes livros: *Lugares de José Afonso na Geografia de Setúbal*. Setúbal: AJA, 2019; *Setúbal Cidade Vermelha - Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar (1974-1975)*. Setúbal: Estuário, 2017; *Setúbal sob a Ditadura Militar (1926-1933)*. Setúbal: Estuário/IPS, 2014; *História e Cronologia de Setúbal (1248-1926)*. Setúbal: Estuário/IPS/ESE, 2011; *Roteiro Republicano de Setúbal*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Quid Novi, 2010.

Em 2019 a Câmara Municipal atribuiu-lhe a medalha de honra da cidade de Setúbal na classe de Atividades Culturais.



Alice Brito

Advogada, defensora da causa feminista e cronista em periódicos *online*. Tem artigos publicados em revistas e participações em obras coletivas.

Em 2012 publicou o seu primeiro livro, *As mulheres da Fonte Nova*, e, em 2015, *O dia em que Estaline encontrou Picasso na biblioteca*. No terceiro romance, *A Noite Passada*, a autora

aborda, pela primeira vez, o 25 de Abril e os meses intensos que se lhe seguiram. Mas não só, o Portugal do pós-guerra até à revolução também aí está descrito, sobretudo no quotidiano das suas personagens.



Ana Alcântara

Historiadora, doutorada em História (especialidade História Contemporânea) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), mestre em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica (ISEGI-UNL) e licenciada em História variante Arqueologia (FCSH-UNL).

É investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea (NOVA FCSH), professora-adjunta convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE-IPS) e colaboradora do Laboratório de Humanidades Digitais (Lab_HD), associado à NOVA FCSH.

Os seus principais domínios de investigação são a História Urbana, História Local, História do Associativismo Operário (século XIX), História da Indústria e Sistemas de Informação Geográfica aplicados à investigação histórica. É autora, entre outros trabalhos, de «Visita à Setúbal Negra (séculos XV-XVIII): desocultar a história local através da educação não-formal», in *Medi@ções* (revista online da ESE-IPS), Vol. 7, N.º 2, 2019, pp. 66-85; «A indústria conserveira e a evolução urbana de Setúbal (1854-1914)», in *Musa*, Vol. 3, 2010, pp. 237-247; *Espaços da Lisboa Operária: Trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*, Tese de Doutoramento, FCSH-UNL, 2019.



Ana Sofia Matos

Doutorada em História (especialidade História Contemporânea) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigadora do Instituto de História

Contemporânea e professora-adjunta convidada da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Participou, como investigadora, nos projetos «Património e História da PSP», coordenado por Maria Fernanda Rollo, «Estado e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa [1974-2009]», coordenado por Manuel Loff, e «Homo et Mare», coordenado por António Martins Quaresma.

É coeditora das seguintes obras: *As esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia. Percursos Cruzados* (2020); *Da Descolonização ao Pós-colonialismo: perspectivas pluridisciplinares* (2019); *Violência Política no Século XX – Um balanço* (2018). É autora de diversos capítulos de livros e artigos publicados em revistas científicas. Tem participado, com apresentação de comunicações, em diversos encontros científicos nacionais e internacionais. Tem-se dedicado ao estudo da violência política, do processo revolucionário português, dos partidos políticos da esquerda radical e da oposição à ditadura.



Anita Vilar

Nasceu em Benguela em 1945 e estudou em Nova Lisboa, Vila Real e Coimbra, onde se formou como médica psiquiatra. Em 1985 fixou-se em Setúbal, uma terra que se tornou a sua por devoção.

Dirigiu, durante 12 anos, o Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital de S. Bernardo, tendo diversos trabalhos publicados na área da sua especialidade, o último dos quais foi publicado no livro *Proença, Cortesão, Sérgio e o Grupo Seara Nova*, apresentado no colóquio com o mesmo nome, promovido pelo Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Exerceu vários cargos na direção da Ordem dos Médicos no distrito de Setúbal.

Conferencista, investigadora na área histórico-social, biógrafa do feminino, publicou, após aturada investigação, a biografia de Mariana Angélica d' Andrade e, em 2011, um trabalho sobre o jornal *A Bandeira*, publicado na obra *Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*.

Em 2013, publicou a obra *Panorama de uma História local no Feminino*, livro organizado em jeito de dicionário, biografando 74 mulheres que estiveram ligadas à História de Setúbal.

Os direitos das mulheres e a sua emancipação fazem parte da sua luta quotidiana desde a juventude, bem como a defesa e a luta por uma sociedade verdadeiramente democrática, que englobe os aspetos político, económico, social e cultural.

No seu percurso político tem estado sempre presente e ativa, quer no trabalho partidário, quer em assembleias de freguesia ou municipais, nomeadamente, em Setúbal.



António Cunha Bento

Nasceu em Setúbal, em 1946, possui o Curso Superior de Organização e Gestão de Empresas e desempenhou a atividade profissional no ramo da indústria naval. Tem prestado colaboração em várias publicações ligadas à região de Setúbal e é sócio de diversas associações da área cultural, integrando os Corpos Sociais da LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, do CEB-Centro de Estudos Bocageanos, da ACSG-Associação Cultural Sebastião da Gama e do CCS-Clube de Colecionismo de Setúbal.

A título individual ou em representação das associações de que faz parte, integrou as Comissões para a Comemorações: dos 250 Anos do Nascimento de Luísa Todi (2003), do II Centenário do Falecimento de Bocage (2005), dos 500 Anos do Foral Manuelino de Setúbal (2014), dos 250 Anos do Nascimento de Bocage (2015) e do II Centenário do Nascimento de Almeida Carvalho (2017).

Principais publicações: «Do Topónimo aos Estantes-Subsídios para a história dos prédios urbanos e rústicos de Setúbal em 1762», in *Património Arquitetónico Civil de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: LASA, 2019, pp. 257-295. É coautor, com João Reis Ribeiro, de *Imagens da Península da Arrábida no século XIX – O Panorama (1837-1868) e Archivo Pittoresco (1857-1868)*. Setúbal: LASA, 2004; e com Carlos Mouro e Horácio Pena, *Domingos Garcia Peres um setubalense do coração*. Setúbal: LASA, 2012; In AA.VV., *Património Azulejar de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: LASA, 2008 e *Património Azulejar Religioso de Setúbal e Azeitão*. Setúbal: LASA, Vol. I, 2009.



António Henrique Quaresma Rosa

Nasceu em Setúbal, na freguesia de S. Julião, em 30 setembro 1938. Iniciou a formação escolar na Escola Industrial e Comercial de Setúbal, onde terminou o Curso Formação de Serra-lheiro, em 1956. Completou o 3.º Ciclo do Ensino Secundário no então Liceu Nacional de Setúbal,

em 1976, o que lhe permitiu o ingresso no Curso de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que frequentou até ao 3.º ano, em 1979.

Profissionalmente, foi Desenhador-Projetista de Metal-mecânica na área da Construção Naval.

Na Sociedade Nacional de Belas Artes, faz o 5.º ano do Curso de Pintura e Desenho, em 2010. E, a partir de 2011, tem feito diversos cursos na UNISETI – Universidade Sénior de Setúbal.

Ainda a par da vida profissional, começou a desenvolver atividade associativa desde 1963, quer como dirigente, quer como fundador de algumas instituições de carácter lúdico, assistencial, associativo-profissional e cultural, de que são exemplo as seguintes: Clube de Campismo de Setúbal; Círculo Cultural de Setúbal (fundador); Club Naval Setubalense; CCD-Barreiros (fundador); DEPAtrimónio (fundador); LASA-Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão; Centro de Estudos Bocageanos (fundador); Associação Cultural Sebastião da Gama (fundador) e Associação de Socorros Mútuos Setubalense.

Foi praticante de várias modalidades desportivas de natureza náutica, como a Vela de Competição e de Recreio. Obteve a categoria de «Patrão-de-Costa».



António Laertes

Nasceu em 1978 na cidade do Sado e fez a formação inicial em Música no Conservatório Regional de Setúbal (CRS).

Continuou a formação superior nesta área na Escola Superior de Música e na Universidade de Évora, onde concluiu a licenciatura em Formação Musical, e a licenciatura e o mestrado em Composição.

Em 2008 criou o Grupo de Música Contemporânea do CRS, para o qual compõe regularmente. É professor no CRS desde 1998 e pianista acompanhador na Academia de Música de Lisboa desde 2000 e no Coro de Santo Amaro de Oeiras desde 2015. É também organista da Sé Catedral de Setúbal. Ligado à organização do Festival de Música de Setúbal, foi, entre 2015 e 2018, presidente da Direção da A7M e, desde 2019, é Assistente do Diretor Artístico.

Além das obras escritas com propósitos inclusivos para o Festival de Música de Setúbal desde a 1.ª edição (2011), destacam-se obras escritas para Orquestra, Coro e Música de Câmara, estreadas pela Orquestra da Madeira, Coro do Instituto Gregoriano de Lisboa, Sinfonietta de Lisboa, Coro Gulbenkian e Orquestra Sinfónica Portuguesa, entre outros.

Em 2017 e 2018 venceu o 3.º Prémio no 4.º e 5.º Concursos de Composição de Canções para Crianças, promovido pela APEM.

É, desde 2017, Embaixador da cidade de Setúbal.



Carlos Miguel Batista Mouro

Nascido em 1961, tem a frequência do 3.º ano do Curso de História (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Colaborador dos Museus Municipais de Setúbal, foi desde sempre interessado pela investigação da História da cidade do Sado.

De entre os inúmeros trabalhos publicados, destacam-se os seguintes: «Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal» (com Albérico Afonso Costa), in *Estudos Locais. Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, 1990; *Para a história da iluminação pública em Setúbal* (com Horácio Pena), 1997; *Da supressão à restauração do concelho de Palmela. Conjunturas e símbolos. 1855-1926* (com Ernesto Castro Leal, Odília Castro Leal e Horácio Pena), 1998; *Bocage, Os Lugares da Memória. 1864-2005* (com Horácio Pena), 2005; *Carlos Alberto Ferreira Júnior (1906-1997). Um pintor de palavra(s)* (com Horácio Pena), 2006; «Setúbal e os alvares do republicanismo» (com Horácio Pena), in *Setúbal 1909. A cidade e o Congresso do Partido Republicano*, 2009; «A Primeira República e a toponímia» (com Horácio Pena) e «Biografias», in *Setúbal: Roteiros Republicanos* [coord. Albérico Afonso Costa], 2010; *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)* (com Horácio Pena), 2011; *Domingos Garcia Peres. Um Setubalense pelo Coração* (com António Cunha Bento e Horácio Pena), 2012; «O 'Padrão de Santo Agostinho'. Significações de um esquecido monumento setubalense» (com Horácio Pena), in *Movimento Cultural*, 2014; «O Feriado municipal e a memória colectiva setubalense» (com Horácio Pena), in *Musa*, 2018; «Atentado a Almeida Carvalho (31 de agosto de 1855)» (com Albérico Afonso), in *Musa*, 2018; «Notas sobre a indústria de curtumes setubalense», in *Musa*, 2018; «Transcrições, apresentação e notas», in *Setúbal na segunda metade do século XIX* [inédito de Arronches Junqueiro], 2018.



Diogo Ferreira

Licenciado em História (2013) e Mestre em História Contemporânea (2015) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a dissertação *Setúbal e a*

Primeira Guerra Mundial (1914-1918), publicada em 2017 pela editora Estuário. É investigador integrado do Instituto de História Contemporânea.

Publicou, em coautoria, os seguintes livros; *História de Portugal; A Vida e os Feitos dos Navegadores ao serviço de Portugal (1419-1502)* [Coleção «O que todos precisamos de saber»] e *Os Combatentes do Concelho de Setúbal na Grande Guerra em França (1917-1918)*. Integrou a equipa de investigação do projeto «História dos 250 anos da Imprensa Nacional», de que resultou no livro *Indústria, Arte e Letras – 250 anos da Imprensa Nacional*. Faz parte, desde 2014, da equipa do projeto «Memória para Todos».

Presentemente, como bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, encontra-se a desenvolver uma tese doutoral intitulada *Setúbal entre Guerras (1919-1939): Um itinerário de história local*.



Fátima Ribeiro de Medeiros

Nasceu em Ponta Delgada, 1950, mas reside em Setúbal desde 1954.

Docente, investigadora literária e mediadora de leitura. Membro do IELT-Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (NOVA-FCSH), universidade onde tem realizado todo o seu percurso académico e científico.

Tem produção bibliográfica diversificada, entre livros e artigos da especialidade em revistas científicas e atas de congressos, abarcando a literatura portuguesa contemporânea, o feminismo do início do século XX e os estudos do livro, da leitura e da livraria, de que se destacam os seguintes: «Nas Cartas é que Pode ir Alma-Considerações sobre alguma da produção epistolar de Sebastião da Gama», in AA.VV., *Sebastião da Gama-Pelo Sonho é que Vamos, Separata de Letras com Vida*, N.º 9. Lisboa: CLEPUL, 2019, pp. 100-117; «Referências Literárias em *Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense*, de João Carlos de Almeida Carvalho», in *Musa*, N.º 5. Setúbal: AMRS / MAEDS / FIDS, 2018, pp. 163-178; «Sidónio Muralha, andarilho de sonhos e da esperança entre duas pátrias», in *Livro*, N.º 4. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014, pp. 81-93; «Livrarias e Património», in *Cultura*, N.º 23. Lisboa: Centro de História da Cultura, NOVA-FCSH / Húmus, 2013, pp. 330-335; «Ana de Castro Osório, uma mulher de causas e convicções», in AA.VV., *Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal: ESE-IPS / IHC-FCSH / CEB / CCEN, 2011, pp. 293-302; *Do Fruto à Raiz, uma Introdução às 'Histórias Maravilhosas da Tradição Popular Portuguesa' - Recolhidas e Recontadas por Ana de Castro Osório*. Vila Nova de Gaia: Gailivro, 2003.



Francisco Abreu

Licenciado em Gestão de Empresas, Mestre em Estratégia e Doutoramento em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi cofundador e diretor do jornal *Setúbal Verde* e cofundador e presidente da Comissão Executiva do «Projeto Setúbal Verde». É gestor de projetos e editor.



Francisco de Paula Ferreira Moniz Borba

Engenheiro Agrónomo, nasceu em Lisboa em 13 de dezembro de 1941. Em Setúbal completou a instrução Primária e o Ensino Secundário. Licenciou-se em Ciências Agrárias pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1966).

Desempenhou diversos cargos na vida profissional, de que se destacam: Chefe da Brigada Técnica da XIII Região Agrícola (1974-1985); Diretor Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (1986-1988); Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Garantia Agrícola (1988-1991); Secretário de Estado do Fomento Agrário e das Florestas do III Governo Constitucional; Secretário de Estado do Fomento Agrário do IV Governo Constitucional; Presidente da ViniPortugal (2009-2011); Docente convidado da cadeira da Pastagens e Tecnologia das Forragens na Universidade de Évora (1981-1985); Administrador Delegado da Sociedade Agrícola do Ameixial (1980-1985, 1993-1995); Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola da Alorna (1992-2005); Presidente da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens (1984-1986); Membro dos Conselhos Consultivos da Estação Nacional de Melhoramento de Plantas (1985-1990) e da Escola Superior Agrária de Santarém (1985-1988); Membro do Conselho Geral do Parque Natural da Arrábida (1980-1987); Membro do Conselho Superior do Instituto Superior de Agronomia (2005-2008); Vogal da Direção da LPN-Liga para a Proteção da Natureza

(2016-2018) e Presidente do Conselho Geral da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (2010-2016). Atualmente, é presidente da LASA-Liga do Amigos de Setúbal e Azeitão.



Horácio Manuel Jorge da Pena

Nasceu em Sintra. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tem colaborado, desde inícios dos anos 80 do século passado, em diversos jornais e revistas setubalenses, no *Jornal de Sintra* e, também, nas rádios locais de Setúbal.

Dedicando-se à investigação da História Local, tem publicados os seguintes trabalhos: *Para a história da iluminação pública em Setúbal* (com Carlos Mouro), 1997; *Da supressão à restauração do concelho de Palmela. Conjunturas e símbolos. 1855-1926* (com Ernesto Castro Leal, Odília Castro Leal e Carlos Mouro), 1998; *Bocage, Os Lugares da Memória. 1864-2005* (com Carlos Mouro), 2005; *Carlos Alberto Ferreira Júnior (1906-1997). Um pintor de palavra(s)* (com Carlos Mouro), 2006; *O Feriado Municipal e a memória coletiva setubalense*, 2008; «Setúbal e os alvares do republicanismo» (com Carlos Mouro), in *Setúbal 1909. A cidade e o Congresso do Partido Republicano*, 2009; *Para a História do Club Setubalense (1855-2010)* (com Carlos Mouro), 2011; *Domingos Garcia Peres. Um Setubalense pelo Coração* (com António Cunha Bento e Carlos Mouro), 2012; «O 'Padrão de Santo Agostinho'. Significações de um esquecido monumento setubalense» (com Carlos Mouro), in *Movimento Cultural*, 2014; *O Feriado municipal e a memória coletiva setubalense* (com Carlos Mouro), in *Musa* 2018.



João Madeira

Doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA), é investigador do Instituto de História Contemporânea (IHC) desta universidade.

Autor de *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os intelectuais* (Estampa, 1996), *História do PCP* (Tinta da China, 2013), entre outras obras de caráter coletivo ou comunicações em encontros científicos.

Foi membro da Comissão Organizadora dos XII Encontro de História do Alentejo Litoral (Odemira, 2019; os encontros anteriores foram realizados em Sines, desde 2008).

De entre os trabalhos mais recentes, destacam-se os seguintes: «Os intelectuais e o Partido Comunista Português», in *Intelectuais e Marxismo no mundo lusófono*, Recife, Autografia / EDUFE, 2019; «A unificação dos grupos "marxistas-leninistas" e o processo revolucionário em Portugal», in *As Esquerdas radicais ibéricas entre a Ditadura e a Democracia*. Lisboa, Colibri, 2019; «Os marxistas-leninistas e a violência entre a situação revolucionária e institucionalização da Democracia», comunicação à Conferência Internacional «Construção do Estado, Movimentos Sociais e Economia Política», IHC, Lisboa, 12/2019; «Da República ao Estado Novo. Elites políticas em Santiago do Cacém», comunicação ao III Congresso Internacional de História Local, IHC, Évora, 10/2019; «As eleições presidenciais de 1949 em Santiago do Cacém», comunicação ao XII Encontro de História do Alentejo Litoral, GESTO, Odemira, 10/2019. Áreas de Interesse: História do PCP e das oposições, Violência política no século XX, Processo revolucionário de 1974-75. Temas de História Local Contemporânea.



João Reis Ribeiro

Professor do ensino secundário. Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas (1983) e mestrado em Estudos Portugueses (1999). Autor de *Minho* (1993); *"Távola Redonda" - Servir a Poesia* (Dissertação de Mestrado, 1999); *Histórias e Cantinhos da Região de Palmela* (2002); *Histórias da Região de Setúbal e Arrábida* (2003); *Imagens da Península da Arrábida no Século XIX - "O Panorama" (1837-1868) e "Archivo Pittoresco" (1857-1868)*, em coautoria com António Cunha Bento (2004); *O poeta da Arrábida (Homenagem a Sebastião da Gama)*, em coautoria com Samuel Pascoal (2013); *João Almeida, o último fuzilado, e outras leituras da Grande Guerra*, em coautoria com Albérico Afonso Costa (2018). Colaborador do *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube* (1996) relativamente à literatura portuguesa. Participação em títulos da imprensa: *Cadernos Vianenses*, *Público*, *O Setubalense*, *A Aurora do Lima*, *O Vianense*, *Notícias de Viana*, *Jornal do Concelho de Palmela*, *Semmais*, *Correio de Setúbal*, *Sol XXI*, *Jornal da Região*, *Educação & Ensino*, *Setúbal Mais* e *Jornal de Azeitão*, entre outros. Responsável pela edição completa e anotada do *Diário de Sebastião da Gama* (2011) e pela organização do dossiê *Sebastião da Gama - Pelo Sonho é que Vamos* (revista *Letras com Vida*, CLEPUL, 2019).

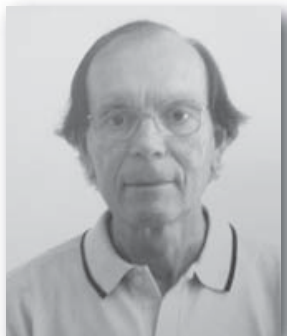


João Santos

Licenciado em Ciência Política pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa em 2013, Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA) em 2017, é investigador do Instituto de História Contemporânea (IHC) da FCSH- NOVA.

Atualmente é bolsheiro de doutoramento da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, com o projeto intitulado «Industrialização e Desindustrialização na Região de Setúbal: Para uma História Cultural do Trabalho» (SFRH/BD/133510/2017).

Tem-se debruçado sobre a experiência e memória da classe operária em contextos (des) industrializados, partindo da região de Setúbal, no quadro das transformações económicas que tiveram início a partir dos anos 80 do século XX.



Manuel Henrique Figueira

Licenciado em História e Mestre em História da Educação (respetivamente, pela Faculdade de Letras e pela antiga Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, ambas da Universidade de Lisboa), foi professor no Ensino Técnico, no 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

Estudou a Educação Nova em Portugal, tendo publicado as seguintes obras: *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)* (1995). Lisboa: Educa [coautoria com António Nóvoa & António Candeias]; *Um Roteiro da Educação Nova em Portugal: Escolas Novas e Práticas Pedagógicas Inovadoras (1882-1935)* (2004). Lisboa: Livros Horizonte [Dissertação de Mestrado].

Participou nas seguintes em obras coletivas: – *Memórias do Liceu Português* (2006), Sara

Marques Pereira, [coord.], Lisboa: Livros Horizonte (com «Memórias de um liceu de província»); – *Dicionário de Educadores Portugueses* (2003), António Nóvoa [coord.], Porto: ASA (com 16 biografias de educadores dos séculos XIX e XX); – *Liceus de Portugal: Histórias, Arquivos, Memórias* (2003), Ana Teresa Santa-Clara & António Nóvoa [coord.], Porto: ASA (com monografias dos liceus de Beja, Viseu [coautoria], Lisboa-D. Filipa de Lencastre e Setúbal).

Sobre a História Local de Setúbal, publicou o seguinte: – *O Liceu de Setúbal: das origens à Escola Secundária de Bocage (1857-1999)*. Setúbal: ESB, 1999; – «O Liceu Nacional de Setúbal: traços marcantes da sua história», in *Educação-Ensino*, N.º 22, Maio/Junho, 2000, pp. 16-22; – *Liceu Bocage – Setúbal: Histórias e Memórias (1857-1974)*. Setúbal, ESB, 2007; – «O Liceu de Setúbal: entre o local e o nacional», in AA.VV. [coord. Albérico Afonso Costa], *Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal: ESE-IPS / IHC-FCSH / CEB / CCEN, 2011, pp. 149-154; – «O antigo Liceu de Bocage: um *igual* muito *diferente* entre os seus pares» [no prelo].

Colabora, regularmente, desde 2013, no *Diário da Região* (hoje *O Setubalense*) e no *Jornal do Concelho de Palmela* sobre temas autárquicos ligados ao dia a dia dos munícipes. Colaborou, esporadicamente, no *Semmais*, *Diário do Distrito* (online), *Expresso*, *Público*, *Jornal de Notícias*. Coordenou, em 2014 e 2015, a revista *Lusitânia Contact*, dirigida à comunidade lusa na Suíça, onde também publicou artigos sobre diversos temas.



Pedro Miguel Lage Fernandes

Pedro Miguel Lage Fernandes nasceu em Setúbal, em 1986.

É Licenciado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Escola Superior de Educação de Setúbal e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente é doutorando em História Contemporânea pela mesma instituição.

Edita um *website* noticioso ligado ao ramo dos automóveis desde 2011 e tem desenvolvido, também, ao longo dos últimos anos, uma investigação no campo da história local relativa às antigas quintas da cidade de Setúbal.



Viriato Soromenho-Marques

Nasceu em 1957 e é professor catedrático de Filosofia da Universidade de Lisboa.

É membro da Academia das Ciências de Lisboa, e da Academia de Marinha. Integra o Conselho Geral da Universidade da Madeira. Ativista ambiental desde 1978. Foi membro do Conselho de Imprensa (1985-1987) e integrou o Conselho Económico e Social (1992-1996).

Foi cofundador da Sociedade de Ética Ambiental (2001). Entre 2001 e 2006 exerceu as funções de vice-presidente da Rede Europeia de Conselhos do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. Membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de 1998 a 2019, coordenou cientificamente o Programa Gulbenkian Ambiente (2007-2011). Foi membro do High Level Group on Energy and Climate Change da Comissão Europeia (2007-2010).

Integra o Júri do Prémio Pessoa desde 2012. É conselheiro especial da Fundação Oceano Azul (2017). É membro-fundador e presidente da Assembleia Geral da ONG Common Home of Humanity (2018).

É Grande Oficial da Ordem de Mérito Civil (1997), e Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique (2006). Recebeu o Prémio «Personalidade de 2014», atribuído pela Fundação Portuguesa do Pulmão, e o Prémio «Leaders of the Decade in Sustainable Development», atribuído pelo Women Economic Forum, em 2019.

Colabora na imprensa escrita e audiovisual. Além de uma vasta bibliografia, proferiu mais de mil conferências em 23 países.



Nomes e letras iniciais

Albérico Afonso Costa [AAC]
Alice Brito [AB]
Ana Alcântara [AA]
Ana Sofia Matos [ASM]
Anita Vilar [AV]
António Cunha Bento [ACB]
António Laertes [AL]
António Quaresma Rosa [AQR]
Calos Mouro [CM]
Diogo Ferreira [DF]
Fátima Ribeiro de Medeiros [FRM]
Francisco Abreu [FA]
Francisco Borba [FB]
Horácio Pena [HP]
João Madeira [JM]
João Reis Ribeiro [JRR]
João Santos [JS]
Manuel Henrique Figueira [MHF]
Pedro Fernandes [PF]
Viriato Soromenho-Marques [VS-M]